

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA BEATRIZ ARANTES ARAÚJO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Brasil:
uma análise da governança para implementação entre 2015 e 2019

Uberlândia

2020

ANA BEATRIZ ARANTES ARAÚJO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Brasil:
uma análise da governança para a implementação entre 2015 e 2019

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional
Linha de Pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marrielle Maia Alves Ferreira

Uberlândia
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A663 Araújo, Ana Beatriz Arantes, 1995-
2020 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Brasil
[recurso eletrônico] : uma análise da governança para a
implementação entre 2015 e 2019 / Ana Beatriz Arantes Araújo. -
2020.

Orientadora: Marielle Maia Alves Ferreira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.163>
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. I. Ferreira, Marielle Maia Alves,
1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI			
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 38, PPGRI			
Data:	06 de março de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento: 16:41
Matrícula do Discente:	11812RIT001			
Nome do Discente:	Ana Beatriz Arantes Araújo			
Título do Trabalho:	A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Brasil: uma análise da governança para implementação entre 2015 e 2019			
Área de concentração:	Política Internacional			
Linha de pesquisa:	Política Externa e Instituições Internacionais			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	As tecnologias da informação para a promoção dos Direitos Humanos: observatório dos mecanismos globais e regionais de proteção dos Direitos Humanos			

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1J232, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Henrique Menezes Zeferino - UFPB; Thiago Gehre Galvão - UNB; Marrielle Maia Alves Ferreira - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marrielle Maia Alves Ferreira - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marrielle Maia Alves Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/03/2020, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Gehre Galvao, Usuário Externo**, em 10/03/2020, às 06:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Zeferino de Menezes, Usuário Externo**, em 14/03/2020, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1901627** e o código CRC **AC799290**.

ANA BEATRIZ ARANTES ARAÚJO

**A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Brasil:
uma análise da governança para a implementação entre 2015 e 2019**

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional
Linha de Pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais

Uberlândia, 06 de março de 2020.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Marrielle Maia Alves Ferreira (UFU)

Orientadora

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes (UFPB)

Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão (UnB)

Figura A – “Problemólogos” e “solucionólogos”



Fonte: QUINO (2010).

Aos “solucionólogos” que encontrarem,
na leitura deste trabalho,
inspiração para mudar o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por acreditarem em todos os meus sonhos, e em minhas capacidades, e sobretudo por me darem as condições para realizar e concluir o mestrado.

Agradeço à professora, orientadora e amiga Marrielle Maia, pela abertura e pelas provocações, pelo incentivo e as correções, e em especial por abrir portas acadêmicas e profissionais.

Agradeço às pessoas que contribuíram para identificar e contactar os entrevistados nessa pesquisa, em especial Miriam, Patrícia, Alessandra, Denise, Enid, Luiz Afonso, Haroldo, Nelson, Rodrigo e Dashiell. Agradeço às pessoas entrevistadas, pois, com sua ajuda consegui reunir informações e apresentar uma leitura mais humana dos documentos e atas. Agradeço imensamente aos alunos de graduação que contribuíram na degravação das entrevistas: Izabella Lemos, Thaís Pelosi e Lucas Oliveira. Por sua discrição, pontualidade e disposição, muito obrigada.

Agradeço também aos professores Ana Flávia Granja-Barros, Thiago Gehre e Henrique Menezes, que ao longo do desenvolvimento do trabalho contribuíram substancialmente para aprofundar as análises e dirigir melhor o olhar desta pesquisadora.

Agradeço ainda às amigas, Tamara e Taynara, por me manterem no grupo do “pessoal dos direitos humanos”, mesmo tendo mudado os rumos da pesquisa; e também à Carol e à Roberta, por compartilharem as angústias e as alegrias de virar mestra; às mais que amigas, de todas as horas, e aos amigos de fé que sempre estão presentes. Aos amigos da Rede Vocare, que compartilham o olhar de “solucionólogos” e ajudam a manter a inquietação e a vocação por construir melhores instituições públicas. Muito obrigada.

E, sobretudo, a Deus – sem O qual nada seria possível.

Figura B – Começamos a nos reunir



Fonte: BECK (2020).

Figura C – Garranchos ideológicos



Fonte: QUINO (2010).

“Política não é apenas sobre como o conhecimento pode ser selecionado para tomar decisões políticas, mas é também sobre como processos democráticos de tomada de decisão devem mudar para incorporar adequadamente os diferentes tipos de conhecimento.”

(IN 'T VELD, 2013, tradução nossa).

“Em quaisquer níveis políticos de mudança, será importante não perder na implementação aquilo que é único no conceito de ‘não deixar ninguém para trás’. Um foco singular na eliminação da pobreza, mesmo de maneira multidimensional, pode não ser adequado [ou suficiente] para possibilitar a todos uma vida em dignidade.”

(STUART e SAMMAN, 2017, tradução nossa).

RESUMO

O trabalho apresenta uma análise da governança de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, entre 2016 e 2019 pelo Governo Brasileiro. Argumenta-se que a agenda propõe uma mudança no paradigma de cooperação internacional com a adoção de mecanismo de estabelecimento de metas (*goal setting*) ao invés da formulação normativa (*rule making*). Para realizá-la são apresentados e discutidos as implicações sobre sua governança e os parâmetros que estão a ela atrelados, da agenda e da literatura que a estuda, entre eles a governança comum, mas diferenciada e a metagovernança (MEULEMAN e NIESTROY, 2015). Também é realizado um apanhado da trajetória de participação brasileira em debates sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, tendo como marco as conferências internacionais sobre meio ambiente. Além disso, é analisada a experiência do país com a adoção de agendas internacionais anteriores – a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Por fim é apresentada a análise sobre a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, órgão colegiado consultivo com a atribuição de coordenar a implementação da Agenda 2030 no país, que esteve ativo entre 2017 e 2019, quando foi extinto. Soma-se a análise do trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada, na qualidade de órgãos de assessoramento da comissão, e da participação da sociedade civil em diferentes momentos, como componente ativa das negociações. Entre as fontes utilizadas estão os documentos levantados em pesquisa no acervo digital do Diário Oficial da União, atas e documentos solicitados à Secretaria Nacional de Articulação Social e a realização de entrevistas com atores-chave. A análise aponta para a fragilidade da estrutura de governança estabelecida e a interrupção da trajetória de defesa do multilateralismo e da participação social para lidar com agendas internacionais em temas correlatos ao desenvolvimento sustentável, e que se acentua a partir de 2018.

Palavras-chave: Agenda 2030; Desenvolvimento Sustentável; Governança; Agendas internacionais; Multilateralismo; Brasil.

ABSTRACT

This study conveys an analysis of the United Nations' 2030 Agenda for Sustainable Development's implementation governance by the Brazilian Government, between 2016 and 2019. It is argued that the agenda proposes a shift on the international cooperation's paradigm with the adoption of a goal setting mechanism instead of a rule making one. To articulate the analysis, the agenda implications on governance and its parameters, with those from the literature are presented and discussed, with emphasis on Common, But Differentiated Governance and metagovernance (MEULEMAN e NIESTROY, 2015). It is also portrayed a trajectory of Brazilian participation on debates about environment and development, using as time frames the international conferences on the environment. In addition, it is analyzed the country's experience with the adoption of former international agendas – the Agenda 21 and the Millennium Development Goals. Finally, it is developed an investigation of the National Commission on the Sustainable Development Goals, a consultative collegiate with the attribution to coordinate the 2030 Agenda's implementation in Brazil. It was active between 2017 and 2019, when it was extinguished. As a part of the study, the work of the Brazilian Institute for Geography and Statistics (IBGE, in Portuguese) and of the National Institute for Advanced Economic Research (IPEA), as advisors for the commission, is presented, and complemented with a view of civil society's participation in different moments of negotiation. Among the research sources are the documents found in primary data collecting on the government official archive, available online, meeting records and documents obtained with the National Secretariat for Social Articulation, besides the interviews with key actors. The analysis shows the fragilities on the governance structure that was established and the interruption of the tradition in defending both, multilateralism and social participation, to deal with international agendas on sustainable development, which intensifies after 2018.

Keywords: 2030 Agenda; Sustainable Development; Governance; International Agendas; Multilateralism; Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura A	“Problemólogos” e “Solucionólogos”	1
Figura B	Começamos a nos reunir	2
Figura C	Garranchos ideológicos	3
Figura 1.1	Ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	14
Figura 2.1	Ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mapeados de acordo com a indicação de especialistas.....	38
Figura 2.2	<i>Doughnut</i> da Oxfam	39
Figura 2.3	<i>Doughnut</i> da Oxfam x Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	40
Figura 2.4	ODS como uma rede de metas	43
Quadro 2.1	Exemplos de ‘sub objetivos’ de governança nos ODS	49
Quadro 3.1	Sessões do <i>Open Working Group</i> , temas e resultados.....	84
Figura 4.1	Distribuição de cadeiras e composição da CNODS pelo Decreto nº8.892/2016 e editais de seleção nº 01, 02 e 03/2017.....	99
Quadro 4.1	Organizações representantes da Comissão Nacional para os ODS – Primeiro biênio	100
Quadro 4.2	Datas das reuniões ordinárias e extraordinárias da CNODS– Primeiro Mandato (jul./2017 a jul./2019)	102
Quadro 4.3	Composição da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação dos ODS – CNODS.....	106
Quadro 4.4	ODS: síntese dos resultados do processo de adequação das metas propostas para o Brasil	114
Quadro 4.5	ODS: classificação das metas nacionais	115
Figura 4.2	ODS 4 e suas metas na plataforma ODS do IBGE	121
Figura 4.3	Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE	121
Figura 4.5	Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE (cont.)	121
Figura 4.4	Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE (cont.)	122
Figura 4.6	Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE (cont.)	123
Figura 4.7	Mapa nacional por estados do Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 Distribuição do número de indicadores ODS globais segundo a classificação em <i>Tiers</i> e por data de atualização da classificação, 2016-2018	119
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente
AG21	Agenda 21
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ANA	Agência Nacional de Águas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CC	Casa Civil
CDS-ONU	Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIMA	Comitê Interministerial para a Preparação para a Conf. das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNAPO	Conselho Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNM	Conferência Nacional de Municípios
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional
CTPMI	Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação
DEMA	Divisão do Meio Ambiente
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENDES	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
FfD3	3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento
GTI-ODS	Grupo Interministerial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015
GT-ODM	Grupo Técnico para o Acompanhamento das Meras e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
GTSC/GTSC2030	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030
HLPF	<i>High Level Political Forum</i>
IASS	Instituto para Estudos Avançados em Sustentabilidade
IBGE	Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
IBPQ	Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

IECSDF	Comitê Intergovernamental de Peritos sobre o Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável
ILAC	Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCid	Ministério das Cidades
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social
MGoS	<i>Major Groups & Other Stakeholders</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP/MPOG	Ministério do Planejamento/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério de Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCSD	<i>Policy Coherence for Sustainable Development</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
Rio +20	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável
RNV	Relatório Nacional Voluntário
SEGOV	Secretaria de Governo da Presidência da República
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SNAS/SEAS	Secretaria Nacional de Articulação Social/Secretaria Especial de Articulação Social
TCU	Tribunal de Contas da União
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 GOVERNANÇA, AGENDAS INTERNACIONAIS E MULTILATERALISMO: A AGENDA 2030 NA DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.....	25
2.1 Sobre governança e regimes	28
2.2 Estratégias de governança no centro do debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade	33
2.3 A Governança na Agenda 2030	37
2.4 <i>Framework</i> de metagovernança para a implementação da Agenda 2030	48
2.4.1 Mapeamento do ambiente de governança.....	51
2.4.2 Avaliação da atual abordagem de governança.....	51
2.4.3 Identificação ou definição do problema	52
2.4.4 Tradução dos ODS para o contexto nacional	52
2.4.5 Desenho um quadro/arranjo de governança	52
2.4.6 Administração/gestão do arranjo de governança estabelecido	52
2.4.7 Reavaliação constante e adaptações	52
2.5 Mudança no paradigma de governança na crise do multilateralismo.....	53
2.6 Conclusão: Implicações da Agenda 2030 para a governança e seu estudo	55
3 O BRASIL NAS DISCUSSÕES INTERNACIONAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARTICIPAÇÃO, NEGOCIAÇÕES E GOVERNANÇA DOMÉSTICA.....	58
3.1 O Brasil nos debates internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento: de Estocolmo à Rio+20	61
3.2 O Estado Brasileiro e agendas internacionais: a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	76
3.3 A negociação da Agenda pós-2015 e a participação da sociedade civil brasileira	81
3.4 Conclusão: Trajetória da participação brasileira nos debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos internos	88
4 GOVERNANÇA NACIONAL: O BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	92
4.1 O Governo Federal e a governança nacional da Agenda 2030	96

4.2	Órgãos de Assessoramento Técnico	113
4.2.1	IPEA: metas nacionais e cadernos de diagnóstico.....	113
4.2.2	IBGE: indicadores globais e nacionais	118
4.3	A sociedade civil organizada.....	125
4.4	Conclusão: Metagovernança e a Agenda 2030 no Brasil	130
5	CONCLUSÃO	136
	REFERÊNCIAS.....	142
	APÊNDICE A – Levantamento no Diário Oficial da União e notas metodológicas..	156
	APÊNDICE B – Roteiros de entrevista semiestruturada.....	158
	APÊNDICE C – Quadro de acompanhamento dos produtos CNODS - Plano de Ação 2017-2019	169
	APÊNDICE D – Quadro de presenças das reuniões do CNODS – Primeiro biênio .	173
	ANEXO A – Ata 01 – 1^a Reunião Ordinária	174
	ANEXO B – Ata 02 – 1^a Reunião Extraordinária.....	185
	ANEXO C – Ata 03 – 2^a Reunião Ordinária	190
	ANEXO D – Ata 04 – 2^a Reunião Extraordinária	195
	ANEXO E – Ata 05 – 3^a Reunião Ordinária	198
	ANEXO F – Ata 06 – 3^a Reunião Extraordinária	204
	ANEXO G – Ata 07 – 4^a Reunião Extraordinária	210
	ANEXO H – Ata 08 – 5^a Reunião Extraordinária	217
	ANEXO I – Ata 09 – 4^a Reunião Ordinária	223
	ANEXO J – Ata 10 – 6^a Reunião Extraordinária	227
	ANEXO K – Ata 11 – 7^a Reunião Extraordinária	231
	ANEXO L – Ata 12 – 8^a Reunião Extraordinária.....	236

1 INTRODUÇÃO

A discussão e a defesa do desenvolvimento sustentável enquanto paradigma ganhou novo ímpeto com a chancela da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, na adoção da resolução A/RES/70/1 – “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONUBR, 2018). No septuagésimo aniversário da organização, a visão tríplice de desenvolvimento, contemplando aspectos sociais, econômicos e ambientais, passou a compor sua agenda de forma mais integrada, representada na forma dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A concepção de desenvolvimento sustentável vinha sendo gestada nos debates internacionais a respeito do meio ambiente, tanto nas conferências entre Estados quanto no debate das comunidades epistêmicas e ativistas. Em paralelo, as discussões sobre desenvolvimento, que ultrapassaram décadas, também se aproximaram das questões ambientais e da visão de sustentabilidade. Desde o Relatório Brundtland, de 1987, a ideia de que o desenvolvimento no presente não deve comprometer as possibilidades de as gerações futuras usufruírem dos recursos disponíveis tem figurado como o conceito de desenvolvimento sustentável reconhecido no consenso político multilateral. Nas últimas décadas, outros núcleos conceituais, ideias, correlações e urgências passaram a acompanhar o conceito, até que ganhou a centralidade na nova agenda das Nações Unidas para 2030.

A proposição de agendas não era inédita dentro do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Na Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, a Rio 92, foi aprovada a Agenda 21, na forma de um plano de ação global de atenção ao meio ambiente e sua correlação com aspectos socioeconômicos. Também não era inédito o estabelecimento de objetivos ou metas para o desenvolvimento: a ONU lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), nos anos 2000, com oito objetivos identificados por especialistas a serem alcançados, em especial pelos países em desenvolvimento, até 2015. Entre esses objetivos, destacam-se a erradicação da extrema pobreza e da fome, a universalidade da educação básica, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde das gestantes e o combate a doenças como HIV/AIDS, malária e outras. Já o respeito ao meio ambiente, foi tratado de maneira superficial dentro dos ODM, estando presente aliado à qualidade de vida, no Objetivo 7 (UN, 2018).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, contudo, é apresentada de maneira diferente. Promete congregar em seu centro as principais questões e desafios nas áreas econômica, ambiental e social, de maneira integrada e transversal, sendo proposta universalmente – para todos os países. Acompanha a agenda o slogan “Não deixar ninguém

para trás”, que imprime uma atenção especial a grupos vulneráveis de todo o globo, exigindo atenção especial às suas necessidades para que também alcancem as metas. Os 17 objetivos foram elaborados e negociados através de um longo e complexo processo de discussão entre 2012 e 2015, sob as diretrizes colocadas pela resolução da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Os 17 objetivos são (ONUBR, 2018):

- Objetivo 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6 – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos;
- Objetivo 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima);
- Objetivo 14 – Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

- Objetivo 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;

Figura 1.1 – Ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil (2018).

Esse processo, que levou à construção das 169 metas que compõem os objetivos, contou com consultas à sociedade civil e a participação de 70 países membros das Nações Unidas através do *Open Working Group* – grupo de trabalho estabelecido para tal (KANIE, BERNSTEIN, et al., 2017). O relatório final do grupo de trabalho serviu como base da resolução aprovada pela Assembleia Geral. Compõem também a agenda, além dos objetivos e metas, as partes preambulares da resolução, que tratam dos meios de implementação e parcerias para consecução da agenda.

Na forma de uma resolução da Assembleia Geral, negociada em ambiente intergovernamental, a agenda tem caráter recomendatório. Ela é colocada como um compromisso global entre diversos atores, partes de uma *parceria global* entre Estados,

organizações, governos locais, empresas e pessoas. Nesta parceria, contudo, o papel do Estado é o de responsável pelo seu próprio desenvolvimento, tendo centralidade na adesão, implementação e medição dos objetivos e metas.

Ainda que reconheçam os avanços da proposição de uma agenda internacional em prol do desenvolvimento sustentável, uma parte da literatura, amparada no viés crítico, indica que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é insuficiente em aspectos centrais daquilo que propõem. Pogge e Sengupta (2015), por exemplo, ao ressaltarem o caráter recomendatório do documento nas Nações Unidas, apontam para a possibilidade de que os Estados se utilizem disso para escapar dos compromissos nele registrados. Ao mesmo tempo, esse caráter, que poderia representar a possibilidade de se construir um documento mais ambiciosos e aprovar uma agenda mais progressista, não se concretizou. Assim, segundo os autores, a agenda não cumpre o propósito que ela mesma declara – de inspirar um esforço internacional coordenado para erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (POGGE e SENGUPTA, 2015).

Entre as críticas levantadas por eles à agenda, estão a dubiedade e incerteza geradas por não estipular responsabilidades claras para os agentes competentes, sejam eles os Estados ou as agências internacionais; e a reticência em demandar uma reforma estrutural da ordem internacional global, cuja estrutura e dinâmica de funcionamento figura entre as causas dos problemas que a Agenda 2030 pretende enfrentar. Outra crítica importante é a ausência de uma linguagem “pesada” de direitos humanos, deixando de lado a ênfase em direitos já reconhecidos há algum tempo no âmbito das Nações Unidas (POGGE e SENGUPTA, 2015).

Para o presente trabalho, a visão crítica à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aqui ilustrada no trabalho de Pogge e Sengupta (2015) e de outros¹, não é ignorada. Reconhece-se, contudo, que a agenda é produto de negociações políticas, travadas ao longo do tempo, e que representa a acomodação temporária de interesses a respeito do assunto, registrando o peso dos diferentes atores que nelas atuaram. Ainda assim, acredita-se que a própria proposta de um processo de negociação ampliado e participativo engendra a possibilidade de que antigas e novas discussões sejam propostas a cada fase de implementação da agenda, em cada diferente localidade. Nesse sentido, a agenda aqui é encarada como ferramenta e uma oportunidade, mais do que como normativa.

¹Entre eles, Georgeson e Maslin (2018), Nicolai e Sarwar (2018), Raworth (2012; 2014), Le Blanc (2015).

A inovação dessa agenda de desenvolvimento está em sua escala, complexidade e pretensão de definir meios de implementação e monitoramento que atentam para as relações entre os objetivos traçados, como aponta a literatura (ALCALDE, 2017; BIERMANN, STEVENS, *et al.*, 2015; FOURIE, 2018). Essa característica implica uma diferença significativa para a adesão dos Estados ao compromisso internacional. Se antes a adesão aos regimes se dava pela assinatura e ratificação dos tratados e demais instrumentos de Direito Internacional, depois incorporados ao sistema jurídico doméstico; no marco da Agenda 2030, a adesão implica a adoção de nova forma de governança (IGES, 2015; MEULEMAN e NIESTROY, 2015; KANIE e BIERMANN, 2017) ou mesmo de um novo *framework* de formulação de políticas (ALCALDE, 2017)

Assim, entende-se que a Agenda 2030 pretende uma mudança no paradigma da cooperação através das instituições internacionais em um contexto de crise do multilateralismo². A produção normativa tem dado lugar a outras formas de governança, ou seja, novos mecanismos para influenciar o comportamento dos atores.

Young (2017) argumenta que a produção normativa (em inglês *rule making*) ocupou por muito tempo um lugar central nos mecanismos de governança global, tendo despertado grande interesse da academia em estudá-lo. Segundo o autor, a produção normativa é um mecanismo que busca moldar o comportamento dos atores (Estados e outros) ao estabelecer normas e acordar regulações, criando mecanismos de *compliance* para induzir os atores a se comportarem de acordo com o padrão da norma (YOUNG, 2017, p. 32). Muitos estudos no campo das Relações Internacionais têm se dedicado a medir os níveis de *compliance* dos Estados com as normas internacionais e apontar os problemas que a baixa capacidade de *enforcement* de algumas instituições as faz enfrentar na tentativa de alterar o comportamento estatal (ENGSTROM, 2017; SIMMONS, 2013; HAFNER-BURTON e RON, 2009; SIMMONS, 1998). Os baixos níveis de *compliance* podem ser observados em regimes como os do meio ambiente e de direitos humanos.

O mecanismo de governança por trás da Agenda 2030 das Nações Unidas, conforme Young (2017), é o estabelecimento de metas, ou *goal setting*. Já presente de maneira tímida nos ODM, esse mecanismo ganha robustez dentro do marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com 17 objetivos, 169 metas e outros tantos indicadores. A forma como busca

²Por crise do multilateralismo, como se verá no primeiro capítulo, entende-se a modificação nas formas de interação entre os Estados ao início do século XXI, com um relativo esvaziamento das organizações internacionais e de outros mecanismos de cooperação internacional, cuja proliferação marcou a segunda metade do século XX. Entre as causas de dita crise estariam mudanças no equilíbrio de poder internacional e no eixo dinâmico econômico.

dirigir o comportamento dos atores difere em vários pontos da produção normativa. No estabelecimento de metas, articulam-se aspirações e foca-se em procedimentos que gerem entusiasmo suficiente para garantir o empenho dos atores em alcançar os objetivos traçados dentro de um tempo estipulado. O autor identifica ainda alguns atributos necessários para a eficácia do *goal setting* no direcionamento do comportamento dos atores, que em algum sentido, se colocam como desafios para a implementação da Agenda 2030 (YOUNG, 2017).

Outros autores também identificam que a agenda se apresenta como um desafio inclusive para a própria ONU. Helgason (2016), por exemplo, analisa a estrutura de governança para o desenvolvimento do Sistema ONU, que tem por organismo central o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu desenho institucional, segundo o autor, impõe constrangimentos para a habilidade da organização em promover e garantir o cumprimento dos ODS (HELGASON, 2016). Por outro lado, o PNUD se coloca como ator central para amparar os diferentes atores ao redor do globo na implementação da agenda e promoção da cooperação para o desenvolvimento. Para tanto, a agência indica que tem trabalhado na elaboração e divulgação de documentos orientadores da implementação da Agenda 2030 por parte dos Estados, bem como no assessoramento dos governos (UNDP, 2019). Ainda assim, como aponta o trabalho de Helgason (2016), é preciso considerar sua capacidade real de executar seu mandato e as condições da agência nos últimos tempos, com redução do orçamento de alguns escritórios ao redor do globo.

Georgeson e Maslin (2018) também chamam atenção para o tamanho do desafio que a agenda representa para a capacidade operativa das Nações Unidas, em meio ao esvaziamento do multilateralismo, como se discutirá a seguir. Os autores apontam, porém, para a estratégia adotada pelo organismo de amparar-se na adesão e implementação nacionais da proposta – tarefa arriscada ao considerar o tempo que a iniciativa custou dentro do marco dos ODM (GEORGESON e MASLIN, 2018). Nesse sentido, ainda que inclua e ressalte a participação de diferentes atores, entre eles a sociedade civil organizada, empresas e governos subnacionais a Agenda 2030 reserva um papel fundamental para os Estados: promover a implementação e o monitoramento dos objetivos e metas, fazendo antes um trabalho de aproximação entre os objetivos de desenvolvimento nacionais e os ODS.

“Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como ideais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir como essas metas ideais e globais

devem ser incorporadas aos processos, nas políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental.” (ONUBR, 2018, p. 17).

Fourie (2018) trabalha diretamente com o dilema de alinhar a agenda nacional de desenvolvimento à nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável. Nas palavras do autor:

“Animar a soluções globais para desafios globais, enquanto requer implementação alinhada às prioridades nacionais, claro, faz sentido. Contudo, isso coloca aos governos nacionais o desafio de manter a integridade dos processos de planejamento nacional enquanto alinham os planos nacionais de desenvolvimento com os ODS da Agenda 2030” (FOURIE, 2018, p. 2, tradução nossa).

Ele, então, apresenta em seu estudo de caso a tentativa de alinhamento da agenda nacional de desenvolvimento da África do Sul com a nova agenda, defendendo a adoção do modelo de *Policy Coherence for Sustainable Development* (PCSD) como linha diretiva do processo.

Segundo Fourie (2018), tal modelo tem sua gênese dentro do Sistema ONU. Primeiro, como modelo orientador da Cooperação para o Desenvolvimento, na década de 1990, tinha o nome de *Policy Coherence for Development*, e procurava aproximar provedores e receptores da cooperação. Apenas em 2012, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fora do Sistema ONU, adota o referido modelo na gestão de suas atividades. Tinha uma perspectiva de alinhamento de objetivos e investimentos, considerando 4 dimensões (PICCIOTTO *apud* FOURIE, 2018): interna ao país provedor; entre os setores de investimento interno do provedor e os do receptor; entre os países provedores para um mesmo país receptor; e entre os objetivos de desenvolvimento do receptor e do provedor.

Contudo, com o debate da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, a perspectiva do desenvolvimento sustentável ganha força, e a *policy coherence* passa a ser debatida em outros termos. As prioridades de desenvolvimento devem ser estabelecidas pelos receptores da cooperação/assistência, com foco nos resultados e de maneira inclusiva: com abertura, confiança e respeito mútuo entre os provedores e receptores. A ideia de transparência e responsabilidade compartilhada também passa a ser central (FOURIE, 2018). Dentro do PCSD ficam marcadas, também, abordagens de formulação de políticas públicas: *whole-of-government approach*, *comprehensive approach to effects*, e *multidisciplinary nature of policy coherence* (FOURIE, 2018). Partindo dessas abordagens e do estudo da política de desenvolvimento da África do Sul, o autor propõe para o país linhas diretrizes para o alinhamento das agendas.

Nesse contexto, em que os processos de articulação nacionais tomam centralidade no cumprimento da agenda, faz-se necessário olhar com maior detalhe para a relação dos países em particular com a agenda em questão, como fez Fourie (2018). No caso do Brasil, a importância de sua participação nas discussões sobre desenvolvimento sustentável e regimes ambientais, além da atuação destacada da sociedade civil organizada em fóruns como a Rio+20, fazem do país interessante objeto de estudo junto com a nova agenda de desenvolvimento pós-2015. Aqui, não se pretende reproduzir o modelo de estudo de caso do autor, como se verá a seguir, mas sim lançar luz sobre o processo de implementação da Agenda no Brasil e sua congruência (ou não) com os parâmetros e a lógica definidos multilateralmente, ainda que estes sejam passíveis de críticas como já ressaltado.

Ao fazer um levantamento dos Relatórios Nacionais Voluntários³ apresentados ao *High Level Political Forum* em 2016 e 2017 e análises coletadas sobre esses documentos, Nicolai e Sawar (2018) chamam atenção para o fato de que os documentos representam uma boa amostra do compromisso político (e retórico) dos países, mas pouco se aprofundam na maneira como os ODS vêm sendo institucionalizados e implementados. Esse resultado, por si, já indica a necessidade de se dedicar ao estudo dos processos de implementação por parte dos países. Em especial, as autoras chamam atenção para a maneira como o slogan “Não deixar ninguém para trás” vem sendo interpretado, e concluem que, na maioria dos casos, não foram cobertas de forma satisfatória nem a participação de grupos mais vulneráveis na elaboração dos relatórios, nem políticas de atenção a esses grupos (NICOLAI e SARWAR, 2018).

O relatório brasileiro apresentado em 2017 é objeto de estudo de Nicolai e Sarwar (2018) de forma geral, sendo mencionado em específico na seção a respeito da institucionalização da agenda. Elas apontam que os países são encorajados, pelas orientações do Secretariado Geral das Nações Unidas, a apresentar em seus relatórios as maneiras que suas instituições domésticas têm se mobilizado para incorporar a Agenda 2030 e trabalhar para o alcance das metas. Nesse sentido, as autoras argumentam que a institucionalização é mostrada de forma muito heterogênea pelos países, sendo difícil a comparação entre eles. No caso do Brasil, é citado que seu relatório faz referência à interlocução com governos subnacionais, como o do Quênia, em contraste com outros relatórios, como o da Alemanha e do Afeganistão, que

³Os Relatórios Nacionais Voluntários são os instrumentos de acompanhamento oficiais dos países em relação à Agenda 2030, definidos pela ONU e apresentados ao *High Level Political Forum*. Ainda que voluntários, há o registro do compromisso de cada Estado-membro apresentar pelo menos dois relatórios durante o mandato da Agenda.

se referem à composição de agências/comitês específicos para os ODS (NICOLAI e SARWAR, 2018).

Ao resgatar o primeiro Relatório Nacional Voluntário (RNV) (BRASIL, 2017) do Brasil, contudo, é possível identificar a criação de uma estrutura institucional para a coordenação da implementação da agenda no país: a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), ainda que à época do relatório não estivesse em funcionamento. O relatório também menciona a adequação das metas e indicadores globais à realidade nacional. Observa-se, ainda, que o Governo Federal era tido como a esfera apropriada da articulação nacional, por ser o ente responsável pela articulação com os níveis subnacionais e demais atores relevantes, e mostra sinais de que havia uma compreensão da Agenda como oportunidade para aperfeiçoamento da gestão pública e da governança nacional (BRASIL, 2017, p. 20).

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a implementação de uma agenda internacional – a Agenda 2030 – pelo Brasil, considerando a mudança no paradigma de cooperação multilateral pretendida por ela e suas implicações para a governança nacional. Essa análise permite também registrar os processos de articulação política no país até o momento e mapear os atores mobilizados em torno da agenda, bem como apontar os principais desafios e entraves da sua adoção.

Para tanto, fez-se necessário investigar a atuação do Estado brasileiro dentro das negociações da Agenda 2030, tendo por referência seu histórico recente de adesão a agendas anteriores em ambos regimes (ambiental e de desenvolvimento), e ainda conservar uma visão expandida de Estado e da multiplicidade de atores brasileiros que interagem nesse processo de negociação. Soma-se à pesquisa, portanto, a necessidade de investigar a participação da sociedade civil brasileira nas rodadas de negociação – uma particularidade da agenda – e como ela passa a integrar o processo de implementação. Ao fazê-lo é possível desenhar melhor o contexto da implementação da agenda no país depois de 2015, levando em conta a participação social dentro das esferas de governança pública nacionais.

Investigar o processo de implementação doméstica de uma agenda negociada em uma organização internacional permitirá compreender de maneira mais aprofundada as dinâmicas e os processos políticos entre os Estados e essas organizações, como tem sido de interesse da literatura de Relações Internacionais, em especial do estudo de Instituições e Regimes Internacionais. A escolha do Brasil e da Agenda 2030 se justifica, ainda, por outros fatores.

Um deles é a timidez da academia nacional em debruçar-se sobre o tema de forma ampliada. As pesquisas sobre a Agenda 2030 de maneira global ainda são esparsas e se

dedicam, sobretudo, ao estudo dos conteúdos da agenda, seus objetivos e suas metas e aos possíveis desafios que a implementação de cada um em específico enfrentará nos diversos países (FOURIE, 2018). Esse cenário se dá em virtude da atualidade da temática, tendo a agenda sido adotada em 2015. Há, contudo, trabalhos que exploram as características da agenda e as implicações de sua implementação para o desenvolvimento sustentável de fato (IGES, 2015; MEULEMAN e NIESTROY, 2015; KANIE e BIERMANN, 2017; ZENELEV, 2017). Alguns destes últimos, produzidos anteriormente à adoção da agenda pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Em se tratando do Brasil, o levantamento bibliográfico apontou uma lacuna ainda maior desse tipo de trabalho, a despeito da atuação destacada de algumas universidades em aderir institucionalmente à agenda. Os trabalhos encontrados também se debruçam sobre objetivos específicos e sua implementação de forma fragmentada, mas não abordam a Agenda 2030 em totalidade nem suas implicações para a governança pública de maneira ampliada.

Por ter como objeto pauta tão recente, a presente pesquisa é uma oportunidade para o registro de um processo político ainda em andamento, e, por isso, ampara-se na História do Tempo Presente para tecer reflexões importantes. A partir dos seus resultados, é possível fazer memória institucional do processo de implementação de uma agenda internacional peculiar e, ademais, informar e subsidiar a tomada de decisões para os próximos passos de implementação e acompanhamento.

O horizonte temporal da própria agenda, 2030, é outro aspecto que denota a relevância deste trabalho. A agenda projeta-se por mais uma década, quando será avaliado, em retrospecto, o cumprimento com as metas por ela propostas. Realizar um trabalho de registro e análise das primeiras iniciativas, por parte do Brasil, para sua implementação permitirá avaliar com maior detalhe os resultados que serão obtidos na conclusão da agenda.

Frente à negociação e adoção de uma nova agenda para o desenvolvimento, pós-2015, no âmbito da Organização das Nações Unidas, procura-se entender como o Estado brasileiro, em específico seu Governo Federal, tem incorporado a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e em que medida as estratégias adotadas estão em conformidade com a lógica da própria agenda, discutida pela literatura. Para isso, a análise das estruturas governamentais criadas e/ou mobilizadas para a implementação e os atores, públicos e privados, nela envolvidos é determinante e justifica a escolha da Comissão Nacional para os ODS como foco central do estudo. Considerando, ainda, o encerramento da Comissão em 2019 por decisão do Governo Federal, a pesquisa ganha maior relevância e impulso, permitindo levantar questões sobre as descontinuidades no processo de implementação da Agenda e como refletem seu planejamento e estrutura.

Optou-se, para tanto, por realizar uma análise qualitativa da problemática em questão, amparada pela revisão bibliográfica e pelo levantamento de dados primários através de documentação e entrevistas com atores chave. A revisão bibliográfica⁴ foi realizada com dois enfoques: na Agenda 2030 de maneira geral, sua formulação, características e importância dentro da governança internacional para o meio ambiente e para o desenvolvimento; e na participação do Brasil, tanto enquanto Estado tanto como sociedade civil organizada, nas negociações da Agenda.

Para a coleta de dados primários, realizou-se pesquisa em arquivo digital do Diário Oficial da União em publicações de toda as seções de 01/01/2015 a 31/08/2019, com os termos “ODS” e “objetivos de desenvolvimento sustentável”⁵. Para a análise foram descartados aqueles sem relevância para o tema, em que os termos citados não faziam referência à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O apêndice A reúne os dados do levantamento e as notas metodológicas. Além dos documentos obtidos no levantamento, também foram analisados os documentos oficiais disponibilizados no site da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, hospedado no portal da Presidência da República (BRASIL, 2019a).

As entrevistas foram realizadas inicialmente na fase exploratória da pesquisa e, em seguida, através do método *snowball* (RATHBUN, 2008), em que as pessoas entrevistadas indicam novos possíveis entrevistados, considerando sua relevância para o assunto. No apêndice B deste trabalho, publicam-se os roteiros das entrevistas realizadas, como forma de atestar a validade metodológica e ao mesmo tempo assegurar o sigilo da identidade das pessoas que contribuíram com a pesquisa. Sem prejuízo a elas, utilizou-se trechos transcritos de suas falas, de forma anônima, no decorrer do texto.

Optou-se pela organização da presente dissertação em mais três capítulos, que sucedem esta introdução. O próximo capítulo, o segundo, explora e argumenta a mudança no paradigma da cooperação multilateral pretendida pela Agenda 2030 na forma como é discutida pela literatura a respeito do desenvolvimento sustentável e governança da sustentabilidade, que acompanhou a adoção da agenda. São trabalhadas as noções de governança, transgovernança (MEULEMAN, 2013) e metagovernança (MEULEMAN e NIESTROY, 2015), *goal setting* (KANIE e BIERMANN, 2017; YOUNG, 2017), e *framework* de políticas públicas

⁴ Em razão das limitações temporais e logísticas e por opção metodológica, o trabalho não pretende esgotar a literatura sobre a adoção de agendas internacionais de desenvolvimento, por parte do Brasil, ou fazer um relato descriptivo dos processos. O interesse maior reside na articulação das estruturas de governança para implementar uma agenda negociada no âmbito de uma organização internacional.

⁵ Para um extrato do levantamento, ver apêndice A.

(ALCALDE, 2017), a partir das quais foi realizado o esforço de identificar parâmetros e desafios para a implementação da agenda nas localidades. Busca-se, ainda, contextualizar a Agenda 2030 no cenário de crise do multilateralismo e as dificuldades do próprio Sistema ONU em gerir a governança para conduzi-la. As conclusões do capítulo apontam os reflexos da crise e da mudança de paradigma para os Estados, Organizações Internacionais e demais atores na Política Internacional, bem como advertem a necessidade de encontrar respostas teóricas no âmbito das Relações Internacionais.

No terceiro capítulo, é feito um resgate da participação do Brasil nos regimes internacionais para o meio ambiente e desenvolvimento desde a década de 1980 até os dias atuais, com ênfase para a adesão e o desempenho do país dentro do marco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e das negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015, cujo referencial é a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Na análise desta, destaca-se a participação da sociedade civil brasileira junto aos mecanismos internacionais de governança, trabalhando uma visão que identifica estruturas de participação e os atores que nelas interagem.

O quarto capítulo apresenta a análise da adoção da Agenda 2030 no Brasil, a nível nacional, sob a luz dos parâmetros e desafios identificados no capítulo 1. Uma primeira seção apresenta e analisa o trabalho da estrutura de governança e participação social criada pelo Governo Federal para coordenação da agenda – a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Optou-se por utilizar como marco temporal de 2016 até agosto de 2019, de sua criação até o final de seu primeiro mandato, que compreende todo o período em que esteve ativa, utilizando o período como recorte também para as demais seções. Alguns desdobramentos ainda no segundo semestre de 2019 foram incluídos nas seções, por sua relevância para o tema. A segunda seção expande o olhar, ainda dentro do Governo Federal, para outros órgãos e entidades que dialogam com a Agenda 2030, os ODS e sua implementação e monitoramento: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que participaram da Comissão como órgãos de assessoramento técnico. Ao apresentar o trabalho desses órgãos busca-se entender melhor a articulação e os instrumentos da governança federal para a implementação da agenda. Por fim, e não menos importante, soma-se como contraponto e complemento a contribuição da sociedade civil organizada dentro da Comissão e no seu entorno. A iniciativa dos Relatórios Luz, apresentados nas edições do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas, exemplifica a relevância do trabalho dessas organizações, a partir do qual é possível balizar o estágio da implementação da Agenda 2030 no país.

Por último, a conclusão retoma a trajetória argumentativa do trabalho, conectando os capítulos, e apresenta algumas “sementes de futuro”: acontecimentos de ordem política que extrapolam o marco temporal e institucional estabelecido para investigação, mas que ganham relevância a partir da análise realizada e, de certo modo, podem alterar e/ou ameaçar a trajetória de implementação da agenda como foi concebida. Vale ressaltar que o trabalho, em seu percurso, não ignora o cenário político brasileiro, os eventos recentes e seus impactos para a estabilidade institucional e dos projetos de governo. Contudo, trata-o como variável interveniente, pois busca dimensionar a implementação da Agenda 2030 no fluxo da política nacional e sua interação com atores como o governo, os órgãos federais e a sociedade civil organizada. O interesse é justamente explorar e analisar quais são as estratégias adotadas dentro das estruturas de governança para que a continuidade do processo de implementação se desse a despeito das mudanças de políticas e de governo, e como elas se situam frente aos parâmetros identificados no seio da agenda.

2 GOVERNANÇA, AGENDAS INTERNACIONAIS E MULTILATERALISMO: A AGENDA 2030 NA DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

"Afinal, não há nada no fato da ingovernabilidade, que é o ponto de partida, para desanistar o internacionalista que, de fato, trabalha em uma área cuja característica distintiva sempre foi não ser governada." (SMOUTS, 1998, tradução nossa).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é apresentada em 2015 como uma novidade para as discussões de desenvolvimento e de meio ambiente, colocadas no centro do multilateralismo e da discussão da alta política: a Assembleia Geral das Nações Unidas e o novo Fórum Político de Alto Nível (no inglês, *High Level Political Forum*). Fruto de um processo de elaboração e negociação que durou mais de três anos, a agenda é tida como a expressão de um consenso político internacional sobre os principais desafios a serem enfrentados no aspecto econômico, social e ambiental durante os 15 anos seguintes.

A expectativa de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 já era dada pela conclusão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com os quais a Organização das Nações Unidas (ONU) trabalhou entre 2000 e 2015. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, essa expectativa se converteu em demanda por uma nova agenda, que incluisse também os desafios ambientais mais urgentes numa visão integrada de desenvolvimento.

A declaração final da conferência no Rio em 2012, "O Futuro que Queremos", traz uma seção (parágrafos 245 a 251) sobre objetivos de desenvolvimento sustentável a serem formulados pela comunidade internacional, no seio das Nações Unidas. Entre as recomendações trazidas pelo documento está um alerta para sua compatibilidade com a agenda de desenvolvimento pós-2015, recomendando que sejam

"orientados à ação, concisos e fáceis de comunicar, limitados em número, ambiciosos, globais em natureza e aplicáveis universalmente a todos os países, enquanto levam em consideração as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais." (UNITED NATIONS' CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2012, p. 47, tradução nossa).

E acrescenta que os "governos devem dirigir a implementação com o envolvimento ativo de todas as partes interessadas, como apropriado." (UNITED NATIONS' CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2012, p. 47, tradução nossa).

O processo de elaboração da agenda contou com fases extensas de negociação e diversos processos de consulta, fazendo convergir diferentes processos em um só. São exemplos a III Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FfD3) e a terceira

Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, que também ocorreram antes do lançamento da Agenda em 2015, e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática de Paris (Acordos de Paris) que aconteceu no final do mesmo ano, mas teve seu espaço negocial respeitado pela agenda (KANIE, BERNSTEIN, *et al.*, 2017).

A elaboração dos objetivos foi conduzida pelo *Open Working Group*, grupo de trabalho estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2013 pela resolução nº 67/555, com 30 representantes das cinco regiões agrupadas pela ONU em uma distribuição complexa, como relatam Kanie, Bernstein, *et al* (2017). Eram seis assentos individuais (Benim, Congo, Gana, Hungria, Quênia e Tanzânia), nove compartilhados entre dois países de regiões similares (Bahamas e Barbados; Belarus e Sérvia; Brasil e Nicarágua; Bulgária e Croácia; Colômbia e Guatemala; México e Peru; Montenegro e Eslovênia; Polônia e Romênia; Zâmbia e Zimbábue), catorze compartilhados por grupos de três (Argentina, Bolívia e Equador; Austrália, Holanda e Reino Unido; Bangladesh, República da Coréia e Arábia Saudita; Butão, Tailândia e Vietnã; Canadá, Israel e Estados Unidos; Dinamarca, Irlanda e Noruega; França, Alemanha e Suíça; Itália, Espanha e Turquia; China, Indonésia e Cazaquistão; Chipre, Singapura e Emirados Árabes Unidos; Guiana, Haiti e Trindade e Tobago; Índia, Paquistão e Sri Lanka; Irã, Japão e Nepal; Nauru, Palau e Papua Nova-Guiné), e um assento compartilhado por quatro países (Argélia, Egito, Marrocos e Tunísia).

A decisão de ampliar a participação das delegações durante o trabalho do grupo possibilitou, como apontam os autores (KANIE, BERNSTEIN, *et al.*, 2017), ganhos de representatividade e o relaxamento das tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que costumavam acompanhar os debates sobre os temas econômicos, sociais e ambientais. O grupo de trabalho apresentou em 2014 um documento base para ser apreciado pela Assembleia Geral, que continha 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, que permaneceram praticamente intactos após sua aprovação e ganharam centralidade dentro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (KANIE, BERNSTEIN, *et al.*, 2017)

A Agenda 2030 pretende uma mudança no paradigma da cooperação internacional através das organizações internacionais, em especial nos regimes de desenvolvimento e de meio ambiente. Além de trazer para o centro da política internacional o debate sobre desenvolvimento sustentável, faz pensar a implementação de seus objetivos de forma diferente de regimes internacionais organizados em torno de tratados e acordos multilaterais. Parte-se de um paradigma de ratificação de tratados pelos Estados-membro, de *compliance* com normas do Direito Internacional para um novo, centrado na governança em diferentes níveis, na

colaboração com diversos atores (para além dos Estados), e envolvendo arranjos complexos para formulação de políticas.

Tal mudança exige dos Estados um comportamento diferente frente aos novos desafios do século XXI – que podem ser sintetizados na definição de **antropoceno**, com relação às questões ambientais, e da ***knowledge democracy***, sobre os fenômenos sociais e políticos. O conceito de antropoceno diz respeito à entrada do sistema terrestre em uma nova era geológica, em que a ação humana ocupa papel central para atingir um novo nível de equilíbrio ambiental e manter a humanidade dentro de um espaço seguro de operação (FRANCHINI, VIOLA e BARROS-PLATIAU, 2017; RAWORTH, 2012). Ao mesmo tempo, a humanidade tem experimentado uma transformação das relações entre a política, a ciência e a mídia, em que a multiplicação de atores e de canais de comunicação, a reflexividade e a incerteza têm imperado, configurando um novo paradigma democrático cunhado por int ‘t Veld (2013) como *knowledge democracy*.

Nesse cenário, é preciso esclarecer conceitos-chave utilizados na literatura de Relações Internacionais, tais como regimes e governança, a fim de explicar a mudança de paradigma que se argumenta. Esse trabalho é realizado na primeira seção do capítulo, que, através da revisão da literatura, busca, no campo da análise de políticas públicas, novos olhares sobre categorias analíticas, em especial sobre o termo governança, e sugerindo sua aplicação para a Política Internacional e doméstica. A seguir, o trabalho se debruça sobre estratégias de governança utilizadas dentro dos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento, como o *goal setting* (YOUNG, 2017) e a metagovernança (MEULEMAN, 2013).

Na terceira seção, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é colocada em pauta, com destaque para suas implicações sobre a governança nos diferentes contextos, podendo ser sobreposta ao internacional, ao nacional e ao local. É revisitada a literatura sobre governança da sustentabilidade, em grande parte produzida em diálogo direto com as discussões da própria Agenda 2030. Desse debate, é apresentado, na seção quatro, um *framework* de metagovernança que ampara tanto a elaboração de arranjos de governança para a implementação da Agenda, bem como a análise daqueles já estabelecidos. Busca-se com isso identificar parâmetros que permitam a análise do arranjo de governança estabelecido pelo Brasil, que será objeto do capítulo final do presente trabalho.

Por fim, a quinta seção debate os desafios de governança para as instituições internacionais no âmbito dos regimes internacionais de desenvolvimento com enfoque para o Sistema ONU e para os regimes ambientais. A conclusão retoma e apresenta algumas implicações que tanto os novos desafios do século XXI, quanto a Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, e as reconfigurações das relações internacionais, colocam para a formulação de políticas e para a academia.

2.1 Sobre governança e regimes

Ao se debruçarem sobre os desafios que a gestão coletiva do meio ambiente coloca para as relações internacionais, Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004) discutem três conceitos dos quais as abordagens teóricas sobre instituições internacionais têm se utilizado para estudar o tema: as **organizações**, os **regimes** e a **governança global**. Pela exposição dos autores, é possível observar uma graduação crescente no nível de complexidade dos fenômenos que os conceitos pretendem compreender. Os estudos das organizações internacionais, já tradicionais dentro da disciplina, se preocuparam ao longo do tempo, com a análise das instituições formais, seus processos e trabalho, bem como seu papel na gestão dos bens comuns ou na composição de um “governo mundial” (BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004).

Já o conceito de regimes internacionais teria sido utilizado, a partir da década de 1970, para explicar as dinâmicas do cenário internacional com o declínio da hegemonia estadunidense e as falhas das organizações internacionais, em especial das Nações Unidas, na gestão dos novos problemas globais. Trata-se de um conceito intermediário: menos amplo que sistema internacional (utilizado nas teorias neorrealistas) e mais abrangente que as organizações internacionais. Na definição mais popularizada, de Krasner (1995, p. 1), segundo a qual “são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, sobre os quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área temática”, os regimes são tratados como variáveis intervenientes, ou seja, fatores que influenciam o poder dos Estados e os resultados internacionais. Contudo, como apontam Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004), apesar da ampla utilização da palavra “regime” para análises do cenário internacional, não há precisão conceitual ou mesmo uma escola de pensamento unívoca que trabalhe o conceito. Hasenclever *et alii* identificam pelo menos três escolas de estudo diferentes que trabalham a noção de regimes internacionais (HASENCLEVER, MAYER e RITTBERGER, 2000).

Ao mesmo tempo, governança global se propõe como conceito ainda mais amplo, que ultrapassa as áreas temáticas sob as quais se restringem os regimes, mas, da mesma forma, carece de precisão teórica. Para discutir o conceito de governança, Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004) citam a utilização dos critérios de governabilidade postos pelo Banco Mundial (Governança Corporativa), o emprego na nomeação do estilo de tomada de decisão na União Europeia (Governança Multinível), ou ainda a designação da expansão de um projeto

liberal em escala global (Governança Global), quando é confundido com “globalismo”. Os autores exploram de maneira mais profunda outra definição possível, de Rosenau e Czempiel (2000), que trata a governança como “um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos”, (BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004, p. 106) em referência à governança sem governo.

Rosenau e Czempiel (2000) trabalham o conceito de governança distinguindo-o de governo e refinando suas relações com o conceito de ordem na esfera internacional. No capítulo inicial de seu livro, contudo, os autores admitem a falta de clareza em relação às definições. Para eles, apesar de próximos por se referirem a sistemas de ordenação de comportamentos, em que as atividades são orientadas para objetivos e metas, “governo” e “governança” se diferem em relação à formalidade. Enquanto “governo” implica atividades sustentadas pelo poder de polícia de autoridades formais, “governança” refere-se a atividades que também se pautam em um objetivo comum, mas que podem ou não estar respaldadas em responsabilidades legais e formalmente prescritas, sendo independentes do monopólio da violência para sua realização (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000, p. 15). Haveria, portanto, um elemento de adesão e eficiência por trás da governança: ela existe (ou é efetiva) quando é aceita pela maioria, ou pelos principais atores do meio em que se estabelece (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000).

Rosenau e Czempiel (2000) concebem a governança, ainda, em interação com o conceito de ordem internacional, e discutem-no junto ao conceito clássico de anarquia. Enquanto a ordem pode ser o resultado da ação impensada dos atores, a governança suporia intencionalidade de produzir tal ordem. Em resumo, entendem a governança global como pré-condição e consequência da ordem no sistema anárquico, e como forma de sistematizar e explicar as relações que se estabelecem, intencionalmente, no ambiente internacional. Essa linha argumentativa, como identifica Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004), é tautológica, ou seja, redundante e pouco aplicável como conceito explicativo.

É o mesmo raciocínio tautológico que Smouts (1998) identifica no tratamento que a literatura de Relações Internacionais dá ao conceito, como demonstra no artigo *“The proper use of governance in international relations”*. A autora aponta para a necessidade de buscar na análise de políticas públicas, área de conhecimento que desenvolveu com propriedade o conceito de governança, as raízes para melhor precisar o termo, tornando-o mais útil para o campo de estudo de Relações Internacionais.

Ao recuperar a definição cunhada pela Comissão das Nações Unidas para a Governança Global, de 1995, a autora define governança como um **processo**. Citando o relatório final da comissão, a autora destaca a seguinte definição:

“Governança é a soma das diferentes maneiras que indivíduos e instituições, públicas e privadas, gerenciam seus assuntos comuns. É um processo contínuo através do qual interesses conflitivos e diversos podem ser acomodados e ação cooperativa posta em marcha. Ela inclui instituições formais e regimes empoderados para reforçar *compliance*, bem como arranjos informais acordados por pessoas e instituições ou percebidos por eles como de seu interesse.” (THE COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE *apud* SMOOUTS, 1998, p. 83, tradução e grifo nosso)

As características centrais na formação de um conceito de governança seriam, portanto: (a) entendê-la como um processo, e não como atividade ou um sistema normativo; (b) entender seu mecanismo de funcionamento como acomodação de interesses, e não de dominação; ressaltando o envolvimento de entes públicos e privados; e (c), ainda que não seja uma instituição formal, sua sustentação por meio da interação contínua daqueles que nela participam (SMOUTS, 1998). Dessa forma, argumenta Smouts, o conceito é útil para o estudo de sociedades complexas, de crescente ingovernabilidade, e com a necessidade de gerenciar externalidades no contexto de interdependência, como é a sociedade global (SMOUTS, 1998).

Um dos principais ganhos do uso da governança como conceito analítico é a possibilidade de entender as relações internacionais como um processo de interação/negociação entre atores heterogêneos, fugindo do crivo interestatal. Mesmo que esse olhar para a heterogeneidade não seja novo enquanto perspectiva de estudo, é importante ser enfatizado, segundo argumenta a autora, que sugere uma valorização das arenas públicas em que se dão os processos de interação (SMOUTS, 1998).

Outro aspecto importante é que o uso do conceito de governança possibilita pensar em novas técnicas de gestão da ação coletiva, mais flexíveis às diferentes rationalidades e legitimidades envolvidas no processo. Segundo Smouts (1998), o conceito de governança modifica a forma como entendemos o papel do poder na definição das regras internacionais, e sugere uma inovação analítica: o foco recai sobre a forma como os mecanismos de regulação conjunta (no original, *joint regulation*) se desenvolvem, são alterados e se modificam, em um contexto de mudança constante, negociações e ajustes recíprocos, motivadas pelos próprios destinatários das “regras”. Difere da proposta de J. Nye e R. Keohane, em que se considera como central a capacidade dos atores de definir as regras do jogo e, assim, determinar os resultados das negociações em alguns setores (SMOUTS, 1998). Se diferencia também das abordagens de estudo de regimes internacionais pois, apesar de a governança acontecer dentro

de um quadro institucional mínimo que delimita direitos e deveres, não se esgota na análise dessas instituições e regras por elas originadas. É importante reconhecer, contudo, como faz a autora, que a construção de uma governança eficaz se faz dentro dos espaços institucionais delineados e entre atores socializados, dentro de um sistema mínimo de referência (SMOUTS, 1998).

Assim, a governança pode ser internacional, transcendendo fronteiras em seus arranjos e, de certa forma, estabelecendo processos de interação contínua. Porém, a autora é muito enfática ao afirmar que a ideia de “governança global” – como trabalhada na literatura corrente em Relações Internacionais – está em desacordo com o conceito de governança tal como apresentado (SMOUTS, 1998). A governança teria origem “na interação de subsistemas fragmentados que tentam integrar propósitos de ação coletiva no interesse público” (SMOUTS, 1998, p. 87, tradução nossa), e portanto, diz respeito a um número restrito de Estados e organizações que compartilham do mesmo sistema de referência, liberal e ocidental.

Falar de governança global como a “soma” das formas com que os indivíduos e instituições, públicos e privados, em todo o mundo, geram seus afazeres, tendo por valores a equidade, a segurança e a redistribuição , contradiz a ideia de governança – que considera uma proliferação de modos de organização, e pluralidade de níveis de tomada de decisão e autoridades (SMOUTS, 1998). Ela ainda ressalta a dificuldade de que um sistema de governança unívoco se estabeleça de maneira orgânica e que se traduza em um programa de ação coerente que traduza as aspirações de toda a humanidade. Sendo assim, refletir sobre a “governança global” se presta mais ao estabelecimento de padrões normativos e até prescritivos, do que à análise dos sistemas como tais (SMOUTS, 1998).

Cabe ainda, o alerta que faz Smouts sobre esconder, sob os auspícios do conceito de governança global, a defesa do liberalismo econômico como colocado nos dias atuais sem sua contraposição a valores como a equidade, a justiça e a redistribuição (SMOUTS, 1998). Tendo isso em mente, é importante pensar a (re)construção de espaços de governança de baixo pra cima, calcados nesses valores e abrindo oportunidades para uma nova configuração global, em alusão ao “Novo Multilateralismo” sugerido por Robert Cox (BARROS-PLATIAU, VARELLA e SCHLEICHER, 2004).

Podemos, então, considerar a governança, de maneira ampla, como um processo contínuo de interação entre diversos atores, de naturezas e interesses diferentes, que se dá com a intenção de orquestrar suas atividades comuns, conduzindo o comportamento dos demais atores, e em um ambiente permeado por padrões e normas comportamentais múltiplas e passíveis de alteração no decorrer do processo. Posto desta forma, o conceito ganha utilidade

para a descrição e análise tanto de fenômenos restritos ao espaço doméstico dos países, quanto da seara internacional, quanto ainda daqueles que desafiam as noções geográficas estabelecidas e permeiam as fronteiras políticas de forma complexa, constantes no século XXI.

A partir do entendimento de governança como processo, cuja origem é a análise de políticas públicas, é possível compreender a produção normativa (*rule making*) como um mecanismo de governança, uma estratégia segundo a qual operam os regimes internacionais. O mecanismo tem por finalidade moldar o comportamento dos Estados e demais atores através da formulação, de maneira negociada, de prescrições comportamentais (padrões normativos, regras e normas, regulamentações) a serem seguidas ou observadas por um período indefinido de tempo (YOUNG, 2017). Junto das prescrições são estabelecidos mecanismos de *enforcement* e *compliance* que induzem os atores a se comportarem de acordo com o padrão normativo.

Stokke (1997) realiza o esforço de identificar os mecanismos de governança, tais como o *rule making*, considerados pelas diferentes vertentes do estudo de regimes. O autor identifica que os regimes podem ser considerados sistemas de governança que operam segundo mecanismos específicos. Ele identifica autores que apontam uma **lógica funcional** na operação dos regimes, que se aproxima da descrita por Young (2017) ao identificar instrumentos ou remédios institucionais para superar barreiras de ação coletiva; e também uma **lógica racional**, baseada nas teorias econômicas de custo-benefício, segundo as quais a eficiência dos regimes se daria na medida em que conseguem alterar a distribuição de custos/ganhos, tornando as opções de cooperação mais benéficas aos atores envolvidos (STOKKE, 1997).

Grande parte da literatura sobre instituições internacionais tem se dedicado a explorar os níveis de *compliance* e a força das normas dentro de diferentes regimes, como do meio ambiente e dos direitos humanos (KOERNER e MAIA, 2018), tidos como de baixa performance. São auferidos graus de comprometimento dos Estados com os regimes através da análise dos processos de incorporação dos tratados internacionais aos ordenamentos jurídicos domésticos e do monitoramento do cumprimento com as normas através do tempo. Estas abordagens estão relacionadas, de maneira muito íntima, com o Direito Internacional e com o estudo exclusivo das normativas. Contudo, há outras estratégias de governança que foram pouco exploradas em se tratando da esfera internacional, tanto pela academia quanto por organismos internacionais.

Um exemplo deste mecanismo é o estabelecimento de metas (*goal setting*), como apresentado por Oran R. Young (YOUNG, 2017). Através do estabelecimento de metas, ou objetivos, busca-se dirigir o comportamento “(i) estabelecendo prioridades para a alocação de atenção e recursos escassos entre objetivos concorrentes, (ii) estimulando os esforços daqueles

assignados a trabalhar para atingir os objetivos, (iii) identificar alvos e prover critérios e referências a serem usados no monitoramento do progresso até as metas, e (iv) combater a tendência a desejos e impulsos de curto prazo que distraem atenção e recursos dos que trabalham para atingir as metas” (YOUNG, 2017, p. 32, tradução nossa). Assim, três características seriam essenciais: a identificação de prioridades e sua tradução na forma de objetivos explícitos; o esforço contínuo para atingir os objetivos em modo de campanha durante o período fixado para o atingimento das metas; e a definição de métricas claras para medir o progresso ao longo do tempo. A premissa central é articular aspirações e dirigir a atenção para procedimentos de gerem entusiasmo entre aqueles que apoiam as metas, e maximizar a dedicação necessária para manter um esforço contínuo na persecução dos objetivos (YOUNG, 2017).

Young (2017) deixa claro que o estabelecimento de metas foi usado como estratégia de governança em diferentes momentos políticos, dentro dos espaços nacionais e internacionais. Ele aponta como exemplo central na arena internacional os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apresentados pela Declaração do Milênio da Assembléia Geral das Nações Unidas no ano 2000. É possível entender a adoção de tal mecanismo de governança por parte da Organização das Nações Unidas como uma resposta aos resultados frustrantes que a organização recebeu dentro dos incentivos ao desenvolvimento até o final da década de 1990 e à chamada crise do multilateralismo.

2.2 Estratégias de governança no centro do debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio eram oito: (1) Acabar com a fome e com a miséria; (2) Educação básica de qualidade para todos. (3) Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; (4) Reduzir a mortalidade infantil; (5) Melhorar a saúde das gestantes; (6) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; (7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; (8) Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento. Foram adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução nº 55/2, que ficou conhecida como Declaração do Milênio (ROMA, 2019). Dentro dos oito objetivos gerais estavam estabelecidas 21 metas mais específicas, a serem acompanhadas por 60 indicadores no período de 1990 a 2015, pois tinham como linha base os dados daquele ano (ROMA, 2019).

Jeffrey Sachs (2012), Conselheiro das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e diretor do Projeto do Milênio da organização, avaliou o progresso dos objetivos de maneira cautelosa. Ele, em artigo de opinião em 2012, ressalta que

um grande número de países não conseguiram atingir as metas colocadas pelos ODM até 2015, mas que o progresso que as metas alavancaram não poderia ser negligenciado. Tão importante teria sido o impacto do estabelecimento de metas, da forma como colocadas nos ODMs para o avanço nos parâmetros de desenvolvimento alcançados até então que antes mesmo do final do prazo da agenda, já se discutia a necessidade de novas metas globais de desenvolvimento. Acrescidas a elas a urgência em estabelecer também metas relacionadas aos impactos da ação antropogênica sobre o meio ambiente, evidenciadas nos relatórios das organizações comprometidas com o debate ambiental. Segundo Sachs, o consenso sobre o desenvolvimento sustentável, ancorado nos pilares econômico, social e ambiental, apareciam como um bom ponto de partida para o estabelecimento de novas metas e objetivos (SACHS, 2012).

Essa iniciativa de estabelecimento de novas metas globais, já declarada no relatório do Secretário Geral das Nações Unidas em preparação para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), teria muito o que aprender com os acertos e fracassos dos ODM, para Sachs (2012). Ele aponta três características de sucesso: a simplicidade com que os objetivos foram apresentados ao grande público; a agilidade da negociação e da formação de consenso em se tratando de um instrumento não vinculante, mas de compromissos práticos e morais; a tradução dos compromissos em medidas específicas e práticas, passíveis de adoção pelos governos e pela sociedade civil. Por outro lado, quatro debilidades do estabelecimento dos ODMs precisariam ser enfrentadas para a nova agenda: a ausência de metas intermediárias dentro do horizonte temporal, para permitir um acompanhamento mais contínuo; a coleta e disponibilidade de dados precisos e atualizados sobre todos os países; o engajamento do setor privado desde as negociações dos objetivos, como forma de comprometer os com as iniciativas; e a disposição do financiamento das ações e estratégias de sustentabilidade (SACHS, 2012).⁶

Além do mais, a integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, que já vinham sendo debatidos dentro das agendas ambientais longamente, seria um grande desafio. O autor ainda acrescenta a elas outra dimensão necessária para o sucesso da agenda: **a governança**. Sachs chega a colocá-la como um objetivo específico, fazendo eco ao último objetivo dos ODMs, mas chamando atenção para as características de uma boa governança nos vários níveis de articulação política que trabalharão com a agenda: *rule of law*, direitos

⁶ Outra característica dos ODM criticada por delegações e por membros da sociedade civil foi o peso da atuação de especialistas, em especial Sachs, na definição das metas e no acompanhamento do desempenho. Teria sido um processo com pouca participação, quer dos países membro, quer da sociedade civil (FEHLING, NELSON e VENKATAPURAM, 2013).

humanos, transparência, participação, inclusão e instituições que dêem suporte produtivo e balanceado às atividades públicas, privadas e da sociedade civil (SACHS, 2012).

A importância da governança da sustentabilidade, que se vê refletida na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foi apontada pela academia e os debates sociais no processo de negociação da Agenda. O projeto do Instituto para Estudos Avançados em Sustentabilidade (IASS), com sede em Potsdam, *Science for Sustainable Transformations: Towards Effective Governance* (TransGov), é um exemplo das contribuições que investigaram nessa linha. Foi iniciado em 2010 e apresentou seu primeiro relatório em 2012, sendo publicado no livro *Transgovernance: Advancing sustainability governance* em 2013 (MEULEMAN, 2013).

A partir do diagnóstico de que vivemos em um novo paradigma democrático, a *knowledge democracy* (IN 'T VELD, 2010), os autores propõem repensar a forma como a sustentabilidade é gerida tanto no cenário internacional, com a composição dos regimes ambientais, quanto pelos próprios países. Segundo in 't Veld (IN 'T VELD, 2013), houve uma modificação significativa na forma como a política, a mídia e a ciência se relacionam dentro do ambiente de reflexividade acelerada, incertezas e complexidade em que as sociedades se encontram. Os arranjos transdisciplinares das ciências, a ascenção das novas mídias sociais e a difusão de mecanismos de participação democrática teriam aberto espaço para tensões com os velhos modelos da democracia representativa, da produção de conhecimento e do controle da informação. São comuns nesse contexto os chamados problemas truncados⁷ em que confluem variáveis complexas e não há consenso social que permita tomar decisões acertadas, seja com base no conhecimento científico ou em valores sociais homogeneamente difundidos. Segundo o autor (IN 'T VELD, 2013), é esse o contexto em que se insere o conceito de desenvolvimento sustentável: lida com problemas de natureza multinível, multidisciplinares e envolvem múltiplos atores, além de estarem imbuídos em valores conflitantes e pouco coesos. Os arranjos de governança que foram estabelecidos anteriormente, com respaldo em paradigmas democráticos anteriores (como a democracia representativa), não dariam conta de lidar com esses problemas truncados.

Segundo Meuleman (MEULEMAN, 2013), os arranjos de governança do desenvolvimento sustentável a nível global ainda estavam ancorados na hierarquia e na centralização: assinatura de tratados, acordos e negociações entre Estados soberanos e seus plenipotenciários. Essa mesma lógica se reproduziria nos ambientes domésticos, com estruturas

⁷ No original, *wicked problems* (IN 'T VELD, 2013).

legislativas e práticas de fiscalização de irregularidades ambientais, em conformidade com os padrões internacionais, sem observar as peculiaridades e diversidades de cultura organizacional dos países. Dada a natureza truncada dos novos problemas ambientais, tais arranjos se provaram insuficientes, sendo necessário, para Meuleman, pensar em termos de **metagovernança**: como estruturar arranjos de governança, combinando diferentes estilos, que dêem conta da complexidade dos problemas globais e se atentem às culturas locais? Caberia aos Estados e aos governos, dentro de um papel novo, orquestrar esse novo tipo de processo de interação entre atores múltiplos (MEULEMAN, 2013).

Como relatado em outra oportunidade, (ARAÚJO, 2019b), o conceito de transgovernança é construído pelos autores e apresentado na forma de um relatório, não de maneira prescriptiva e unívoca, mas com pontos chave que permitam sua adaptação a múltiplas realidades.

“São eles: (a) criação de arranjos “co-descentralizados”, que pensem uma rede de organizações públicas e privadas; (b) condições para melhores decisões de longo prazo; (c) uma nova diplomacia de acordos internacionais, considerando a multiplicidade de atores e formas de governança; (d) condições para sistemas científicos transdisciplinares; (e) pesos e contrapesos para a comunicação científica e tradução para a política; (f) aumentar a relevância de iniciativas locais/das cidades; (g) um novo papel para o Estado, como arquiteto do projeto de desenvolvimento; (h) novas estratégias para pensar e lidar com os públicos; (i) novas instituições e transformação das antigas; e (j) monitoramento dos processos por métricas que se alinhem com métodos de pesquisa dialogados.” (ARAÚJO, 2019b).

A governança da sustentabilidade também aparece como desafio central no diagnóstico que Zusman, Bengtsson e Olsen (2015) fazem para enfrentar os *gaps* de implementação no regime ambiental. Segundo os autores, mesmo as crises ambientais tendo despertado cada vez mais interesse e tomado espaço nos debates internacionais, nas agendas e no organograma das organizações internacionais desde a década de 1970, não parece ter havido efeito sobre a situação ambiental no planeta. Ao contrário, o espaço seguro de ação humana, ou seja, os limites para a utilização segura dos recursos naturais sem afetar as capacidades naturais de reabastecimento, tem encolhido como mostram estudos citados pelos autores. Essa inconsistência entre as propostas institucionais para o problema e os resultados alcançados revelam um *gap* de implementação dos instrumentos ambientais internacionais. Segundo os autores, para fechar tal *gap* não seriam necessários mais acordos, instrumentos legais, políticas ou planos de ação, mas uma melhor governança (ZUSMAN, BENGTSSON e OLSEN, 2015).

O desafio central envolve, além de repensar os processos de formulação de política dos governos nacionais e recolocar incentivos e mecanismos das organizações internacionais, alinhar os interesses cada vez mais diversos de atores operando em diferentes níveis de tomada

de decisão. Dificulta ainda a institucionalidade de alguns interesses e arranjos que congelam o *status quo* e impedem mudanças mais significativas (ZUSMAN, BENGTSSON e OLSEN, 2015, p. 3).

Assim, o cuidado concedido à governança dentro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para além do estabelecimento dos ODS, pode ser considerado como um acerto na direção apontada pelos autores, de repensar os processos de articulação. Evidência que sustenta o argumento é o estudo de Zusman e Miyazawa (2015) que correlacionou a “boa governança” com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos países. A pesquisa utilizou as definições e índices de boa governança disponibilizados pelo Banco Mundial, obtendo resultados positivos para as variáveis “*rule of law*” e “efetividade do governo”. Nesse sentido, indicam que seria interessante que as instituições internacionais coordenassesem esforços parar promover esses dois aspectos dentro do paradigma de desenvolvimento sustentável, como sugerem as correlações estudadas (ZUSMAN e MIYAZAWA, 2015).

Contudo, dentro da nova agenda e diferentemente dos ODMs, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são propostos a partir de uma natureza integrada, transformacional e universal. Ela requer ir além do fortalecimento das instituições públicas e dos sistemas legais como estão, exige possibilitar o engajamento de múltiplos atores, que não apenas os governos como considerados nas métricas do Banco Mundial, em especial pela grande participação de atores não estatais na prestação de serviços e provimento de bens públicos. Seria preciso contemplar a todos dentro de um novo arranjo internacional de governança (ZUSMAN, BENGTSSON e OLSEN, 2015).

2.3 A Governança na Agenda 2030

Questões relativas à governança foram incluídas de maneira explícita na apresentação da Agenda 2030. Além das descrições nas partes preambulares e textuais da resolução A/RES/70/1, dois objetivos (16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, e 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável) são dedicados a questões a elas relacionadas e, dentro dos demais objetivos, algumas metas de implementação foram colocadas (identificadas com letras). A presença desses aspectos no próprio documento de apresentação espelha as análises conduzidas antes dos processos de negociação da agenda, segundo Zusman, Bengtsson e Olsen (2015). Ainda segundo eles, o

sucesso de sua implementação dependeria da identificação das áreas sinérgicas entre os objetivos e da adoção de mecanismos integrados para alcançá-los.

A própria ideia de desenvolvimento sustentável pressupõe a interconexão e interdependência entre três esferas, consideradas por alguns irreconciliáveis: o bem-estar econômico, o bem-estar social e a proteção ao meio ambiente. Grande parte do fracasso em alcançar melhores resultados com os regimes e instrumentos atuais pode ser creditado ao fato dessas conexões terem sido ignoradas e tratadas de maneira isolada por organizações, governos, empresas e sociedade civil. A proposta sobre a qual a Agenda 2030 e os ODS foram construídos busca integrar as dimensões.

Dalampira e Nastis (DALAMPIRA e NASTIS, 2019) utilizam metodologias de análise visual de redes para conciliar os 17 ODS com as esferas do desenvolvimento sustentável, usualmente representadas pelo diagrama de Venn, e distribuir os objetivos entre os pilares econômico, social e ambiental. A pesquisa conduzida pelos autores conseguiu representar de forma gráfica a compreensão de cientistas, acadêmicos, professores e administradores sobre as interlocuções que eles visualizam entre os objetivos da agenda e os pilares do desenvolvimento sustentável. Um dos gráficos que apresentam pode ser visto na figura 2.1.

Figura 2.1 – Ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mapeados de acordo com a indicação de especialistas



Fonte: Dalampira e Nastis (DALAMPIRA e NASTIS, 2019).

Pela análise conduzida pelos autores, grande parte dos ODS se concentrariam nas intersecções entre temas sociais e ambientais (ODS 2, 4, 10, 15 e 16), e entre ambientais e econômicos (ODS 1, 3, 11, 12, 13, 17). Na análise, dois objetivos, ODS 6 (garantir acesso a água e saneamento para todos) e ODS 7 (energia acessível e limpa) foram considerados como pertencentes apenas ao eixo ambiental. Outros dois (ODS 8 e 9) foram colocados na intersecção entre economia e sociedade, e apenas dois na intersecção central, entre as três esferas, os ODS 5 e 14 (DALAMPIRA e NASTIS, 2019).

Acredita-se, contudo, que há mais possibilidades de integração entre os objetivos, a depender das correlações que se podem estabelecer na implementação dos projetos, e ao considerar a Agenda 2030 como uma rede de metas e objetivos, em que cada ponto está intrinsecamente conectado a outros, como aponta Le Blanc (2015). A depender do recorte que se faz dos objetivos, é possível agrupá-los em diferentes nexos, como o exercício de combiná-los com o chamado “espaço seguro e justo de operação humana”, uma intersecção entre os estudos sobre limites planetários ambientais e a dimensão social do desenvolvimento. O *doughnut* da Oxfam (RAWORTH, 2012) é o exemplo dessa integração, que se apoia também na linguagem de direitos humanos.

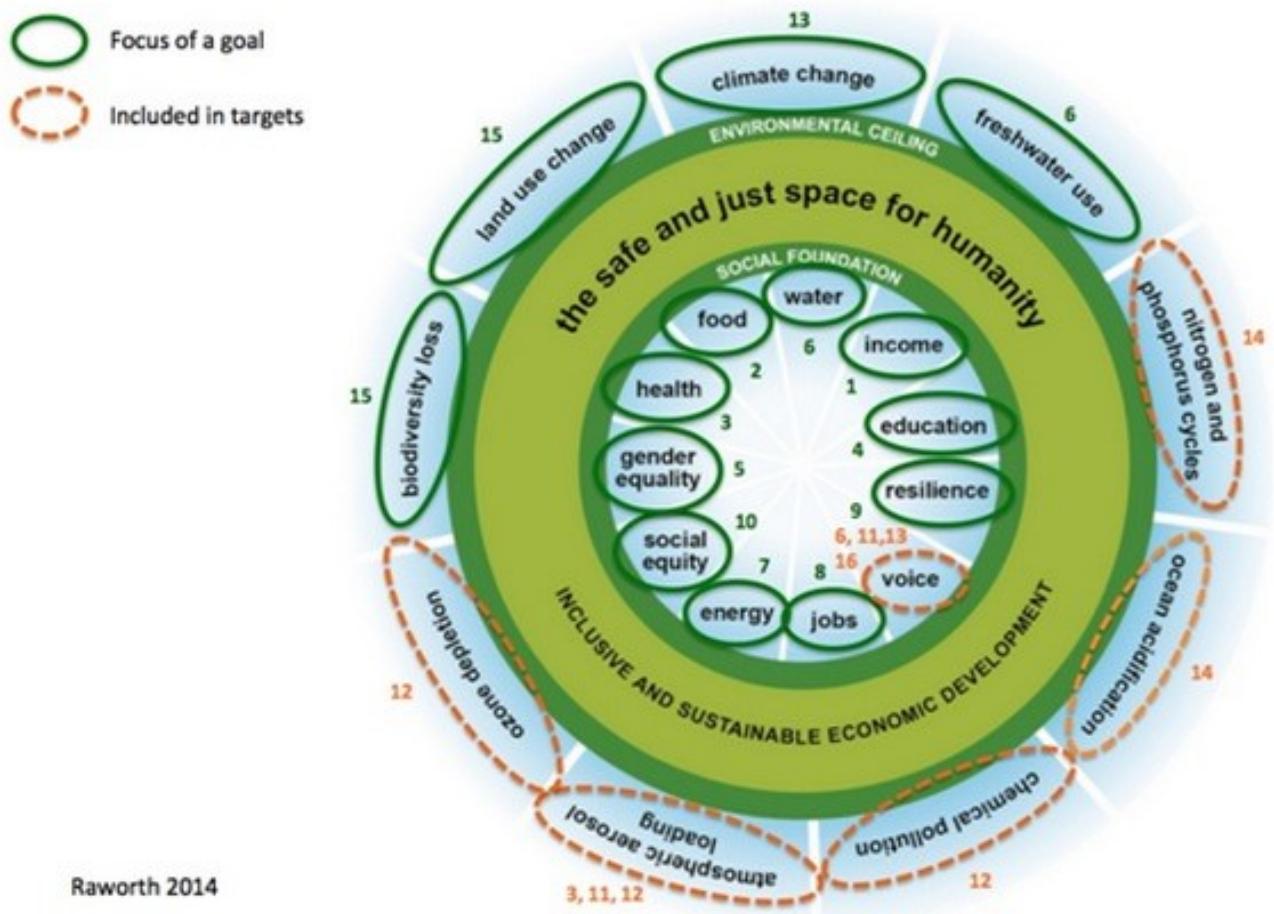
Figura 2.2 – Doughnut da Oxfam



Fonte: Raworth (2012).

A autora elaborou o esquema conceitual a partir da análise das prioridades sociais presentes nos documentos submetidos pelos governos para a conferência Rio+20, e a partir dos estudos a respeito dos limites planetários de Rockström e colegas. Como apresenta Raworth, e pode ser visto na figura 2.2, 11 dimensões compõem a base social mínima a ser garantida amplamente: alimentação, água, renda, educação, resiliência, voz ativa, emprego, energia, equidade social, igualdade de gênero e saúde. Ao mesmo tempo, nove dimensões ambientais colocam limites à ação humana, como um teto ambiental: mudança climática, uso da água doce, ciclos do nitrogênio e do fósforo, acidificação dos oceanos, poluição química, concentração de aerossol atmosférico, destruição da camada de ozônio, perda da biodiversidade e mudança no uso da terra. Dentro destes parâmetros se configuraria um espaço seguro e justo para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, representado em verde na figura (RAWORTH, 2012).

Figura 2.3 – Doughnut da Oxfam x Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Raworth (2014).

Em publicação posterior, a mesma autora (RAWORTH, 2014) contrasta as dimensões elencadas para constituir o espaço seguro e justo para o desenvolvimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas apresentadas no relatório o *Open Working Group* das Nações Unidas para a Assembleia Geral em 2014. As principais observações da autora revelam que, ainda que todas as dimensões apareçam entre os objetivos e metas elencados, como se pode observar na figura 2.3, há uma maior cobertura e ênfase da base social, enquanto alguns limites planetários ainda são tratados de maneira secundária e vaga. Outro desafio identificado pela autora é o compromisso com o crescimento econômico, que se não for associado com a distribuição de renda e dissociado do aumento de uso de recursos de forma degradante, pode significar o comprometimento tanto das bases sociais quanto dos limites ambientais (RAWORTH, 2014).

Apesar de contar com mais legitimidade do que os ODM, pelo amplo processo de participação dos Estados e de consulta à sociedade civil e grupos interessados, os consensos expressos nos objetivos e metas aprovados como a Agenda 2030 receberam críticas, como as de Raworth (2014), da Oxfam e de outros, que revelam a insatisfação da sociedade civil e das comunidades epistêmicas que estudam o desenvolvimento sustentável. Mesmo propondo soluções para alguns erros dos ODM, como a precisão dos indicadores e a seletividade das metas em relação aos países em desenvolvimento, a agenda conserva alguns entendimentos considerados questionáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável de fato, como a noção de crescimento econômico clássica como objetivo e a ênfase nos recursos financeiros domésticos como motores para o desenvolvimento (GEORGESON e MASLIN, 2018; RAWORTH, 2014). Georgeson e Maslin (2018) destacam também, de maneira enfática, que a agenda cria um novo papel para os doadores, sendo questionável a pretensão universal das metas e dos objetivos.

Pogge e Sengupta (2015), na fase do documento do *Open Working Group*, somaram-se às críticas, e sugeriram modificações, à época. Segundo eles, a agenda erra ao não estipular de maneira clara responsabilidades a agentes competentes, sejam Estados, organismos internacionais ou outros atores, e, considerando a natureza recomendatória das resoluções da AGNU, a indefinição de responsáveis pela meta dificulta o acompanhamento de cada uma e cria mais oportunidades para que os Estados se esquivem dos compromissos registrados. Além disso, aponta que a agenda é pouco questionadora das estruturas institucionais internacionais, mesmo daquelas cujas lógicas de funcionamento está entre as causas dos problemas que pretende enfrentar – como a pobreza e as desigualdades. Nesse sentido, ela apenas sugere mudanças tímidas a mecanismos de financiamento do desenvolvimento ou ao controle de fluxos

financeiros ilícitos entre fronteiras, por exemplo, mas não os denuncia. O mesmo acontece com modos de produção e consumo prejudiciais ao meio ambiente, não recebem a atenção e preocupação necessárias, na avaliação de Pogge e Sengupta (2015).

Uma linguagem mais robusta na defesa de direitos humanos já reconhecidos no âmbito das Nações Unidas também ficou ausente. O tratamento dos direitos humanos, segundo os autores, é pouco ambicioso ao tratar da igualdade de gênero, ou da alimentação, água e saneamento básico, esses últimos não reconhecidos como direitos humanos dentro da Agenda 2030. Falham, ainda, em reconhecer a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos, condicionando-os às adequações nacionais (POGGE e SENGUPTA, 2015).

Os objetivos e metas aprovados em 2015, após as negociações entre as delegações dos países membro na AGNU, correspondem aos mesmos do documento apresentado pelo *Open Working Group*: 17 objetivos gerais e 169 metas específicas, sendo que não se pode observar grandes progressos na direção de fortalecer o chamado teto ambiental proposto por Raworth (2014) ou no sentido que propõem Pogge e Sengupta (2015). Ainda que deixe a desejar em uma série de pontos importantes, os esforços de negociação e seu processo participativo marcam avanços significativos na aproximação dos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, sendo uma tentativa de considerá-los de maneira integrada e traduzi-los em considerações práticas para a gestão da governança e a formulação de políticas em todos os níveis políticos, do global ao local.

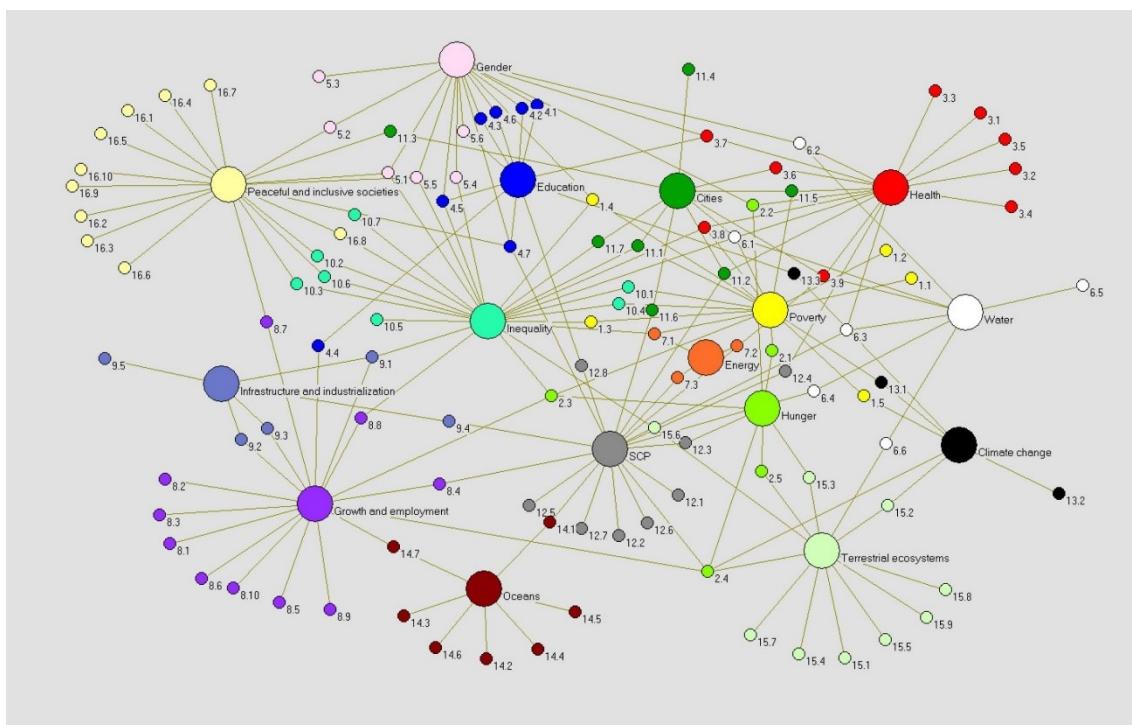
A opção pela estratégia de *goal setting*, tal qual apresentada anteriormente, revela um aprimoramento do processo de elaboração em relação aos ODM (YOUNG, 2017), permeado pela participação social e de comunidades epistêmicas, se aproximando de um modelo integrativo na tentativa de conciliar os interesses dos países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento, além da sociedade civil que acompanhou e participou do processo. Assim, a agenda pode ser encarada como oportunidade e, ao trabalhar pela sua implementação com atenção aos desafios e lacunas, é possível orquestrar as mudanças necessárias e voltar a incluir debates que ficaram para trás no caminho das negociações. Uma vez estabelecidos os objetivos, da forma como foram, têm a possibilidade de ampliar seu impacto através do comprometimento com a agenda e a melhoria dos processos de implementação e monitoramento, levando em conta, por exemplo, as interconexões no interior da agenda.

No intuito de visualizar tais interconexões, Le Blanc (2015) considerou os objetivos e também as metas como uma rede e realizou um mapeamento de seus nexos internos, indo além de análises como a de Dalampira e Nastis (2019). Seu trabalho mostrou que há uma maior interdependência entre as metas do que se viu em iniciativas anteriores, sendo possível

identificar para além das metas pertencentes aos objetivos, metas expandidas – pertencentes a outros objetivos, mas que dizem respeito e se relacionam de forma sinérgica a um dado objetivo. Das 107 metas analisadas, 60 se referiam explicitamente a pelo menos um outro objetivo, e 19 se conectavam com três ou mais objetivos. Assim, essa teia de objetivos favorece olhar para os temas de desenvolvimento sustentável de maneira integrada, considerando sinergias positivas entre objetivos e os *trade-offs* antes ignorados (LE BLANC, 2015).

O autor chama atenção para alguns objetivos que ocupam o centro da rede, como pode ser visto na figura 2.4: ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 10 (redução das desigualdades), ODS 1 (erradicação da pobreza) e ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico). O estudo mostra que esses seriam aqueles com mais ligações em termos de metas expandidas e conexões com outros objetivos. Também aponta para uma forte interconexão entre os ODS 4 e 5, igualdade de gênero e educação de qualidade; entre os ODS 1 e 10, erradicação da pobreza e redução das desigualdades; e entre este último e o ODS 16, paz, justiça e instituições eficazes. Ao mesmo tempo, outros objetivos aparecem de forma mais isolada, com poucas conexões identificadas através das metas, como o ODS 7 (energia limpa e acessível), o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), e o ODS 14 (vida na água) (LE BLANC, 2015).

Figura 2.4 – ODS como uma rede de metas



Fonte: Le Blanc (2015, p. 6)

Isso não significa que tais questões tenham menos relação com os objetivos, como ressalta o autor. A Agenda 2030 e os ODS refletem um consenso político a respeito do desenvolvimento sustentável, obtido após um longo período de negociação interestatal no seio das Nações Unidas. Portanto, o mapeamento que realizou Le Blanc (2015), é um mapeamento da forma como os diferentes temas interagem a partir de uma perspectiva política datada. No cruzamento com outros mapeamentos de temas correlatos ao desenvolvimento sustentável, conduzido junto a comunidades epistêmicas, outras conexões e sinergias aparecem de forma muito mais fortalecida, como é o caso do nexo “clima, terra, energia e água” (CLEW). Ele aponta, portanto, que o processo de implementação da Agenda deve atentar-se não só à necessidade de integrar políticas para atender os nexos identificados explicitamente entre as metas, como também não ignorar, amparados nas evidências científicas e debates sobre sustentabilidade atuais, os nexos implícitos que interferem de maneira central no alcance dos objetivos postos (LE BLANC, 2015).

Lucci e Lally (2016) também chamam atenção para a necessidade de uma abordagem integrada dos objetivos e metas, como explícito na própria resolução que apresenta a Agenda 2030. Eles também colocam em evidência que é necessário considerar a natureza das conexões entre as metas. Enquanto algumas metas apenas reforçam as possíveis sinergias entre elas, outras são interdependentes, quando sua viabilidade depende de outras, ou ainda condicionantes, podendo limitar o atingimento de outras metas. Como reforço da importância de uma abordagem integrada, os autores apresentam exemplos de arranjos institucionais em alguns países que permitem a colaboração entre diferentes agências de governo: comissões intersetoriais, grupos de trabalho, programas de ação combinada, etc. (LUCCI e LALLY, 2016).

Tamanha complexidade também é identificada por Georgeson e Maslin (2018) como um dos principais desafios para a implementação. Segundo os autores, a Agenda 2030 exige um nível de colaboração sem precedentes, entre as próprias agências das Nações Unidas, entre Estados e entes subnacionais, agentes financiadores e a sociedade civil, e todos os atores do desenvolvimento. Nesse sentido, em uma atmosfera de ceticismo em relação à cooperação internacional, com importantes atores se retirando de fóruns ou atacando instituições internacionais, a própria capacidade das organizações em propiciar um ambiente colaborativo é limitada. Georgeson e Maslin (2018) destacam a opção das Nações Unidas por apoiar a adesão e promoção nacional da Agenda, como estratégia para avançar no alcance das metas. Chamam atenção também para a dificuldade e lentidão desses processos, como apurado na experiência com os ODM (GEORGESON e MASLIN, 2018).

Um grande desafio que se apresenta é o alinhamento das prioridades de desenvolvimento nacional com os itens da agenda. Algumas propostas de tradução e alinhamento têm sido feitas na literatura, analisando casos como o da Suécia (WEITZ, PERSSON, *et al.*, 2015) e da África do Sul (FOURIE, 2018). Ambas demonstram como as condições nacionais precisam ser levadas em consideração ao pensar na implementação de metas no nível local. Contudo, em um cenário doméstico complexo, de articulação de diversos atores políticos, é fundamental criar espaços que permitam o alinhamento de ações e a realização de parcerias, como apontam Georgeson e Maslin (2018), para promover uma verdadeira adoção e mudança em direção ao desenvolvimento sustentável.

A agenda, assim, pode ser entendida como uma possibilidade de fortalecimento das capacidades dos Estados para lidar com questões de desenvolvimento sustentável, e nesse sentido aprimorar a governança nacional e a formulação de políticas públicas. Alcalde (2017) apresenta a Agenda como um *framework* de formulação de políticas, desenhado a partir de abordagens particulares para guiar os tomadores de decisão no processo de implementação. Consiste, segundo ele, em uma abordagem integral do processo de *policymaking*, orientada a objetivos de longo prazo.

Alcalde (2017) elenca os elementos que compõem a abordagem de *policymaking* proposta na agenda, dividindo-os em elementos explícitos e implícitos. Entre os elementos explícitos estão: abordagem baseada em direitos, abordagem de equidade de gênero, abordagem multidimensional do desenvolvimento sustentável, abordagem de formulação de política participativa e descentralizada, e mecanismos de *accountability* verticais. Já os elementos implícitos seriam a gestão orientada para resultados, a abordagem territorial, a formulação de políticas com base em evidências e o planejamento estratégico de longo prazo (ALCALDE, 2017).

Daí a importância de arranjos de governança e de formulação de políticas que deem conta da complexidade dessa teia de metas, em especial quando a implementação de ações se dá a nível nacional e subnacional. Ainda que seja definida com a ambição de universalidade, a própria Agenda 2030 prevê a necessidade de que os países “traduzam” as metas definidas globalmente para sua realidade própria, e tendo os Estados a responsabilidade pelo próprio desenvolvimento, a importância de pensar a governança para a implementação da agenda em níveis nacional e local é evidente. Ou seja, além de necessária para a orquestração da Agenda 2030 a nível global, a governança precisa ser pensada também no ambiente doméstico dos países, e é proposta dentro dos objetivos em si.

Biermann, Stevens, *et al* (2015) analisam como a questão da governança é tratada dentro da proposta de *goal setting* global da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e discutem a respeito da maneira mais adequada de incorporá-la, se através de objetivos específicos ou em metas relacionadas com outros objetivos. Os autores elencam três dimensões a partir das quais a governança pode ser entendida: a “boa governança”, a governança efetiva e a governança equitativa. Dentro dos debates internacionais, a perspectiva da “boa governança” foi sem dúvidas a que recebeu maior destaque, a partir da sua utilização pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional como critérios dentro de suas atividades financeiras. Com um foco nos processos administrativos dos países, mais do que nos resultados, as instituições criaram indicadores de transparência e *accountability*, participação e acesso à informação, combate a corrupção e fortalecimento do *rule of law*. O ODS 16 e a maior parte de suas metas evidenciam as preocupações relacionadas à boa governança (BIERMANN, STEVENS, *et al.*, 2015).

A utilização dessas métricas por parte das instituições financeiras, e de países desenvolvidos, como condicionantes para a concessão de financiamento e ajuda externa é criticada por países em desenvolvimento e parte da academia. Em especial, pela presunção de um modelo unívoco de governança como métrica para todos os países, e pelo foco estrito nos processos, deixando de lado os resultados da governança. A partir dessa preocupação com os resultados, os autores (BIERMANN, STEVENS, *et al.*, 2015, p. 85) propõem pensar na efetividade da governança enquanto dimensão necessária, ou seja, qual a capacidade dos sistemas de governo em lidar de maneira eficaz com os desafios complexos da sustentabilidade. Dentro da linguagem da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, essa preocupação aparece como “meios de implementação” e tem como preocupação central fortalecer as bases institucionais para a tomada de decisões de longo prazo e o desenvolvimento de políticas voltadas à sustentabilidade de maneira integrada. Nove dos dezessete ODS trazem metas que os autores relacionam com os meios de implementação, e em especial o ODS 17, cujo teor também se endereça ao tema.

Por fim, Biermann, Stevens, *et al* (2015) acrescentam a preocupação com os resultados distributivos da governança e a promoção da equidade. Os autores (BIERMANN, STEVENS, *et al.*, 2015) chamam atenção para o fato de que os dois objetivos específicos a respeito da governança (ODS 16 e 17) não tratam de maneira extensiva das **dimensões da efetividade e da equidade**, como fazem com as questões da boa governança. A pouca disponibilidade de indicadores consensuais também é outro fator que fragiliza essas duas dimensões e seu monitoramento dentro das metas correspondentes (BIERMANN, STEVENS, *et al.*, 2015).

No contexto da Agenda 2030, contudo, o lema “Não deixar ninguém para trás” dá ao seu conteúdo um sentido distributivo e equitativo, reforçado pelas as metas e objetivos ligados à igualdade, erradicação da pobreza, ampliação do acesso a serviços básicos e redução das desigualdades entre países e dentro deles (BIERMANN, STEVENS, *et al.*, 2015). Atentar-se à dimensão da equidade e redução de desigualdades permite preencher e direcionar o sentido da governança, atrelando-o de maneira qualitativa e valorativa.

Stuart e Samman (2017) chamam atenção para a necessidade de definir o que entende-se por “não deixar ninguém para trás” para que o princípio, de fato, oriente a implementação da agenda e a tomada de decisão a nível dos governos e das instituições internacionais. Segundo as autoras, esse compromisso da agenda se desdobra em três: acabar com a extrema pobreza em todas as suas formas, reduzir as desigualdades (entre indivíduos e entre grupos) e enfrentar as barreiras discriminatórias, em especial aquelas relacionadas a identidades coletivas (STUART e SAMMAN, 2017). Elas argumentam que esses compromissos vão além da simples adoção de uma agenda antidiscriminatória, requerendo a priorização e aceleração de ações e políticas endereçadas aos mais pobres e mais marginalizados, em detrimento de outros grupos. De outra maneira, corre-se um risco alto de que as lacunas de desigualdade apenas aumentem, como demonstram (STUART e SAMMAN, 2017).

Essa é a prática do universalismo progressista, desenvolvido em práticas de gestão da saúde, relatam Stuart e Samman (2017), mas aplicável em qualquer seara de implementação de políticas públicas. Adotar essa perspectiva requer um grande esforço das administrações para identificar os diferentes níveis de privação em sua população, aplicando estudos que olhem para os níveis, condições e dimensões de pobreza, traçando as características dessas populações e em busca de interseccionalidades. As autoras (STUART e SAMMAN, 2017) citam estudo sobre o Brasil para ilustrar a intersecção entre pobreza e raça no país, e ainda ressaltam a necessidade de considerar de forma relativa o progresso dos diferentes grupos. Trazem a pesquisa de Rodriguez, Takeuchi e Mariotti (2016 *apud* STUART e SAMMAN, 2017) para mostrar que mesmo que a probabilidade de ser pobre entre os afro-brasileiros e brasileiros brancos tenha caído entre 2004 e 2012, a desigualdade persistiu, sendo, ainda à época, 1,6 vezes mais provável que os afro-brasileiros fossem pobres.

Priorizar aqueles que estão mais atrás é uma decisão eminentemente política, mas sem a qual não pode haver uma adesão completa da Agenda 2030. Deve ser considerada não apenas na adequação das metas às realidade nacionais, mas também na perspectiva dos doadores de ajuda ao desenvolvimento e agências financeiradoras – colocando a equidade no patamar da eficiência. Stuart e Samman (2017) também destacam a necessidade de escutar e entender os

desejos e necessidades das populações negligenciadas e em risco, e priorizar políticas que focalizem as áreas e necessidades em que esses grupos se concentram. Acompanham essas medidas uma visão inclusiva do crescimento econômico, multidimensional da pobreza e da desigualdade, e análises distributivas *ex ante* para a elaboração das políticas e medição de impactos (STUART e SAMMAN, 2017). Portanto, há necessidade de sensibilizar tomadores de decisão no nível da alta política a assumir o princípio de “não deixar ninguém para trás” e promover um acompanhamento detalhado, apoiado em indicadores e dados desagregados, a respeito das questões distributivas e de equidade, a fim de que não fiquem subpostas à preocupação com a boa governança, e de que a implementação da Agenda 2030 não seja esvaziada de significado e sentido dentro dos países.

É possível, então, identificar na Agenda 2030 proposições a respeito da forma de condução da governança nacional e local que se articulam, mas não formam um modelo propositivo que se baste. As discussões feitas na literatura que acompanha a agenda ajudam a compor, de maneira mais densa, tais propostas, e, como se verá na próxima seção, colocar parâmetros mais sistematizados para sua adoção e análise.

2.4 Framework de metagovernança para a implementação da Agenda 2030

Meuleman e Niestroy (2015) chamam a atenção para a necessidade de uma abordagem consciente, por parte dos governos, para criar mecanismos de governança para a implementação da Agenda 2030 que sejam adaptados à realidade multinível, multiatores e multisetorial da agenda e de seus próprios países. Segundo os autores essa abordagem de diferenciação já estava presente na Declaração do Rio, de 1992, através do Princípio 7 – *Common but differentiated responsibility* (responsabilidades comuns, mas diferenciadas), mas teria sido interpretada através de um crivo que opunha países do Norte e do Sul em torno das agendas ambientais. A partir de uma visão mais conciliadora do princípio, entendendo que a Agenda 2030 se coloca como universal e para todos os países, é cunhado o princípio de “*Common but differentiated Governance*” (MEULEMAN e NIESTROY, 2015), governança comum, mas diferenciada. Em seu centro está a necessidade de considerar o contexto cultural de implementação, criando um arranjo que combine diferentes estilos de governança familiares ao local e ao mesmo tempo que respondam aos princípios da Agenda.

Uma abordagem unívoca de governança a ser reproduzida nos diferentes países seria indiferente às realidades culturais particulares. Por isso a ideia de governança comum, mas diferenciada. Dentro dos ODS, os objetivos e metas relativos à implementação e governança traçam os caminhos comuns a serem observados. Meuleman e Niestroy (2015, p. 12299)

exemplificam algumas das metas relevantes, dentro dos ODS 16 e 17, para pensar a governança da agenda, como pode ser visto na Quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Exemplos de ‘sub objetivos’ de governança nos ODS

ODS 16, e aqui especialmente “construir, em todos os níveis, instituições efetivas, responsáveis e inclusivas”:

-
- 16.3 promover o *rule of law* (...) e assegurar igual acesso à justiça para todos
 - 16.6 desenvolver em todos os níveis instituições efetivas, responsáveis, inclusivas e transparentes
 - 16.7 assegurar em todos os níveis processos de tomada de decisão responsivos, inclusivos, participativos e representativos
 - 16.10 garantir acesso público à informação (...)
-

ODS 17, sobre “Meios de Implementação”:

-
- 17.9 criação de capacidades (...)
 - 17.14 aumentar a *policy coherence* para o Desenvolvimento Sustentável
 - 17.16 aumentar parcerias globais (...) complementadas por parcerias multi *stakeholder* (...)
 - 17.17 encorajar (...) parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil (...)
 - 17.18 reforço de capacidades (...) para aumentar a disponibilidade de (...) dados
-

Fonte: Meuleman e Niestroy, 2015, tradução nossa.

Além desses, as metas de implementação que constam nos demais objetivos, marcadas pelas letras (a, b, c...), também apresentam aspectos relevantes para pensar a composição de arranjos de governança. Alguns exemplos que citam os autores são:

“mobilização de recursos para implementar programas (1.a), expandir o apoio ao desenvolvimento de capacidades para várias tecnologias (6.a), fortalecer a participação de comunidades locais (6.b), fortalecer o planejamento do desenvolvimento (11.a), implementar políticas e planos integrados (11.b), fortalecer capacidades científicas e tecnológicas (12.a), implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável (12.b), e melhorar a capacidade de planejamento e gestão (13.b).” (MEULEMAN e NIESTROY, 2015, p. 12299, tradução nossa).

A diferenciação a ser feita em cada caso particular consiste na chamada **metagovernança**: a forma em que serão integrados os diferentes estilos de governança, considerando suas fortalezas e debilidades, em relação às características culturais e políticas em que se implementam os objetivos. Os principais estilos mapeados na literatura por Meuleman e Niestroy (2015) são: hierárquico, em redes e de mercados, e respondem às lógicas sociais de hierarquia, igualitarismo e autonomismo.

Cada um deles difere em pelo menos 35 dimensões em relação aos demais, segundo os autores, sendo mais ou menos adequados a situações em específico. Enquanto a governança em redes exige um alto nível de confiança entre os agentes e promove a inclusão de diferentes atores, abrindo para soluções “ganha-ganha”, ela pode incorrer em baixa legitimidade

democrática, ao não ser considerada a forma de entrada nas redes e os mecanismos de prestação de contas. Pode ainda resultar em discussões intermináveis, sem conclusões e encaminhamentos práticos. O estilo de governança de mercados valoriza, por outro lado, a eficiência, a responsabilidade individual e a rapidez, mas falha frequentemente na inclusão de valores como empatia e confiança, e apresenta dificuldade em estabelecer condições de igualdade de concorrência entre competidores. Ambos estilos, ao serem comparados com o tipo hierárquico são insuficientes quanto à estrutura, confiabilidade, mecanismos de prestação de contas (*accountability*) e na garantia de igualdade entre cidadãos e entre empresas. Em termos de controle, estabelecimento de linhas de comando, clareza de responsabilidade e possibilidade de planejamento a longo prazo, estilos mais hierarquizados de governança também oferecem maior efetividade. Por outro lado, a inflexibilidade, a morosidade dos procedimentos burocráticos e compartimentação das ações setoriais são problemas enfrentados por esse estilo. Somam-se a eles, diversas vezes, a dificuldade de lidar com sinergias, inovação, iniciativas *bottom-up* e eventos inesperados ou imprevisíveis (MEULEMAN e NIESTROY, 2015, p. 12301).

Ao sobrepormos tais considerações com o contexto da *knowledge democracy* (IN 'T VELD, 2013) e a importância da governança da sustentabilidade, como discutido na segunda seção deste capítulo, a necessidade de combinar esses diferentes tipos de governança para que a implementação dos ODS obtenha sucesso é evidente. Segundo Meuleman e Niestroy (2015), a metagovernança sugere que estilos que, à primeira vista, parecem contraditórios podem ser combinados e agir juntos em situações e contextos específicos. Não implica em escolher um estilo de governança *a priori*, mas implica em primeiro analizar o ambiente de governança para desenhar arranjos e mecanismos que sejam adaptados, e assim, sensíveis às culturas administrativas, aos valores, tradições e normas de um país ou contexto local, levando a uma maior efetividade. Além disso, devem contar com um alto grau de retroalimentação, podendo-se recorrer a diferentes estratégias de metagovernança. Eles elencam três estratégias identificadas na adoção de uma abordagem de metagovernança: (1) a combinação consiste na adoção de um ou mais estilos ao mesmo tempo em um mesmo contexto ou setor; (2) a troca de estilo pode ser empregada quando não se veem os resultados esperados ou frente a novos elementos emergenciais e mudanças nos padrões de interação entre os atores; já (3) a manutenção de abordagens pode assegurar alguns resultados através da proteção de instituições e instrumentos com uma menor flexibilidade às mudanças que possam se apresentar (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

A utilização de técnicas de metagovernança pode se tornar mais eficiente que outras formas de governança, através da redução de custos (econômicos e sociais). Mesmo tendo como requisito investimento em capital humano qualificado para a gestão, os retornos em relação à economia de recursos e resultados eficazes a longo prazo são enormes, segundo os autores. Outra questão importante diz respeito ao efeito distributivo dos custos de governança que é amenizado com a abordagem: enquanto os custos de uma governança apropriada são responsabilidade do governo e custeados com o dinheiro de contribuintes, os custos das falhas de governança são imputados às custas das dimensões econômica, social e ambiental (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

Prescrever um modelo unívoco de metagovernança para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável seria contrasensual da parte dos autores. Assim, Meuleman e Niestroy (2015) optam por elencar passos importantes, como parâmetros que, a seu ver, devem ser considerados para o estabelecimento de mecanismos de metagovernança eficazes. São sete passos: (1) mapeamento do ambiente de governança; (2) avaliação da atual abordagem de governança; (3) identificação ou definição do problema; (4) tradução dos ODS para o contexto nacional; (5) desenho um quadro/arranjo de governança como parte dos Meios de Implementação; (6) administração o arranjo de governança estabelecido; (7) reavaliação e possíveis adaptações (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

2.4.1 Mapeamento do ambiente de governança

O mapeamento do ambiente de governança permite aos responsáveis identificar os atores envolvidos e o papel de cada um deles dentro desse ambiente. Além do mais, permite uma visão ampliada das estruturas legais e administrativas que darão sustentação ou precisarão ser alteradas em um novo arranjo de governança. Compõem o mapeamento também análises sobre o ambiente político local e os valores e tradições daquela sociedade (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

2.4.2 Avaliação da atual abordagem de governança

Os autores (MEULEMAN e NIESTROY, 2015) sugerem uma metodologia de análise que elenque as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças que a abordagem de governança corrente representa, a fim de tomá-las como ponto de partida para fazer os ajustes e mudanças necessários, respondendo aos elementos identificados na análise.

2.4.3 Identificação ou definição do problema

É preciso, ainda, identificar com clareza os problemas e desafios que precisam ser superados para a implementação dos ODS no contexto específico do país. Essa definição precisa nascer de um entendimento comum entre aqueles que conduzirão os arranjos de metagovernança, sendo apoiados por um mínimo de consenso (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

2.4.4 Tradução dos ODS para o contexto nacional

Traduzir os ODS para o contexto nacional significa aproximá-los dos desafios de desenvolvimento que cada país em particular enfrenta, criando metas próprias, elencando indicadores e metas, e identificando opções e caminhos para ações e políticas (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

2.4.5 Desenho um quadro/arranjo de governança

A partir dos passos anteriores, seria possível desenhar com mais segurança um arranjo de governança ampliado, e selecionando de forma consciente elementos de diferentes tipos de governança de maneira combinada. Instituições, instrumentos, processos e papéis de diferentes atores devem ser escolhidos de maneira complementar, considerando os múltiplos níveis de interação no ambiente político nacional, um horizonte de interação a longo prazo e uma abordagem transversal dos ODS (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

2.4.6 Administração/gestão do arranjo de governança estabelecido

Depois de estabelecido o arranjo de governança, e quando em funcionamento, os responsáveis por geri-lo precisam aplicar os princípios de reflexividade, resiliência, flexibilidade e diferentes estratégias de metagovernança, seja recombinando ou mudando de estilo. Esses ajustes devem ser entendidos como rotina dentro de um processo de governança que se atualiza continuamente quando se depara com falhas no seu funcionamento. Exige certa rapidez na adaptação (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

2.4.7 Reavaliação constante e adaptações

Esse passo diz respeito à adaptação dos ODS feita à realidade nacional, que precisa ser acompanhado de revisões críticas tanto dos objetivos e metas quanto dos meios de implementação destinados. Uma reavaliação dos arranjos de governança também se inclui

nesse quesito, sendo importante estabelecer, desde o início, ciclos de avaliação (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

Os próprios autores (MEULEMAN e NIESTROY, 2015) chamam atenção para o duplo uso que pode ser feito de um *framework* de metagovernança, tal como elaboraram. Além de ser utilizado para a construção de arranjos de metagovernança e pode ser aplicado como ferramenta de análise. Atentando às realidades particulares dos países, é possível realizar uma análise dos processos de implementação articulados pelos governos, evidenciando estratégias de metagovernança por eles utilizadas como é objetivo do presente estudo em relação ao Brasil, no capítulo 4.

2.5 Mudança no paradigma de governança na crise do multilateralismo

A segunda metade do século XX foi marcada pela proliferação das organizações e mecanismos de cooperação internacional, conformando uma verdadeira estrutura institucional na qual as relações entre os Estados se organizaram, permitindo elaborar respostas coletivas distintas aos desafios da época. Já na entrada do século XXI, nota-se uma mudança significativa nos padrões de comportamento dos Estados em relação às organizações e entre si, apontando para uma crise do multilateralismo.

Na tentativa de identificar causas estruturais para tal mudança, algumas linhas de análise atribuem às mudanças no equilíbrio de poder entre os Estados e nas relações econômicas internacionais as razões para o esvaziamento das relações multilaterais por parte de Estados-chave, em detrimento de outros tipos de arranjos e relações. O comportamento dos Estados Unidos da América em relação às instâncias multilaterais também é posto como uma variável importante nesse cenário de crise e crises. Eventos como o 11 de Setembro de 2001, a crise econômica imobiliária de 2008 e, mais recentemente, as ações do Governo Trump de questionamento direto a instâncias multilaterais são referenciais recorrentes nas análises, que levam em consideração também seus efeitos sobre outros atores.

Nesse sentido, a proposição da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável também representa um desafio para as instituições internacionais e sua arquitetura, em especial para o Sistema ONU. Toda a ambição e especificidade da agenda apontam para a necessidade de mudanças na forma como os órgãos e agências das Nações Unidas trabalham em conjunto e entregam seus serviços nas diferentes regiões e países. O desafio ganha proporções maiores frente a esse cenário de crise e questionamento das instâncias multilaterais, das quais a ONU é o principal símbolo, o que prejudica inclusive suas capacidades materiais da realização do trabalho previsto.

Helgason (2016) aponta esses desafios a partir da análise da estrutura e do trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Criada em 1965, o PNUD tinha inicialmente a função de coordenar o financiamento dos projetos e dar maior sinergia ao trabalho de cooperação para o desenvolvimento entre as demais agências da ONU. A partir da década de 1990, sua função ganha outra natureza, e o programa passa a assumir características de uma organização mais substantiva, deixando de lado o financiamento e coordenação de projetos de outras agências, que passaram a ser geridos por grupos interagência (HELGASON, 2016).

Já na década de 2010, o papel da coordenação na área do desenvolvimento é mais do que nunca central para fomentar a cooperação para o desenvolvimento dentro das Nações Unidas. Sob o guarda-chuva da *UN Development* estão 34 fundos, programas e agências, que, frente à adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, passam a ter que lidar com uma gama diferente de demandas e oportunidades. Contudo, como argumenta o autor, o arranjo de governança atual coloca constrangimentos significativos à habilidade da organização se integrar na medida em que exigem os ODS. Além de propor três desenhos possíveis de adaptação da governança para o desenvolvimento da ONU, Helgason afirma que todas passam fundamentalmente por um reforço do multilateralismo, que segundo ele estaria murchando mesmo frente às crescentes tendências de interconexão, complexidade e incerteza (HELGASON, 2016).

Em se tratando da arquitetura internacional para o meio ambiente, o diagnóstico é ainda mais crítico considerando seus avanços reais sobre os principais problemas enfrentados. Franchini, Viola e Barros-Platiau (2017) alertam para a insuficiência dos mecanismos internacionais do meio ambiente para lidar com os desafios colocados pelo Antropoceno e manter a ação humana dentro do espaço seguro de operação. Segundo os autores, mesmo tendo alcançado consensos globais, nem o sistema de conferências ambientais nem os regimes ambientais das áreas temáticas dão conta da urgência e da grandiosidade da tarefa, pois a pressão antrópica sobre o planeta se acelerou a ponto de abrir a possibilidade de disruptão do sistema caso ultrapassemos mais limites planetários (FRANCHINI, VIOLA e BARROS-PLATIAU, 2017).

Ao elencar os limites da política ambiental internacional, eles destacam três aspectos centrais: a marginalidade que a temática ambiental tem em relação a temas consagrados nas relações internacionais, como segurança, defesa e economia; o “estadocentrismo” da gestão dos bens comuns, seja em âmbito nacional ou internacional, e mesmo com o alcance das comunidades epistêmicas e da sociedade civil organizada dentro das discussões sobre meio

ambiente; e a limitação dos regimes internacionais ambientais a áreas temáticas isoladas, perdendo de vista a interconexão necessária para enfrentar os problemas do Antropoceno (FRANCHINI, VIOLA e BARROS-PLATIAU, 2017).

Para dar conta desses desafios e provocar as mudanças imprescindíveis para trazer a ação humana de volta a um espaço de ação seguro, Franchini, Viola e Barros-Platiau (2017) apontam caminhos necessários. Indicam a necessidade da criação de uma organização mundial do meio ambiente com status superior a de agência no sistema ONU, além da internalização do conceito de limites planetários por organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Conselho de Segurança da ONU, acompanhado de uma reforma da estrutura da Assembleia Geral das Nações Unidas para que passe a refletir não apenas a representação dos Estados, mas das populações, em um formato de parlamento mundial. Os autores, contudo, fazem uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável na forma como tem sido trabalhado no consenso político internacional, por ser vago e difuso e pretender uma síntese demasiado ambiciosa para não gerar oposições políticas por grupos de países (FRANCHINI, VIOLA e BARROS-PLATIAU, 2017).

Assim, pode-se depreender que os desafios atuais, sejam do Antropoceno ou da Segunda Modernidade (BECK, 1992), exigem uma redefinição das relações internacionais nos mais variados âmbitos e de forma extensa. Pressupõem uma nova forma de gerir as relações entre países, organizações, empresas, pessoas e entre os grupos humanos e o meio ambiente. Nesse cenário, a Agenda 2030, a depender da maneira como for implementada, pode funcionar como uma tentativa de redefinir tais relações, levando em consideração uma visão integrada dos desafios ambientais, sociais e econômicos. A depender de seu sucesso, pode significar uma mudança de paradigma na forma de cooperação a nível internacional, traçando caminhos para além da crise do multilateralismo interestatal.

2.6 Conclusão: Implicações da Agenda 2030 para a governança e seu estudo

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, seus 17 objetivos e 169 metas representam uma novidade para o multilateralismo que, ao mesmo tempo, implica na colocação de parâmetros de governança entre organizações internacionais, para os Estados-membros delas e para os demais atores envolvidos na governança do desenvolvimento sustentável. Para dar conta dos desafios e da complexidade que os temas da agenda apresentam, é proposto repensar o sistema de governança em que se insere e os mecanismos que induzem o comportamento dos atores internacionais.

Nesse sentido, a proposição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no seio da Agenda 2030 e em seguimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é um passo a mais na fixação de um novo paradigma para o multilateralismo: um que adota o estabelecimento de metas (*goal setting*) como mecanismo de governança, em detrimento da produção normativa (*rule making*). Tal mudança implica, como aponta a literatura discutida no capítulo, para a necessidade de pensar em termos de metagovernança – governança comum mas diferenciada (MEULEMAN e NIESTROY, 2015) – para combinar diferentes tipos de abordagem e adaptá-los a contextos nacionais e locais específicos.

O uso do conceito de governança não é apenas resgatado, mas “requalificado” nas análises e estudos que acompanharam o desenvolvimento da Agenda 2030. Falar de governança vai além de uns poucos critérios de “boa governança” estabelecidos por organizações financeiras internacionais, passa a implicar o atendimento de necessidades do tempo presente: reflexividade, transversalidade, participação e adaptação à cultura administrativa local, sem perder de vista os parâmetros universais acordados – em busca de um paradigma de governança da sustentabilidade com implicações distributivas e equitativas, comprometido a “não deixar ninguém para trás”.

Essa mudança conceitual e as mudanças nos mecanismos, incentivos e desincentivos, dados a Estados, organizações internacionais, novos atores também exigem reflexões no estudo das Relações Internacionais. A multiplicidade de atores envolvidos na elaboração e na implementação da Agenda 2030, por si, já reforça a observação de que os Estados não são mais os atores centrais ou os únicos atores relevantes dentro da Política Internacional. Comunidades epistêmicas, empresas, organizações da sociedade civil, indivíduos e grupos tem cada vez mais ganhado força e agência sobre questões relevantes, como é o caso do desenvolvimento sustentável. Seja na participação de fóruns e conferências que os incluem, seja no debate atento com as organizações internacionais, estes atores têm influenciado cada vez mais os resultados das negociações e das políticas.

Ao mesmo tempo em que o Estado, enquanto ator, passa a dividir os holofotes do cenário internacional, um olhar unívoco sobre sua atuação e desempenho não capta a complexidade do que representa e esconde fenômenos relevantes. Tem se tornado cada vez mais difícil entender o comportamento dos Estados concebendo-os como um ator unitário, pois eles se apresentam no cenário internacional de maneira fragmentada, composta por conjuntos de atores. São muitas as organizações e grupos que respondem sob o título de um Estado: órgãos, agências, departamentos, ministérios, governos, entre outros. Frente ao novo papel da

governança nas relações internacionais, é preciso entender o próprio Estado como unidade composta por arranjos de governança e atores plurais, que neles interagem.

No estabelecimento de metas globais, como são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as fronteiras entre as governanças locais, nacionais e internacionais se esfacelam, e revelam um mundo de novas possibilidades e novos desafios. Ao mesmo tempo em que representam desafios de coordenação e orquestração dos atores políticos implicados, também se colocam como desafio para os analistas e estudiosos que tentam apreender sua complexidade.

Nesse contexto, a continuação do presente trabalho se propõe a exercitar um olhar ampliado sobre a implementação da Agenda 2030 no contexto brasileiro, tendo por recorte analítico o Governo Federal e os arranjos de governança por ele compostos para tal, levando em consideração os parâmetros discutidos neste capítulo. Antes de fazê-lo, contudo, convém resgatar a trajetória da participação brasileira no processo de formulação e negociação da agenda, e sua experiência com a implementação de agendas internacionais, como se apresenta no capítulo seguinte.

3 O BRASIL NAS DISCUSSÕES INTERNACIONAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARTICIPAÇÃO, NEGOCIAÇÕES E GOVERNANÇA DOMÉSTICA

“O papel desempenhado pelo Brasil nessas conferências merece ser amplamente discutido. Este papel evolui significativamente com a participação crescente de outros órgãos governamentais, da comunidade acadêmica, de organizações não governamentais e de diversos outros atores no debate que se criou no País em torno do desenvolvimento sustentável” (LAGO, 2013)

Rastrear os debates internacionais que culminam na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e que de alguma maneira influenciaram em sua elaboração ou estão presentes em suas metas e objetivos é um desafio. Em primeiro lugar, em função da abrangência temática dentro da própria agenda. Depois, em razão da complexidade dos temas e da infinidade de atores participantes dos debates, e dos diferentes contextos regionais e nacionais. Contudo, fazer uma contextualização do percurso dos principais debates e, em especial, da participação do Brasil neles é um passo imprescindível para conduzir uma análise robusta dos arranjos de governança nacionais para implementação da Agenda 2030 no país.

Revisitar a trajetória brasileira ao longo dos debates sobre o meio ambiente e desenvolvimento é o objetivo do presente capítulo, observando as respostas institucionais que o país elaborou durante o processo. Destaca-se a impossibilidade de dividir a tarefa em uma análise dos regimes globais ambientais, por um lado, e o acompanhamento dos debates sobre desenvolvimento, de outro, de forma separada. Ambas as questões se entrelaçam de maneira simbiótica ao largo do tempo, sendo que os embates a respeito do desenvolvimento, mesmo que precedentes ao debate ambiental, permeiam as negociações sobre meio ambiente desde a década de 1970, como procura-se demonstrar adiante. Por isso, optou-se por tomar como referenciais os marcos temporais das grandes conferências sobre o meio ambiente e, a partir delas, posicionar as questões sobre desenvolvimento que as permeiam e a participação do Brasil nesses contextos.

Optou-se por colocar em foco as grandes conferências multilaterais ambientais pois, como afirmam Lorenzetti e Carrion (2012), o percurso dos debates ambientais⁸ a nível internacional pode ser acompanhado através delas. Desde a década de 1970, em que o tema ganha espaço internacionalmente, foram realizadas quatro grandes conferências, cujos

⁸ Para uma revisão da participação do Brasil na governança ambiental internacional por regimes, ver Barros (2011).

resultados ajudam a registrar os entendimentos da comunidade internacional sobre o meio ambiente: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972; a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2002; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada novamente no Rio, em 2012. Franchini, Viola e Barros-Platiau (2017) argumentam que tais conferências amparam a construção de um consenso civilizatório para as questões ambientais.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, pode ser entendida como um marco para a participação do Brasil nos regimes ambientais internacionais. Apoiado em suas características únicas, o país vinha adquirindo relevância entre seus pares: é o país mais rico em biodiversidade, tendo de 15% a 20% da riqueza natural do planeta, concentra grandes reservas de água doce, entre 12% e 16% do total mundial diretamente utilizável, possui um grande mercado nacional e taxas de crescimento econômico que já o colocavam no grupo dos países emergentes (BARROS, 2011). Barros (2011) destaca também seu posicionamento exitoso nos tabuleiros multilaterais até meados da década de 2010, que foi resultado de uma política externa conduzida com coerência, em defesa dos interesses nacionais e apoiada em pilares como o direito ao desenvolvimento, a soberania e o Princípio das Responsabilidades Comuns mas Diferenciadas.

Mesmo participando da maior parte dos regimes ambientais e ainda que tenha assinado quase todos os acordos internacionais sobre o tema, o Brasil tem se mostrado lento em interiorizar instrumentos desse tipo, em especial para empregá-los nos órgãos públicos de controle. Por outro lado, o país possui uma legislação ambiental nacional bem consolidada, comparável às dos países desenvolvidos e com destaque para o direito penal ambiental, em consolidação desde 1998 (BARROS, 2011). Diferentes instituições nacionais interagem na governança das questões ambientais a nível nacional, sendo os principais pontos focais tradicionais⁹ de regimes internacionais o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); mas também participam outros, como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Saúde (MS), e órgãos/institutos nacionais de pesquisa (Embrapa, Inpe, IPEA, IBGE, Fiocruz, etc.). A coordenação de posições e negociações entre ministérios

⁹ A partir de 2016, após o impeachment, houve mudanças significativas na distribuição de ministérios no Governo Federal brasileiro, sendo que algumas pastas deixaram de existir. Em 2019, no Governo de Bolsonaro, outra reestruturação foi realizada, reduzindo ainda mais o número de ministérios.

são muitas vezes conflituosas, como destaca a autora, mas necessárias. Em geral o MRE assume uma posição neutra nas discussões, sendo balizador das posições divergentes (BARROS, 2011).

Dentro do cenário internacional no início da década de 2010, o Brasil vinha se posicionando como uma potência emergente e com grande poder de articulação dentro dos grupos que integra: o Mercosul, o Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC), o G77+China¹⁰, o Grupo dos Megadiversos e afins¹¹, e o G20¹². Participava, ainda, de outros espaços de negociação e coalizões, como o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e o IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) (BARROS, 2011). Da análise da participação brasileira em regimes ambientais e da prospecção de cenários, realizada em 2011, Barros (2011) concluiu que o Brasil estaria em condições de tornar-se um ator chave na política ambiental mundial, aproveitando-se das tendências da época e tendo passado a atuar como Estado-promotor em alguns regimes, ou seja, fortalecendo aqueles de seu interesse.

Essa posição brasileira foi construída a partir da interação do país nas conferências e negociações. E, embora seja irreal traçar um panorama evolutivo ou crescente do lugar do Brasil no cenário internacional, é fundamental reconhecer sua trajetória, suas potencialidades e a construção de seu posicionamento frente aos regimes elencados. Soma-se a essa preocupação, outra: a de olhar para o Estado como um conjunto de atores, públicos e privados, e passível de ser fragmentado, na sua atuação e na análise. Sobrepor esses olhares para os objetos que se têm neste capítulo permitirá compreender melhor a articulação dos atores brasileiros frente aos temas do meio ambiente e de desenvolvimento ao longo do tempo e, sobretudo, o significado da adoção da Agenda 2030 e sua implicação para esses atores.

A próxima seção apresenta a participação do Brasil nas quatro grandes conferências sobre desenvolvimento sustentável, chamando atenção para o seu papel dentro das negociações, frequentemente de mediador entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na seção subsequente, apresentam-se os esforços do Estado brasileiro dentro de duas iniciativas, ou

¹⁰ O Grupo dos 77 foi estabelecido em 1964, dentro da primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), e reúne, atualmente, 134 países em desenvolvimento. Seu objetivo é promover os interesses dos países em desenvolvimento e aumentar sua capacidade de negociação em instâncias multilaterais (G77, 2019).

¹¹ O Grupo dos Megadiversos e afins reúne cerca de 20 países ricos em biodiversidade, que juntos respondem por mais de 60% da biodiversidade do planeta. Sua formação se deu em 2002 para a negociação de tratados internacionais no regime de gestão dos recursos genéticos e biodiversidade. Entre eles estão: Brasil, Bolívia, China, Colômbia, Costa Rica, República Democrática do Congo, Equador, Índia, Indonésia, Quênia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Filipinas, África do Sul e Venezuela, aos quais posteriormente se somaram mais alguns (LMMC, 2019).

¹² O Grupo dos 20 (G20) foi formado no final da década de 1990 como um grupo de concertação econômica entre os países para responder às crises financeiras internacionais. Reunia inicialmente 20 países em um diálogo informal, mas passou a se fortalecer em reuniões formais regulares e a expandir sua agenda para temáticas diferentes (MRE, 2019).

agendas, de estabelecimento de objetivos globais em vigor no período analisado: a Agenda 21, pactuada no âmbito da Rio 92, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, acordados na AGNU em 2000. Tem-se por objetivo, com essa seção, contextualizar os esforços governamentais de resposta institucional para trabalhar dentro das metas internacionais pactuadas de maneira voluntária. A terceira seção apresenta o processo de negociação de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 – a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – dando ênfase na participação do Brasil sob o olhar da sociedade civil organizada e dos mecanismos de participação inéditos nas negociações dentro do Sistema ONU. Através do olhar sobre a articulação da sociedade civil com o Governo Federal¹³, durante as negociações, é possível entender melhor a trajetória dos arranjos de governança para a implementação da Agenda 2030 no Brasil no período que se tem como objeto, entre a adoção da agenda, em 2015 e o primeiro biênio de atuação da Comissão Nacional para os ODS, encerrada em 2019.

3.1 O Brasil nos debates internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento: de Estocolmo à Rio+20

Desde o processo de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo, em 1972, o posicionamento divergente entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento se fez notável. No centro da divergência estava o nexo entre degradação ambiental e desenvolvimento, e as consequências que a adoção de medidas de proteção ambiental poderia trazer para as economias em desenvolvimento.

O diplomata André Aranha Corrêa do Lago (2013) ressalta a importância da delegação diplomática brasileira, como representante de um país em desenvolvimento, na preparação da conferência. Em especial, por sustentar a ideia do desenvolvimento como “elemento positivo de solução de problemas ambientais” (PEDROSA *apud* LAGO, 2013, p.36), contrapondo-se à visão dos países desenvolvidos. Um dos principais objetivos do país nas discussões preparatórias, segundo relata o diplomata, era não negociar os temas ambientais de forma isolada, mas até-lhos aos debates sobre desenvolvimento econômico e social, como conseguiram.

A Conferência de Estocolmo de 1972 marca a entrada dos debates ambientais no contexto multilateral. Na década de 1960, as preocupações com as condições do meio ambiente se restringiam a setores da sociedade civil dos países ocidentais ricos, fomentadas pela

¹³ Ao abrir espaço para a ação mais pronunciada da sociedade civil, a Agenda 2030 reacende a necessidade de discutir as dinâmicas desse componente social nos espaços nacionais e internacionais. Os resultados aqui apresentados apontam que convém aprofundar a análise sobre a composição dos Estados e as dinâmicas do ativismo social, e o foco sobre a experiência brasileira é um bom ponto de partida.

repercussão midiática de desastres ecológicos¹⁴, que reforçaram as preocupações e denúncias das comunidades acadêmicas. As consequências negativas dos processos de industrialização e urbanização, entre elas a poluição, cada vez mais perceptíveis nesses países, também contribuíram para endossar as demandas por maiores preocupações ambientais e até o questionamento dos padrões de produção e consumo e do crescimento econômico. Alguns relatórios como o *Limits to Growth*, publicado meses antes da conferência pelo Clube de Roma¹⁵, traziam uma visão trágica das consequências que o modelo de desenvolvimento centrado na industrialização traria para os recursos terrestres. Grande parte dos relatórios chamava atenção para o crescimento acelerado das populações nos países em desenvolvimento e da ameaça que seu crescimento implicava para os recursos naturais (LAGO, 2013; FIGUEIRA, 2011).

Pode-se ver nos encontros preparatórios e na própria Conferência de Estocolmo um espaço de enfrentamento entre a visão dos países desenvolvidos, em grande parte conservacionista (na linha do Clube de Roma), e a reação dos países em desenvolvimento às suas teses, vistas como uma ameaça a seu próprio crescimento econômico e desenvolvimento (FIGUEIRA, 2011). Ainda no contexto de Guerra Fria, esses confrontos nas discussões ambientais muitas vezes se sobreponham às tensões Leste-Oeste, dando maior ênfase para as divergências Norte-Sul, cuja centralidade era o desenvolvimento econômico e as questões sociais.

Ainda que muitos ambientalistas vejam com pessimismo o resultado das negociações da conferência, para Lago (2013), é preciso reconhecer o esforço diplomático e os resultados positivos em levar o debate ambiental para arena internacional, sobretudo, vinculado a temas de alta política como o do desenvolvimento econômico. Segundo o autor, a participação do Brasil foi central para mudar os rumos da conferência, coordenando a posição dos países em desenvolvimento.

Na época, o Brasil estava num pico de crescimento econômico, alcançando mais que 10% de crescimento ao ano, e enfrentava o período mais duro da repressão política dentro da Ditadura Civil-Militar. Nesse contexto, o ambientalismo conservacionista era visto pelo regime

¹⁴ Pott e Estrela lembram o caso da “névoa matadora” em 1952 em Londres, em que a poluição atmosférica levou a óbito mais de 4 mil pessoas, e a contaminação da água na Baía de Minamata, no Japão, entre a década de 1950 e 1970, sob suspeita de haver contaminado 3 mil pessoas, e com mais de 100 mortes confirmadas (POTT e ESTRELA, 2017).

¹⁵ Foro de discussões sobre o meio ambiente concebido em 1968 pelo italiano Aurélio Pecci e patrocinado por grandes empresas do ramo automobilístico. Reunia “cerca de setenta cientistas, acadêmicos, economistas, industriais e membros de instituições públicas de países desenvolvidos” (LAGO, 2013, p. 25)

autoritário como uma dupla ameaça, tanto à manutenção das condições de crescimento econômico e como uma pauta de movimentos de esquerda¹⁶. No cenário internacional, o país era constantemente cobrado pelas denúncias das violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado, e a temática ambiental poderia representar um outro motivo de cobrança por parte dos países desenvolvidos. Ainda assim, o Brasil não foi o alvo preferencial dos países nórdicos que encabeçavam a posição conservacionista, e isso deu margem aos diplomatas brasileiros para articular melhor a posição que defenderiam (LAGO, 2013).

A argumentação dos diplomatas brasileiros, destacada por Lago (2013), revela o esforço de levar o tema da conservação ambiental para dentro do debate sobre desenvolvimento econômico e social, que o Brasil liderava na atuação junto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Junto ao Secretário-Geral da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, o diplomata brasileiro Miguel Ozório passou a articular, ainda no processo preparatório da conferência discussões sobre desenvolvimento e meio ambiente, que foram consolidadas no Relatório de Founex¹⁷. Um dos principais ganhos de argumentação para a delegação, que consta registrado no documento, foi fortalecer a tese de que enquanto os problemas ambientais nos países desenvolvidos são consequência do seu processo de desenvolvimento, nos países em desenvolvimento esses problemas aparecem como consequência do subdesenvolvimento e da pobreza. A partir dessa posição, seria possível no futuro na ideia de responsabilidades diferenciadas para os países, entendimento consolidado também dentro da Assembleia Geral das Nações Unidas, com a Resolução nº 2849 (LAGO, 2013).

Fruto de seu trabalho preparatório, no início da Conferência a delegação brasileira já tinha obtido sucesso na discussão da maior parte dos pontos de seu interesse. A principal tarefa da conferência em si, conforme relata Lago (2013), foi a negociação em de uma emenda ao documento final proposta pela Argentina, que dizia respeito à notificação de riscos ambientais para áreas fora da jurisdição do Estado e representava uma questão central para a construção da Usina de Itaipu e da questão energética brasileira. Ao final, a delegação brasileira conseguiu

¹⁶ Há um equívoco em atrelar a pauta ambiental exclusivamente a movimentos de esquerda, pois é possível indicar também raízes nazifascistas nas origens do próprio termo “ecologia”, além de correntes “ecofascistas” dentro do partido nazista alemão. Ver Lago, 2013, p. 38-41.

¹⁷ Organizou-se um encontro Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, em Founex, na Suíça, em junho de 1971, o qual foi essencial para não apenas apontar a relevância da participação dos países em desenvolvimento na conferência, mas também para requalificar o debate central dentro do evento que estava em fase de preparação. O diplomata brasileiro, Miguel Ozório, participou como expoente (LAGO, 2013).

deixar o tema fora da Declaração de Estocolmo, e levá-lo para negociação posterior na Assembleia Geral (LAGO, 2013).

A postura do Brasil nas negociações pode ser vista sob distintos ângulos. Ao mesmo tempo em que foi imprescindível para atrelar as demandas ambientais àquelas do desenvolvimento social e econômico, setores ambientalistas, nacionais e internacionais, também taxaram o país de vilão ambiental naquele momento (COELHO e SANTOS, 2014). Esses atores veem na atuação do Brasil na conferência a tentativa de impedir o avanço da agenda ambiental, acusam o MRE de desviar os propósitos da conferência e denunciam o descomprometimento do regime militar com a pauta ambiental.

Figueira (2011), nesse sentido, ressalta que a posição brasileira era marcada por um grande descompasso, entre o seu posicionamento diplomático nos debates ambientais e a conduta interna do regime autoritário. Sob o regime ditatorial e o impulsionamento de um modelo tradicional de crescimento econômico, a defesa de uma conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental pode ser vista como apenas retórica. Segundo a autora, o MRE tinha como principal objetivo, na verdade, a modulação da imagem internacional do país ao mesmo tempo em que procurava evitar barreiras ao seu crescimento econômico e afastar a hipótese de internacionalização de reservas naturais, como a Amazônia. Para tanto, o órgão concentrou em si o processo de formulação da posição brasileira, que era esperado para um regime ditatorial e justificado pela posição mais retórica do que técnica (FIGUEIRA, 2011).

Apesar das críticas sobre a atuação do Brasil e os resultados das negociações, é possível elencar, segundo Lago (2013), quatro pontos de êxito da Conferência de Estocolmo de 1972: (a) a colocação da temática ambiental na agenda do multilateralismo, e em consequência, (b) o estímulo à criação de estruturas nacionais dedicadas ao tema; (c) a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e (d) a abertura de espaço para as organizações ambientais da sociedade civil dentro da arena internacional. A despeito das críticas aos resultados da Declaração de Estocolmo, que foi composta de 26 princípios e um Plano de Ação com 109 recomendações (FIGUEIRA, 2011), esses avanços foram importantes para colocar as bases para os debates posteriores e para a atuação do Brasil no tema.

Nos vinte anos entre a Conferência de Estocolmo e a Rio 92 (Convenção das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente), uma série de mudanças tiveram lugar. O novo contexto de fim da Guerra Fria e os indícios de triunfo do neoliberalismo econômico (impulsionados pelo sucesso de economias como Chile e Singapura), além do fracasso do desenvolvimentismo, representado pelo desempenho crítico das economias latino-americanas, ofereciam um novo contexto global. Ao mesmo tempo, os processos de redemocratização e a

abertura para a participação social em diversos países acabou por criar espaço para que os “novos temas”, como as questões ambientais, ganhassem mais força na sociedade civil e nas comunidades acadêmicas – inclusive no Brasil (FIGUEIRA, 2011; DROULERS e MILANI, 1994). Novos estudos, em especial de vertentes da economia ambiental, também trouxeram entendimentos sobre os impactos positivos que a preocupação com o meio ambiente poderia trazer para os investimentos e a geração de empregos, dando novo fôlego (e recorte) ao movimento ambiental (LAGO, 2013; ALVES, 2001; DROULERS e MILANI, 1994).

Três documentos, nesse período, deram a tônica para a convocação de uma segunda conferência ambiental no início dos anos 1990: a Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal, sobre a deterioração da camada de Ozônio, e o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como Relatório Brundtland. Ambos, junto com o avanço nas negociações sobre o direito do mar e de resíduos perigosos, demonstram os ecos da Conferência de Estocolmo ao longo da década de 1980 (LAGO, 2013).

A resposta da comunidade internacional sobre a deterioração da camada de ozônio foi rápida – pouco mais de dez anos separam as publicações de estudos sobre os efeitos dos clorofluorcarbonos (CFCs) na atmosfera, em 1974, e a regulamentação da emissão de tais gases por instrumentos internacionais, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987 (LAGO, 2013). Os esforços para negociar os dois instrumentos tiveram resultado muito positivo, ao reunir governos, comunidades acadêmicas e científicas, além da sociedade civil, a mídia e a indústria, dando novo ímpeto para a negociação de outros instrumentos do tipo. Lago (2013) destaca dois desses instrumentos, que seriam abertos para assinatura na Conferência do Rio: a Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Já o Relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987) foi resultado da comissão fundada em 1983, que tinha como presidente a Primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e reuniu 23 comissários de 22 países, entre eles o brasileiro Paulo Nogueira Neto. A comissão encomendou uma série de estudos e realizou diversas visitas, passando também pelo Brasil (LAGO, 2013). Com o título de “Nossa Futuro Comum”, o relatório colocou as bases intelectuais para as discussões na Rio 92, em especial ao sintetizar a definição de desenvolvimento sustentável¹⁸ que seria replicada

¹⁸ O relatório Brundtland também recebeu críticas substanciais por parte de setores ambientalistas, acusado de reafirmar práticas prejudiciais, em escala global e não atacar as verdadeiras causas da destruição ambiental. Várias

em outros instrumentos e contextos, como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender suas próprias necessidades” (LAGO, 2013, p. 73). O relatório trazia a proposição de alternativas que exigiam comprometimento tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento para fazer convergir suas políticas à proteção ambiental, em especial com a transferência de tecnologia e apoio financeiro, e suscitava a necessidade de uma nova conferência internacional – recolocando o tema ambiental no centro do multilateralismo ao final dos anos 1980 (FIGUEIRA, 2011). Os principais recortes seriam as mudanças climáticas e a preservação da diversidade biológica.

A situação no Brasil recebeu grande destaque nesse contexto, em especial por uma série de queimadas na região amazônica em 1988 que, ao mesmo tempo, ameaçavam uma das maiores reservas de biodiversidade do mundo e evidenciavam o impacto da ação antrópica sobre florestas tropicais, grandes contribuidoras para a amenização do efeito estufa através da ciclagem de gases. A Amazônia passou a despertar o interesse da comunidade internacional, em especial no questionamento da capacidade do Governo brasileiro em preservar a floresta, pois vivia um processo de transição democrática e enfrentava um período de grave crise econômica. No momento, também, o movimento ambiental doméstico foi potencializado, despertados pelas repercussões desses eventos na mídia (FIGUEIRA, 2011). Segundo Lago (2013), o governo do Presidente José Sarney conseguiu, com o apoio do Ministério de Relações Exteriores, responder à pressão internacional e nacional com o lançamento do Programa Nossa Natureza, a criação de estruturas governamentais e órgãos federais¹⁹ direcionados ao monitoramento da situação ambiental no Brasil e a candidatura do país para sediar a conferência em questão, que estava sendo proposta pelos países nórdicos e o Canadá.

Esse reposicionamento do Brasil se enquadra no processo de restauração da imagem internacional do país após o final da Ditadura Civil-Militar. Impulsionado pelos próprios governos Sarney e Collor, e pela estruturação de movimentos sociais antes perseguidos pela ditadura, havia a disposição de atrelar a imagem do Brasil à defesa dos direitos humanos, ao desarmamento e à democracia, bem como à proteção do meio ambiente (FIGUEIRA, 2011).

dessas críticas foram sistematizadas por Ted Trainer (1990), que argumenta que o relatório ignora duas décadas da literatura sobre desenvolvimento e meio ambiente, falhando em identificar as questões distributivas como centro do problema, e erra ao não contestar a estrutura econômica global de livre-mercado, ao incentivar o crescimento econômico per se das economias em desenvolvimento e ao não denunciar os padrões de produção e consumo absurdos dos países ricos. Para outras críticas ver também: Olivo e Misoczky (2003) e Angelsen (1997).

¹⁹ Poucos meses após o lançamento do programa, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) – aglutinando órgãos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), e outros (LAGO, 2013).

Nesse cenário, sediar a segunda conferência internacional sobre o meio ambiente era uma oportunidade única.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, Rio 92, ou ainda Eco 92, entrou para a história como a maior conferência organizada pelas Nações Unidas até então. Reuniu representantes de 172 países membros, 1.400 organizações não-governamentais e 10.000 jornalistas (LAGO, 2013; ALVES, 2001). Como demonstração da relevância da conferência, 108 Chefes de Estado e de Governo compareceram durante os últimos dias, e em reunião paralela, realizou-se o Fórum Global da sociedade civil, com 7.000 membros de ONGs (BREITIMEIER e RITTBERGER, 2000; ALVES, 2001).

O evento exigiu uma grande articulação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com a Presidência da República, já sob governo de Fernando Collor de Melo, e com os demais ministérios, além da coordenação com os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro (WROBEL, 1993). Foram formadas, segundo Lago (2013), a Divisão do Meio Ambiente (DEMA), no MRE, articulada com a Secretaria-Geral de Política Exterior; a Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA), como núcleo articulador das posições do Brasil em relação aos temas da conferência; e um Grupo de Trabalho Nacional, para gerir as questões operacionais e logísticas em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Governo Estadual.

Lago (2013) destaca a existência da CIMA como uma novidade na articulação das posições internacionais do país. Relata que

“A interação da DEMA com a sociedade brasileira dava-se por intermédio da CIMA, e constituiu experiência nova para o Itamaraty na área ambiental em termos de elaboração de instruções para a Delegação brasileira: reunia funcionários de diversos órgãos governamentais e, como observadores, representantes de entidades de classe e um representante de ONGs. (...) Até a Conferência, a CIMA reuniu-se mais treze vezes, contribuindo para a elaboração das posições brasileiras e, também, do relatório nacional que foi apresentado à Conferência.” (LAGO, 2013, p. 105)

Figueira (2011) aponta como esses desdobramentos representaram um rompimento no modelo de formulação de posições externas do Brasil, antes centralizado no Itamaraty. Segundo a autora, essa articulação para a Conferência também marca o momento em que o país passou a se posicionar internacionalmente em congruência com os interesses governamentais domésticos, passando a adotar uma postura mais proativa nas negociações ambientais.

O sucesso da conferência do Rio, não só em sua execução, mas em seus resultados também passou a ter grande importância para o MRE e o Governo. Isso levou o país a buscar

com proatividade posições mais conciliadoras na negociação, ao mesmo tempo em que articulava a defesa de seus interesses (WROBEL, 1993; RICUPERO, 1993). No processo de preparação da conferência, os diplomatas continuaram a defender posições firmes, segundo aponta Lago (2013), mantendo o nexo do desenvolvimento como peça fundamental para o melhor desempenho do país frente às questões ambientais – utilizando-se do conceito de desenvolvimento sustentável. Obtiveram êxito tanto na preparação quanto ao longo da conferência, participando com destaque de todos os grupos de negociação, e contando com uma delegação robusta (150 membros oficiais, entre eles oito representantes de organizações não-governamentais) para sustentar a posição brasileira.

Garantir a participação brasileira de forma relevante nas arenas de negociação foi algo buscado de forma estratégica pelo país, segundo ressalta Figueira (2011). Tanto com a adoção de políticas domésticas quanto com a realização de reuniões regionais preparatórias, junto a outros países.

“Ocorreram no Brasil em 1989, a IV Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente da América Latina e Caribe e a I Reunião dos Presidentes dos Países Amazônicos; no México, em 1991, uma Reunião Preparatória da América Latina e do Caribe, que gerou a Plataforma de Tlatelolco sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1992, no Brasil, a Reunião dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica e a Reunião dos países membros do Mercosul, mais Bolívia e Chile.” (LAGO *apud* FIGUEIRA, 2011).

As muitas rodadas de preparação permitiram negociar cinco documentos durante a conferência no Rio: a Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração sobre Florestas, a Agenda 21 e a Declaração do Rio. Em todos eles, a delegação diplomática brasileira atuou de forma a garantir a soberania do país para lidar com os desafios ambientais (LAGO, 2013; RICUPERO, 1993; WROBEL, 1993). Conseguiu retirar a discussão sobre mudanças climáticas do âmbito do PNUMA, e passá-la à AGNU, onde teria um enfoque mais político e menos técnico. Conseguiu também negociar o reconhecimento da soberania dos países quanto a seus recursos naturais, freando os debates sobre dever de ingerência ambiental – dentro da Convenção sobre Diversidade Biológica. Quanto à Declaração sobre Florestas, o país conseguiu estender as considerações do documento para além das florestas tropicais, retirando o foco preponderante sobre a Amazônia e englobando florestas presentes em outros biomas; e conceder reconhecimento especial para o direito de desenvolvimento social e econômico, mas sustentável, das comunidades indígenas e locais (LAGO, 2013; ALVES, 2001).

Os documentos centrais da conferência – a Declaração do Rio e a Agenda 21 – também tiveram grande contribuição da delegação brasileira. Conforme aponta Lago (2013), esperava-

se que esses documentos fossem redefinir as bases da cooperação multilateral para o início do milênio, com implicações nos debates sobre desenvolvimento – de extrema relevância para o país. Contudo, o autor aponta que os novos desafios colocados pela aceleração da globalização e a dificuldade de implementação da Agenda 21, tanto para o Brasil quanto para o resto do mundo, deixaram essas tarefas por fazer. Tudo isso ver-se-ia refletido na Conferência de Joanesburgo, em 2002, convocada para avaliação do andamento rumo ao desenvolvimento sustentável e a criação de mecanismos para a implementação da agenda, ainda insípiente na maior parte do mundo.

Lindgren Alves (2001) também chama atenção para o papel conciliador da Rio 92, em especial ao caminhar para consensos que permitiram a discussão ambiental, sob a égide do desenvolvimento sustentável, ser integrada aos novos temas sociais na agenda das Nações Unidas, usando como terminologia o direito (humano) ao meio ambiente sadio em correlação com o direito (dos povos) ao desenvolvimento. O autor coloca a conferência de 1992 como inaugural da série de conferências sociais²⁰ da década de 1990 que foram responsáveis por estabelecer uma rede conceitual inserida na gramática dos direitos humanos e passaram a orientar toda a discussão multilateral desses temas daí em diante (ALVES, 2001).

Além de preceder as demais grandes conferências, na sequência da Cúpula Mundial sobre a Criança em 1990, a Rio 92 foi usada como modelo para as conferências que a seguiram – pelo seu formato, sua abordagem e por seus documentos finais (ALVES, 2001). Em relação ao seu formato, o autor destaca a inclusão da sociedade civil organizada tanto nas fases preparatórias quanto durante a realização da conferência, abrindo espaço para os eventos paralelos ao encontro, como foi o Fórum Global. Já na abordagem, além de avançar na reconciliação dos nexos do desenvolvimento e meio ambiente, como argumenta Alves, a conferência tratou os temas de forma integrada e sistêmica, antecipando a agenda social que se desenvolveria na década. E, por fim, a organização dos documentos finais em uma declaração política consensual, que apresenta os conceitos e entendimentos de maneira simples, concisa e fácil (Declaração do Rio), mais um plano de ação programático e detalhado para médio e

²⁰ Lindgren Alves (ALVES, 2001) enumera as seguintes conferências: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1991; Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena em 1993; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo em 1994; Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague em 1995; IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, desenvolvimento e paz, ou Conferência de Beijing, em Pequim, também em 1995; Conferência das Nações Unidas Habitat II, em Istambul 1996, sobre assentamentos humanos. Para uma análise detalhada das conferências, seu contexto e impacto para a cooperação internacional em temas sociais, ver Alves, 2001.

longo prazo (Agenda 21) foi utilizada como modelo para as conferências seguintes, nos demais temas sociais (ALVES, 2001).

Em apenas dez anos entre a Rio 92 e a Conferência de Joanesburgo em 2002, o mundo havia mudado significativamente; e grande parte dos compromissos assumidos dentro da Agenda 21 viam-se de difícil implementação e menor prioridade. A década de 1990 foi marcada por processos intensivos de liberalização econômica e uma série de crises financeiras, colocando as instituições internacionais da seara econômica em evidência. Assim, para entender a dinâmica da Conferência de Joanesburgo, em especial os fracos resultado das negociações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, é preciso levar em consideração o que se passava em palcos paralelos. A IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Doha, 2001, e a Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, em Monterrey, 2002, na área econômica por exemplo, foram eventos e negociações que dividiram as preocupações dos países e se sobrepuseram em um novo cenário de globalização e financeirização. Além disso, a preponderância das agendas de segurança depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 também ajuda a localizar os pequenos ganhos e as grandes críticas a Joanesburgo (LAGO, 2013). Nas palavras do autor:

“A Conferência do Rio havia estabelecido um diálogo entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos que permitiu a aceitação universal do conceito de desenvolvimento sustentável. Em Joanesburgo, onde se procurou traduzir o conceito em ações concretas, não se pôde negar, como aponta James Gustave Speth que ‘a transição para um mundo globalizado está progredindo rapidamente, mas a transição para um mundo sustentável, não está’.” (LAGO, 2013, p. 154-155).

Figueira acrescenta, ainda, como um fator de esvaziamento das expectativas para Joanesburgo, a baixa adesão e ratificação dos Estados aos protocolos e convenções que estipulavam metas ambientais, como o Protocolo de Kyoto (1997) sobre gases estufa (FIGUEIRA, 2011).

Algo que chamou atenção em Joanesburgo foi a forma com que os atores não-estatais puderam participar dentro da conferência. Se na Conferência do Rio as organizações não-governamentais apareceram em eventos paralelos e em algumas mesas de negociação, nesta a sua atuação foi somada às delegações nacionais e, em maior medida, foi incluída dentro dos foros oficiais de discussão. Essa inclusão também implicou em uma mudança nas formas de atuação das próprias organizações, como aponta Lago (2013, p. 153), aproximando-as dos debates mais políticos por detrás dos temas.

No Brasil, o fortalecimento da sociedade civil organizada e o aumento das preocupações com o meio ambiente se refletem nos 170 membros de ONGs que compuseram a delegação brasileira, que totalizava 230 pessoas (LAGO, 2013). Essa participação, ao mesmo tempo que

revela o comprometimento do Governo brasileiro com temas ambientais – na definição de uma Política Nacional do Meio Ambiente – também revela a adesão da sociedade civil nacional, e inclusive governos subnacionais, à ideia de desenvolvimento sustentável, ecoando seu envolvimento na Rio 92. Outro aspecto relevante da inclusão da sociedade civil no debate governamental sobre o meio ambiente foi o fortalecimento de um ambiente nacional propício ao estabelecimento de mecanismos mais eficientes e participativos para a implementação da Agenda 21, como ressalta também Figueira (2011).

Outro destaque da Conferência, nesse mesmo sentido, foi a participação do setor empresarial dentro das negociações. Como atores determinantes dos impactos dos padrões de produção e consumo sobre o meio ambiente, acompanham a discussão ambiental desde muito antes, como através do Clube de Roma. Contudo, ressalta Lago (2013), sua participação passou a ser mais efetiva e propositiva dentro dos debates em Joanesburgo. Um dos maiores ganhos da conferência de 2002 em relação às empresas, pode-se dizer, foi a discussão e o registro, nos documentos aprovados, do compromisso com a responsabilidade e o *accountability* corporativos, mencionados de forma explícita (LAGO, 2013). A maior inclusão dos agentes de mercado em parcerias de proteção ao meio ambiente com ONGs e Estados, mesmo com desconfiança desses últimos a seu respeito, mostra uma abertura dos espaços de coordenação de ações, apontando para cenários ampliados de governança ambiental no contexto de globalização – o que também foi tema da conferência.

Percebe-se, nesse sentido, um esvaziamento do espaço interestatal de negociação e do multilateralismo ambiental, abalado também pelo pouco crédito dado à conferência e ao próprio PNUD – em especial pelos Estados Unidos²¹ – sintomas de uma crise das instituições multilaterais. Em comparação, há um fortalecimento das iniciativas da sociedade civil, sejam ONGs ou do setor privado, sendo eles detentores de mais capacidade financeira e de execução²² que as próprias agências do Sistema ONU (LAGO, 2013).

Para o Governo do Brasil, porém, o valor da conferência era significativo. Seja pelo valor e esforço investido na conferência anterior, seja por sua posição privilegiada à época, de negociador dentro de outros grupos multilaterais como da América Latina e Caribe e o G77+China, o país participou de maneira incisiva da conferência. Além do mais, vinha

²¹ Para uma análise da posição ambígua do país frente à negociação dos regimes de proteção da camada de ozônio e de mudanças climáticas, com ênfase no posicionamento sobre a redução da emissão de gases do efeito estufa, ver Lago, 2013.

²² Lago (2013, p. 133) apresenta que o orçamento de organizações não governamentais internacionais, como o Greenpeace (100 milhões de dólares) e o WWF (200 milhões de dólares) era superior ao próprio orçamento do PNUD (75 milhões de dólares).

fortalecido por resultados de ordem interna: maior estabilidade econômica com a adoção do Plano Real, ampliação de instrumentos de participação democrática (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA) e descentralização da tomada de decisão e gestão orçamentária para níveis subnacionais, além do esforço para a concepção de uma Agenda 21 Brasileira, junto com a Política Nacional para o Meio Ambiente (LAGO, 2013). Tudo isso pontuava positivamente em relação à “boa governança” e ao ambiente multilateral como um todo.

Durante o processo preparatório para a conferência, novamente foi criada uma estrutura para a articulação das posições brasileiras, a Comissão Interministerial para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, como na conferência anterior. A partir das reuniões da comissão e do trabalho do Itamaraty junto a países vizinhos, foi possível desenhar consensos regionais, liderados pelo Brasil, e lançar a Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC) e a Proposta Brasileira de Energia. Esta última, considerada uma das principais contribuições brasileiras para o regime ambiental, propunha o comprometimento dos países com o alcance de 10% da matriz energética correspondente a energia renovável até 2010. Além disso, o país também articulou a realização do Seminário Internacional Rio+10, para reiterar os compromissos da Cúpula da Terra e indicar as expectativas para Joanesburgo (LAGO, 2013; FIGUEIRA, 2011; COELHO e SANTOS, 2014).

Na Conferência, ainda que limitado pela necessidade de coordenar sua participação e pronunciamento através do G77+China, que tinha como presidente a Venezuela, o Brasil foi indicado para ser porta-voz do grupo em alguns grupos/seções de negociação, conseguindo articular melhor suas próprias posições. Em especial dentro da discussão sobre mudanças no padrão de produção e consumo, que dividiu grande parte dos grupos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, o país conseguiu incluir parágrafos sobre a necessidade do incentivo a energias renováveis, antes bloqueados pelos países produtores de petróleo. Outras seções em que atuou como porta-voz, como na proteção e gestão da base de recursos naturais e na de globalização, também conseguiu avanços para os países que representava – como a negociação de um instrumento sobre a repartição dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, elaborado pelo grupo de Megadiversos e afins; e a menção da responsabilidade ambiental para empresas, demanda do G77+ China (LAGO, 2013).

A atuação do Brasil em blocos durante as negociações foi motivo de crítica das organizações ambientais brasileiras, por limitar algumas posições do país, que poderiam ser mais propositivas e progressistas. Contudo, pode-se dizer que o país teve uma grande participação nos principais – ainda que pequenos – avanços da conferência. Grande parte desses

resultados foi de reafirmação das metas e conquistas anteriores, tanto da Rio 92 quanto das conferências de Doha e Monterrey. A principal novidade, seria a visão otimista das parcerias entre Estados, empresas e organizações da sociedade civil em prol das questões ambientais e a criação do fundo contra a pobreza, que trouxe essa problemática para dentro do debate sobre desenvolvimento sustentável (LAGO, 2013; FIGUEIRA, 2011).

A importância da abertura para novas parcerias, para além dos Estados, ficou clara na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, a Rio+20. Além dos avanços das negociações interestatais, a conferência chamou atenção por reunir centenas de eventos paralelos, organizados por diferentes grupos, entre 13 e 22 de junho, na cidade do Rio de Janeiro – com destaque para a Cúpula dos Povos. Empresas e associações empresariais, organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais internacionais e até ministérios brasileiros (Casa Civil, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) promoveram atividades fora da conferência, relacionadas às discussões sobre desenvolvimento sustentável (LAGO, 2013).

O Governo Brasileiro, na organização e presidência da conferência, foi avaliado de maneira positiva, principalmente pelas contribuições deixadas para o reforço e democratização das instâncias multilaterais, consolidando o “espírito do Rio”, que remontava à conferência de 1992. Foi proposto pelo Brasil ao PNUD incluir a sociedade civil na fase preparatória da conferência, algo novo nas conferências das Nações Unidas, através dos “Diálogos sobre o Desenvolvimento Sustentável”, que contaram com mais de 60 mil participantes entre os fóruns virtuais e presenciais de debate (LAGO, 2013). Presencialmente, no Rio, os eventos contaram com grandes nomes do desenvolvimento sustentável, entre cientistas, acadêmicos e ativistas. Dez temas foram designados para serem debatidos no formato de painéis, e de cada um deles foram formuladas três recomendações aos Chefes de Estado e Governo, para serem consideradas e integrarem o documento final da Conferência. Os temas foram:

“Desemprego, trabalho decente e migrações; Desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; Desenvolvimento sustentável e combate à pobreza; A economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; Florestas; Segurança alimentar e nutricional; Energia sustentável para todos; Água; Cidades sustentáveis e inovação; e Oceanos.” (LAGO, 2013, p. 164).

A ênfase no multilateralismo como um espaço indispensável para o avanço do consenso e do próprio desenvolvimento sustentável aparece inclusive nos discursos da Presidente Dilma Rousseff na abertura e encerramento do evento, como destaca Lago (2013). Também pode ser observada na forma do esforço novamente empreendido pelo Ministério de Relações Exteriores

e do próprio Governo para negociar as posições do Brasil, previamente dentro dos grupos dos quais fazia parte, e durante a conferência, exercendo seu papel de presidência do evento e na elaboração de um documento final que pudesse ser aprovado, na íntegra, de maneira consensual.

Como nas duas conferências anteriores, também foi criada uma estrutura de concertação a nível do Governo Federal para preparar as posições brasileiras na Rio+20. Contudo, de maneira inédita também, a Comissão Nacional para a Conferência Rio+20 envolveu um número muito maior de participantes: foram 70 integrantes, tendo participado 30 Ministros de Estado, integrantes do Legislativo e do Judiciário e representantes de diversos setores da sociedade civil. Além de seis reuniões em um ano de preparação, outras reuniões de nível técnico deram suporte para a atuação incisiva do Brasil durante as conferências preparatórias e no próprio evento (LAGO, 2013).

Os dois temas centrais definidos na Assembleia Geral²³ para a conferência eram a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, ambos temas delicados para os países em desenvolvimento reunidos no Grupo 77+China, o qual o Brasil integra. As discussões também acabaram por abordar as lacunas de implementação que se arrastavam desde a Conferência de Joanesburgo e as impostas pelos novos desafios da emergência ambiental (LAGO, 2013).

O Brasil promoveu uma série de reuniões informais de preparação, o que permitiu apresentar a versão inicial do documento final cinco meses antes da conferência. Lago (2013) relata o duro trabalho da delegação diplomática brasileira para negociar e apresentar um documento completo para aprovação, que representasse de fato um consenso entre os 193 países, e que, além de reafirmar os acordos da Rio 92 e de Joanesburgo, avançasse em relação a eles. Apesar de posições de enfrentamento da União Europeia e dos países desenvolvidos, como a pressão pela criação de uma organização mundial para o meio ambiente com maior robustez e da relutância em ampliar o comprometimento com o financiamento do desenvolvimento sustentável, o autor (LAGO, 2013) avalia que o país teve sucesso nas posições negociadas, sendo que sua versão da declaração final, “O Futuro que queremos”, foi aprovada de maneira consensual, na presença de 105 Chefes de Estado e Governo e dentro do tempo de negociação previsto pela conferência.

Coelho e Santos (2014) destacam a importância da realização da conferência e de seus resultados para o fortalecimento da posição do Brasil como mediador entre os países em

²³ Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 64/236.

desenvolvimento e os países desenvolvidos. Reforçam também a posição diferente que o país vivia com relação a 1992. Em 2012 os avanços que havia conquistado na redução da desigualdade, no crescimento econômico e na redução do desmatamento em áreas sensíveis, como a Amazônia, eram notáveis (COELHO e SANTOS, 2014).

Lago (2013), ao avaliar os resultados da Rio+20, aponta para três ganhos imediatos, do ponto de vista do Brasil e dos países em desenvolvimento: o consenso em torno da declaração final, o início de processos institucionais importantes, e o tolhimento de interesses que pudessem ameaçar suas posições, como a prevalência exclusiva do meio ambiente sobre os demais aspectos, econômico e social. Com relação à declaração final, o documento reafirma todos os princípios da Declaração do Rio de 1992, com destaque para o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Também estabelece, de forma ambiciosa, três prioridades centrais que expressam seu equilíbrio em torno dos pilares do desenvolvimento sustentável: a erradicação da pobreza; a mudança de padrões insustentáveis e a promoção de padrões sustentáveis de consumo e produção; e a proteção e gestão dos recursos naturais (LAGO, 2013). Em relação ao penúltimo, destaca-se a assinatura do Plano Decenal de Programas sobre Padrões de Consumo e Produção Sustentáveis, que vinha sendo negociado desde Joanesburgo. Outro ganho que poderia ser citado, ainda, foi a opção pela criação do Fórum Político de Alto Nível (*High Level Political Forum*), em substituição da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, dentro do organograma das Nações Unidas – e em alternativa à criação da organização mundial do meio ambiente.

Os autores Franchini, Viola e Barros-Platiau (2017) oferecem uma avaliação crítica dos resultados da conferência, em especial por sua pouca ambição quando comparada com a Rio 92, por exemplo. A despreocupação em avançar na negociação de tratados vinculantes sobre temas do direito ambiental é uma das principais críticas. Além disso, os autores avaliam de maneira negativa a conduta dos países emergentes, em especial do Grupo 77+China, que agiram para frear a definição da economia verde como conceito necessário para “preencher” e qualificar a definição de Desenvolvimento Sustentável. Contudo, o maior fracasso da conferência, segundo eles, foi não haver considerado as mudanças ambientais sistêmicas das últimas décadas, definidas ao redor do conceito de Antropoceno²⁴, como apresentam, se limitando a reafirmar os consensos difusos já estabelecidos anteriormente.

Quanto aos processos iniciados pela conferência e que continuariam depois, destacam-se três. O primeiro é o início da discussão de um instrumento a respeito da proteção e gestão da

²⁴ Ver Capítulo 1.

biodiversidade marinha fora das jurisdições nacionais, que culminaria na Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. O segundo, foi a continuação da discussão sobre meios de implementação e financiamento do desenvolvimento sustentável, que culminou na 3^a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FfD3), em Adis Abeba em 2015 e na adoção de uma Agenda de Ação sobre o assunto (ONU NEWS, 2015). Por último, e talvez mais relevante para o presente trabalho, foi a indicação de parâmetros para se elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no seio da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

A Rio+20 não foi uma conferência exclusivamente ambiental, mas foi sobretudo política, e tal constatação pode ser feita pelo número de Chefes de Estado e de Governo, além de políticos de alto escalão que compareceram ao evento. Lago (2013) aponta sua importância para consolidar o consenso a respeito dos três pilares do desenvolvimento sustentável (social, economia e meio ambiente), permitindo fundir tais agendas no âmbito multilateral, à medida que o reforçam como espaço de negociação internacional.

Nesse sentido, o Brasil apresentava uma posição muito diferente para a Rio+20 do que para as conferências que a precederam. O sucesso de sua atuação diplomática e o acréscimo de sua reputação no contexto das Nações Unidas conseguido na conferência também passa pelo avanço do país nos três tripés do desenvolvimento sustentável desde Joanesburgo, como comentado: “diminuição da desigualdade, crescimento e estabilidade econômicos, e a diminuição notável do desmatamento na Amazônia” (LAGO, 2013, p. 171). Tais avanços podem ser também entendidos ao olhar para como o Brasil lidou com a agenda de desenvolvimento anterior, concatenada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Olhar para a articulação e desempenho nacionais em torno dos ODM, como também é objeto da próxima seção, permitirá entender melhor o endosso e a aposta do país para o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3.2 O Estado Brasileiro e agendas internacionais: a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Ainda no intuito de construir as bases que possibilitarão a análise dos esforços de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário olhar com maior detalhe para os desdobramentos nacionais de duas iniciativas que os precederam: a Agenda 21, formulada durante a Rio 92 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, adotados na Cúpula do Milênio, em 2000. Os dois documentos, assim como a Agenda 2030 e os ODS, revelam esforços diferentes da comunidade internacional para colocar

metas globais em relação às temáticas do meio ambiente e do desenvolvimento. De ambas, como se verá a seguir, desdobram-se processos nacionais para internalizar as agendas e atingir as metas propostas.

A Agenda 21 expressa um largo consenso sobre o desenvolvimento sustentável, negociado durante a Rio 92, assinado por 179 países. É um programa extenso, composto por quarenta capítulos que preveem ações para alinhar os distintos aspectos do desenvolvimento sustentável, promovendo-o no presente, “sem limitar as opções das gerações futuras”. Com o intuito de traduzir as ações em iniciativas domésticas, a própria Agenda 21 Global, prevê a elaboração de agendas nacionais.

Alguns autores retomam e analisam o processo de formulação da Agenda 21 Brasileira, no final da década de 1990 e durante a década de 2000 (MALHEIROS, PHLIPPI JR e COUTINHO, 2008; FONSECA, 2016). Cinco anos após a adoção da agenda global, a Agenda 21 Brasileira começou a ser elaborada, por meio da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), estrutura de governança que reunia representantes do Governo Federal, da sociedade civil e do empresariado, sob a presidência do Ministério de Meio Ambiente e Secretaria-Executiva da Coordenação da Agenda 21, do mesmo ministério (FONSECA, 2016). Segundo Fonseca (2016), houve a tentativa dos idealizadores da estrutura de estabelecer a articulação da Agenda 21 dentro da Casa Civil da Presidência da República ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), à época do Governo de Fernando Henrique Cardoso, já a partir do entendimento de que a matéria extrapolaria a questão ambiental.

A CPDS optou pela contratação de consórcios públicos para elaboração de diagnósticos da situação nacional frente a seis temas: cidades sustentáveis; redução das desigualdades sociais; agricultura sustentável; gestão de recursos naturais; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável; e infraestrutura e integração regional (FONSECA, 2016). Através desses diagnósticos, realizados por instituições ligadas à pesquisa e à comunidade científica, foi possível estabelecer os subsídios de discussão em eventos, seminários e consultas públicas, que percorreram 26 estados brasileiros, nas cinco regiões. O autor (FONSECA, 2016) chama atenção para a participação popular: 6 mil pessoas de maneira direta, e estimativa de 40 mil pessoas de maneira indireta ajudaram a definir os 21 objetivos nacionais, dentro de cinco eixos²⁵.

²⁵ Os 21 Objetivos da Agenda 21 Brasileira são: Eixo: A economia da poupança na sociedade do conhecimento: (1)Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício, (2) Ecoeficiência e responsabilidade social

A Coordenação da Agenda 21/MMA e a CPDS teriam a atribuição de acompanhar a implementação da Agenda 21 Brasileira, sob o Programa AG21, como aponta a análise de Fonseca (2016) do Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal. Fonseca aponta ainda que, por decisão política, a implementação deixou de ser acompanhada, sendo que ambas as estruturas do Governo Federal foram direcionadas para fomentar a criação de Agendas 21 locais, nos estados e municípios brasileiros. Segundo ele, essa opção, reforçada no desenvolvimento de ferramentas metodológicas e financiamento de projetos através do Fundo Nacional do Meio Ambiente para elaboração das agendas locais, mostram que a Agenda 21 deixou de ser concebida como um processo de transformação para ser encarada, ela mesma, como um projeto, com início, meio e fim, que pode ser avaliado como um produto a ser entregue. Nesse sentido, o autor escreve:

Essa decisão política do MMA [de priorizar a criação de agendas 21 locais] fez com que, desde a publicação dos documentos finais, em 2002, até o momento desta pesquisa, não tenha havido um acompanhamento sistemático do desenvolvimento da AG21 enquanto processo e nem ações de estímulo e promoção da continuidade do processo da AG21 Nacional. (FONSECA, 2016).

O acompanhamento da agenda precisaria ser feito através da observação dos indicadores e sua evolução em direção às metas colocadas pela agenda, criando uma cultura de avaliação das políticas. Nesse sentido, Malheiros, Phlippi e Coutinho (2008) atentam para a importância que os indicadores representam para o acompanhamento das transformações em direção ao desenvolvimento sustentável, seu o papel dentro da Agenda 21 e a ausência de uma integração, no Brasil, dos indicadores produzidos com os contemplados na agenda nacional.

Os autores (MALHEIROS, PHLIPPI JR e COUTINHO, 2008) revelam que mesmo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha desenvolvido e publicado em 2002, frente aos incentivos da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS-ONU), uma compilação de indicadores de desenvolvimento sustentável, ela não foi feita

das empresas, (3) Retomada de planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional, (4) Energia renovável e biomassa, (5) Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável; Eixo: Inclusão social para uma sociedade solidária: (6) Educação permanente para o trabalho e a vida, (7) Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS, (8) Inclusão social e distribuição de renda, (9) Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde; Eixo: Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural: (10) Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana, (11) Desenvolvimento sustentável do Brasil rural, (12) Promoção da agricultura sustentável, (13) Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável, (14) Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável; Eixo: Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas: (15) Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas, (16) – Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade; Eixo: Governança e ética para a promoção da sustentabilidade: (17) Descentralização e pacto federativo: parcerias, consórcios e poder local, (18) Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos, (19) Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável, (20) Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação, (21) Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade (FONSECA, 2016).

de maneira alinhada com a Agenda 21 Brasileira. Desde 1995, a Comissão das Nações Unidas, iniciou um processo de formulação de indicadores comuns que pudessem servir para o monitoramento da Agenda 21, e apoiar os procedimentos de tomada de decisão, contribuindo para a harmonização dos parâmetros de coleta de dados entre os países. Foi realizado um processo participativo que contou com uma fase de testes, da qual o Brasil fez parte (MALHEIROS, PHLIPPI JR e COUTINHO, 2008).

Ainda assim, na proposição dos indicadores nacionais, o IBGE optou por utilizar indicadores diferentes. Malheiros, Phlippi Jr e Coutinho (2008) relatam que dos 57 indicadores propostos pela CDS-ONU, 15 foram deixados de lado pelo IBGE, na primeira versão do relatório. Alguns deles, como a desertificação, a concentração de poluentes em áreas urbanas e adequação da moradia, foram incluídos em uma versão de 2004, mas outros foram deixados de fora, como a emissão de gases de efeito estufa e estratégia de desenvolvimento sustentável. Os indicadores escolhidos pelo IBGE, em sua maioria, já eram utilizados pelo próprio órgão, e alguns seriam coletados de fontes externas. Quanto a isso, os autores alertam para a necessidade de se construir os indicadores a partir de problemas reais para que sejam de fato úteis, e permitam o acompanhamento verdadeiro do que se pretende medir (MALHEIROS, PHLIPPI JR e COUTINHO, 2008). Caso contrário, como foi realizado, os dados pouco informam sobre a trajetória das políticas adotadas. Esse diagnóstico reforça a tese de Fonseca (2016) de que a Agenda 21 Brasileira não foi tratada como processo, e que deixou de haver interesse no acompanhamento de sua implementação pela Coordenação Agenda 21/MMA.

Ao mesmo tempo em que se optou por incentivar sua adoção a nível local, a Agenda 21 dividia espaço com outra agenda internacional nos anos 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). E em alguns momentos, foram tratadas em conjunto, conforme aponta o caderno de debate da Agenda 21 e Sustentabilidade, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente em 2005, sob o título “A Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: as oportunidades para o nível local”, de Flora Cerqueira e Marcia Facchina (CERQUEIRA e FACCHINA, 2005).

Os ODM, no início da década, já estavam no radar do Governo Federal. Ainda que não compusessem o debate estrito sobre desenvolvimento sustentável, os oito objetivos aprovados dentro da Resolução nº 55/2 de 2000 da Assembleia Geral das Nações Unidas, buscavam enfrentar os principais desafios dos países em desenvolvimento²⁶. Em primeiro lugar estava

²⁶ Uma série de estudos apontam as limitações dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio enquanto conceito e agenda. Fehling, Nelson e Venkatapuram (2013) ao fazerem uma revisão desses estudos apontam para os

acabar com a fome e a miséria, e incluía objetivos quanto à educação básica, igualdade entre sexos, a redução da mortalidade infantil e a melhoria da saúde das gestantes, o combate a epidemias como o HIV/AIDS e a malária. O sétimo objetivo, apesar de fazê-lo de maneira tímida, trazia um enfoque na qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Boa parte desses objetivos tinham correspondência com os desafios encontrados pelo Brasil à época e, portanto, foram facilmente incorporados às metas nacionais.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio eram compostos por 21 metas globais que seriam acompanhadas por 60 indicadores, tinham uma complexidade menor que a Agenda 21 Global. Os dados base para a elaboração das metas foram os coletados em 1990, e previa-se o monitoramento periódico dos indicadores até 2015. Roma (2019) pontua que tanto o IBGE quanto o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foram designados os órgãos responsáveis pelo acompanhamento do progresso dos indicadores no Brasil, bem como pelo acompanhamento das demais metas, adaptadas para o país a partir do Grupo Técnico para o Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (GT-ODM).

O GT-ODM foi criado através do Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Era composto pela Casa Civil e a Assessoria Especial da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea e o IBGE. Posteriormente, foram acrescidas a Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seu ciclo de reuniões era mensal, sendo que demais participantes, fossem entes públicos ou da sociedade civil poderiam ser convidados a participar (BRASIL, 2003). Tanto o formato da estrutura de governança quanto a periodicidade das reuniões mostram um grande comprometimento do alto escalão do governo com os ODM.

O Governo Federal, em parceria com agências do Sistema ONU no Brasil, elaborou cinco Relatórios Nacionais de Acompanhamento, publicados pelo Ipea em 2004, 2005, 2007, 2010 e 2014. Roma (2019) realiza o esforço de sistematizar os resultados do país na implementação dos objetivos, contextualizando-os em relação ao desempenho global. O autor indica que o Brasil teve sucesso no alcance da maior parte das metas, inclusive em metas nacionais mais ambiciosas que foram determinadas de maneira voluntária. Com grande destaque para a redução da pobreza para um quarto do nível de 1990 e erradicar a fome no país,

principais diagnósticos: os ODM foram formulados por um número limitado de stakeholders, sem a participação dos países em desenvolvimento e passando por cima de compromissos internacionais assumidos anteriormente; os objetivos são em grande parte inalcançáveis e simplistas, falham em adaptar-se às realidades nacionais e reforçam a intervenção verticalizada.

tendo a primeira sido alcançada ainda em 2012 e a segunda em 2006 (ROMA, 2019). Em relação às metas do Objetivo 7, que contemplam o cuidado com o meio ambiente, o país apresentou também bons resultados, em especial pela diminuição do desmatamento na região amazônica, e pelo aumento das fontes de energia renovável e limpa (SAAD, 2015).

O bom desempenho do país frente aos ODM pode ser explicado pela convergência das prioridades dos governos do período com as metas estabelecidas, sendo articulada, entre os ministérios e com ampliada participação social através de conselhos e comitês gestores de políticas setoriais, e a implementação de programas que atendiam aos objetivos em questão. Saad (2015) destaca uma série de políticas públicas, tanto de transferência de renda e de elevação do salário mínimo, quanto de ampliação do acesso a serviços públicos como água potável e energia elétrica.

A posição privilegiada por seu bom desempenho possibilitou ao Brasil, como visto anteriormente, destacar-se para discutir uma agenda de desenvolvimento pós-2015, quando se encerravam as metas dos ODM (SAAD, 2015). Coincidindo com a articulação dentro dos debates sobre meio ambiente, e por decisão da Rio+20 sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, mesmo correndo em paralelo em relação à agenda pós-2015 encabeçada pelo Secretariado Geral das Nações Unidas, acabariam se fundindo (SAAD, 2015) na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

3.3 A negociação da Agenda pós-2015 e a participação da sociedade civil brasileira

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é produto de dois processos principais que convergiram: a colocação de objetivos de desenvolvimento, em sequência aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por um lado; e o desdobramento das conferências internacionais sobre o meio ambiente, que vinham trabalhando com a Agenda 21 até a Rio+20. Tendo essas duas trajetórias como antecedentes, acabou por herdar os aprendizados e os desafios das duas experiências.

Apesar da visão cética de parte dos movimentos ambientais e da comunidade acadêmica a respeito dos resultados da Rio+20 (LORENZETTI e CARRION, 2012), seu documento final, em que é apresentada a recomendação de criação do *Open Working Group* para elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, previa a participação da sociedade civil organizada no processo de elaboração dos objetivos (SAAD, 2015). Essa era uma demanda latente, não só da sociedade civil, mas também dos Estados, em crítica à forma como os ODM haviam sido propostos. Eles haviam sido apresentados já como uma lista fechada, elaborada por especialistas e técnicos das Nações Unidas e direcionados aos países em desenvolvimento (FEHLING,

NELSON e VENKATAPURAM, 2013). Assim, firmar na Declaração do Rio a necessidade de compor um grupo de trabalho aberto, composto por 30 representações diplomáticas, e fixar critérios a serem observados para os objetivos foi de grande importância para garantir um espírito democrático e participativo para o *Open Working Group*.

Saad (2015) faz um registro das posições defendidas pelo Estado brasileiro no grupo, durante as negociações da nova agenda e dos ODS. Segundo ela, grande parte do posicionamento oficial brasileiro estava ancorada nos consensos registrados no documento final da Rio+20, cuja redação foi articulada pela própria delegação brasileira. Além da defesa de um modelo de desenvolvimento que equilibrasse as dimensões econômica, social e ambiental, cabe destacar a importância que a equidade e o combate à desigualdade guardaram dentro da posição brasileira. Nesse sentido, o direito ao desenvolvimento, traduzido na manutenção de boas taxas de crescimento econômico, seria central para o financiamento de políticas sociais e de redistribuição, garantindo a oferta de serviços públicos e o acesso a direitos. Outros dois posicionamentos que valem nota, e estão ligados à experiência do país no esforço de melhorar seus índices de desenvolvimento e governança, são: a necessidade de superar a formulação setorial e fragmentada de políticas e a de viabilizar a participação social em todas as fases (elaboração, implementação e monitoramento) dos novos objetivos de desenvolvimento pós-2015 (SAAD, 2015).

A defesa de espaços de participação para a sociedade civil global na proposição dos objetivos de desenvolvimento é coerente com a trajetória brasileira de abertura e participação em assuntos como os ambientais, tal como demonstrado das seções anteriores. Nilo (2016), contudo, na análise da participação da sociedade civil brasileira nesse processo de negociação depois de 2012, afirma que os grupos brasileiros enfrentaram cenários ambíguos. Enquanto encontraram abertura à sua participação formal dentro das estruturas das Nações Unidas desde o início, dentro da formulação de posicionamento nacional, o contato foi conduzido por canais informais até a última sessão de negociações multilaterais, em 2014, quando os grupos da sociedade civil foram convidados para participar da delegação brasileira novamente e integrar a estrutura de governança criada no âmbito interministerial (NILO, 2016).

Por parte das Nações Unidas, um esforço de tal magnitude para a inclusão da sociedade civil organizada nas negociações intergovernamentais era inédito. O Secretariado, em cumprimento do resolvido na Declaração do Rio de 2012, montou calendários e fluxos de trabalho que incluíam as agências do sistema, a sociedade civil e os Estados na elaboração dos objetivos. Três instâncias foram dispostas para a elaboração e seguimento: o *Open Working Group* (OWP), um Comitê Intergovernamental de Peritos sobre Financiamento para o

Desenvolvimento Sustentável (IECSDF, sigla em inglês), e o Fórum Político de Alto Nível (HLPF, sigla em inglês) (NILO, 2016).

Além delas, também foram organizados outros grupos de trabalho paralelos pelo secretariado (Grupo Interagências, do Pacto Global da ONU, da *Sustainable Development Solutions Network*, o Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentas, e através do *United Nations Development Group* um grupo de pessoas e sociedade civil). Foram também realizadas pesquisas e consultas ampliadas, utilizando a internet como plataforma, e permitindo uma participação ainda mais abrangente. As comissões regionais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) também contribuíram conduzindo debates e diálogos em seus âmbitos, e fortalecendo o consenso regional (NILO, 2016).

Nilo (2016) detalha como cada uma das principais instâncias de condução das negociações – o *Open Working Group*, o IECSDF, e o HLPF – acolheu a presença da sociedade civil. Dentro do OWP e do HLPF, a participação das organizações da sociedade civil estava garantida formalmente. Já no IECSDF, foi mais pontual, através de quatro diálogos interativos, de *multistakeholders* com os presidentes da comissão.

O *Open Working Group*, como previsto no documento “O Futuro que queremos”, deveria ser composto por 30 representantes dos Estados membro. Contudo, com a manifestação da vontade de participar por muitos outros países, e também pelo receio de se verem impostas novas metas elaboradas apenas pelo Secretariado como foram os ODM (NILO, 2016), foi adotado um modelo de negociação inédito, com grupos de países respondendo pelas representações. Tomaram parte na discussão, portanto, 70 países conforme a resolução da AGNU nº 67/555. Como já descrito no capítulo 2, mas válido retomar: seis países foram contemplados com assentos individuais, nove assentos foram compartilhados entre grupos de dois países pertencentes a regiões similares, catorze assentos foram compartilhados por grupos de três países cada, e apenas um assento foi compartilhado por quatro países (KANIE, BERNSTEIN, *et al.*, 2017).

Os Estados precisaram articular suas posições entre aqueles com os quais dividiam a representação, como foi o caso do Brasil com a Nicarágua. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo de países em desenvolvimento, e da América Latina, não coincidiam em todas as posições (NILO, 2016). Esse modelo ajudou a dirimir a influência de atuações em bloco e permitiu que mais países pudessem ter voz durante as negociações.

Quadro 3.1 – Sessões do Open Working Group, temas e resultados

Fase I	Conteúdos
1ª Sessão (14-15/03/2013)	Eleição dos copresidentes: Csaba Kőrös, Representante Permanente da Hungria e Macharia Kamau, RP Quênia
2ª Sessão (17-19/04/2013)	Conceitualização dos ODS; Erradicação da Pobreza
3ª Sessão (22-24/05/2013)	Segurança alimentar e nutrição, agricultura sustentável, desertificação, degradação dos solos e seca; Água e saneamento.
4ª Sessão (17-19/06/2013)	Emprego e trabalho decente para todos, proteção social, juventude, educação e cultura, saúde e dinâmicas populacionais.
5ª Sessão (25-27/11/2013)	Crescimento econômico sustentado e inclusivo, política macroeconômica (incluindo comércio internacional, sistema financeiro internacional, sustentabilidade da dívida externa), infraestrutura e industrialização; Energia.
6ª Sessão (9-13/12/2013)	Meios de implementação (finanças, ciência e tecnologia, compartilhamento de conhecimentos e capacitação); parceria global para o desenvolvimento sustentável; necessidades dos países em situações especiais – africanos, Least Developed Countries (LDC), Land Locked Developing Countries (LLDC), Países em Desenvolvimento e Small Island Developing States (SIDS); desafios específicos dos países de renda média; Direitos Humanos, direito ao desenvolvimento, governança global.
7ª sessão (6-10/01/2014)	Cidades sustentáveis e assentamentos humanos, transporte sustentável; consumo e produção sustentáveis (incluindo produtos químicos e resíduos); Mudanças climáticas e redução de risco de desastres.
8ª Sessão (3-7/02/2014)	Mares e oceanos, florestas, biodiversidade; Promoção da igualdade, incluindo equidade social, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; a prevenção de conflitos, construção da paz pós-conflito e promoção da paz duradoura; Estado de direito e governança.
Fase II	Resultado das Sessões
9ª Sessão (03-05/03/2014)	Relatório sobre o progresso do trabalho do GTA; revisão e adoção do documento contendo as áreas-foco/ incluindo as alterações sugeridas.
10ª Sessão (31/03-04/04/2014)	Debate indicativo baseado nos agrupamentos temáticos do documento-foco. Compêndio de metas no âmbito com 19 áreas-foco.
11ª Sessão (05-09/05/2014)	Consultas com base no documento-foco anterior revisto, contendo agora 16 áreas-foco
12ª Sessão (16-20/06/2014)	Compilação das emendas/sugestões dos <i>Major Groups & Other Stakeholders</i> sobre os Objetivos e Metas propostos. Estas sugestões foram apresentadas aos Estados membros em audiências durante as manhãs. Introdução e Objetivos e Metas propostas para a Agenda pós-2015
13ª Sessão (14-18/06/2014)	Consultas sobre as propostas dos Objetivos e Metas; Compilação final das emendas/sugestões dos <i>Major Groups & Other Stakeholders</i> sobre os Objetivos e Metas propostos.

Fonte: Nilo, 2016, p.17-18, adaptado.

Dentro do *Open Working Group* a participação da sociedade civil foi organizada através dos “Grupos Principais e demais partes interessadas”, em inglês *Major Groups & Other Stakeholders* (MGoS). Esses grupos, reconhecidos dentro do programa de ação da Agenda 21,

se converteram nos principais canais de participação da sociedade civil junto à ONU. Eram eles: (1) mulheres, (2) crianças e jovens, (3) povos indígenas, (4) organizações não governamentais, (5) autoridades locais, (6) trabalhadores e sindicatos, (7) comércio e indústria, (8) comunidade científica e tecnológica, e (9) agricultores, e depois foi acrescentada a designação “partes interessadas”, abrangendo outros grupos (NILO, 2016).

Além do *United Nations Development Group*, que era o contato mais próximo dos Grupos Principais e partes interessadas com o Secretariado Geral, através do OWG os representantes da sociedade civil tiveram contato direto com os copresidentes, Csaba Kőrösí e Macharia Kamau. Nilo (2016) relata que ao perceber o potencial de contribuição desses grupos, a partir da terceira sessão, os diplomatas adotaram a prática de realizar reuniões matinais, com os MGoS, antes do início das sessões oficiais com os Estados-membros, o que permitiu a exposição de suas posições e preocupações. A participação dos próprios Estados nessas reuniões foi incentivada, o que possibilitou a aproximação da sociedade civil com blocos e países específicos. A autora (NILO, 2016) aponta que a delegação diplomática do Brasil foi um dos participantes assíduos dessas reuniões.

Ainda na fase de negociação da Agenda 2030, a participação da sociedade civil na III Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento (FfD3), realizada em Adis Abeba pouco antes da última rodada de negociações dos ODS, foi notável. Através de uma Coalizão da Sociedade Civil Global, foram indicados representantes formais para as negociações, e realizado um fórum antes do início da conferência para articular ações de pressão e posições na negociação. Mesmo considerando que o resultado da conferência não foi positivo, pela resistência dos países desenvolvidos em ampliar seu comprometimento com o financiamento do desenvolvimento e da própria Agenda 2030, a atuação da sociedade civil, por si e aliada às delegações de países em desenvolvimento, como foi o caso do Brasil, ajudou a fixar pontos de não retorno e impedir resultados piores (NILO, 2016).

O Fórum Político de Alto Nível (HLPF, na sigla em inglês) é o órgão que substituiu a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, ligada à AGNU. Por sugestão do OWG, foi a instância designada para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a partir de sua adoção em 2015. Decidiu-se que, ao fórum, se reportariam voluntariamente os Estados membros a respeito da situação da implementação dos ODS em seus países, no mínimo duas vezes até 2030. Aos Grupos Principais e outras partes interessadas também foi reconhecido o direito de apresentar relatórios de monitoramento da implementação nas reuniões anuais a serem realizadas pelo HLPF (NILO, 2016). Em razão dessa abertura, tem sido possível balizar os relatórios oficiais com os relatórios elaborados pela sociedade civil,

como é o caso dos Relatórios Luz a respeito do Brasil, elaborados pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA2030, 2019a).

As posições advogadas pela sociedade civil organizada nas negociações não foram aceitas de maneira pacífica, mesmo com a abertura que as vias institucionais as deram. Houve confronto de posições e a impossibilidade de evitar *trade-offs*, como relata Nilo (2016). Não foi possível, por exemplo, reduzir os privilégios dos setores privado e financeiro ou avançar em discussões como a regulação de transações e corporações transnacionais ou das parcerias público-privadas. Mesmo com a pressão exercida até os últimos momentos da negociação da versão final do documento, em 2015. Alguns ganhos, contudo, foram possíveis, como a inclusão de mais referências à sociedade civil durante o documento, que havia sido mencionada apenas uma vez na versão do OWG mas contou com 11 referências na versão final (NILO, 2016).

Apesar do espaço encontrado nas negociações multilaterais, no espaço nacional de articulação da posição brasileira, até a última sessão de negociação da Agenda, não houve abertura para a participação formal da sociedade civil, segundo a experiência da Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero (ONG pernambucana) e da ABONG, Associação Brasileira de ONGs, relatadas por Nilo (2016). As duas organizações estiveram em articulação com o Governo Federal brasileiro desde a Rio+20, para a realização de eventos na sequência da conferência e dentro da campanha global *Beyond 2015*, e continuaram atuantes nas discussões nacionais a respeito da agenda de desenvolvimento pós-2015.

Os principais contatos com o Governo Federal se davam através do Ministério do Meio Ambiente, da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do MRE, e até da Secretaria Geral da Presidência da República (SEGOV), que organizaram eventos em parceria com a sociedade civil. O MRE, através do Coordenador Geral de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável passou a conduzir também reuniões e consultas informais com diversos grupos a partir de 2014. Como participava ativamente desde 2013 dos canais dentro dos Grupos Principais e outras partes interessadas nas negociações junto às Nações Unidas, a Gestos liderou a demanda pela inclusão das organizações da sociedade civil nos espaços formais criados pelo Governo para a preparação das posições brasileiras nas reuniões de negociação da Agenda 2030 (NILO, 2016).

No início de 2014, o MRE e o MMA orquestraram a criação do Grupo Interministerial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (GTI-ODS). Segundo entrevista de membros do Governo à época, concedidas a Nilo (2016), ainda que o grupo fosse restrito à participação dos entes do governo, o mesmo era obrigado a manter o diálogo com a sociedade através da Secretaria Geral da Presidência da República. Seria esse o órgão responsável por comunicar os

interesses da sociedade civil brasileira dentro do que comporia a posição defendida pelo país. Eventos e debates que foram promovidos pela sociedade civil, segundo relatam eles, foram fundamentais para a sistematização da posição brasileira, tal como apresentado também por Saad (2015). A contribuição se dava, portanto, por canais pouco institucionalizados.

Continuou dessa forma até junho de 2015, quando a ABONG em conjunto com outras organizações constituiu o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda Pós-2015, que depois mudaria de nome, contemplando a Agenda 2030. Se tratava de uma rede entre as entidades que vinham trabalhando em conjunto com a Secretaria Geral da Presidência da República, do MRE e de agências da ONU com as temáticas convergentes sob a agenda pós-2015. Como GT da Sociedade Civil foi permitida a sua inclusão na delegação oficial do Brasil em julho de 2015 para participar tanto da última rodada de negociações da Agenda 2030 quanto da III Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba (NILO, 2016).

Após essa participação, a sociedade civil foi convidada a participar na VIII reunião do GTI-ODS, no qual a Gestos, como sua representante, aproveitou para apresentar a demanda por uma estrutura nacional para o acompanhamento dos ODS, que contasse com representantes da sociedade civil e tivesse caráter deliberativo, com um orçamento próprio (NILO, 2016). Tomava-se por exemplo o funcionamento de outros conselhos nacionais gestores de políticas públicas e mecanismos de participação cidadã, que bem funcionavam nas áreas de saúde, educação e outras políticas setoriais.

Nilo (2016) discute a solicitação comparando-a com as demandas pela democratização da formulação da política externa brasileira, demanda antiga de setores como a academia de Relações Internacionais no Brasil e outros atores da sociedade com interesse em articular suas posições junto ao MRE. Contudo, ainda que essa comparação se faça importante e justa para a fase de negociação multilateral, após a sua adoção em 2015, a agenda passa ao processo de implementação, a ser orquestrado no plano doméstico, mas com múltiplas conexões com o internacional. Nesse sentido, ainda que se configure como uma agenda internacional, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável diz respeito também à concertação política doméstica, ao desenho das políticas públicas, e da governança, como discutido no capítulo dois. Dada a experiência do Governo Federal com os mecanismos de participação social e dos conselhos gestores de políticas e direitos, os comitês de preparação de conferências, e os empenhos do Brasil nas negociações sobre o desenvolvimento sustentável, parece um caminho natural que, caso houvesse adesão à agenda, ela contaria com um mecanismo de articulação como o proposto.

Houve, contudo, como relata a autora (NILO, 2016) obstrução por parte do MMA, e apesar das tentativas de criação do órgão através de um decreto presidencial durante o governo de Dilma Rousseff, não se obteve sucesso até o impeachment da presidente, em meados de 2016. Porém, em 31 de outubro de 2016, já sob o governo Temer, publicou-se o Decreto nº 8.892/2016 que criou a Comissão Nacional para os ODS, sob parâmetros diferentes daqueles requisitados pela sociedade civil, conforme se verá no capítulo seguinte.

3.4 Conclusão: Trajetória da participação brasileira nos debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos internos

Como visto, a posição do Estado brasileiro nos debates ambientais, e no próprio cenário multilateral, evoluiu junto com os desdobramentos da agenda ambiental. Na trajetória aqui apresentada, é perceptível que sua atuação diplomática buscou assumir cada vez mais a posição de mediador dos interesses dos países em desenvolvimento frente aos países desenvolvidos. Nessa defesa, a articulação das questões referentes ao desenvolvimento social e econômico junto das questões ambientais constituiu um objetivo recorrente – sendo possível reconhecê-lo como promotor da própria ideia de desenvolvimento sustentável, na forma como foi articulada na Rio 92. A construção desse posicionamento foi apoiada pelo bom desempenho do país, ao longo das últimas décadas, nas dimensões pilares do desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental – e pela articulação de sua política externa sob os princípios de Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas e do Direito ao Desenvolvimento. As duas conferências sediadas pelo país, Rio 92 e Rio+20, ilustram esse desempenho. Contudo, essa postura, depois de 2018, parece inverter-se.

O resgate da trajetória brasileira nas conferências ambientais e seus desdobramentos permitiu também notar uma complexificação e abertura do processo de formulação das posições de política externa do país. Marcadas a partir da redemocratização, essas tendências se reforçaram com a inclusão de mais atores – em um primeiro momento de dentro do próprio Governo Federal, na figura dos Ministérios, e posteriormente incluindo o setor privado e a sociedade civil organizada. Esse movimento de abertura permite atrelar a tradição e o reforço do multilateralismo, defendido pelo país, à defesa da participação social e democratização das negociações – que encontra seu ápice na Rio+20.

No ambiente multilateral, desde a Conferência de Estocolmo, que se realizou em um cenário internacional favorável ao multilateralismo, pode-se falar em incrementos graduais da participação da sociedade civil nas conferências. Isso revela a pressão exercida pelos movimentos ambientais organizados, que demandavam voz ativa e poder de negociação. Sua

atuação é notável no ganho de espaço dentro das próprias delegações nacionais, e por si, diretamente nos fóruns multilaterais das organizações internacionais. O desempenho das organizações da sociedade civil, e até mesmo das empresas e atores de mercado, como se viu em Joanesburgo, aponta para a ampliação dos espaços de governança multilaterais em especial em momentos de esvaziamento do espaço interestatal de negociação e do multilateralismo.

Já no caso do Brasil, a criação de estruturas domésticas para formular posições para as questões ambientais, impulsionada pelos processos da redemocratização e intensificada na preparação da Conferência do Rio de 1992, abriu espaço para a participação da sociedade civil, que se reestruturava após anos de ditadura e perseguição política. Com a Rio+20, e o fortalecimento da posição do Estado brasileiro pela democratização do espaço multilateral, essa tendência se reforça, seja pela inclusão desses atores na Comissão Nacional para a Conferência Rio+20, quanto na sua participação nos Diálogos sobre o Desenvolvimento Sustentável, antes da conferência.

Acompanha essa trajetória, a partir dos anos 2000, a montagem de estruturas domésticas em resposta aos desdobramentos das negociações. É o caso do Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 (CPDS), constituído em resposta da Agenda 21. O estabelecimento do comitê também contribuiu para o fortalecimento da sociedade civil brasileira como demandante por espaço e voz nas decisões políticas, e na formulação de políticas ambientais alinhadas às agendas internacionais. Além de sua inclusão na comissão, o próprio processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira é um exemplo de participação social e articulação das instâncias governamentais com as organizações da sociedade civil e empresariado, ainda que estivesse sediada em órgão setorial, o Ministério do Meio Ambiente.

Para a elaboração dos 21 objetivos nacionais contemplados nos cinco eixos da Agenda 21 brasileira, a CPDS, ao encomendar por consórcio público a realização de seis diagnósticos temáticos, demonstra a seriedade com que tratou o tema. E ao conduzir, por todo o país, eventos de participação popular que somaram a contribuição direta de mais de 6 mil pessoas, e indireta de mais de 40 mil (FONSECA, 2016), revelam seu comprometimento com a sociedade civil. Depois de formulada a Agenda, seu acompanhamento seria de responsabilidade da própria comissão. Contudo, por decisão política, como relatado no capítulo, o escopo do trabalho da comissão foi alterado – redirecionado para o incentivo à construção de agendas 21 locais. Como argumenta Fonseca (2016), a mudança revela uma concepção da agenda como produto, e não como processo transformador. Isso implicou no seu não acompanhamento através de indicadores próprios e na impossibilidade de apurar os resultados das iniciativas conduzidas.

Essa experiência, de fato, ensina muito às iniciativas para implementação dos ODS, por ser uma de suas precursoras. Em especial, pelo tratamento da agenda como projeto, fragmentado e reduzido a um número de produtos esperados dos órgãos e entidades envolvidas. A transformação social e comunitária para um compromisso real com a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável era o objetivo maior, para a qual os projetos e produtos representavam meros instrumentos, incorporados a uma estratégia ampla de governança e desenvolvimento, que deveria ser monitorada de perto para seu sucesso.

Já o acompanhamento dos ODM revelou maior engajamento do Governo Federal, a partir de 2003, sobretudo com o estabelecimento de um grupo técnico, interministerial, para adequar as metas a realidade brasileira e monitorar sua consecução. Destaca-se a presença do IBGE e do IPEA, órgãos nacionais de referência em dados e pesquisa, trabalhando em conjunto com o centro de comando do Executivo nacional (Casa Civil, SEGOV, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Junto com a periodicidade mensal das reuniões e o alinhamento do GT com comitês de políticas públicas setoriais, é possível perceber como a agenda internacional foi alinhada às metas e projetos nacionais para o desenvolvimento. Esses dois fatores, o alinhamento das metas ao planejamento e a conexão entre o alto escalão e as estruturas de participação social, ajudam a explicar o sucesso do desempenho do Brasil nos ODM, inclusive nas metas nacionais estabelecidas de maneira mais ambiciosas que as globais. Em um contexto menos favorável ao reforço do multilateralismo, e de crise dessas instituições, o seguimento doméstico de agendas internacionais se atrelou a uma estratégia de política externa para o Brasil.

O bom desempenho do país nesse quesito foi usado como capital político não apenas em questões relativas ao desenvolvimento, mas também em outras negociações multilaterais e revelou uma coerência do programa doméstico de governo com as ambições internacionais do país. Para as negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015 foi um fator determinante, que permitiu colocar o país como liderança.

Nesse mesmo cenário, as experiências internacionais da sociedade civil brasileira também permitiram que seus representantes participassem das negociações da Agenda 2030, mesmo que em um primeiro momento não estivessem incluídos nas delegações oficiais. Para a abertura do governo brasileiro à participação formal da sociedade civil no processo doméstico de negociação e implementação da Agenda 2030 no país, a participação das organizações da sociedade civil brasileiras diretamente nas estruturas das Nações Unidas foi imprescindível, como relata Nilo (2016). Foi só a partir de sua concertação e agrupamento é que voltaram a integrar a delegação brasileira na última rodada de negociações e para a FfD3, como já havia

acontecido anteriormente para as conferências Rio 92 e de Joanesburgo. Com essas participações, foram convidados a participar da reunião do grupo de trabalho interministerial, e pressionar para a inclusão formal da sociedade civil em uma estrutura de governança a ser criada para acompanhar a implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil, a partir de 2015.

A composição de uma estrutura com participação social parecia lógica ao considerar a trajetória crescente da participação junto ao Governo, o histórico de mobilização em torno da Agenda 21 e de seguimento dos ODM, a natureza e a ênfase em parcerias no seio da Agenda 2030, além da pressão da sociedade civil. Entretanto, o governo Dilma Rousseff relutou em criar, de imediato tal estrutura de governança. Com as circunstâncias políticas que o país enfrentou em 2016, em seu *impeachment*, o fluxo de negociação sobre tal comissão também foi interrompido, enfraquecendo as demandas da sociedade civil para a implementação da Agenda 2030. Como se verá no próximo capítulo, a estrutura da Comissão Nacional para os ODS não responde à altura à trajetória apresentada neste capítulo, nem às aprendizagens de governança e nem ao histórico de participação social que o país vinha consolidando desde a Conferência de Estocolmo, em 1972. Nesse sentido, está na contramão da tradição multilateral e participativa que o Brasil vinha defendendo.

4 GOVERNANÇA NACIONAL: O BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“Nunca ninguém viu o Estado. Quem poderia negar, porém, que ele seja uma realidade?” (BURDEAU, 2005)

“Primeiro que a Agenda 2030 é uma agenda brasileira, ela não é uma agenda de fora que veio para o Brasil, porque o Brasil também teve uma participação importante na negociação. Mais, ela é uma agenda completamente alinhada a nossa Constituição Federal, pelo menos todos os princípios da Constituição, e além do mais, existem formulações que estão alinhadas a artigos da Constituição Federal. E ela é o nosso mapa nesse momento, em que ninguém consegue entender como avançar com o Brasil, você tem uma agenda que claramente, se for alcançada, vai melhorar a vida de todo mundo, né?” (ENTREVISTA 08, 2019)

A interação do Estado brasileiro com os debates internacionais a respeito do meio ambiente, sua participação em conferências e preparação para elas, como discutido no capítulo três, passou a envolver cada vez mais atores e interesses. Acompanhado o desenvolvimento das estruturas de governo desde a década de 1970 e sua complexificação, o debate sobre o meio ambiente também foi encontrando, e criando, espaços institucionais nacionais em que estes atores passaram a interagir. Com a adoção de agendas ligadas aos temas de desenvolvimento e meio ambiente, a adequação aos parâmetros internacionais começa a tomar caminhos diferentes do que a tradicional ratificação de acordos pelo Congresso Nacional. Os exemplos mais marcantes foram a adoção da Agenda 21 e a articulação em torno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no início dos anos 2000.

Nesse sentido, para compreender as respostas institucionais do Estado brasileiro a um “estímulo” internacional, como a Agenda 2030 (e aqui vale dizer, voluntariamente acordado com participação brasileira ativa), e estabelecer as bases agora para que seu desempenho no futuro possa ser entendido, é preciso olhar de forma ampliada para o que chamamos Estado. Não podemos considerá-lo um ator unívoco, que se apresenta internacionalmente com uma posição definida e coesa, ou que atue de maneira racional na persecução de seus interesses. Se assim fosse, como é comum nas Relações Internacionais, confundir-se-ia Estado com governo (HALLIDAY, 2007).

Parte-se, aqui, então, de uma concepção construtivista, pela qual o Estado, na verdade, é uma abstração que corresponde a um conjunto de estruturas institucionais e agentes, coletivos e individuais, que nelas interagem a partir de seus interesses e percepções. Nessa interação, os agentes, ao mesmo tempo, conformam e são conformados pelas estruturas sociais e institucionais, que estão, portanto, em constante transformação.

Nesse sentido, o Estado brasileiro é extremamente complexo. Constituído como República Federativa, organiza-se em três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e em três níveis de entidades (União, estados federativos e municípios). Ao Poder Executivo Federal corresponde, portanto, o Governo Federal e a ele são atribuídas, constitucionalmente, as funções de gestão das políticas nacionais, entre elas a Política Externa e a inserção do Estado junto às organizações internacionais. Os governos nacionais, de modo geral, são, portanto, componentes dos Estados, mas não se confundem com eles, apesar de serem os responsáveis, tradicionalmente, por estabelecerem a governança das questões internacionais e o posicionamento externo.

É preciso reconhecer que, nas últimas décadas no Brasil, a primazia do Governo Federal na condução das relações exteriores tem sido questionada. Isso se torna evidente nas atividades internacionais e nas conexões que estados subnacionais, municípios, empresas, a mídia e organizações da sociedade civil têm estabelecido de forma direta com seus pares em outros países, com outros governos e com organizações internacionais. Esse fenômeno também encontra correspondência em outros países e, assim, as fronteiras entre o internacional e o doméstico aparecem enfraquecidas e permeadas em proporções incalculáveis. Evidência desse processo é a multiplicação de estudos sobre paradiplomacia, governança multinível (BACHE e FLINDERS, 2004), reescalonamento do Estado (BRENNER, 2004) e o surgimento de espaços para atores não-estatais dentro das organizações internacionais, como discutido no capítulo anterior.

A Agenda 2030, tanto em seu processo de negociação quanto na proposição de suas parcerias para implementação, também possibilita vislumbrar a infinidade de atores que se aglomeram ao seu redor. Sendo assim, seria um trabalho dantesco registrar e analisar a totalidade das interações do Brasil com a Agenda 2030, sob o risco de deixar de lado conexões importantes que são estabelecidas a partir do país. Pela complexidade dessas interações e dinâmicas, surge a necessidade de fazer recortes que viabilizem a presente análise. Escolheu-se, como ponto de partida, analisar o Estado Brasileiro a partir do Executivo Federal/Governo Federal, por constituir-se peça fundamental na concertação política e na elaboração da Política Externa, além de seu papel destacado na implementação da Agenda. Contudo, optou-se por considerá-lo como espaço institucional, em que interagem diversos atores coletivos, tais como

o centro de governo²⁷, as secretarias, os ministérios, os órgãos da administração indireta e os institutos, as agências públicas, e a própria sociedade civil organizada.

Portanto, partindo do Governo Federal, é apresentada e analisada, na primeira seção deste capítulo, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), criada pela Presidência da República em 2016, cujo primeiro mandato encerrou-se com sua extinção em agosto 2019. A CNODS é vista como uma inovação em estruturas de governança nacional para a Agenda 2030 e, segundo o relato em entrevista, teve repercussão internacional pelo seu pioneirismo, sendo apresentada pelo Governo Brasileiro como caso de sucesso nos primeiros anos de seu funcionamento (ENTREVISTA 07, 2019).

A seguir, é apresentada uma análise da estrutura do colegiado tendo por referência o Decreto nº 8.892/2016 (BRASIL, 2016) e o regimento interno aprovado pela Comissão, publicado na Portaria nº 81 de 11 de outubro de 2017 (SEGOV, 2017d). Também foram analisados os editais de seleção de representantes para o primeiro mandato (SEGOV, 2017c; SEGOV, 2017b; SEGOV, 2017a) e as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias²⁸ realizadas durante o biênio de funcionamento. Os documentos disponibilizados através do site oficial da comissão (BRASIL, 2019a), e que aparecem como produtos da Comissão, também foram analisados. Complementam a análise as entrevistas realizadas com atores ligados à CNODS – da Secretaria de Governo, representantes de órgãos públicos e membros da sociedade civil.

Na segunda seção, expande-se a análise para outros órgãos da administração indireta federal que interagem com o centro de governo e com a CNODS: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que, como visto, envolveram-se anteriormente na adoção de agendas internacionais pelo Brasil e também participaram da Comissão para os ODS como órgãos de assessoramento técnico e permanente. Ambas instituições foram responsáveis pela execução de parte do Plano de Ação definido pela Comissão Nacional para seu primeiro biênio, e entregaram produtos importantes

²⁷ Utiliza-se aqui “centro de governo” no sentido definido pelo Tribunal de Contas da União, em seu Referencial para Avaliação da Governança do Centro de Governo, cuja definição é baseada na noção usada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. “(...) considera órgãos do Centro de Governo os que proveem apoio direto ao Chefe do Poder Executivo no gerenciamento integrado do governo (*whole-of-government*), incluindo, portanto, os que desempenham funções centrais e governamentais transversais, como planejamento, orçamento, coordenação, monitoramento e comunicação das decisões e resultados das prioridades do governo, mesmo que não estejam dentro do Gabinete do Chefe do Executivo e não sirva a ele exclusivamente (TCU, 2016).

²⁸ Apesar da obrigatoriedade de publicação das atas, não foram encontradas em sítio público. Foram obtidas através de solicitações à Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria de Governo da Presidência da República do Brasil, em três demandas. Estão publicadas como apêndice da presente dissertação. Chama atenção o fato de duas atas, apesar de referentes a reuniões diferentes, apenas reproduzirem o conteúdo das respectivas reuniões anteriores, o que dificultou o acompanhamento da linearidade dos trabalhos.

para a interiorização das metas, sua adaptação ao Brasil e o acompanhamento do desempenho dentro dos temas da Agenda.

Na terceira seção, ainda partindo da atuação dentro da Comissão Nacional para os ODS, é relatada a participação da sociedade civil e os trabalhos desenvolvidos por algumas organizações para além da esfera da comissão. Chama atenção a interação das organizações de maneira direta com organismos e redes internacionais, ainda daquelas que não participam formalmente da estrutura nacional de governança, mas que, desde antes, exercem pressão através de outros canais de comunicação com o centro de governo.

No marco temporal escolhido, da adoção da Agenda na AGNU em 2015 até o encerramento da CNODS, em agosto de 2019, o Brasil vivenciou momentos políticos conturbados, passando pelo impeachment de uma presidente, o governo interino de seu vice, novas eleições presidenciais, e o início de um mandato que tem sido considerado um rompimento da trajetória política até então²⁹. Para a análise aqui proposta, tais eventos interferem de maneira significativa, com destaque para as trocas das equipes gestoras no centro de governo e de seus interlocutores preferenciais. Mudam as pessoas dentro das instituições, e a partir de sua interação, transformam-se as estruturas institucionais – o fato mais marcante, aqui, sendo a extinção da CNODS.

Portanto, compreender as dinâmicas da implementação da Agenda 2030 no Brasil requereu mais do que a simples análise da legislação e de documentos. Foi preciso realizar entrevistas com aqueles que vivenciaram os processos, a fim de compor uma análise mais robusta e compreensiva. Foram realizadas três entrevistas exploratórias e, a partir delas, utilizado o método *snowball*³⁰ de identificação de novas pessoas a serem entrevistadas. Ao total, foram realizadas 11 entrevistas a partir de roteiros semiestruturados, cuja transcrição é apresentada em trechos anônimos no presente trabalho, para preservar a identidade das pessoas que as concederam e assim solicitaram³¹.

²⁹ Outra discussão que se abre a partir desses acontecimentos e da análise aqui conduzida diz respeito à experiência democrática brasileira, seus mecanismos e seu papel dentro da Agenda 2030. Dada a complexidade da discussão, ela não se esgota nos pontos levantados pela dissertação, e merece ser aprofundada posteriormente.

³⁰ O método “snowball” é um método de mapeamento de indivíduos com potencial conhecimento sobre o objeto de estudo e os temas de interesse. Consiste na realização de entrevistas exploratórias com indivíduos relevantes para a temática identificados *a priori* e na solicitação, ao final da entrevista, de indicações de outras pessoas que o entrevistado julgue pertinentes para a pesquisa (RATHBUN, 2008).

³¹ Em razão da solicitação de sigilo por parte dos entrevistados, a transcrição das entrevistas não foi publicada junto à presente dissertação. No apêndice B, contudo, é possível consultar os roteiros semiestruturados

Por fim, na seção final deste capítulo, são resgatados parâmetros da governança pelo estabelecimento de metas, discutidos no capítulo dois, para avaliar os processos descritos no marco temporal escolhido. Utiliza-se o conceito de metagovernança (MEULEMAN, 2013) e o *framework* de sete passos proposto por Meuleman e Niestroy (2015) para o estabelecimento de uma estratégia de implementação da Agenda 2030. Também são feitas considerações sobre estratégias adotadas para “não deixar ninguém para trás”, consideradas centrais na Agenda (STUART e SAMMAN, 2017).

4.1 O Governo Federal e a governança nacional da Agenda 2030

Desde antes da aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em 2015, havia pressão para a criação de uma estrutura de participação social que acompanhasse a nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas (NILO, 2016). Isso se deveu, em grande parte, à participação de diferentes atores brasileiros junto à ONU, entre 2013 e 2014, e ao diálogo com esses atores para formulação da posição brasileira, realizado através da Secretaria de Governo (SEGOV) no Grupo Interministerial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (GTI-ODS), instância articuladora para as negociações finais do documento.

Como relatado no capítulo anterior, a robusta participação brasileira nas negociações e a inserção da sociedade civil nos debates abriram caminho para a proposição de uma estrutura nacional de implementação e acompanhamento da Agenda 2030, na forma de um mecanismo de participação social, ficando sua criação recomendada pelo grupo interministerial. Segundo relata uma entrevistada (Entrevista 02, realizada em 28 de novembro de 2018, 2018), a demanda surgiu da pressão exercida pelas organizações da sociedade civil que participaram nas negociações, conforme relata:

“Foi um processo [de] três anos de participação efetiva, tanto dos Estados-membro, pelos seus ministérios, quanto dos segmentos da sociedade. Nesse processo de participação e construção coletiva da Agenda, é que os segmentos da sociedade, (...) nas discussões (...) de negociação da Agenda, demandaram do Governo Brasileiro a criação de um espaço institucionalizado de participação social, que tratasse especificamente dessa agenda. (...) Quando voltaram para o Brasil, se começou um processo de construção coletiva do formato de como seria essa Comissão. Como seria sua composição, seu funcionamento, a sua

utilizados em cada uma das entrevistas. Foram colhidas entrevistas no âmbito da Secretaria Nacional de Articulação Social, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no Tribunal de Contas da União, e com membros da sociedade civil participantes nas Câmaras Temáticas.

estrutura. E isso foi discutido com vários segmentos da sociedade.” (ENTREVISTA 02, 2018).

Esse processo de negociação se estendeu de 2015 até outubro de 2016, quando a CNODS foi criada por decreto presidencial. Nesse ínterim, o Governo Federal passou pelo processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, que foi afastada de seu mandato em maio de 2016, após a recepção do processo no Senado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Assumiu a Presidência o Vice-presidente Michel Temer, primeiro de forma interina e depois, em agosto, de forma definitiva. Precipitou-se a transição de governo que aconteceria, segundo a normalidade democrática, ao final de 2018, uma vez que Dilma não poderia ser reeleita para um terceiro mandato. Uma vez no cargo, Michel Temer renovou a equipe de governo, reduziu o número de ministérios, dando posse a 24 novos Ministros de Estado e alterou a composição dos órgãos no centro de governo, declarando como objetivo a proposição de um novo modelo de gestão (DEUSTSCHE WELLE BRASIL, 2016).

A entrevistada (ENTREVISTA 02, 2018) e outros representantes de organizações da sociedade civil relatam que antes do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência já havia um consenso entre Governo e sociedade civil a respeito da estrutura de participação social e de sua composição. Já teriam sido indicados representantes de setores e movimentos sociais, e uma minuta de decreto aguardava sua assinatura, que não ocorreu antes que ela deixasse o cargo. Após o impeachment, o novo Governo se deparou com o tema da Agenda 2030, e, cobrado em diversas frentes por um compromisso que havia assumido internacionalmente, passou a incluí-lo na pauta política, segundo relata (ENTREVISTA 02, 2018). A estrutura de participação social negociada, porém, modificou-se bastante; a principal mudança foi uma redução significativa do número de representações. A minuta de decreto foi editada pela própria Secretaria de Governo, e foi publicado o Decreto nº 8.892 em 27 outubro de 2016, criando a CNODS.

Como trazem o decreto de criação (BRASIL, 2016) e o regimento interno (SEGOV, 2017d), aprovado em 2017, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituía um órgão colegiado, com estrutura paritária entre os governos e a sociedade civil e era de natureza consultiva, sendo parte da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República. Como finalidade da CNODS aparece o diálogo do Governo Federal com os governos dos entes federativos e com a sociedade civil, e sua mobilização em prol dos ODS.

Sua criação, por meio de um decreto do Poder Executivo, já denunciava uma das principais fragilidades da estrutura de governança. Isso se dá, pois, esse tipo de instrumento legal é passível de revogação pela edição de outro decreto, facilmente realizado pela Presidência da República (ARAÚJO, 2019a). Além disso, a natureza consultiva das atividades da comissão também colocaria dificuldades para que influenciasse os processos de tomada de decisão política dentro do centro de governo, o que seria diferente caso possuísse caráter deliberativo – que era a proposta da sociedade civil em 2015 (NILO, 2016).

Quando consideramos que o colegiado se inseria na estrutura organizacional da Presidência da República, cujo mandato está sujeito a eleições periódicas, a cada quatro anos, já se previa um risco natural a mudanças em sua estrutura, e mesmo em suas pautas e prioridades. A própria trajetória para a criação da CNODS deixa isso claro. Ainda, tendo por base que a Agenda 2030 trabalha em um horizonte de longo prazo, a previsão era de que a comissão perpassasse vários mandatos presidenciais até 2030, pois não havia uma data prevista para o final de seu mandato. Dessa forma, articular a implementação e acompanhamento de uma Agenda dentro de uma estrutura frágil e atrelada exclusivamente ao governo empossado, sem mecanismos que a incluam em estruturas de Estado, certamente a colocou à mercê dos reveses políticos.

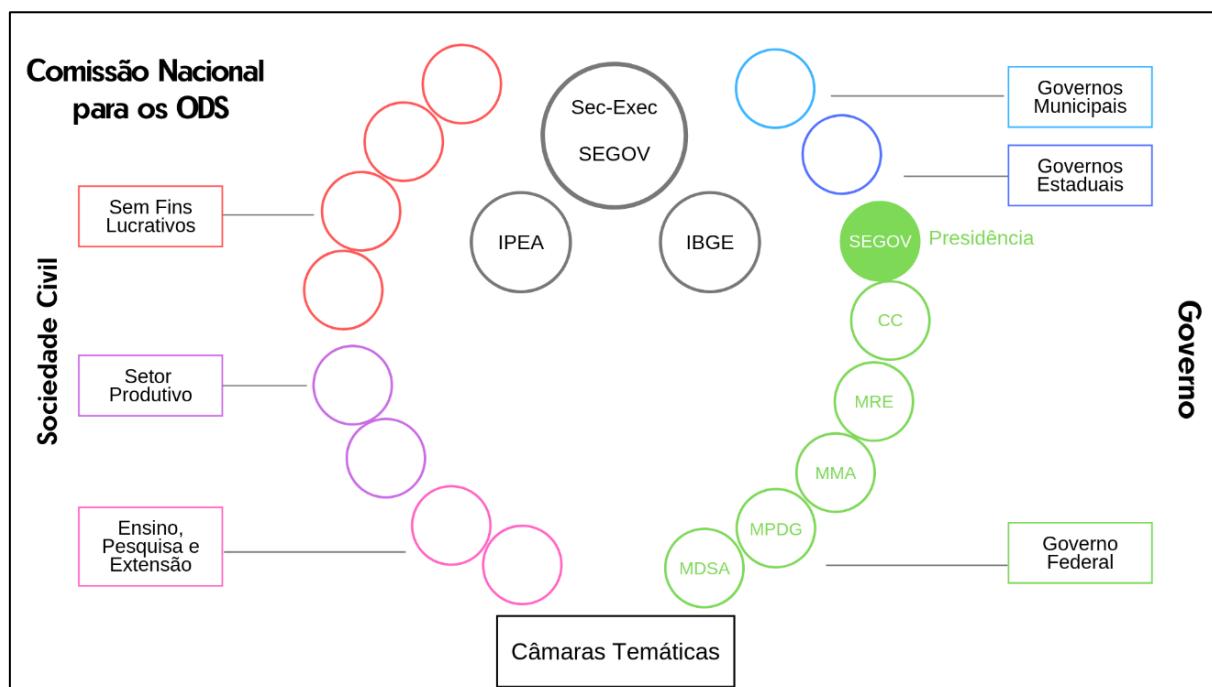
Quanto à composição da CNODS, a paridade entre os atores pode ser questionada, ainda que ela estivesse prevista no decreto de criação, sendo dezesseis assentos divididos em: oito para representantes dos governos e oito para a sociedade civil. Houve uma super-representação do Governo Federal dentro da estrutura. Seis assentos foram atribuídos ao Governo pelo decreto: Secretaria de Governo (SEGOV), Casa Civil (CC), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Planejamento (MPDG) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDSA). A SEGOV ainda acumulava a Secretaria-Executiva da comissão, desempenhada pela Secretaria Nacional de Articulação Social. Completando os assentos correspondentes aos governos, apenas um foi destinado aos governos municipais, que representa mais de 5 mil municípios, e um outro aos estaduais, que correspondem a 27 entes federativos. Ambos representantes foram selecionados por meio de edital entre entidades coletivas que representam os governos subnacionais (SEGOV, 2017a; SEGOV, 2017b).

As oito organizações representantes da sociedade civil também foram selecionadas por edital publicado posteriormente (SEGOV, 2017c). Esse edital previa a sua divisão nas categorias “sem fins lucrativos”, com quatro assentos; “setor produtivo” e “organizações de

ensino, pesquisa e extensão”, com dois assentos cada (ARAÚJO, 2019a). Ainda compunham a estrutura a Secretaria Executiva da CNODS, desempenhada pela SEGOV, e dois órgãos de assessoramento técnico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A figura 4.1 ilustra a estrutura da CNODS.

Além da fragmentação da participação da sociedade civil em segmentos e do número reduzido de vagas aos governos subnacionais, os editais (SEGOV, 2017a; SEGOV, 2017b; SEGOV, 2017c) apresentavam como critério que as organizações candidatas fossem associações ou coletivos das organizações de seu tipo, e tivessem representatividade a nível nacional. Com isso, conforme apontamos em outro trabalho (ARAÚJO, 2019a), houve uma redução significativa nas possíveis organizações candidatas e das selecionadas, dado o universo de organizações da sociedade civil brasileira, pois os critérios foram ainda combinados com outras exigências. Uma das categorias, a de “organizações de ensino, pesquisa e extensão”, não conseguiu preencher as duas vagas correspondentes, sendo uma delas remanejada para a de “Organizações sem fins lucrativos”. Ainda, duas organizações selecionadas foram substituídas ao longo do mandato, como se verá a seguir.

Figura 4.1 – Distribuição de cadeiras e composição da CNODS pelo Decreto nº 8.892/2016 e editais de seleção nº 01, 02 e 03/2017



Fonte: Araújo (2019a).

O entendimento da Secretaria de Governo, por outro lado, era de que um modelo de governança com muitos atores acarretaria dificuldades ao processo de coordenação e ao próprio fluxo de trabalho. Por isso, haveriam optado por reduzir o número de cadeiras e limitá-las a organizações que representassem coletivos. Assim, ampliariam o alcance dos trabalhos com a atuação em rede das organizações representantes (ARAÚJO, 2019a).

O processo de seleção das organizações e de instalação da CNODS demorou mais que os 90 dias previstos em decreto, e os representantes do primeiro biênio tomaram posse apenas em junho de 2017. A composição inicial da comissão pode ser vista no Quadro 4.1, onde as substituições realizadas durante o primeiro mandato estão indicadas.

Quadro 4.1 – Organizações representantes da Comissão Nacional para os ODS – Primeiro biênio

Composição Inicial – CNODS			
Governos		Sociedade Civil	
Representação	Entidade	Representação	Entidade
Federal	Secretaria de Governo	Ensino, Pesquisa e Extensão	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
	Casa Civil	Sem fins lucrativos	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*
	Min. Relações Exteriores		Conselho Nacional das Populações Extrativistas**
	Min. Planejamento, Desenvolvimento e Gestão		Fundação Abrinq
	Min. Desenvolvimento Social e Agrário		União Geral dos Trabalhadores
	Min. Meio Ambiente		Visão Mundial
Estadual/ Distrital	Ass. Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente	Empresas e Fundações empresariais	Confederação Nacional da Indústria
Municipal	Conselho Nacional dos Municípios		Instituto Ethos

Assessoramento Técnico	
IPEA	IBGE

Fonte: Elaboração própria. *Retirou-se da comissão, e foi substituída pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ). **Após reiteradas faltas, sua substituição pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) foi deliberada pelo Plenário (SNAS, 2018b).

Levando em consideração a própria Agenda 2030 e sua abrangência temática, foi constituída uma comissão pequena. Apesar da preponderância do Governo Federal, chama atenção a não participação de uma série de ministérios, agências reguladoras e órgãos setoriais da administração federal que trabalham com temas diretamente relacionados aos Objetivos e metas. Alguns exemplos são: o Ministério da Saúde (MS), o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), o Ministério das Cidades (MCid), a Agência Nacional de Águas (ANA), várias agências reguladoras ambientais e bancos/agências financeiras do desenvolvimento, entre eles o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que também trabalha com a agenda.

Durante as reuniões, ainda, pode-se observar além das muitas faltas, uma grande rotatividade das pessoas que participavam em nome dos órgãos e organizações, apesar da nomeação prever um/a representante e um/a suplente para cada. Foram editadas diversas portarias pela SEGOV alterando as pessoas representantes, tanto por indicação dos órgãos governamentais, quanto da sociedade civil. Isso pode-se apresentar como um prejuízo para o andamento dos trabalhos e a continuidade das atividades desenvolvidas. O apêndice D apresenta um quadro de presenças elaborada a partir das atas analisadas.

Após quase um ano do início dos trabalhos, em maio de 2018, houve a substituição de duas organizações representantes da sociedade civil. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência enviou uma carta à Comissão informando a sua saída. O conteúdo da carta e os motivos apresentados não constam em ata. Sua substituição foi deliberada pelo Plenário, indicando o próximo colocado no processo de seleção por edital, o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ). Já o Conselho Nacional de Populações Extrativistas teve sua saída deliberada em razão das reiteradas faltas não justificadas às reuniões. Na ausência de suplentes ao assento, foi sugerido o convite à Academia Brasileira de Ciências (ABC) (SNAS, 2018b).

É importante observar que as condições de participação da sociedade civil e dos representantes do governo também não eram equânimes. As reuniões foram realizadas em Brasília, onde nem todas as organizações possuem sede. Além disso, outro fator que pode ter afetado a participação nas reuniões é a indefinição de um calendário preciso de reuniões. Apesar de o decreto prever a realização de apenas duas reuniões anuais, o trabalho demandou um número superior de reuniões extraordinárias, nem sempre agendadas e comunicadas com boa antecedência (ARAÚJO, 2019a).

Durante o primeiro mandato da CNODS foram realizadas 12 reuniões, como apresentado no Quadro 4.2. As atas das reuniões, apesar de não estarem disponíveis para acesso público, foram obtidas através de solicitação à Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS, 2017a; SNAS, 2017b; SNAS, 2017c; SNAS, 2017d; SNAS, 2018a; SNAS, 2018b; SNAS, 2018c; SNAS, 2018d; SNAS, 2018e; SNAS, 2018f; SNAS, 2019a; SNAS, 2019b). Duas das atas obtidas, a da quinta e da oitava reuniões extraordinárias, apenas reproduziam o conteúdo das atas imediatamente anteriores, provavelmente por falha na relatoria. Estava prevista a quinta reunião ordinária para julho de 2019, mas não se realizou – pelo encerramento das atividades da Comissão, segundo informado em entrevista coletada.

Quadro 4.2 – Datas das reuniões ordinárias e extraordinárias da CNODS– Primeiro Mandato (jul/2017 a jul/2019)

Reunião	Data
<i>I^a Reunião Ordinária</i>	<i>07/07/2017</i>
1 ^a Reunião Extraordinária	27/10/2017
<i>2^a Reunião Ordinária</i>	<i>01/12/2017</i>
2 ^a Reunião Extraordinária	15/12/2017
<i>3^a Reunião Ordinária</i>	<i>03/05/2018</i>
3 ^a Reunião Extraordinária	08/06/2018
4 ^a Reunião Extraordinária	17/08/2018
5 ^a Reunião Extraordinária	28/09/2018
<i>4^a Reunião Ordinária</i>	<i>30/11/2018</i>
6 ^a Reunião Extraordinária	12/12/2018
7 ^a Reunião Extraordinária	31/01/2019
<i>8^a Reunião Extraordinária</i>	<i>05/04/2019</i>

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela SNAS/SEAS.

Para analisar o trabalho desenvolvido durante o primeiro biênio, é importante levar em consideração o mandato atribuído à CNODS pelo decreto de criação. Segundo o decreto nº 8.892/2016 (BRASIL, 2016), as competências da comissão eram:

“I - elaborar plano de ação para implementação da Agenda 2030; II - propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS; III - acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos; IV - elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais; V - identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS; e VI - promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal.” (BRASIL, 2016).

O primeiro passo realizado, depois de instalada a comissão, foi a aprovação de um regimento interno (SEGOV, 2017d), cuja minuta foi apresentada pela Secretaria-Executiva. Também foi deliberada a elaboração de um plano de ação, com a criação de um grupo de trabalho para a atividade e a escolha da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como facilitadora do processo. O plano de ação foi publicado em dezembro de 2017, contudo limitou-se às atividades a serem realizadas durante o primeiro biênio, 2017 a 2019, sem se referir a ações de médio e longo prazo (ARAÚJO, 2019a).

O plano foi produzido através de uma metodologia de planejamento coletivo, conduzido pela ENAP, em que foram realizados um diagnóstico e um mapeamento do “Ecossistema ODS” no país, identificando atores e responsabilidades. Chamamos atenção, em outro momento (ARAÚJO, 2019a), para o entendimento coletivo registrado no Plano de Ação sobre o papel da CNODS:

“Importa ressaltar que ficou claro para o GT que, por não ter função executiva, a Comissão Nacional não implementa diretamente programas e ações para atingir as metas ODS, mas tem papel indutor, articulador e mobilizador dos atores que trabalham na efetiva implementação.” (CNODS, 2017).

Assim, foram elaboradas metas sob cinco eixos, prevendo a entrega de produtos a serem elaborados pelos órgãos, organizações e pela própria CNODS durante o período. Os cinco eixos previam: (1) gestão e governança da comissão; (2) disseminação da Agenda; (3) a internalização na forma de uma Agenda 2030 Brasil; (4) a territorialização/interiorização para estados e municípios; e (5) acompanhamento e monitoramento (ARAÚJO, 2019a).

A partir dos relatos em ata, pode-se observar que as pautas das reuniões eram sempre muito extensas e excediam o tempo de reunião programado, precisando ser postergadas. Por isso a necessidade da convocação de tantas reuniões extraordinárias. Foram trabalhados todos os eixos propostos no Plano de Ação durante as reuniões e, ainda, outros temas fora do planejamento, como consultas, demandas externas e visitas/apresentações de outras entidades. Grande parte do trabalho substancial da elaboração dos produtos propostos se deu fora das reuniões, sendo os resultados apenas apresentados e validados no plenário da comissão. A proposta de instalação de Câmaras Temáticas para o tratamento de temas mais específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do seu acompanhamento foi uma solução

encontrada para delegar tarefas e produtos importantes que não haviam sido previstos no início do planejamento.³²

Após análise do Relatório de Atividades 2017-2018 (CNODS, 2018a), dos documentos disponíveis online no site do Planalto (BRASIL, 2019a) e daqueles obtidos através de solicitação à SNAS, foi possível realizar um mapeamento dos produtos, disponíveis com mais detalhe no apêndice C³³. Dos 40 produtos previstos, 27 foram identificados como concluídos (nem todos dentro do prazo). Do restante, oito não foram cumpridos, dois foram somados a outros produtos para serem entregues em conjunto e sobre três não há informações. Destacam-se, como principais produtos entregues, os seguintes:

- a) A elaboração do Plano de Ação 2017-2019, facilitado pela ENAP;
- b) O Relatório de Atividades 2017-2018, publicado pela CNODS em dezembro de 2018;
- c) “Agenda 2030 – ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, proposta de adequação das metas globais ao Brasil, elaborada pelo IPEA e submetido a consulta pública em 2018;
- d) Os diagnósticos, ou relatórios de linha de base, “Cadernos ODS”, publicados pelo IPEA em 2019;
- e) A inclusão de filtros relativos aos ODS no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP), pelo Ministério do Planejamento, ativos no ano de 2018;
- f) A composição de uma rede de produtores de informação sobre os indicadores da Agenda 2030, pelo IBGE;
- g) A criação de uma plataforma online, de acesso aberto, com os dados dos indicadores disponíveis, sua metodologia e fonte, produzido pelo IBGE;
- h) O guia de implementação dos ODS em municípios, elaborado pelo CNM;
- i) A proposta e a realização da primeira edição do Prêmio ODS, pela Secretaria-Executiva da CNODS.

Chama a atenção que grande parte dos produtos foram delegados às instituições participantes da CNODS e, em boa medida, já faziam parte do seu fluxo de trabalho em relação à Agenda 2030, como era o caso dos órgãos de assessoramento, IBGE e IPEA, e de alguns

³² Para acesso ao conteúdo completo das atas, conforme fornecidas pela SNAS, consultar os anexos de A até L.

³³ No apêndice C, os produtos estão organizados em uma Quadro, na qual estão identificados por um esquema de cores que sinaliza os diferentes eixos, e constam: uma breve descrição, como feita no plano, a entidade responsável, o prazo previsto e a situação do produto ao final do mandato.

ministérios. O próprio Relatório Nacional Voluntário de 2017 (BRASIL, 2017), elaborado pela Secretaria de Governo em parceria com outras entidades antes da instalação da Comissão confirma isso. O trabalho de adequação de metas, composição de indicadores e até o monitoramento de políticas públicas nacionais através do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) já estavam previstos antes do planejamento da comissão.

Pode-se perceber também, através da análise das atas, falta de clareza tanto dos representantes quanto da Secretaria-Executiva sobre a natureza jurídica da Comissão e sua capacidade de editar atos administrativos. Os atos referentes à Comissão, em sua maioria, eram expedidos pela SNAS ou pela SEGOV. Até a realização de uma consulta jurídica à equipe do Governo, que deixou aberta a possibilidade da edição de resoluções por parte da Comissão. A partir disso, utilizaram-se desse instrumento para a criação da primeira câmara temática.

Ao optar pela criação de câmaras temáticas, abriu-se espaço para ampliar a participação social dentro da Comissão, com a inclusão de mais atores, e a oportunidade de receber a contribuição mais direta de especialistas, acadêmicos e servidores, sobre os temas em questão. A criação de câmaras que discutessem e avançassem pontos mais técnicos da agenda, apesar de promissora, parece ter sido mal implementada. O período de funcionamento delas ficou restrito ao mandato da Comissão, com o encerramento concomitante, em julho de 2019. No Plano de Ação foi prevista a criação de quatro câmaras temáticas ao longo do primeiro biênio, mas apenas uma foi instalada e entregou seus trabalhos com efetividade e em tempo hábil – a Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação (CTPMI).

Os temas a serem debatidos em cada uma foram decididos em reuniões do Plenário, alguns a partir de sugestões da Secretaria Executiva, mas não foi possível identificar, a partir do registro em ata, clareza na definição do escopo de trabalho nem dos produtos esperados de cada câmara. Apenas através dos termos de referência atribuídos a elas isso foi possível. A sugestão de criação de uma câmara com enfoque em Segurança Alimentar e Nutricional e Agroecologia, enviada em dezembro de 2017 por Nota Técnica Conjunta do Conselho Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) (SNAS, 2017c), não foi contemplada, além de diversas outras que apareceram durante as reuniões.

Os critérios estabelecidos pela CNODS para a criação e funcionamento das Câmaras (Resolução nº 1, de 18 de julho de 2018, 2018b) foram discutidos juntamente com a criação da primeira câmara, assim como o regimento unificado, que só foi publicado após o início do seu

funcionamento, em dezembro de 2018 (Resolução nº 3, de 6 de dezembro de 2018, 2018d). Como previsto nesses documentos, o trabalho das câmaras seria orientado por um termo de referência a ser elaborado pela comissão de instalação de cada uma. Caberia a essa comissão, portanto, a definição dos produtos a serem entregues para a CNODS em cada caso.

Em entrevista com participantes da CTPMI, foi possível identificar que havia pouca clareza quanto à função da Câmara e sua relação com a CNODS. Em especial quanto aos documentos a serem produzidos, os entrevistados indicaram que o trabalho solicitado não poderia ser realizado em um prazo tão exíguo. Além disso, foi ressaltado que é inadequada a solicitação da elaboração de produtos e cessão de dados de forma voluntária por parte dos integrantes da Câmara, quando os dados e análises levantados por eles são de domínio de suas organizações ou de pesquisas científicas em andamento.

A Resolução CNODS nº 2/2018 (CNODS, 2018c) traz a nomeação dos representantes na CTPMI, tornando pública sua composição após publicação no DOU, em 26 de julho de 2018. Em dezembro, através da Resolução nº 4/2018 (CNODS, 2018e), a composição é alterada, acrescentando novos membros. Contudo, os documentos não trazem o Termo de Referência da câmara.

Quadro 4.3 – Composição da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação dos ODS - CNODS

Representantes	
Governamentais	Sociedade Civil
Casa Civil/PR	Federação Brasileira dos Bancos
SEGOV/PR	Rede ODS Brasil
MRE	Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero
MCTIC	Rede Brasil do Pacto Global da ONU
Ministério do Desenvolvimento Social	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)
MEC	Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Social
MMA	Grupo de trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 – GT Agenda 2030*
MPDG	Estratégia ODS*
Ministério da Saúde*	Confederação Nacional da Indústria*
Tribunal de Contas da União	Programa Cidades Sustentáveis*
Conselho Nacional do Ministério Público	PNUD*
Confederação Nacional dos Municípios	
Associação Brasileira dos Municípios	

Conselho Nacional dos Secretário de Educação (CONSED)
Conselho Nacional de Justiça*
Frente Nacional dos Prefeitos*
Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTIC)*

Fonte: elaboração própria com informações das Resoluções CNODS nº 2/2018 e nº4 de 2018 (CNODS, 2018c; CNODS, 2018e). * Entidades incluídas em dezembro de 2018.

Em dezembro de 2018, junto da alteração da composição da câmara, a resolução nº 3/2018 (CNODS, 2018d) estabelece um regimento interno único para a CTPMI e para as demais câmaras que fossem criadas, revogando a Resolução CNODS nº 1/2018 (CNODS, 2018b). O regimento previa que a coordenação da câmara poderia convidar outras entidades para participar dos trabalhos, bem como contaria com a assessoria do IPEA e do IBGE.

Em reunião do Plenário da CNODS, decidiu-se pela criação de três outras câmaras: Acompanhamento da Agenda 2030, Integração de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Territorial. O processo de instalação de todas foi incipiente durante o primeiro biênio de trabalho da comissão. As últimas duas Câmaras não chegaram a ser instaladas, enquanto a de acompanhamento não teve tempo hábil para a realização de seus trabalhos, antes da extinção da CNODS.

A CTPMI entregou à Comissão os produtos a ela demandados e previstos no Plano de Ação – Câmara Temática de Parceria e Meios de Implementação, elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, como parte de contrato com o Ministério de Ciência e Tecnologia, que coordenou a câmara juntamente com a Rede ODS Brasil. Eram previstos seis produtos:

“5.1. Documento com lacunas, oportunidades e desafios referentes à ampliação, aprimoramento ou fomento aos meios de implementação da Agenda 2030; 5.2. Documento com sistematização de boas práticas e iniciativas nacionais e internacionais que colaborem para o alcance das metas de implementação e da Agenda 2030; 5.3. Documento com proposta de mecanismos que contribuam para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia buscando o atingimento dos Objetivos e Metas da Agenda 2030; [...] 5.4 Documento com proposta de arranjos institucionais, metodologias e mecanismos financeiros que incentivem parcerias multisectoriais(sic). Este documento será dividido em três partes: a) mecanismos legais e regulatórios; b) arranjos institucionais; e c) mecanismos financeiros. 5.5. Documento com subsídios para o Relatório da CNODS de 2019. 5.6. Relatório final” (CGEE, 2018).

Foram entregues, em apresentação à CNODS: (a) Estudo sobre Lacunas, Oportunidades e Desafios para a implementação da Agenda 2030 no Brasil, elaborado por Daniel Avelino, do IPEA; (b) Proposta de Institucionalização da Agenda 2030 no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, elaborada pelo MCTIC, e apresentada por Savio Raeder; (c) Proposta de

Localização da Agenda 2030, elaborada e apresentada por Patrícia Menezes, da Rede ODS Brasil; (d) duas propostas de financiamento da Agenda 2030, apresentada por Rodrigo Leal, do BNDES, e outra apresentada por Cláudio Fernandes do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. Em entrevista, foi informado que o compilado dos produtos foi publicado em evento da Rede ODS Brasil, em 2019, após o encerramento de suas atividades. O documento está disponível para consulta online pelo site da rede (CTPMI, 2019).

As propostas entregues à CNODS avançam em discussões substanciais da Agenda, mais do que os debates em plenária avançaram durante o biênio, sobretudo nas questões de implementação. Cabe o questionamento quanto à necessidade de criar outros espaços institucionais para a discussão de temas centrais à implementação da Agenda, delegando as atribuições da própria comissão. É o caso do acompanhamento, do financiamento da agenda e da integração de Políticas Públicas. Partindo do pressuposto de que a Plenária da CNODS foi criada para ser o espaço desses debates, levantam-se algumas hipóteses, não excludentes: a falta de propriedade dos representantes com relação ao tema, que impede seu aprofundamento; o pouco interesse no avanço da temática; a incerteza de que os produtos produzidos terão impacto sobre a tomada de decisão acerca da implementação da Agenda 2030.

A preocupação sobre o papel da Comissão dentro do Governo Federal já havia sido levantada antes mesmo do início dos trabalhos, pelo Tribunal de Contas da União, órgão responsável por auditar o centro de governo. Em ata, registrou-se a comunicação de pelo menos dois acórdãos do órgão, Acórdão TCU nº 1960/2017 e nº 709/2018, fazendo solicitações ao colegiado da CNODS. Em 2017, foi solicitado o detalhamento do Plano de internalização da Agenda 2030, com as atividades, os prazos e os responsáveis. A comissão respondeu aprimorando o Plano de Ação 2017-2019, que estava em fase de elaboração na época. Já em abril de 2018, o novo acórdão solicitava a entrega, em 90 dias, da adaptação das metas ao Brasil, estratégias de longo prazo para a implementação da Agenda 2030 no país, o estabelecimento de mecanismos de coordenação em âmbito do Governo Federal para harmonizar o processo de implementação e a definição de um processo formal de elaboração dos futuros Relatórios Nacionais Voluntários.

Essas demandas são resultado de dois procedimentos de auditoria realizados pelo Tribunal de Contas da União dentro da temática das ODS. Segundo um dos entrevistados (ENTREVISTA 09, 2019), os procedimentos foram realizados entre 2016 e 2018, pela Secretaria de Controle Externo de Agricultura e Meio Ambiente, com o intuito de fiscalizar a preparação do Governo Federal para a adoção da Agenda 2030, em especial do centro de

governo. Foi relatado que a auditoria compôs um processo maior, articulado com a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), e coordenado pelo TCU do Brasil, em que foram auditados os centros de governo de mais 11 países da região em relação às medidas necessárias para internalizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Na oportunidade dessa auditoria piloto, foi escolhida uma meta específica, dentro do ODS 2, para ser auditada junto com os mecanismos de governança de forma mais ampliada. Após a realização das auditorias pela unidade técnica do tribunal, os Ministros do TCU avaliaram os relatórios e votaram recomendações e determinações para os órgãos do governo, com o objetivo de melhorar os mecanismos e garantir a implementação da Agenda 2030 no país (ENTREVISTA 09, 2019). A discussão da Comissão sobre uma possível resposta ao segundo acórdão foi registrada em ata (SNAS, 2018a). Segundo o registro, havia um mal entendimento do Tribunal sobre o papel e o mandato da CNODS em relação à Agenda, sendo necessário informar e esclarecer os Ministros a esse respeito. A responsabilidade, segundo depreende-se de falas dos representantes do Ministério do Planejamento presentes na reunião, seria do Governo Federal, que já estava preparando o lançamento de um documento com estratégias para o desenvolvimento sustentável a longo prazo, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES) (SNAS, 2018a).

Esse último documento elaborado pelo Ministério do Planejamento em conjunto com outros órgãos foi objeto de discussão no Plenário da CNODS na mesma reunião. Após ser apresentado no Plenário, junto com o resultado da consulta pública à qual havia sido submetido, a principal crítica levantada foi o desalinhamento conceitual com a Agenda 2030. Chama atenção o fato de se tratar de uma ferramenta de planejamento a longo prazo inédita para o país, capitaneada por um órgão que ocupava posto de representante dentro da Comissão. A representante da Fundação Abrinq na Comissão expressou a crítica e alertou para a necessidade de que as diretrizes da Agenda fossem orientadoras da construção de ferramentas como a ENDES, e de instrumentos de planejamento e orçamento. Foi registrado em ata (SNAS, 2018a) que da discussão foi encaminhada uma recomendação ao Ministério do Planejamento, para a inclusão da Agenda 2030 ao documento.

Episódios como esses denunciam a pouca penetração que as atividades da Comissão Nacional para os ODS tinham de fato sobre o Governo Federal. Mesmo participando com muitos representantes no colegiado, a lógica da Agenda pareceu não permear a atividade de planejamento e de trabalho dos ministérios – ficando restrita à discussão dentro da estrutura da

CNODS. Ajustes na governança, tanto de estrutura e de funcionamento da Comissão, seriam necessários, portanto, para garantir a implementação e o atingimento dos Objetivos.

O próprio Plano de Ação 2017-2019 da Comissão previa a revisão da estrutura de governança durante os últimos meses de 2018 e início de 2019, para iniciar o processo de composição do segundo biênio. Deu-se início a esse processo de revisão, tanto por parte da Secretaria Executiva quanto das próprias entidades representantes, segundo relatado em entrevista (ENTREVISTA 06, 2019) . As novas propostas de recomposição expandiam a comissão, prevendo a participação também de atores do Legislativo e do Judiciário. Já dentro de um novo mandato presidencial, em janeiro de 2019, foi realizada a 7^a Reunião Extraordinária (SNAS, 2019a), em que foram apresentadas propostas de governança e ficou determinada a composição de um grupo de trabalho para compilar as contribuições dos demais membros.

Como informado em entrevista, a proposta de composição deveria ser aprovada pela Presidência da República antes de ser validada, o que se estendeu para além da 8^a Reunião Extraordinária (SNAS, 2019b), que ocorreu em 05 de abril. Nessa ocasião, estava prevista a apresentação da proposta do grupo de trabalho para revisão do decreto de criação e do novo modelo de governança. Consta em ata³⁴, ainda, que foi apresentado um novo calendário, com a previsão de uma reunião ordinária em 05 de julho e o adiamento da posse dos novos membros para o mês de agosto, em virtude da redução da equipe da Secretaria Executiva. Também estava prevista a discussão sobre a participação do Brasil no *High Level Political Forum* 2019, ainda que a apresentação de um novo Relatório Nacional Voluntário já estivesse cancelada.

Apesar dessa articulação para a reestruturação da Comissão Nacional para os ODS na estrutura do Governo Bolsonaro e das reiteradas declarações de membros do centro de governo durante a transição entre governos e nos primeiros meses de mandato, como constam em ata, ela foi extinta ao final de seu primeiro biênio. Para compreender como se deu sua extinção é preciso reunir uma série de decretos expedidos pela Presidência da República entre janeiro e agosto de 2019.

A princípio, a extinção da CNODS se deu pelo entendimento de que ela se enquadra na determinação do Decreto nº 9.757 de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019c). Esse decreto determinou a extinção de todas as estruturas colegiadas, ou seja, de participação social (comissões, colegiados, conselhos, comitês, juntas etc.) da administração pública federal que

³⁴ Não se pôde confirmar se esses debates de fato ocorreram durante a reunião, pois o documento da ata recebido estava corrompido e reproduzia o conteúdo da ata anterior, de janeiro.

não fossem criadas por lei. A determinação se aplicava a todos os órgãos que haviam sido criados por decreto, atos normativos inferiores a decreto e atos de outros colegiados, como incluídos pelo Decreto nº 9.812 de 30 de maio do mesmo ano (BRASIL, 2019d). Estipulava a possibilidade de recriação daqueles colegiados que submetessem à Casa Civil propostas até 28 de maio, atendendo às novas diretrizes impostas pelo decreto. O decreto determinava a extinção a partir do dia 28 de junho, excetuando aqueles que foram criados ou alterados por ato publicado a partir de 1º de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019c).

Seria o caso da Comissão que foi criada pelo Decreto nº 8.892 de 27 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016). Porém, a CNODS havia sido incluída na estrutura da Secretaria de Governo no dia 02 de janeiro, através do Decreto nº 9.669, como consta no art. 2º, inciso III, item a) do Anexo I (BRASIL, 2019b). Este decreto também mantinha a função de Secretaria Executiva da CNODS com a Secretaria Especial de Articulação Social, antes Secretaria Nacional de Articulação Social. O art. 43 do documento ainda reiterava o decreto de criação, de outubro de 2016.

Contudo, em 20 de agosto, através do Decreto nº 9.980 (BRASIL, 2019e), outra Estrutura Regimental da Secretaria de Governo foi aprovada, revogando o decreto anterior (Decreto nº 9.669/2019). Esse novo decreto, de agosto (Decreto nº 9.980/2019), não faz menção à Comissão Nacional para os ODS ou qualquer outro órgão/estrutura de governança responsável pelas competências anteriormente a ela atribuídas. Aliás, o decreto atribui, por meio de seu Anexo, no art. 15, incisos VI, VII e VIII, à Secretaria Especial de Articulação Social as competências de assessorar o Ministro da SEGOV nos temas relativos aos ODS, solicitar e consolidar informações sobre a implementação prestadas por órgãos governamentais e, ainda, em coordenação com a Secretaria Especial de Assuntos Federativos, articular ações de internalização da Agenda 2030 (BRASIL, 2019e).

A partir dos relatos coletados em entrevista é possível confirmar um entendimento inicial do novo governo pelo acompanhamento da implementação da Agenda 2030 sem a manutenção de uma estrutura de participação social ou de governança, como era a Comissão. Ao assumir, o Governo Bolsonaro trocou grande parte da equipe no centro de governo, em especial na SEGOV, que depois passou por uma série de reestruturações, com a nomeação de um novo Ministro de Estado e com os decretos mencionados anteriormente. Uma das pessoas entrevistadas afirmou também que há o entendimento, por parte do mencionado governo, de que a agenda representa um desafio à soberania nacional, por tratar-se de uma imposição das

Nações Unidas ao país e, portanto, não havendo previsão ou interesse de continuar o processo de implementação.

A equipe responsável pelos órgãos articuladores da Política Externa também foi trocada, tanto na Assessoria Internacional da Presidência da República, em que assumiu Felipe G. Martins, quanto no Ministério de Relações Exteriores, que passou a ter como Ministro o diplomata Ernesto Araújo. A nomeação dessas pessoas reforça a postura que o governo tem adotado em temas da Política Internacional: posturas críticas ao multilateralismo e a temas centrais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, como são a promoção da igualdade de gênero (ODS 5), da ação contra a mudança climática (ODS 13) e da proteção a ecossistemas terrestres e aquáticos (ODS 14 e 15).

Com a análise do conteúdo das atas e pelas entrevistas, foi possível perceber a relutância de representantes da Comissão em discutir uma estratégia de sensibilização dos candidatos à Presidência da República a respeito da Agenda 2030 e do papel da Comissão no processo de implementação. Assim, a discussão de uma estratégia de disseminação e convencimento dos candidatos a respeito da importância de uma estrutura de participação social foi adiada diversas vezes durante o período eleitoral, não se realizou. Avalia-se que tal demora e relutância da Comissão em realizar essa sensibilização tenha contribuído para fragilizá-la ainda mais frente ao novo governo.

O encerramento da Comissão também precisa ser entendido num contexto mais amplo, de um desmonte das estruturas de participação social a nível federal, através do encerramento de comitês, conselhos e outros espaços de articulação com os decretos mencionados anteriormente. Eles compõem um pacote de medidas anunciadas na ocasião dos 100 dias do Governo Bolsonaro, e foi acompanhada dos “decretações” – revogação em massa de decretos presidenciais anteriores (FARIA, 2019). Apenas os conselhos criados por lei não foram desmantelados, como o Conselho Nacional de Educação, de Saúde e de Segurança Pública e Defesa Social – pois requerem ato legislativo do Congresso Nacional para tal.

Essas medidas foram respondidas com várias críticas de organizações da sociedade civil e de parlamentares. A medida (Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019) foi também analisada pelo Supremo Tribunal Federal (FARIA, 2019), cuja decisão exigiu sua reformulação na forma de outro decreto (Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019).

Apesar de os decretos não mencionarem diretamente a Comissão e não revogarem explicitamente seu decreto de criação (BRASIL, 2016), o entendimento dos gestores e sua

retirada da estrutura da SEAS, como apresentado, determinou o encerramento de suas atividades, desmontando a estrutura de governança nacional para a Agenda 2030. Em entrevista, ainda, foi revelado que os representantes não foram comunicados oficialmente do encerramento das atividades, apenas através de canais de comunicação informais, nos quais tiveram a comunicação com os membros do governo cortadas.

4.2 Órgãos de Assessoramento Técnico

Para além da estrutura de governança criada no âmbito da Presidência da República, outros órgãos em âmbito federal já vinham desenvolvendo trabalhos de alinhamento com a Agenda 2030, dentro de suas funções “naturais”. Ainda que sua participação dentro da estrutura de governança fosse importante para a coordenação dos trabalhos e o alinhamento das atividades dentro de um planejamento nacional da implementação, o trabalho dessas instituições não se limitava nem era determinado pelo que era decidido na Comissão.

Identificamos esses órgãos dentro de aspectos-chave da implementação e governança nacional da Agenda 2030: a adequação das metas nacionais, o estabelecimento de relatórios diagnósticos e a produção, acompanhamento e divulgação de indicadores. Essas áreas respondem, respectivamente, ao IPEA e IBGE, presentes como órgãos de assessoramento técnico permanente na CNODS. Ao investigar a atuação desses órgãos, através dos documentos levantados e das entrevistas com atores chave, percebe-se uma dinâmica própria das instituições para o trabalho vinculado à Agenda 2030, cuja tendência é a manutenção mesmo com a extinção da estrutura de governança. Dois aspectos que chamam atenção no levantamento do trabalho realizado pelos órgãos são: (a) o estabelecimento de grupos internos para trabalhar com ODS, caso das duas entidades e (b) a articulação direta com organizações internacionais de sua seara, caso do IBGE, que ganha maior sustentação do seu trabalho.

4.2.1 IPEA: metas nacionais e cadernos de diagnóstico

A participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) junto à temática da Agenda 2030 se inicia na elaboração do Relatório Nacional Voluntário de 2017 (BRASIL, 2017), à convite da Secretaria de Governo, como relatado em entrevista. Sua contribuição com o relatório aparece de forma “natural”, uma vez que entre suas atribuições está fornecer suporte técnico e institucional às políticas públicas governamentais, seja em sua formulação ou reformulação, com atenção especial à programas de desenvolvimento (IPEA, 2019). O Ipea é uma fundação pública federal que se vincula, atualmente, ao Ministério da Economia e todo o

trabalho desenvolvido pela instituição pode ser acompanhado através de suas publicações regulares, pela internet, ou pela participação do Ipea em eventos.

Da colaboração com a SEGOV para a produção do RNV 2017, o Ipea é colocado como órgão de assessoramento técnico dentro da estrutura da CNODS, participando das reuniões em plenário, do processo de planejamento das atividades e das reuniões das câmaras temáticas. Dentro do Plano de Ação para o primeiro biênio, o instituto ficou responsável pela coordenação da adaptação das metas globais da Agenda 2030 à realidade brasileira e pela elaboração dos relatórios de linha-base, ou relatórios diagnósticos, da situação atual de cada um dos Objetivos e metas no Brasil.

Em resposta à incumbência, o Ipea estabeleceu em sua estrutura de trabalho 17 grupos de coordenação, um para cada ODS, com técnicos de cada uma de suas áreas de pesquisa (IPEA, 2018). Foi estabelecida uma metodologia de trabalho que contemplava uma primeira fase de análise das metas e propostas de adaptação pelos próprios técnicos do instituto; e uma segunda fase de colaboração com outros órgãos do Governo Federal para sugestões e modificações nas propostas iniciais.

Para a segunda fase, foi realizada em abril de 2018 a I Oficina Governamental de Adequação das Metas dos ODS. Segundo o documento do próprio Ipea, participaram mais de seiscentos técnicos e gestores e foram incluídos, no processo de adequação, 75 órgãos governamentais, que passaram a contribuir diretamente com as 17 coordenações do Ipea. Como resultado do processo, foram definidas 175 metas para o Brasil. Conforme detalhado nos Quadros 4.4 e 4.5, das 169 metas globais originais, apenas duas não foram consideradas como aplicáveis ao país. Das 167 restantes, 39 foram mantidas em sua versão original, 128 foram reescritas e adaptadas para o Brasil e novas 8 metas foram criadas (IPEA, 2018).

Quadro 4.4 – ODS: síntese dos resultados do processo de adequação das metas propostas para o Brasil

Síntese dos resultados	Número absoluto	Relativo (%)
Metas globais que foram mantidas <i>(Metas globais cujo conteúdo foi considerado como adequado ao Brasil, mesmo que necessitando alterações)</i>	167	98,8
Metas consideradas como não aplicáveis ao Brasil <i>(Metas globais cujo conteúdo foi considerado como inadequado à realidade brasileira)</i>	2	1,2
Subtotal – metas globais	169	100%
Metas globais que foram mantidas na versão original <i>(Metas cujo texto proposto pela ONU foi integralmente considerado como adequado ao Brasil)</i>	39	22,3
Metas que foram alteradas para adequar-se à realidade brasileira	128	73,1

(Metas cujo texto proposto pela ONU sofreu alteração visando a sua adequação às especificidades do Brasil e/ou à sua quantificação)		
Metas nacionais que foram adicionadas <i>(Novas metas propostas pelos grupos interministeriais visando contemplar prioridades nacionais)</i>	8	4,6
Total de metas nacionais	175	100%

Fonte: Ipea, 2018, p.20.

Após a conclusão da segunda etapa, o documento de adequação das metas foi aberto à consulta pública, através da internet. Apesar do curto tempo para a análise de um documento tão extenso, houve um número considerável de interações. O relatório aponta que foram recebidas 228 sugestões ao documento – comentários, adições ou exclusões – além de 609 manifestações, sendo 582 de apoio e 27 de desacordo. Há críticas contundentes por parte da sociedade civil sobre a forma como sua participação (não) foi incluída no processo de adaptação, do tempo em que a consulta pública ficou aberta (13 de novembro a 16 de dezembro de 2018) e da quantidade de sugestões consideradas (ENTREVISTA 08, 2019).

Quadro 4.5 – ODS: classificação das metas nacionais

Síntese dos resultados	Número absoluto	Relativo (%)
Metas finalísticas <i>(Metas que buscam especificar ou dimensionar os resultados esperados)</i>	99	56,6
Metas de implementação <i>(Metas que se referem aos recursos, humanos, financeiros, tecnológicos e de governança, necessários ao alcance dos resultados esperados)</i>	76	43,4
Total de metas nacionais	175	100%
Metas classificadas no nível 1 <i>(Metas de fácil acompanhamento, pois existe a possibilidade de construir indicadores que medem de forma direta o seu alcance)</i>	67	38,3
Metas classificadas no nível 2 <i>(Metas para as quais não existem indicadores que medem diretamente o seu alcance, mas que é possível construir indicadores indiretos, que, de alguma forma, servem de proxy para o seu acompanhamento)</i>	90	51,4
Metas classificadas no nível 3 <i>(Metas para as quais não existem, no momento, indicadores diretos ou indiretos para acompanhar a sua evolução)</i>	18	10,3
Total de metas nacionais	175	100%

Fonte: Ipea, 2018, p.21.

Das 228 recebidas, apenas dezoito sugestões de mudança foram incorporadas à versão final. Segundo o Ipea,

“A maior parte das sugestões recebidas no processo de consulta pública referiu-se a propostas de implementação e/ou de melhoria de gestão de políticas públicas que podem contribuir para o alcance das metas dos

ODS. Por essa razão, não requereram mudanças na redação original apresentada na primeira etapa do processo” (IPEA, 2018, p. 22).

O documento que apresenta a proposta de adaptação (IPEA, 2018) é dividido a partir dos 17 ODS, e no início de cada capítulo é apresentado um resumo da proposta de adequação, com um comparativo do número de metas originais e adequadas. Também é apresentada a composição do grupo de trabalho responsável pelo desenvolvimento do material. A proposta de adaptação das metas detalha, uma a uma, as metas da Agenda 2030. Cada seção apresenta a meta original acompanhada dos indicadores propostos pelas Nações Unidas. Em seguida, trazem a proposta de meta adaptada ao Brasil, seu tipo (se finalística ou de implementação), uma série de justificativas e conceitos importantes envolvidos na meta. Além disso, apresenta uma lista de órgãos governamentais que implementam ações que contribuem no alcance de cada meta, os outros objetivos e metas relacionados. No final de cada seção, há a indicação de subsídios para a construção de indicadores nacionais, cuja intenção era que fossem submetidos a análise e validação junto com o IBGE.

Além da adequação das metas, o Ipea também foi incumbido da elaboração dos relatórios diagnósticos. A partir de 2019, instituto iniciou a divulgação dos *Cadernos ODS*, uma série de publicações que apresentam o trabalho de diagnóstico da situação brasileira em relação às metas adaptadas. Até novembro de 2019, haviam sido lançados os cadernos a respeito dos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 14, todos disponíveis no site do Ipea para os ODS.

Apesar de o órgão continuar trabalhando com a agenda a despeito da extinção da CNODS, o processo de adequação das metas e a própria elaboração de relatórios base pode ser prejudicado. Em especial porque não houve nenhuma medida oficial do Governo Federal, além da aprovação do relatório pelo Plenário da CNODS (sem caráter deliberativo), que colocasse a proposta de adequação das metas como documento orientador a nível nacional. O ideal seria a incorporação dos estudos propostos pelo Ipea no planejamento socio-econômico-ambiental nacional, tanto para médio como para longo prazo.

Em 2019, a nova gestão do Governo Federal, a partir do Ministério da Economia, apresentou o Plano Plurianual 2020-2023. Como durante o ano de 2017 houve um grande esforço por parte do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para alinhar o SIOP (SEPLAN-MP, 2018), principal instrumento de acompanhamento do PPA, aos ODS, havia a expectativa de que o plano plurianual seguinte (2020-2023), construído em cima da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, refletisse as metas já adaptadas ao Brasil, pelo Ipea.

Contudo, isso não se deu. A proposta de PPA apresentada pelo Governo Bolsonaro ao Congresso não mencionava sequer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou a Agenda 2030. Apesar de contemplar entre seus eixos estruturantes as dimensões social, econômica e ambiental, o termo “desenvolvimento sustentável” aparecia ligado apenas a programas ambientais (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019), o que denota uma concepção restrita do termo por parte do governo.

A proposta do PPA tramitou pela Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Federal, no segundo semestre do ano de 2019, onde recebeu duras críticas a partir do grupo de técnicos do Congresso responsáveis por avaliar o documento.

“Na avaliação de técnicos da comissão, a proposta tem inconsistências, omite prazos e, em alguns casos, fixa metas que não indicam se o objetivo do programa será atingido ou não.” (O ESTADO DE S. PAULO, 2019)

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, também foi chamada atenção para o desalinhamento do PPA com os compromissos internacionais assumidos nos Acordos de Paris, que determinavam metas de redução de emissão de gases estufa. No trâmite pela Comissão, o projeto recebeu 360 emendas por parte dos parlamentares, entre elas a inclusão nas diretrizes do PPA no inciso VII ao artigo 3º, “VII – a persecução das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas” (DEROSA, 2019).

Essa foi a única emenda vetada pelo Presidente da República, através da Mensagem nº 734, de 27 de dezembro de 2019, por alegada constitucionalidade. Como razões do voto, elaboradas pela Advocacia Geral da União, consta o texto:

“O dispositivo, ao inserir como diretriz do PPA 2020-2023 a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, sem desconsiderar a importância diplomática e política dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, acaba por dar-lhe, mesmo contrário a sua natureza puramente recomendatória, um grau de cogêncio e obrigatoriedade jurídica, em detrimento do procedimento dualista de internalização de atos internacionais, o que viola a previsão dos arts. 49, inciso I, e art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019).

Tal justificativa registra a visão do Governo sobre a Agenda 2030, corroborando a percepção dos entrevistados, além de considerá-la “puramente recomendatória”, dá ares de constitucionalidade a sua utilização como parâmetro orientador do planejamento nacional.

A justificativa demonstra que a Presidência da República optou por ignorar o trabalho dos últimos anos desenvolvidos com relação à Agenda 2030, desde sua negociação e aprovação

na Assembleia Geral das Nações Unidas até os procedimentos conduzidos pelo Ipea de adequação das metas ao Brasil e sua aprovação pela CNODS. Tendo como contexto as críticas de especialistas à estrutura do PPA, que denunciam a fraca capacidade de gestão e governança da equipe do Governo e o esvaziamento do PPA enquanto instrumento de planejamento e fiscalização do governo, a situação é ainda mais delicada. Aponta não apenas para a desconsideração de uma agenda internacional, mas de deterioração significativa da capacidade nacional de planejamento das políticas públicas, em todas as áreas.

4.2.2 IBGE: indicadores globais e nacionais

Como o principal órgão de coleta e análise de dados a nível federal desde a década de 1930, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é uma das principais referências para a produção e monitoramento de indicadores sobre a situação nacional. É uma entidade da administração pública federal ligada, também, ao Ministério da Economia, e que possui uma rede de pesquisa e disseminação espalhada pelo território nacional, que compreende 27 unidades estatais, 27 supervisões de documentação e disseminação e 570 agências de coleta de dados (IBGE, 2019a).

Conforme relata Kronemberger, (2019), o IBGE assumiu junto à Comissão Nacional para os ODS a coordenação do processo de produção dos indicadores ODS a nível nacional. Uma função que depende da cooperação afinada com órgãos internacionais e regionais de produção de dados, assim como com outras entidades nacionais que desempenham o mesmo papel, como demonstra a autora.

Ela também indica que a cooperação internacional na área da estatística e produção de dados se dá ligada ao *High Level Political Forum*, mas em especial através da Comissão de Estatística das Nações Unidas, que criou, em 2015, o Grupo Interagência e de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs, em inglês). Além de representantes das agências de custódia³⁵, o grupo reúne 27 representantes de institutos nacionais de estatística dos Estados-membro, que representam os grupos de países por região, e tem por objetivo a elaboração de um quadro global de indicadores para o acompanhamento das metas e dos ODS (KRONEMBERGER, 2019).

³⁵ Agências de custódia são aquelas agências internacionais que detém, produzem ou coletam dados estatísticos em padrões internacionais. São responsáveis pelo desenvolvimento de metodologias para o cálculo dos indicadores globais dentro dos ODS. Entre elas: Organização Mundial da Saúde, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) (KRONEMBERGER, 2019).

Como principal instituto de estatística brasileiro, o IBGE é membro desde 2015 e representa os países do Mercosul+Chile dentro do grupo. Segundo relato no site do IBGE para os ODS, a organização realizou em junho de 2015 reunião presencial com os países do grupo para alinhar as bases da representação junto ao IAEG e organizar a avaliação nacional de alguns indicadores (IBGE, 2019b). O grupo de peritos tem o papel de desenvolver o quadro de indicadores de acompanhamento da Agenda 2030, além de debater questões técnicas, revisar, aplicar e sugerir indicadores para as metodologias desenvolvidas pelas agências de custódia, em um ambiente colaborativo (KRONEMBERGER, 2019).

“O IAEG-SDGs submeteu uma proposta inicial de quadro de indicadores globais a Comissão de Estatística da ONU, na sua 47^a Sessão, em março de 2016, tendo sido aceito como um ponto de partida, sujeito a refinamentos técnicos futuros (Decisão 47/101). Tais indicadores pressupõem a definição de uma metodologia internacionalmente padronizada para seu cálculo, que permita a comparabilidade das informações. Por outro lado, os países têm liberdade para elaborar um quadro próprio de indicadores com foco em temáticas específicas de relevância nacional, regional ou local, tendo ou não base nos referenciais do framework global. Foi atribuído às agências um papel no sentido de propor “metodologias universais” que possam padronizar o monitoramento dos indicadores globais, operacionalizando as informações oficiais fornecidas pelos países acerca de cada indicador. De acordo com entendimentos da 47^a Sessão da Comissão de Estatística e do IAEG-SDGs, as informações a serem publicadas nos relatórios globais dos ODS deverão ser sempre validadas pelos países.” (IBGE, 2019b).

O IAEG-SDGs tem avançado na reclassificação dos indicadores a partir dos “*tiers*” e mantém as metodologias dos indicadores no repositório do site da Comissão de Estatística, assim como uma ampla variedade de documentos a respeito da composição dos indicadores (UN STATS, 2019). A classificação em “*tiers*” (camadas ou níveis, em inglês) revela se o indicador precisa ainda de metodologia internacionalmente padronizada (*Tier III*); se já possui metodologia, mas aguarda a coleta de dados (*Tier II*); ou se já está em fase de coleta e produção na maior parte dos países em que é relevante (*Tier I*). Kronemberger (2019) demonstra a evolução desses indicadores através de uma tabela, reproduzida a seguir como tabela 4.1.

Tabela 4.1 – Distribuição do número de indicadores ODS globais segundo a classificação em *Tiers* e por data de atualização da classificação, 2016-2018

Datas de atualização da classificação	<i>Tier I</i>	<i>Tier II</i>	<i>Tier III</i>	Múltiplos <i>Tiers</i> *
21 de setembro de 2016	81	57	88	4
20 de abril de 2017	82	61	84	5
15 de dezembro de 2017	93	66	68	5
11 de maio de 2018	93	72	62	5
15 de outubro de 2018	93	77	57	5

27 de novembro de 2018	100	82	44	6
------------------------	-----	----	----	---

Fonte: Kronemberger, 2019, p.41. *Indicadores formados por sub-indicadores com diferentes classificações.

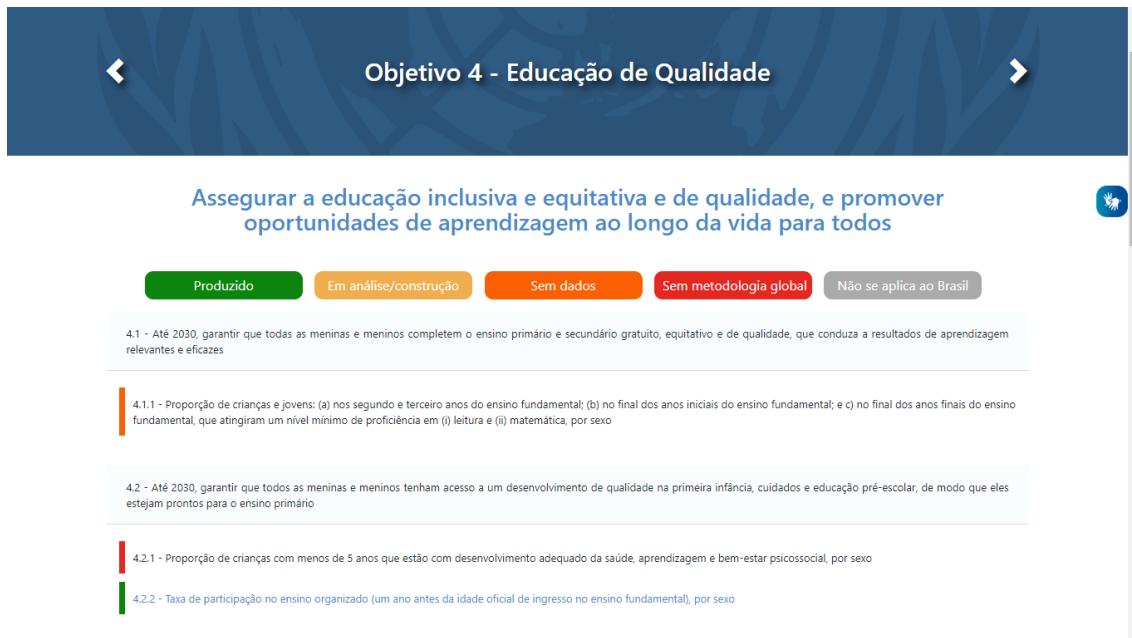
A nível nacional, o IBGE tem trabalhado na coleta e processamento dos dados de forma muito alinhada ao trabalho que participa junto ao IAEG-SDGs. Desde antes da aprovação da Agenda 2030, o órgão tem realizado eventos para reunir a comunidade brasileira de produtores de dados para discutir tanto a contribuição aos indicadores globais quanto a elaboração de indicadores nacionais (IBGE, 2019b). O relato de Kronemberger (2019) coloca em evidência a colaboração do instituto com outros órgãos produtores de dados, como os ministérios, as agências reguladoras e órgãos dos entes federativos. Segundo a autora, o instituto organizou a formação de grupos de trabalho relativos a cada um dos 17 ODS, em que a coordenação ficou a cargo do IBGE e que contou com a colaboração dos demais produtores de dados. Ela também chama atenção para a necessidade de se consolidar a apresentação dos dados através de uma plataforma única de acesso, mas que fosse alimentada pelas diferentes bases de dados das instituições do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

A conformação de uma plataforma de referência como essa foi contemplada como um dos produtos previstos no Plano de Ação da CNODS, para seu primeiro mandato. Sua realização, como relatado em entrevista (ENTREVISTA 04, 2019), ficou sob responsabilidade do IBGE, que reuniu o trabalho de sua própria Diretoria de Informática e dos seus 17 grupos de trabalho. A plataforma está disponível no endereço eletrônico <<https://ods.ibge.gov.br>> e disponibiliza o acompanhamento de um primeiro conjunto de indicadores globais, que foi construído com o apoio de parceiros e a partir das fichas metodológicas padronizadas internacionalmente (IBGE, 2019b).

A Plataforma ODS do IBGE reúne as informações de diversos sistemas estatísticos e de análise territorial. Integra o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), o Estatgeo (sistema de geração e edição de mapas), a Plataforma Geográfica Interativa (PGI) e os serviços publicados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) (IBGE, 2019b). Com o acesso a esses sistemas, o usuário pode manejá-los de forma interativa os indicadores ODS, em diferentes níveis de desagregação, e sua evolução no período disponível. Pode também consultar as fichas metodológicas e a lista de metas e indicadores classificados segundo seu estágio de desenvolvimento e sua pertinência para o Brasil. As figuras 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 exemplificam a utilização da plataforma para o indicador 4.2.2 – “Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo”,

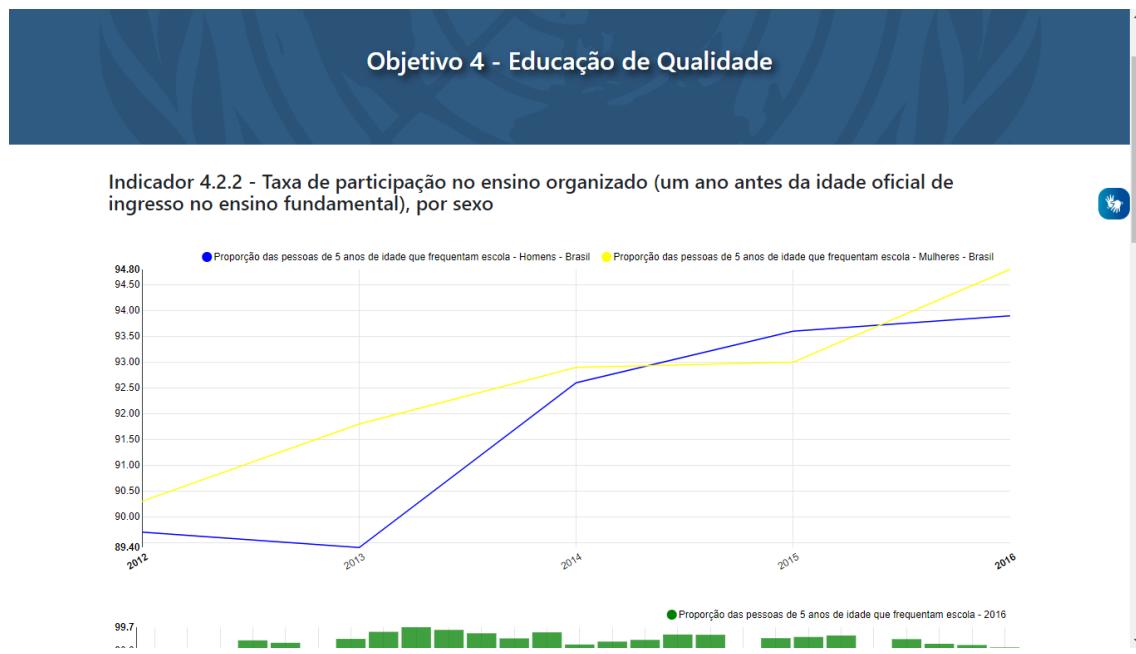
referente à meta 4.2 – “Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário”.

Figura 4.2 – ODS 4 e suas metas na plataforma ODS do IBGE



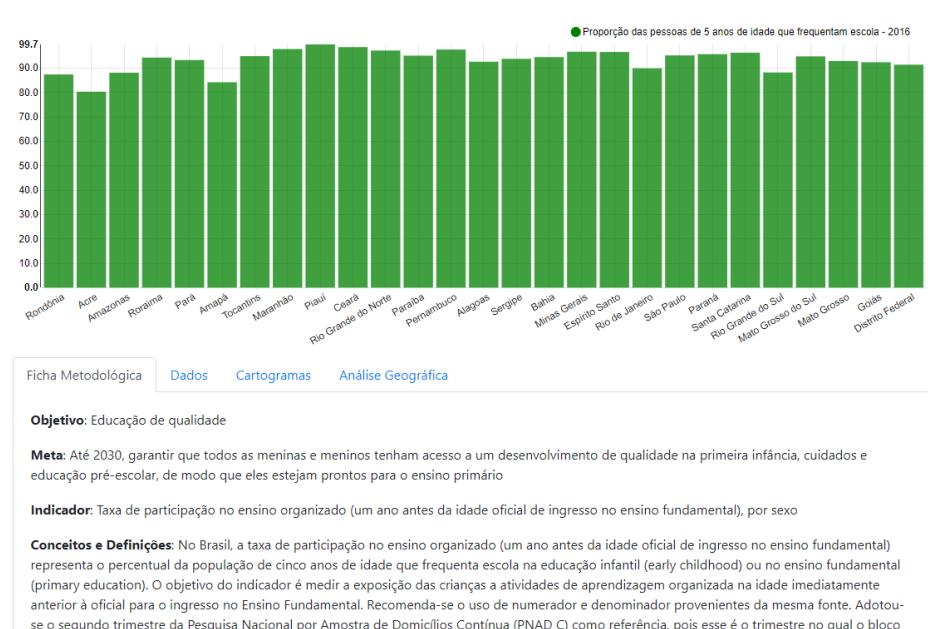
Fonte: Objetivo 4 – Educação de Qualidade, 2019 (ODS IBGE, 2019b).

Figura 4.3 – Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE



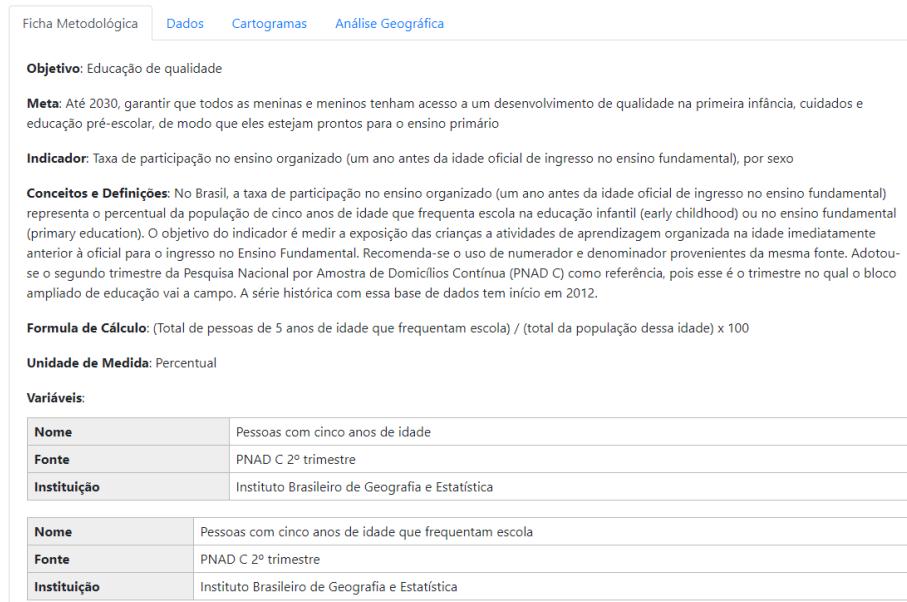
Fonte: Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Indicador 4.2.2, 2019 (ODS IBGE, 2019c).

Figura 4.4 – Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE (cont.)



Fonte: Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Indicador 4.2.2, 2019 (ODS IBGE, 2019c).

Figura 4.5 – Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE (cont.)



Fonte: Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Indicador 4.2.2, 2019 (ODS IBGE, 2019c).

Figura 4.6 – Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE (cont.)

Nome: Pessoas com cinco anos de idade

Fonte: PNAD C 2º trimestre

Instituição: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Nome: Pessoas com cinco anos de idade que frequentam escola

Fonte: PNAD C 2º trimestre

Instituição: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Abrangência: Nacional

Nível de Desagregação: Unidade da Federação

População Alvo: Pessoas de 5 anos de idade.

Periodicidade: Anual

Ano Início da Série Histórica: 2012

Ano Fim da Série Histórica: 2017

Instituição Produtora: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

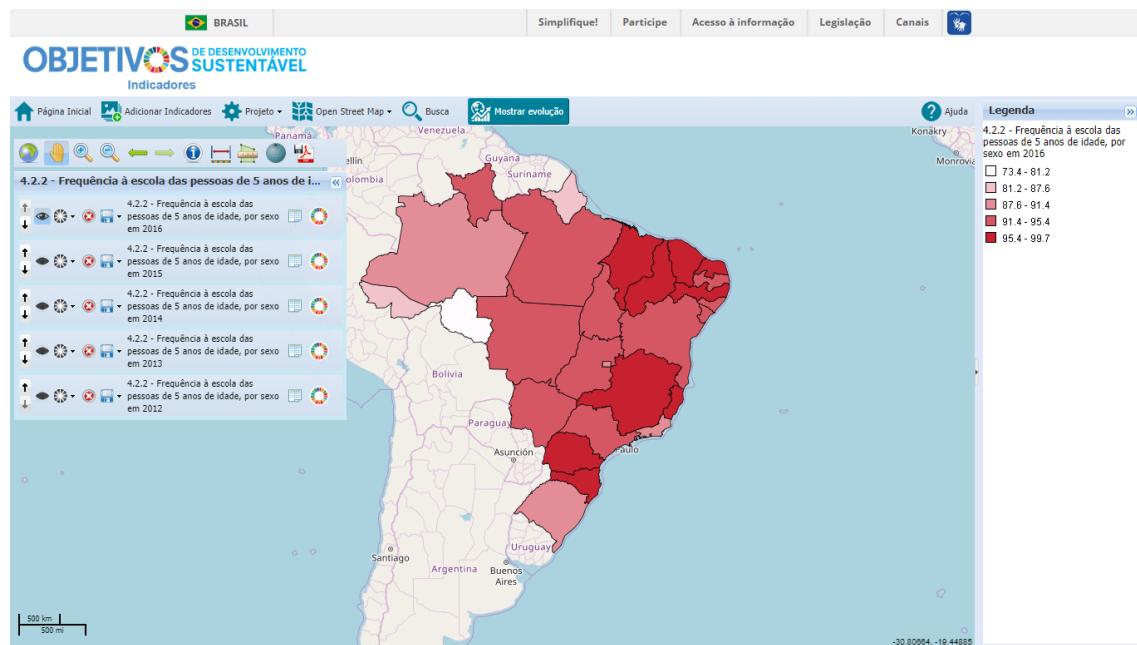
Contato: Betina Fresneda, IBGE/COPIS
betina.fresneda@ibge.gov.br
Telefone: (21) 2142-0323

Referências:
<https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-04-02-02.pdf>

2019 - Site operado em conjunto pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela Secretaria Especial de Articulação Social

Fonte: Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Indicador 4.2.2, 2019 (ODS IBGE, 2019c)

Figura 4.7 – Mapa nacional por estados do Indicador 4.2.2 na plataforma ODS do IBGE



Fonte: Plataforma interativa ODS - IBGE, 2019 (ODS IBGE, 2019a).

Não obstante o intenso trabalho realizado pelo IBGE em relação aos indicadores globais e sua disponibilização para consulta, há inúmeros desafios para que o trabalho seja executado. Kronemberger (2019) chama atenção para as dificuldades da coleta e refinamento de dados da área ambiental, que compõem grande parte da Agenda 2030. Fatores como a fragilidade

institucional, a dependência da disponibilidade orçamentária, a pulverização das informações e de entidades de coleta levam à irregularidade da produção de dados sobre alguns temas específicos no país. É o caso das estatísticas que dependem de órgãos de controle e fiscalização, da atuação das polícias ou de departamentos estaduais e municipais. A autora aponta para a necessidade de aprimorar a capacidade da produção de dados ambientais no Brasil, e sugere protocolos de melhoria discutidos nos fóruns internacionais que o IBGE participa (KRONEMBERGER, 2019).

Além das dificuldades operacionais, a própria construção da Agenda 2030 deixou grandes desafios para seu monitoramento. Em primeiro lugar, pode-se citar a sua abrangência e a dificuldade de construir ferramentas que possibilitem a análise integrada das dimensões do desenvolvimento. Depois, a dificuldade de precisar algumas metas a partir de indicadores únicos, como foi sugerido em algumas, deixa de lado análises mais completas sobre a realidade. Por fim, como cita Kronemberger (2019), a necessidade de apresentar os dados de forma desagregada, para que se possa analisar questões de desigualdade a partir de grupos particulares, como por sexo, idade, cor ou raça, classes sociais, regiões e outros, aumenta a complexidade do trabalho exigido.

Soma-se, ainda, ao trabalho do IBGE, a responsabilidade da construção de indicadores nacionais, uma vez elaborada a adaptação das metas ao Brasil, para permitir o acompanhamento integral da Agenda 2030 no país. Esse acompanhamento permitiria avaliar a efetividade de políticas e medidas que fossem sendo adotadas e reposicionar as ações que não estivessem gerando o impacto almejado. A divulgação da informação ao público ajudaria ainda a sensibilizar mais atores com relação aos desafios do desenvolvimento sustentável e a cobrar mais envolvimento das autoridades que assumiram o compromisso.

Assim como em relação ao processo de adaptação das metas conduzido pelo Ipea, houve críticas da sociedade civil sobre a forma de condução do trabalho em relação aos indicadores globais e nacionais. A principal delas é a limitada participação da sociedade civil nos debates e na formação da posição brasileira a respeito dos indicadores (ENTREVISTA 08, 2019).

Também é importante destacar que a partir de 2019, sob o Governo de Jair Bolsonaro, os institutos de pesquisa a nível federal têm sofrido ataques do próprio Governo. Além da troca dos cargos de direção dos principais órgãos, entre eles o IBGE, o IPEA, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INPE) e a Fiocruz, os resultados de suas pesquisas têm sido questionados pelas autoridades. O próprio Presidente da República, já eleito e antes de assumir

o cargo, em novembro de 2018, questionou a metodologia utilizada pelo IBGE para o cálculo do desemprego no país (FOLHA DE S. PAULO, 2018). No início de 2019, no cargo, o Presidente voltou a criticar os órgãos e passou a utilizar-se de questionários em redes sociais para embasar a formulação de políticas públicas (TAJRA, 2019; FOLHA DE S. PAULO, 2019b).³⁶

4.3 A sociedade civil organizada

A participação da sociedade civil organizada é de extrema relevância dentro do âmbito da Agenda 2030 desde sua elaboração. A retomada da atuação da sociedade civil brasileira nas negociações da agenda, realizada no capítulo anterior, revelou sua importância para o processo, na medida em que alguns de seus setores e organizações estão conectados diretamente com as arenas internacionais de negociação, desde os eventos sediados no Brasil em 1992, e com mais força desde 2012, após a Rio+20. Essas conexões puderam ser confirmadas na realização das entrevistas. Dentro da trajetória de negociação nacional em relação à temática do desenvolvimento sustentável, pode-se encontrar momentos chave em que a pressão exercida pelos representantes da sociedade civil, qualificados pelas conexões internacionais que possuíam, contribuiu para o estabelecimento de estruturas mais plurais de participação e representação dentro do cenário político internacional e nacional, tendo como interlocutores tanto o Itamaraty quanto os órgãos no centro de governo.

Os relatos em entrevista (ENTREVISTA 02, 2018; ENTREVISTA 08, 2019) sugerem que a participação internacional da sociedade civil brasileira, antes fragmentada nas diversas agendas que acompanhavam junto às Nações Unidas (ODMs, desenvolvimento, meio ambiente, financiamento do desenvolvimento), também convergiu para uma atuação mais coordenada à medida que as demais agendas da ONU convergiam para as negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015. Essa coordenação de esforços também teria resultado na

³⁶ As restrições orçamentárias impostas pelo Ministério da Economia, para o ano de 2019 também chegaram a ameaçar a realização do Censo Demográfico, a ser feito em 2020. O Censo é o levantamento estatístico mais importante sobre a população brasileira realizado pelo IBGE, e já sofreu cortes nas informações a serem coletadas, a partir de críticas feitas pelo Ministro da pasta, Paulo Guedes, sobre a extensão e a relevância dos dados coletados (LANG, 2019). Na contramão dos comentários do ministro, levantamentos apontam que o Censo brasileiro é um dos menores em comparação com outros países. A reportagem da Folha de S. Paulo aponta que os levantamentos censitários têm sido alvo de críticas por parte de políticos também em outros países, como nos Estados Unidos e em Portugal (FOLHA DE S. PAULO, 2019a). Até novembro, o Censo 2020 continuava ameaçado pela falta de recursos (VENTURA, 2019). As mudanças no Censo geraram repercussão entre ex-presidentes do IBGE, que em julho de 2019 elaboraram uma carta pública a respeito. Eles caracterizam os cortes no planejamento da pesquisa como “improvisação técnica”, e atribuem ao governo uma política de destruição da inteligência brasileira, a partir da ideologia e do fundamentalismo (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

articulação de redes e grupos de trabalho da sociedade civil após a aprovação da Agenda 2030, a partir dos quais ficou mais robusta sua capacidade de influir no debate nacional. Foi o caso do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC 2030, ou GT 2030), no qual somaram-se aos que participaram da negociação da agenda, outros atores interessados e engajados nos temas correlatos (ENTREVISTA 08, 2019).

Outro aspecto para o qual chamam atenção é a pressão que esses grupos organizados em torno da Agenda 2030 exerceram em relação à criação de um mecanismo de governança que contemplasse a participação social, logo da aprovação da agenda em 2015. Segundo as pessoas entrevistadas, foram as inserções da sociedade civil junto ao Grupo Interministerial para a Agenda pós-2015 e os espaços de fala por eles ocupados nos eventos em que foram convidados que mostraram a necessidade de uma estrutura de governança paritária e deliberativa, que incluísse representantes de todos os setores envolvidos na Parceria para a Agenda (ENTREVISTA 02, 2018; ENTREVISTA 08, 2019).

Os esforços junto à Secretaria de Governo, à época do Governo Dilma Rousseff, levaram à elaboração de uma minuta de decreto que instituiria a comissão, como mencionado anteriormente, e que não aconteceu até 2016, ano do impeachment. Essa minuta, segundo relato, apesar de elaborada pela Secretaria Nacional de Articulação Social, não foi discutida com a sociedade civil. Como visto, a instituição da CNODS só ocorreu no Governo Temer e em modelo diferente do que era previsto na minuta anterior.

Este modelo da CNODS que foi instalado mesmo não tendo sido negociado, segundo relatado, chegou a ser apresentado a alguns interlocutores. Frente a ele, a sociedade civil se posicionou de forma crítica, inclusive com algumas organizações se distanciando da interlocução com o governo e da participação no edital de seleção de representantes para a comissão. As principais críticas giravam em torno da característica consultiva do órgão, seu tamanho reduzido, e dos critérios de seleção de representantes – que deixou de lado um número significativo de entidades interessadas. Foram criticados critérios como a necessidade de representação (geográfica) nacional e a necessidade do registro como pessoa jurídica, que algumas redes novas não possuíam.

A CNODS, ainda assim, tinha uma estrutura aberta à participação dos representantes da sociedade civil – de maneira paritária e, portanto, mais representativa que outras comissões de seu tipo. Com o conteúdo das atas e das entrevistas, depreende-se que essa participação não se deu de forma coordenada entre as organizações, em especial pelo fato de representarem

segmentos específicos em seus mandatos. É preciso sinalizar também as ausências reiteradas do Conselho Nacional de Populações Extrativistas, que resultaram na sua substituição como visto, e a saída da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência da comissão, cujas justificativas não se esclareceram.

Já a composição da Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação deu abertura para uma maior participação das organizações da sociedade civil, com seu maior envolvimento nos grupos de trabalho, segundo relatos dos entrevistados (ENTREVISTA 01, 2018; ENTREVISTA 02, 2018; ENTREVISTA 08, 2019). O fato de sua coordenação ter sido compartilhada entre o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), como representante do governo, e a Rede ODS Brasil (outra rede de organizações que acompanha a agenda) como representante da sociedade civil, abriu espaço para maior protagonismo e colaboração nas ações e na elaboração dos produtos demandados. Entre os produtos entregues pela CTPMI destacam-se duas apresentações realizadas por grupos da sociedade civil: a Proposta de Localização da Agenda 2030, apresentada por Patrícia Menezes, da Rede ODS Brasil e uma proposta de financiamento da Agenda 2030, apresentada por Cláudio Fernandes, do GTSC para a Agenda 2030.

Frente à extinção da Comissão, um fato considerado de extrema gravidade pelos representantes da sociedade civil entrevistados, fica difícil avaliar a atuação das diferentes organizações representadas ou os resultados do próprio comitê. Uma das representantes, em entrevista, colocou a própria criação da comissão como um ganho entre as demandas colocadas inicialmente pelo grupo em que participa, que o cenário atual – de extinção da comissão – coloca em prejuízo (ENTREVISTA 08, 2019). Outras duas demandas – o alinhamento do Plano Plurianual do país aos ODS e a participação da sociedade civil na elaboração dos indicadores de seguimento da Agenda, junto ao IBGE – não chegaram a ser satisfeitas, segundo a entrevistada, o que põe em xeque as posições oficiais. Nas palavras dela:

“O segundo e o terceiro resultados não foram bons. Porque, primeiro, o Brasil até hoje não alinhou o seu PPA aos ODS, apesar de que existe um discurso do Governo Federal de que fez isso, não [o] fez. E o outro é que de fato o IBGE continuou muito fechado. E agora [depois da troca de chefia no novo governo], cada vez mais fechado. Então, realmente, a gente não teve sucesso nesses outros dois aspectos. (...) Eles continuam afirmando que existe esse processo de alinhamento [do PPA], mas até hoje a gente não conseguiu ver o documento que alinha(...). E as apresentações que eles fazem são sempre muito superficiais. Porque uma coisa é você fazer um alinhamento. Outra coisa é você olhar para o PPA e fazer um *copy, copy and paste* como a gente diz, que é pegar e dizer: “ah, esse recurso aqui ele vai para este fundo que combate à pobreza. Ah, isso é ODS 1”, “Esse recurso ‘tal’

está fazendo... Ah, isso é ODS 5". Entende? Não é exatamente disso que a gente está falando. Quando a gente está falando em alinhar, significa que você vai olhar o conjunto de desafios ou possibilidades que você tem em relação àquela área dos ODS, você vai ver o conjunto de políticas que você tem, você vai analisar o financiamento que você tem e você vai priorizar a partir do que você precisa preencher ali. Então as decisões, elas são feitas a partir da priorização daquele tema porque aquilo é uma demanda da Agenda 2030. É diferente de você olhar e ver o que já está sendo feito, o que já está sendo financiado ou o que já estava previsto que por acaso está ali alinhado com a Agenda 2030. Então a gente não acredita nesse alinhamento que eles dizem que eles fazem." (ENTREVISTA 08, 2019).

Quanto ao trabalho dos órgãos de assessoramento técnico permanente da Comissão também foram feitas críticas. A principal delas, em relação às formas de integrar a participação social nos processos de elaboração de documentos e estratégias, como foi o alinhamento das metas à realidade nacional, no caso do IPEA, e do trabalho com os indicadores globais e nacionais, realizado pelo IBGE. As entrevistas chamam atenção para o fato de que, ainda com a Comissão ativa e os diálogos entre os órgãos e a sociedade civil ocorrendo em seu espaço, era difícil viabilizar a coordenação e a participação nos trabalhos. Com a extinção da Comissão, em um cenário sem uma estrutura de governança em que os diversos interlocutores conversem, isso seria ainda mais difícil, em especial em relação aos processos de planejamento dentro da estrutura de governo, exemplificado pelos casos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Plano Plurianual.

Nesse sentido, a extinção da Comissão é entendida, pela sociedade civil, como parte de uma política de desmonte das estruturas de participação social dentro do novo governo. Soma-se isso às atitudes do Governo Bolsonaro em temas sociais e ambientais que vinham sido vistas pelas organizações como contraditórias à Agenda 2030, resultando no seu afastamento da interlocução com o Governo Federal (ENTREVISTA 08, 2019). Com o recente voto do Presidente da República à incorporação dos ODS entre as diretrizes do PPA 2020-2023, tal qual determinada pelo Congresso Nacional, o rechaço à Agenda se confirma e as tentativas de mobilização parecem ser infrutíferas.

Ao mesmo tempo, outros espaços de articulação junto ao poder público e implementação da Agenda têm sido buscados pelas organizações. Nos relatos em entrevista (ENTREVISTA 02, 2018; ENTREVISTA 06, 2019; ENTREVISTA 08, 2019), esse movimento pode ser observado em duas frentes: a nível nacional, junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, e a nível subnacional, junto aos Poderes Executivos dos estados e municípios. No nível nacional, foram destacadas as inserções de *advocacy* da sociedade civil para a recondução da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS, criada no âmbito do Congresso Federal pela

nova legislatura no ano de 2019³⁷. Também foi comentado o trabalho junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a implementação da Agenda 2030 dentro do Poder Judiciário, através dos Laboratórios de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS), sobretudo aproximando os tribunais das metas relacionadas ao ODS 16 (CNJ, 2019). Já no nível subnacional, o investimento de esforços tem sido na criação de comissões regionais e locais voltadas para a Agenda 2030 e para os ODS, com inclusão dos membros da sociedade civil.

Há também um reforço da percepção da Agenda 2030 como possibilidade de convergir diferentes pautas e alinhar expectativas em torno de uma agenda mínima em um cenário político nacional conturbado.

“O que acontece é: você precisa encontrar cada vez mais uma agenda mínima que faça com que as pessoas tenham um norte, e no caso a Agenda 2030 ela se coloca como sendo essa possibilidade de roteiro, essa agenda mínima, básica. Ela não é o que a gente chama de teto, em termos de direitos. Mas ela é uma agenda mínima básica e ela é bem alinhada, muito alinhada, à própria Constituição Federal. Então ela é, certamente, uma agenda nacional que precisa ser implementada. Então a gente tem insistido muito nessa perspectiva. Primeiro que a Agenda 2030 é uma agenda brasileira, ela não é uma agenda de fora que veio para o Brasil, porque o Brasil também teve uma participação importante na negociação. Mais, ela é uma agenda completamente alinhada a nossa Constituição Federal, pelo menos todos os princípios da Constituição e além do mais, existem formulações que estão alinhadas a artigos da Constituição Federal. E ela é o nosso mapa nesse momento, em que ninguém consegue entender como avançar com o Brasil, você tem uma agenda que claramente, se for alcançada, vai melhorar a vida de todo mundo, né?” (ENTREVISTA 08, 2019).

Nesse sentido, o trabalho de monitoramento da implementação da Agenda 2030 no Brasil que tem sido realizado pela sociedade civil ganha ainda mais destaque. Entre diversas iniciativas, a produção anual do Relatório Luz, pelo GTSC para a Agenda 2030, tem conseguido inserção em diversos fóruns internacionais, inclusive no *High Level Political Forum*. Para a composição do relatório, disponibilizado online³⁸, são reunidas organizações com expertise das áreas temáticas de cada ODS, e a cada edição mais metas e indicadores são cobertos – preenchendo uma lacuna no processo de implementação no país.

O “III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, do ano de 2019, que contou com o financiamento da União Europeia, reforça o entendimento sobre o desmonte das estruturas de participação social e aponta o retrocesso em

³⁷ Segundo o GTSC 2030, em maio de 2019, a Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS já contava com mais de 110 parlamentares, dos quais cinco eram senadores (GTSCA2030, 2019b).

³⁸ Podem ser acessados no website: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>.

indicadores importantes dentro da Agenda 2030. Na apresentação do documento, mostram o desafio como as organizações o percebem:

“O desafio não é pequeno. Temos 15 milhões de pessoas em extrema pobreza, 55 milhões de pobres, 34 milhões sem acesso à água tratada, mais de 100 milhões sem serviço de coleta de esgoto e quase 600 mil domicílios sem energia elétrica. Quase 50% da flora está sob ameaça radical, o campo e a saúde se veem ameaçados pela liberação de 239 novos tipos de agrotóxico. O cenário é tenso, com desemprego alto (13 milhões de pessoas) e persistente, mas o Governo Federal foca em propostas que agravam os conflitos e pioram, principalmente, a vida das mulheres negras, das quilombolas e das indígenas, sem apresentar soluções para pacificar o país.” (GTSCA2030, 2019a)

O relatório ainda indica, nas mais de 150 recomendações que tece sobre os Objetivos e metas, a atuação dos demais Poderes Públicos e da sociedade civil como forma de mitigar o desmonte pelo Executivo dos programas e das estruturas institucionais pró desenvolvimento sustentável a nível nacional.

4.4 Conclusão: Metagovernança e a Agenda 2030 no Brasil

Meuleman e Niestroy (2015), ao aplicarem o conceito de metagovernança aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030, chegaram ao conceito de *Commom but Differentiated Governance* como uma abordagem adequada para a promoção e implementação da Agenda 2030 nos diferentes níveis. A partir do quadro criado pelos autores é possível traçar uma análise da estrutura de governança brasileira apresentada neste capítulo, na forma como funcionou entre 2017 e 2019. Os aspectos elencados pelos autores, e utilizados aqui como referencial, são sintetizados nos seguintes passos³⁹: (1) mapeamento do ambiente de governança; (2) avaliação da atual abordagem de governança; (3) identificação ou definição do problema; (4) tradução dos ODS para o contexto nacional; (5) desenho um quadro/arranjo de governança como parte dos Meios de Implementação; (6) administração o arranjo de governança estabelecido; (7) reavaliação e possíveis adaptações (MEULEMAN e NIESTROY, 2015).

Pode-se reconhecer na criação da Comissão Nacional para os ODS uma tentativa de estabelecer um mecanismo de metagovernança – que permitiria combinar diferentes estratégias, sistemas e técnicas de governança, com o objetivo de alcançar o melhor desempenho nacional frente às metas. Através de uma estrutura como essa seria possível dar mais coesão à adoção da

³⁹ Não há definição de que devam acontecer necessariamente na ordem apresentada, em que pese a lógica sequencial dos passos.

Agenda no território nacional, envolvendo os diferentes atores abarcados na parceria proposta a partir das Nações Unidas. Esse diagnóstico é reforçado pela própria percepção que a Comissão possuía de si mesma, registrada no Plano de Ação 2017-2019, em que se distanciava da função finalística de implementação de políticas públicas que avançassem a Agenda e se aproximava do papel de coordenação de atores envolvidos, como explicitado na primeira sessão deste capítulo.

Para cumprir tal papel, a composição da comissão e seu tamanho são determinantes na concepção de uma estrutura de governança. Segundo Meuleman e Niestroy (2015), só pode ser definida a partir de um (1) mapeamento bem realizado do ambiente de governança – que no caso do Brasil pretendia-se nacional. A partir da documentação oficial levantada, não se encontrou uma análise desse tipo que informasse a criação da Comissão, em 2016. Através das entrevistas coletadas, soube-se que diferentes propostas de configuração da comissão contemplavam diferentes números de participantes. Contudo, na fase de planejamento do trabalho do primeiro biênio, já em 2017, a própria CNODS conduziu junto à ENAP um estudo sobre o “Ecossistema ODS”, identificando os atores envolvidos na implementação da Agenda, o que poderia ser utilizado para aprofundar o mapeamento do ambiente de governança.

Quanto à avaliação da abordagem de governança até então utilizada (2), igualmente não se teve acesso a nenhum estudo que a compilasse. Contudo, a decisão pela criação da Comissão, como relatada no Relatório Nacional Voluntário 2017 (BRASIL, 2017), marca a opção por uma estrutura de governança inexistente anteriormente. Durante o capítulo três, contudo, pode-se identificar que estruturas de participação social para tratar dos desdobramentos nacionais de agendas internacionais (Agenda 21 e os ODM) já existiram no âmbito do Governo Federal. Ainda assim, não aparece menção a estruturas como essas ou uma avaliação de seu desempenho que subsidiasse a proposição da CNODS. Dessa forma, o seguinte passo, (3) identificação e definição de um problema de governança, também se mostrou prejudicado.

O Relatório Nacional Voluntário 2017 (BRASIL, 2017) apresenta indícios de que havia uma intenção de conformar uma estrutura de governança diferente e que havia um planejamento por parte do centro de comando do Governo à época sobre a implementação e a interiorização da Agenda no país. Ao mesmo tempo, a partir da análise que foi aqui apresentada, fica claro que as fragilidades identificadas na Comissão não teriam passado despercebidas de uma análise como a que propõem Meuleman e Niestroy (2015). É mais difícil ainda imaginar que não tenham sido corrigidas ou mitigadas, caso tenham sido identificadas.

O aspecto em que o Brasil mais avançou para o estabelecimento de governança nacional em prol dos ODS foi na tradução dos objetivos e metas para o contexto nacional. Nesse ponto, como visto anteriormente, o trabalho do núcleo técnico do IPEA foi determinante, mesmo tendo sido motivado pela demanda da Comissão Nacional. O documento final, ainda que tenha tido sua metodologia de elaboração criticada pela sociedade civil, é visto como um trabalho coletivo de técnicos envolvidos com as temáticas dos objetivos de maneira transversal no Governo Federal. No entanto, apesar de aprovado no plenário da CNODS, o documento não ganhou maior chancela nem foi incorporado de maneira oficial aos planos de desenvolvimento do país (ENTREVISTA 07, 2019), como demonstrado. Considerando a mudança de governo e as medidas discutidas, perdeu ainda mais sua relevância. Foi possível constatar isso a partir da análise do ferramental utilizado pelo TCU na condução da auditoria piloto da implementação dos ODS pelo Governo Federal. Segundo entrevista (ENTREVISTA 09, 2019), o status de documentos como o relatório do IPEA, e até mesmo a Agenda 2030 como aprovada nas Nações Unidas, impossibilitam sua utilização como critério direto de auditoria – o que seria diferente se fossem aprovados no formato de outro ato administrativo do Poder Executivo ou ainda do Poder Legislativo.

O desenho de um arranjo de governança como parte dos Meios de Implementação (5) foi o primeiro passo dado, ainda em 2016 quando a Comissão foi criada. Prescindiu os estudos e análises que poderiam dar mais robustez à estrutura institucional, ou talvez estes não tenham sido realizados de maneira suficiente pelos governos que a propuseram. É importante ressaltar, todavia, que o plano de ação apresentado pela CNODS previa a revisão da estrutura e do seu funcionamento para o final do primeiro biênio, o que atenderia aos pontos (6) e (7) de Meuleman e Niestroy (2015), de administração do arranjo, reavaliação e adaptações do modelo de governança, respectivamente. Porém, ao analisar o trabalho da CNODS ao longo do primeiro biênio, pode-se notar grande inflexibilidade e lentidão da estrutura para responder aos desafios e mudanças políticas que sobrevieram. Faz pensar, por isso, a necessidade de adaptá-la a um modelo mais responsável e com condições de lidar com as mudanças políticas e a reflexividade – que eram um elementos esperados ao se considerar a vigência da agenda por mais de uma década e a conjuntura global, como indicam os autores (MEULEMAN e NIESTROY, 2015). O fato de que a Comissão foi extinta por um novo governo que assumiu em 2019 também corrobora com essa percepção, acrescentando a ideia de que o modelo escolhido era frágil do ponto de vista institucional.

A implementação da Agenda no país não passaria necessariamente pela existência de uma comissão de participação social, pois como aclararam Meuleman e Niestroy (2015), é necessária uma abordagem compreensiva e adaptativa que permite variadas formas, desde que ancoradas em um bom diagnóstico – acadêmico e político – do ambiente. Assim, a descontinuidade da Comissão não seria um problema caso fosse indicada como uma mudança na forma de governança, frente à proposição de um novo modelo que contemplasse a própria lógica da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e os parâmetros de sua governança, como discutido no primeiro capítulo. Contudo, a análise indica que não é esse o caso do Brasil. Além do mais, o fechamento de uma estrutura de participação social como a CNODS vai na contramão da trajetória brasileira de trabalho com agendas internacionais, nos temas de desenvolvimento e meio ambiente, como discutido no capítulo três.

Outras iniciativas do Governo Federal que extrapolaram o âmbito da Comissão, como as tentativas de alinhamento do Plano Plurianual e mesmo a iniciativa de realizar o monitoramento dos ODS através do SIOP, no âmbito do então Ministério do Planejamento, também apresentariam um potencial para a implementação da agenda no país. Depois de concluídos esses levantamentos, seria possível, a partir deles, avaliar o direcionamento do orçamento público federal para os diferentes objetivos e metas, o envolvimento dos órgãos setoriais em cada iniciativa e medir seu impacto através da avaliação do desempenho dos programas. Contudo, como visto nas seções anteriores, o voto à Agenda 2030 dentro desses instrumentos aponta para o distanciamento das políticas federais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ainda assim, e apesar das fragilidades e limitações, é preciso destacar a grande inovação que a CNODS representou para a governança em prol dos ODS, tendo sido reconhecida internacionalmente quanto estrutura inovadora, sem pares. Em seu meio, estavam combinadas estratégias de governança em rede e hierarquizadas. Por um lado, a sociedade civil e os governos estaduais e municipais estavam representados por redes/associações, verdadeiros coletivos que se organizam segundo uma lógica muito diferente da forma como se estruturam os ministérios a nível federal. Ao trazer para o mesmo patamar atores tão diferentes, as dificuldades de coordenação seriam naturais. O maior erro, talvez, tenha sido não tomar as medidas necessárias para assegurar a manutenção e melhoramento de uma abordagem de metagovernança como essa. A dissolução da estrutura impediu que aparecessem os resultados de um ambiente em que a cultura de trabalho em rede estava se consolidando. Essa era a trajetória do trabalho que o Poder Executivo vinha desenvolvendo com a sociedade civil em

realção às temáticas ambientais e de desenvolvimento, na esteira dos grandes eventos que o Brasil participou, como indicado nos capítulos anteriores.

Nesse sentido, e combinado com outros aspectos, as ações tomadas pelo novo governo, a partir de 2019, apontam para uma ruptura dessa trajetória. Tanto pela dissolução da CNODS e de outros instrumentos de participação social, quanto pela opção de tratar o tema dentro da SNAS, como dito por entrevistados (ENTREVISTA 06, 2019). É preciso colocar em perspectiva a análise aqui apresentada com uma análise mais global da Política Externa Brasileira para o período em questão, afim de entender como essas ações se encaixam de maneira mais ampla na proposta atual de governo.

Por último, vale ressaltar que o debate sobre desenvolvimento sustentável, sobre a Agenda 2030 e sua implementação, na esfera da CNODS ficou muito aquém do proposto na literatura internacional a respeito, bem como da qualidade técnica dos debates produzidos em diferentes fóruns nacionais. Ficou evidente tanto na análise das atas quanto nas entrevistas, nesse sentido, o distanciamento dos compromissos assumidos em relação ao desenvolvimento sustentável e sua promoção de maneira a “não deixar ninguém para trás”. Os debates se mostraram vazios das dimensões equitativas e distributivas que compõem a Agenda, sem a realização ou proposição de análises, pela CNODS, com recortes orientados para grupos vulneráveis ou a população em situação de extrema pobreza, como sugerido por Stuart e Samman (2017). Novamente, se com a existência de uma comissão participativa já havia essa desfasagem em relação ao conteúdo dos debates, na sua ausência perde-se a possibilidade de inserir esses temas e exercer pressão para que sejam considerados.

Percebeu-se, contudo, maior densidade e qualidade nos produtos entregues, quer seja pela ENAP, pela CTMPI e pelos órgãos de assessoramento, IBGE e IPEA, que pode ser creditada ao envolvimento direto de técnicos, acadêmicos e profissionais – com maior conhecimento a respeito da agenda e de seus temas – com os documentos. Através deles pôde-se avançar tanto nos estudos necessários para o fortalecimento da metagovernança, quanto nas próprias problemáticas do desenvolvimento sustentável às quais se propõe a Agenda.

Portanto, no cenário atual, ganha maior relevância o trabalho dessas instituições, que cooperam em um ambiente mais técnico e menos político do que a Secretaria de Governo e os órgãos do centro de comando. Assim, o papel do IPEA, do IBGE, da ENAP e de outros órgãos no seguimento da Agenda 2030, que em boa medida já se incorporou a seu trabalho rotineiro, será essencial para que em alguns anos seja possível medir o desempenho do Brasil em relação

aos ODS. Somam-se entidades, órgãos e organizações que extrapolam o âmbito do Executivo: a Frente Parlamentar para os ODS, o Tribunal de Contas da União, o Conselho Nacional de Justiça, os governos estaduais e municipais, e ainda a sociedade civil – como protagonista.

5 CONCLUSÃO

A trajetória apresentada nos três capítulos teve por objetivo investigar o processo de implementação doméstica de uma agenda negociada em ambiente multilateral, aqui, em foco, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável pelo Brasil, entre 2015 e 2019. Buscou-se argumentar que a agenda pretende uma mudança no paradigma da cooperação internacional ao reforçar a opção por um mecanismo de governança multilateral amparado na proposição de metas, ou *goal setting* (YOUNG, 2017) – expressa na identificação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, suas metas e seus indicadores – em oposição ao paradigma de formulação normativa, ou *rule making*. Essa mudança, que começa a aparecer em propostas anteriores como a Agenda 21 e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é gestada em meio a um cenário de crise do multilateralismo e de suas instituições, em especial para temas como meio ambiente e temas sociais, no início do século XXI. Também pode ser entendida como uma resposta aos desafios da época: o aumento da complexidade das relações, o império da reflexividade, as urgências do antropoceno e um novo paradigma democrático, a *knowledge democracy* (IN 'T VELD, 2010).

Nesse sentido, a pretensão de mudança se confirma nas implicações que a adoção da agenda trás para a governança em diferentes níveis, do multilateral ao nível subnacional, passando pela formulação política e planejamento de longo prazo dentro dos Estados. O estudo, no segundo capítulo, sobre as propostas da agenda e da literatura a respeito da governança do desenvolvimento sustentável e da necessidade de aplicar abordagens de metagovernança (MEULEMAN e NIESTROY, 2015) sustentam esse argumento.

Como foi visto, além das características fundamentais da agenda, o histórico da atuação multilateral do Brasil, sua resposta institucional aos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento, e os contextos políticos do recorte temporal escolhido foram elementos percorridos para compor uma análise compreensiva do objeto a ser estudado. Privilegiou-se uma visão ampliada de Estado, compreendendo-o como um conjunto de diferentes atores e, através do entendimento do Executivo Federal como um espaço de atuação de outros atores (centro de governo, ministérios, órgãos de administração direta e indireta, institutos e outros) foi possível mapear o arranjo de governança criado para coordenação da Agenda 2030 no país e localizá-lo na trajetória do país.

O estudo da governança para implementação de uma agenda internacional é diferente de analisar o processo de ratificação e *compliance* com normas internacionais vinculantes. A ausência de um dispositivo do Direito Internacional, como um tratado, por si, já evidencia uma diferença. Há, ainda, uma dificuldade de na proposição de parâmetros e critérios para análise,

em especial, tendo por base o princípio da Governança comum, mas diferenciada (MEULEMAN e NIESTROY, 2015), que acompanha a agenda e é trabalhado na literatura. Ele ressalta a necessidade de uma adaptação dos arranjos de governança às culturas administrativas e políticas locais, com a análise do ambiente em que a agenda será adotada e a combinação de estratégias diferentes para cada local.

Assim, investigar como o Governo Brasileiro se preparou para implementar uma agenda internacional como esta, ao mesmo tempo em que requereu um resgate da sua interação com os debates sobre meio ambiente e desenvolvimento, oportunizou o registro de um processo em andamento – com todas as dificuldades que a empreitada implica. Foi possível compor, portanto, um fluxo da interação do Brasil, não se esquecendo dos múltiplos atores sob seu guarda-chuva, com os debates internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento desde a década de 1970, usando como marco as conferências internacionais sobre o meio ambiente.

A cada nova conferência, seus processos de preparação e de realização, pode-se observar um envolvimento cada vez maior de atores e de interesses brasileiros. Esse aumento se refletiu em respostas institucionais: o aumento do tamanho das delegações e o estabelecimento de grupos/comitês de preparação de posições antecedendo às conferências. Como visto, sediar duas das conferências no Rio de Janeiro em 1992 e em 2012, mesmo que em contextos diferentes, contribuiu de forma significativa para a criação desse tipo de estrutura no país e sua democratização, amparando e sendo amparada pela ampliação da gama de atores convidados a participar nas conferências e pela defesa da democratização de espaços multilaterais, sobretudo na última conferência, como linha de política externa nacional.

O estabelecimento desse tipo de estrutura de articulação de posições antes das conferências, com a participação da sociedade civil, e o fortalecimento de debates paralelos às conferências foi terreno fértil para promover a participação social da sociedade brasileira. Sua atuação passou a ser fundamental, inclusive no preenchimento das estruturas criadas para o acompanhamento das agendas internacionais resultantes das negociações. Por isso a importância de resgatar, para o presente trabalho, a visão desses atores.

Este trabalho também permitiu evidenciar, com destaque no capítulo três, as respostas institucionais do Governo Federal a agendas internacionais – a Agenda 21 e os ODM, aqui identificadas como um movimento de resposta doméstica às ações de política externa. As duas experiências ensinam bastante, com seus êxitos e fracassos, à coordenação da implementação da Agenda 2030.

As iniciativas para a formação da Agenda 21 Brasileira, ainda que tenham começado tarde em relação à aprovação da agenda global, demonstram que o assunto foi tratado, de forma

acertada, com seriedade pelo Governo Federal. Além do estabelecimento de estruturas nacionais responsáveis pela questão dentro do Ministério do Meio Ambiente e de um comitê de participação social para o desenvolvimento sustentável (CPDS), também houve a contratação, por meio de consórcios públicos, de estudos acadêmicos sobre os eixos que iriam compor a agenda. O trabalho de elaboração da agenda nacional também contou com a participação social expandida, através da realização de eventos pelo país. Contudo, após a definição da Agenda 21 Brasileira, a mudança de competência do comitê de acompanhamento (que passou a impulsionar a criação de agendas locais) colocou em evidência uma visão finalística sobre a iniciativa, em oposição a uma visão de processo (FONSECA, 2016). Soma-se a essa mudança o descompasso da atuação do IBGE com o comitê, que estava mobilizado para acompanhar os indicadores da agenda, mas não os fez em congruência com a Agenda 21 Brasileira, nem usando todos os indicadores e parâmetros propostos pelo Comitê de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Por isso, a avaliação do resultado da implementação brasileira da Agenda 21 é uma tarefa incompleta, e uma experiência que a Agenda 2030 poderia evitar repetir.

Já da experiência dos ODM os principais êxitos identificados foram o alinhamento das metas da agenda ao planejamento de Governo e a adesão do alto escalão político à iniciativa, combinada com ampliada participação social em órgãos de políticas setoriais. Ambos são expressos na formação do Grupo de Trabalho para os ODM, que reunia periodicamente órgãos do centro de governos com os institutos que acompanhavam a agenda: o IBGE e o IPEA. O alinhamento e a adesão, somados ao estabelecimento de metas mais ambiciosas que as internacionais, por exemplo no tema da fome, e ao acompanhamento periódico (cinco relatórios nacionais elaborados pelo IPEA) foram identificados como fatores de sucesso.

A utilização do bom desempenho brasileiro nos ODM como um trunfo de política externa também demonstra uma coerência ampliada do programa de governo durante a década de 2010, que foi capaz de transformar os “mecanismos de resposta” às agendas internacionais em capital político. Isso contribuiu para colocar o país de maneira mais incisiva nos espaços multilaterais, por exemplo sediando a Rio+20, e garantindo um melhor desempenho na negociação da agenda internacional de desenvolvimento pós-2015.

Por outro lado, a defesa da participação social e as experiências internacionais da sociedade civil brasileira contribuíram para uma participação robusta do país na elaboração da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. E, tendo por referência a trajetória aqui exposta, a conformação de uma estrutura de governança para a implementação da agenda que incluísse a sociedade civil e demais atores pareceria um caminho lógico. Contudo, como se viu,

a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, apesar de seus tímidos acertos, não esteve à altura dessa trajetória.

A fragilidade de sua estrutura, haja vista sua extinção logo após o primeiro mandato e a primeira troca de governo, já expõe a falta de análise, planejamento, preparação e coordenação para o estabelecimento da estrutura de governança de uma agenda que se pretendia de Estado. Não apenas por seu instrumento de criação, mas também pela natureza consultiva, seu tamanho reduzido e as ausências notáveis entre seus representantes. Além disso, a previsão de reuniões semestrais, a distribuição de representantes, suas faltas e substituições frequentes confirmam o fato de que a comissão não foi tratada como prioridade.

Pode-se argumentar que a CNODS teve um bom nível de entrega dos produtos propostos e que isso figura como um de seus pontos de sucesso. Porém, é necessário apontar, como visto, que grande parte dos produtos incluídos no planejamento já estava prevista no trabalho dos órgãos e organizações e talvez fossem realizados ainda que de forma descoordenada. Ainda assim, é preciso somar ao aprendizado da experiência com a Agenda 21 e levantar o risco de tratar o que é de fato um processo de transformação em direção às práticas de desenvolvimento sustentável como entrega de produtos.

Não se deve, todavia, tirar o mérito da entrega de produtos importantes para o processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil. A adaptação das metas globais às metas nacionais e os primeiros relatórios de linha base, realizados sob coordenação do IPEA, a composição de uma plataforma de acesso a indicadores pelo IBGE, e as entregas de estudos pela Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação são, sem dúvidas, passos importantes em que o trabalho da comissão contribuiu para facilitar.

Alguns aprendizados importantes em relação às experiências com agendas anteriores também merecem destaque. A adesão de órgãos técnicos à agenda, como o IBGE e o IPEA, que já estavam presentes anteriormente foi crucial para os avanços na Agenda 2030, além do comprometimento do corpo técnico de outros Ministérios. Vale ressaltar também a forte conexão direta entre esses atores domésticos e fóruns internacionais de coordenação, como foi o caso do IBGE com a Comissão de Estatística das Nações Unidas, em que presidiu os trabalhos por um período. Nesse mesmo sentido, destaca-se também a conexão do Tribunal de Contas da União com a Olacefs, organismo regional que reúne as Entidades Superiores Fiscalizadoras, para conduzir a auditoria citada neste trabalho. Esse tipo de contato permite aproximar os níveis técnicos e garantir a padronização de procedimentos e abordagens. Por fim, outro aprendizado importante identificado em entrevista foi a identificação da Agenda 2030 como processo de

transformação para padrões mais sustentáveis de desenvolvimento por parte dos técnicos entrevistados.

Essa visão permite conectar o trabalho desenvolvido nos trabalhos entregues de maneira sequencial (metas nacionais, diagnósticos e indicadores) e preparar para dar novos passos, em direção à implementação e ao acompanhamento. Este último parece ter sido uma oportunidade de aprendizado desperdiçada, em referência às experiências da Agenda 21 e dos ODM, e que se torna delicada de executar por meio dos órgãos oficiais do governo no cenário político em questão.

Somam-se a essa uma série de outras oportunidades desperdiçadas pela CNODS e aqueles que a conceberam: estabelecer um colegiado com maior poder deliberativo e desatrelado da Presidência da República em um momento político anterior e oportuno, o esforço para incluir a Agenda 2030 de forma substancial nos principais instrumentos de planejamento nacional (como a ENDES e o PPA), ou ainda a adoção das metas nacionais elaboradas pelo IPEA de maneira mais robusta e institucionalizada, o que permitiria sua utilização para a fiscalização por órgãos de controle por exemplo.

O presente trabalho identificou, inclusive, a necessidade de aprofundar os estudos em relação à importância de outros poderes dentro da Agenda 2030, passando pelos órgãos de controle, o Poder Judiciário e Legislativo. Nesse sentido, a atuação do TCU nas duas auditorias realizadas merece ser mais bem explorado, bem como sua cooperação com outras entidades por meio da Olacefs.

A extinção da CNODS por entendimento político e em um cenário de imprecisão jurídica pode ser denunciada como desmonte da estrutura de participação social, que é muito diferente de considerar-se uma mudança na estratégia de metagovernança com a qual a agenda será conduzida. Pois, frente à postura “antiglobalista” / “antimultilateral” do novo governo, os esforços de adoção da agenda, se houver, não passarão de retóricos. O trabalho permitiu registrar a interrupção de uma trajetória consolidada de defesa do multilateralismo e da participação social pelo Governo Brasileiro, que põe sob ameaça o progresso em relação ao desenvolvimento sustentável: interrompe e descredita os esforços que vinham sendo construídos nesse sentido, desmonta e esvazia instituições com ele comprometidas, e substitui com amadorismo e improvisação como instrumentos de diagnóstico e planejamento nacionais, como são o Censo 2020 e o PPA 2020-2023. Pode-se observar, ainda, que o Governo assume posturas avessas ao universalismo progressista e, portanto, não prioriza grupos identitários vulneráveis, ou a faixa da população na extrema pobreza. Ao contrário, os mantém em

condições que incrementam sua vulnerabilidade, sem a resposta em termos de políticas públicas embasadas e adequadas a sua situação.

Sua tentativa de reposicionamento nas arenas internacionais junto a países desenvolvidos, como representa seu pleito à participação na OCDE, poderia representar uma semente de futuro mais otimista com relação aos temas aqui discutidos, considerando as condicionalidades e os parâmetros da organização em temas de direitos humanos e de sustentabilidade. É um fator cujo desenrolar precisa ser observado e analisado, mas que pode apontar para uma reaproximação com os padrões e políticas multilaterais.

Sabe-se que os padrões estabelecidos multilateralmente são passíveis de crítica e questionamento, e assim também é a Agenda 2030 como mostrado nos capítulos anteriores. Como instrumento de transformação para um mundo mais sustentável, ambiental, social e economicamente justo, ela é insuficiente. Não se aprofunda em importantes urgências ambientais, mantém o crescimento econômico apoiado em recursos nacionais como pilar do desenvolvimento, é pouco ousada na defesa de direitos humanos já reconhecidos, tem caráter recomendatório e é pouco enfática nas mudanças que propõe do desenho multilateral como um todo, sendo pouco questionadora do *status quo*.

Contudo, como identificado pelos entrevistados, a Agenda 2030 representa uma oportunidade de alinhamento e a construção de consensos mínimos. No cenário político brasileiro atual, essa oportunidade deve ser olhada com ainda mais atenção. Seja pelo seu alinhamento com princípios e determinações constitucionais, como apontado, seja pela força da preocupação internacional com o tema, e o que tal preocupação implica. É oportuno que os atores preocupados com a direção que as políticas nacionais têm tomado vislumbrem na agenda a possibilidade de reforçar a necessidade e urgência das medidas ambientais, econômicas e sociais que são propostas em seu seio, de denunciar o esvaziamento das estruturas e políticas e de recorrer a parceiros internacionais nesse processo. É urgente para que não se coloque em prejuízo a trajetória nacional até aqui construída e para que o Brasil e seus mais vulneráveis não fiquem apenas para trás, mas corram o risco de ficar “abaixo de todos”.

REFERÊNCIAS

ALCALDE, G. **The 2030 Agenda as a framework for subnational policymaking.** 9º Congresso de ALACIP. Montevidéu: [s.n.]. 2017.

ALVES, J. A. L. **Relações internacionais e temas sociais:** a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001.

ANGELSEN, A. The Poverty-Environment Thesis: Was Brundtland Wrong? **Forum for Development Studies**, p. 135-154, 1997. <https://doi.org/10.1080/08039410.1997.9666053>.

ARAÚJO, A. B. A. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Estrutura de governança e o Plano de Ação 2017-2019. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, 4, n. 2, 02 dezembro 2019a. 25-49. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/46079>>. Acesso em: 18 dezembro 2019. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2019v4n2.46079>.

ARAÚJO, A. B. A. Resenha: “Transgovernance: Advancing Sustainability Governance”. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 1, julho 2019b. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2019v4n1.46075>.

BACHE, I.; FLINDERS, M. **Multi-level Governance**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004. <https://doi.org/10.1093/0199259259.001.0001>.

BARROS, A. F. G. E. O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**, Brasília, 40, 2011.

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D.; SCHLEICHER, R. T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 47, n. 2, 2004. 100-130. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200004>.

BECK, A. Armandinho. **Facebook**, 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/tirasarmandinho/>>.

BECK, U. **Risk society:** towards a new modernity. Londres: Sage, 1992.

BIERMANN, F. et al. Global Goal Setting for Improving National Governance and Policy. In: NORICHIKA, K.; BIERMANN, F. **Governing through Goals**. [S.l.]: [s.n.], 2015. Cap. 4, p. 75-97.

BRASIL. Decreto de 31 de outubro de 2003. **Portal da Presidência da República**, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn10011.htm>. Acesso em: 17 setembro 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. **Portal da Presidência da República**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm>. Acesso em: 17 setembro 2019.

BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário**. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Comissão Nacional para os ODS. **ODS**, 2019a. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/comissao-ods>>. Acesso em: 17 Agosto 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.669, de 2 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União, Edição extra nº1 C**, Brasília, 2 janeiro 2019b.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. **Diário Oficial da União, Edição Extra**, Brasília, 11 abril 2019c.

BRASIL. Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019. **Diário Oficial da União, seção 3**, Brasília, 31 maio 2019d.

BRASIL. Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019. **Diário Oficial da União, seção 3**, Brasília, 21 agosto 2019e.

BREITIMEIER, H.; RITTBERGER, V. Environmental NGOs in an emerging global civil society. In: CHASEK, P. **The Global environment in the twenty-first century**. [S.l.]: [s.n.], 2000. p. 130.

BRENNER, N. **New State Spaces**: Urban governance and the Rescaling of Statehood. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199270057.001.0001>.

BURDEAU, G. **O Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Impeachment Presidente Dilma Rousseff. **Portal da Câmara dos Deputados**, 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>>. Acesso em: 16 outubro 2019.

CERQUEIRA, F.; FACCHINA, M. **A Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: as oportunidades para o nível local. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v. Caderno de Debate - Agenda 21 e Sustentabilidade, 2005.

CGEE. **Plano de Ação Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação**. Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação. Brasília, p. 46. 2018.

CNJ. Laboratórios de inovação, inteligência e ODS farão diálogo por Agenda 2030. **Portal CNJ**, 28 agosto 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/laboratorios-de-inovacao-inteligencia-e-ods-farao-dialogo-por-agenda-2030/>>. Acesso em: 19 novembro 2019.

CNODS. **Plano de Ação 2017-2019**. Comissão Nacional para os ODS. Brasília. 2017.

CNODS. **Relatório de Atividades 2017-2018**. Comissão Nacional para os ODS. Brasília. 2018a.

CNODS. Resolução nº 1, de 18 de julho de 2018. **Diário Oficial da União, seção 1**, Brasília, 119 julho 2018b.

CNODS. Resolução nº 2, de 25 de julho de 2018. **Diário Oficial da União, seção 1**, Brasilia, 26 julho 2018c.

CNODS. Resolução nº 3, de 6 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União, seção 1**, Brasília, 7 dezembro 2018d.

CNODS. Resolução nº 4, de 6 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União, seção 1**, Brasília, 07 dezembro 2018e.

COELHO, A. L.; SANTOS, V. Política Externa Brasileira e a Questão Ambiental no Contexto das Conferências da ONU. **Conexão Política**, Teresina, 3, n. 2, ago./dez. 2014. 85-108.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Our Common Future.** [S.l.]. 1987.

CTPMI. **Relatório de Atividades 2018-2019 da Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação.** Brasília: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://3f3bafe3-7886-40c2-894d-1b5b1c335a40.filesusr.com/ugd/d8839e_c69238e1dad44491afd414bfb77ec369.pdf?index=true>. Acesso em: 18 dezembro 2019.

DALAMPIRA, E.-S.; NASTIS, S. A. Mapping Sustainable Development Goals: A network analysis framework. **Sustainable Development**, p. 1-10, 2019.
<https://doi.org/10.1002/sd.1964>.

DEROSA, M. Congresso inclui Agenda 2030 no PL do Plano Orçamentário do Executivo de 2020 a 2023. **Estudos Nacionais**, 11 dezembro 2019. Disponível em: <<https://www.estudosnacionais.com/20158/congresso-inclui-agenda-2030-no-pl-do-plano-orcamento-do-executivo-de-2020-a-2023/>>. Acesso em: 10 janeiro 2020.

DEUTSCHE WELLE BRASIL. Temer faz primeira reunião com ministros. **DW Brasil**, 13 maio 2016. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/1IncZ>>. Acesso em: 16 outubro 2019.

DROULERS, M.; MILANI, C. S. R. A proteção do meio ambiente e a promoção de desenvolvimento sustentável como tema de pesquisa no Brasil. **REDIAL: revista europea de información y documentación sobre América Latina**, 1994. 35-41.

ENGSTROM, P. Reconceptualising the impact of the inter-American human rights system. **Revista Direito e Práxis**, 8, n. 2, 2017. 1250-1285. <https://doi.org/10.12957/dep.2017.28027>.

ENTREVISTA 01. Entrevista 01, realizada em 27 de novembro de 2018. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Arantes Araújo**, Uberlândia, 27 novembro 2018.

ENTREVISTA 02. Entrevista 02, realizada em 28 de novembro de 2018. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Arantes Araújo**, Uberlândia, 2018.

ENTREVISTA 04. Entrevista 04, realizada em 19 de março de 2019. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Arantes Araújo**, Uberlândia, 2019.

ENTREVISTA 06. Entrevista 06, realizada em 03 de outubro de 2019. **Entrevista cedida a Ana Beatriz Arantes Araújo**, Uberlândia, 2019.

ENTREVISTA 07. Entrevista 07, realizada em 11 de outubro de 2019. **Entrevista cedida a Ana Beatriz Arantes Araújo**, Uberlândia, 11 outubro 2019.

ENTREVISTA 08. Entrevista 08, realizada em 20 de outubro de 2019. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Arantes Araújo**, Uberlândia, 2019.

ENTREVISTA 09. Entrevista, realizada em 23 de outubro de 2019. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Arantes Araújo**, Uberlândia, 23 outubro 2019.

FARIA, F. Entenda decreto que põe fim a conselhos federais com atuação da sociedade. **Folha de S. Paulo**, 3 maio 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/entenda-decreto-que-poe-fim-a-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade.shtml>>. Acesso em: 25 outubro 2019.

FEHLING, M.; NELSON, B. D.; VENKATAPURAM, S. Limitations of the Millennium Development Goals: a literature review. **Global Public Health**, v. 8, n. 10, p. 1109-1122, 2013. <https://doi.org/10.1080/17441692.2013.845676>.

FIGUEIRA, A. C. R. **Atuação diplomática brasileira nas negociações internacionais do meio ambiente**. 3º Encontro Nacional ABRI, de 20 a 22 de julho de 2011. São Paulo: [s.n.]. 2011.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro ataca metodologia de desemprego do IBGE. **Folha de S. Paulo**, 6 novembro 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/bolsonaro-usa-informacoes-incorrectas-ao-criticar-indicador-de-desemprego-no-pais.shtml>>. Acesso em: 4 novembro 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Apesar de críticas de Guedes, Censo brasileiro é um dos menores do mundo. **Folha de S. Paulo**, 16 julho 2019a. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/apesar-de-criticas-de-guedes-censo-brasileiro-e-um-dos-menores-do-mundo.shtml>>. Acesso em: 16 novembro 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro diz que desemprego é maior que o registrado pelo IBGE. **Folha de S. Paulo**, 30 abril 2019b. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/bolsonaro-diz-que-desemprego-e-maior-que-o-registrado-pelo-ibge.shtml>>. Acesso em: 4 novembro 2019.

FONSECA, I. F. D. A Retórica da Boa Governança: as agendas 21 locais no Brasil. In: MOURA, A. M. M. D. **Governança ambiental no Brasil:** instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016. p. p. 311-328.

FOURIE, W. Aligning South Africa's National Development Plan with the 2030 Agenda's Sustainable Development Goals: Guidelines from the Policy Coherence for Development movement. **Sustainable Development**, 2018. 1-7. <https://doi.org/10.1002/sd.1745>.

FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; BARROS-PLATIAU, A. F. Los desafíos del Antropoceno: de la política ambiental internacional hacia la gobernanza global. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, XX, n. 3, jul.-set. 2017. 179-206.

G77. About the Group of 77. **Group of the 77 at the United Nations**, 2019. Disponível em: <<https://www.g77.org/doc/>>. Acesso em: 20 setembro 2019.

GEORGESON, L.; MASLIN, M. Putting the United Nations Sustainable Development Goals into practice: A review of implementation, monitoring and finance. **GEO: Geography and Environment**, v. 00049, 2018. <https://doi.org/10.1002/geo2.49>.

GTSCA2030. **III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [S.l.]. 2019a.

GTSCA2030. Recondução da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS avança no Congresso. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030**, 29 maio 2019b. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/2019/05/29/reconducao-da-frente-parlamentar-mista-de-apoio-aos-ods-avanca-no-congresso/>>. Acesso em: 19 novembro 2019.

HAFNER-BURTON, E. M.; RON, J. Seeing double: human rights impact through qualitative and quantitative eyes. **World Politics**, v. 61, n. 2, p. 360-401, 2009. <https://doi.org/10.1017/S0043887109000136>.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. 2^a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HASENCLEVER, A.; MAYER, P.; RITTBERGER, V. Integrating theories of international regimes. **Review of International Studies**, 26, 2000.

<https://doi.org/10.1017/S026021050000036>.

HELGASON, K. S. The 2030 Agenda for Sustainable Development: Recharging Multilateral Cooperation for the Post-2015 Era. **Global Policy**, 7, n. 3, Setembro 2016. 431-440.

<https://doi.org/10.1111/1758-5899.12352>.

IBGE. O IBGE. **Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2019a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 30 outubro 2019.

IBGE. ODS no IBGE. **ODS - IBGE**, 2019b. Disponível em:

<<https://ods.ibge.gov.br/xcc/global?page=ODSnoIBGE>>. Acesso em: 1 novembro 2019.

IGES. **Achieving the Sustainable Development Goals: From Agenda to Action**. Hayama: Institute for Global Environmental Strategies, 2015.

IN 'T VELD, R. J. **Towards knowledge democracy: Consequences for science, politics and media**. Heidelberg: Springer, 2010. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-11381-9>.

IN 'T VELD, R. J. Sustainable Development Within Knowledge Democracies: An Emerging Governance Problem. In: MEULEMAN, L. **Transgovernance**. Heidelberg: Springer, 2013. p. 3-32. https://doi.org/10.1007/978-3-642-28009-2_1.

IPEA. **Agenda 2030 - ODS - Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IPEA, 2018.

IPEA. Início. **Ipea**, 2019. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 04 novembro 2019.

KANIE, N. et al. Introduction: Global Governance through Goal Setting. In: KANIE, N.; BIERMAN, F. **Governing through goals**. Cambridge: MIT Press, 2017. p. 1-27. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262035620.003.0001>.

KANIE, N.; BIERMANN, F. **Governing through goals: sustainable development goals as governance**. Cambridge: MIT Press, 2017. <https://doi.org/10.7551/mitpress/10894.001.0001>.

KOERNER, A.; MAIA, M. Políticas dos direitos humanos. **Revista USP**, São Paulo, n. 119, 2018. 87-100. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i119p87-100>.

KRASNER, S. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. In: KRASNER, S. **International Regimes**. 8^a. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1995.

KRONEMBERGER, D. M. P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Ciência e Cultura - Indicadores de Sustentabilidade**, 1, jan/fev/mar 2019. 40-45. <https://doi.org/10.21800/2317-66602019000100012>.

LAGO, A. A. C. D. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

LANG, M. IBGE sob ataque: veja ocasiões em que Bolsonaro e Guedes criticaram o órgão. **UOL Notícias**, 4 abril 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/04/bolsonaro-e-paulo-guedes-ataques-criticas-ibge.htm>>. Acesso em: 4 novembro 2019.

LE BLANC, D. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Department of Economic & Social Affairs**, 141, março 2015. <https://doi.org/10.1002/sd.1582>.

LMMC. Welcome to the Group of Like Minded Megadiverse Countries. **The Group of Like Minded Megadiverse Countries**, 2019. Disponível em: <<https://lmmcgroup.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 setembro 2019.

LORENZETTI, J. V.; CARRION, R. M. Governança ambiental global: atores e cenários. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, 10, n. 3, setembro 2012. 721-735. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300014>.

LUCCI, P.; LALLY, S. Starting Strong: the first 1000 days of the SDGs. **Development Progress**, abril 2016.

MALHEIROS, T. F.; PHLIPPI JR, A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Soc.**, São Paulo, 17, n. 1, 2008. p.7-20. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000100002>.

MEULEMAN, L. Cultural Diversity and Sustainability Metagovernance. In: MEULEMAN, L. **Transgovernance**. Heidelberg: Springer, 2013. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-28009-2>.

MEULEMAN, L. **Transgovernance**: Advancing sustainability governance. Heidelberg: Springer, 2013. ISBN ISBN 978-3-642-28009-2. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-28009-2>.

MEULEMAN, L.; NIESTROY, I. Common But Differentiated Governance: A Metagovernance Approach to Make the SDGs Work. **Sustainability**, 7, 2015. 12295-12321. Disponivel em: <www.mdpi.com/journal/sustainability>. <https://doi.org/10.3390/su70912295>.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e seus respectivos anexos**. Brasília: SECAP/Ministério da Economia, 2019.

MRE. O Brasil no G-20. **Ministério das Relações Exteriores**, 2019. Disponivel em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: 20 setembro 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Centro da ONU realiza seminário online sobre desenvolvimento sustentável. **Nações Unidas Brasil**, 2018. Disponivel em: <<https://nacoesunidas.org/centro-da-onu-realiza-seminario-online-sobre-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 21 janeiro 2020.

NICOLAI, S.; SARWAR, M. B. What do analyses of Voluntary National Reviews for Sustainable Development Goals tell us about 'leavo no one behind'? **ODI - Briefing notes**, Junho 2018.

NILO, A. **A participação da sociedade civil na Agenda 2030 da ONU e a política externa brasileira**: um exercício de democracia nas relações internacionais. Recife: Faculdade Damas, 2016. Monografia apresentada para fins de cumprimento dos créditos necessários à especialização em Diplomacia e Negócios Internacionais, da Faculdade Damas.

O ESTADO DE S. PAULO. Comissão Mista de Orçamento do Congresso critica projeto de lei de Plano Plurianual. **Estadão**, 21 outubro 2019. Disponivel em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/projeto-de-lei-de-plano-plurianual-recebe-critica,70003057602>>. Acesso em: 10 janeiro 2020.

ODS IBGE. Mapa nacional por estados do Indicador 4.2.2. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IBGE**, 2019a. Disponível em:

<<http://www.pgiods.ibge.gov.br/index.html?mapid=148>>. Acesso em: 15 outubro 2019.

ODS IBGE. Objetivo 4 - Educação de Qualidade. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IBGE**, 2019b. Disponível em:

<<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=4>>. Acesso em: 15 outubro 2019.

ODS IBGE. Objetivo 4 - Educação de Qualidade: Indicador 4.2.2. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IBGE**, 2019c. Disponível em:

<<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo4/indicador422>>. Acesso em: 15 outubro 2019.

OLIVO, V. M. F.; MISOCZKY, M. C. **As estratégias discursivas presentes na origem do referencial para o desenvolvimento sustentável: uma análise crítica do Relatório de Brundtland**. Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. [S.l.]: [s.n.]. 2003.

ONU NEWS. ONU vê progressos tangíveis com Agenda de Ação de Adis Abeba. **ONU News**, 27 julho 2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/07/1519241-onu-ve-progressos-tangiveis-com-agenda-de-acao-de-adis-abeba>>. Acesso em: 13 setembro 2019.

ONUBR. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.]: [s.n.], 2018.

POGGE, T.; SENGUPTA, M. The Sustainable Development Goals: a plan for building a better world? **Journal of Global Ethics**, v. 11, n. 1, p. 54-64, 2015.

<https://doi.org/10.1080/17449626.2015.1010656>.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, 89, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271>.

Acesso em: 06 janeiro 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Despachos do Presidente da República, Mensagem nº 747, de 27 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União, Seção 1**, Brasília, 30 dezembro 2019. 120.

QUINO. **Toda Mafalda**. 2^a. ed. São Paulo: Martins Martins Fontes, 2010.

RATHBUN, B. C. Interviewing and Qualitative Field Methods: Pragmatism and Practicalities. In: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199286546.003.0029>.

RAWORTH, K. Um espaço seguro e justo para a humanidade: podemos viver dentro de um "donut"? **Oxfam Policy and Practice: Climate Change and Resilience**, 8, n. 1, 2012. 1-26. Disponível em: <https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/dp-a-safe-and-just-space-for-humanity-130212-pt_4.pdf>. Acesso em: 30 agosto 2019.

RAWORTH, K. Will these Sustainable Development Goals get us into the doughnut (aka a safe and just space for humanity)? **From poverty to power**, 2014. Disponível em: <<https://oxfamblogs.org/fp2p/will-these-sustainable-development-goals-get-us-into-the-doughnut-aka-a-safe-and-just-space-for-humanity-guest-post-from-kate-raworth/>>. Acesso em: 30 agosto 2019.

REDE BRASIL ATUAL. Ex-presidentes do IBGE criticam desmonte do Censo 2020 por Bolsonaro. **Rede Brasil Atual - Cidadania**, 17 julho 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilitual.com.br/cidadania/2019/07/ex-presidentes-do-ibge-criticam-censo-2020/>>. Acesso em: 4 novembro 2019.

RICUPERO, R. Crônica de uma negociação (Na Conferência do Meio-Ambiente e Desenvolvimento, Rio/92). **Lua Nova**, São Paulo, 28-29, abril 1993.

<https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100013>.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 71, n. 1, Jan./Mar. 2019. 33-39.
<https://doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.

ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E.-O. **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UnB, 2000.

SAAD, L. Brazil and the post 2015-sustainable development goal agenda: what has it been defending so far. **Working Paper Series Rio+Centre**, 3, janeiro 2015.

SACHS, J. D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**, 379, 9 junho 2012. 2206–2211. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0).

SCANTIMBURGO, A. et al. Crise do Multilateralismo. **Mundo e Desenvolvimento - Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais nda UNESP**, v. 2, n. 3, p. 2-5, 2019.

SEGOV. Edital nº 1, de 6 de março de 2017. **Diário Oficial da União, seção 3**, Brasília, nº 45, 07 março 2017a.

SEGOV. Edital nº 2, de 6 de março de 2017. **Diário Oficial da União, seção 3**, nº 45, 07 março 2017b.

SEGOV. Edital nº 3, de 14 de março de 2017. **Diário Oficial da União, seção 3**, Brasília, 15 março 2017c.

SEGOV. Portaria nº 81, de 11 de outubro de 2017. **Diário Oficial da União, seção 3**, Brasília, 10 outubro 2017d.

SEPLAN-MP. Desenvolvimento Regional. **Ministério da Economia - Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**, 17 dezembro 2018. Disponível em:
<<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 04 novembro 2019.

SIMMONS, B. Compliance with international agreements. **Annual Revies of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 75-93, Junho 1998. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.75>.

SIMMONS, B. From ratification to compliance: quantitative evidence on the spiral model. In: RISSE, T.; ROPP, S. C.; SIKKINK, K. **The persistent power of human rights:** from commitment to compliance. Cambridge: Cambridge UP, 2013. p. 43-60.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781139237161.005>.

SMOUTS, M.-C. The proper use of governance in international relations. **International Social Science Journal**, 50, n. 155, Março 1998. 81-89. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00111>.

SNAS. Ata da 2ª Reunião Extraordinária. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, Brasília, 15 dezembro 2017c.

SNAS. Ata da 3^a Reunião Extraordinária. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**, Brasília, 08 junho 2018a.

SNAS. Ata da 3^a Reunião Ordinária. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**, Brasília, 03 maio 2018b.

SNAS. Ata da 7^a Reunião Extraordinária. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, Brasília, 31 janeiro 2019a.

SNAS. Ata da 8^a Reunião Extraordinária. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**, Brasília, 04 abril 2019b.

STOKKE, O. S. Regimes as governance systems. In: YOUNG, O. R. **Global Governance**: drawing insights from the environmental experience. [S.l.]: MIT Press, 1997.

STUART, E.; SAMMAN, E. Defining 'leave no one behind'. **ODI Briefing Notes**, Outubro 2017.

TAJRA, A. Crítico do IBGE, Bolsonaro adota enquete no Facebook para embasar proposta. **UOL Notícias**, 6 junho 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/06/critico-do-ibge-bolsonaro-adota-enquetes-na-web-para-embasar-iniciativas.htm>>. Acesso em: 4 novembro 2019.

TCU. **Referencial para Avaliação da Governança do Centro de Governo**. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2016.

TRAINER, T. A rejection of the Brundtland Report. **IFDA dossier**, 77, 1990. p. 71-84.

UN. Millenial Goals, 2018. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>.

UN STATS. SDG Indicators - Metadata repository. **UN STATS**, 2019. Acesso em: 30 outubro 2019.

UNDP. Sustainable Development Goals. **United Nations Development Programme**, 2019. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/sustainable-development-goals.html>>. Acesso em: 17 agosto 2019.

VENTURA, M. IBGE alerta Guedes que Censo 2020 está ameaçado por falta de recursos. **O Globo**, 26 agosto 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/ibge-alerta->>.

guedes-que-censo-2020-esta-ameacado-por-falta-de-recursos-23904982>. Acesso em: 4 novembro 2019.

WEITZ, N. et al. Sustainable Development Goals for Sweden: Insights on Setting a National Agenda. **Stockholm Environment Institute Working Paper**, 2015-10, 2015.

WROBEL, P. S. Entrevista com Celso Lafer. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 6, n. 12, 1993. 271-284.

YOUNG, O. R. Conceptualization: Goal Setting as a Strategy for Earth System Governance. In: KANIE, N.; BIERMANN, F. **Governing through goals**. Cambridge: MIT Press, 2017. p. 31-51. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262035620.003.0002>.

ZENELEV, S. Translating the 2030 Agenda for Sustainable Development into local circumstances: principles and trade-offs. **International Social Work**, 60, n. 6, 2017. 1652-1655. <https://doi.org/10.1177/0020872817739541>.

ZUSMAN, E.; BENGTSSON, M.; OLSEN, S. H. Governing the Sustainable Development Goals: Closing the gap between aspiration and action. In: IGES **Achieving the Sustainable Development Goals: from Agenda to Action**. Hayama: Institute for Global Environmental Strategies, 2015.

ZUSMAN, E.; MIYAZAWA, I. How governance affected progress on the Millennium Development Goals: A quantitative analysis. In: IGES **Achieving Sustainable Development Goals: from agenda to action**. Hayama: Institute for Global Environmental Strategies, 2015.

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

A pesquisa documental foi realizada no acervo digital do Diário Oficial da União, através do endereço <<http://www.in.gov.br/leiturajornal>>. Foram realizados 10 levantamentos, correspondendo ao período de 01/01/2016 a 31/08/2019, em que foram buscados os descritores “ods” e “objetivos de desenvolvimento sustentável”. As configurações de busca utilizadas foram:

- Tipo de Pesquisa – Qualquer resultado;
- Forma de Pesquisa: Pesquisa na Versão Certificada;
- Onde Pesquisar: Tudo;
- Jornal: Todos.

Os levantamentos foram realizados por ano, considerando os intervalos exibidos na tabela abaixo, e foram reunidos 273 documentos publicados no Diário Oficial da União.

Ano	Intervalo	Descritores pesquisados	N. de resultados	N. de doc. selecionados
2015	01/01 a 31/12	“ods”	22	6
2015	01/01 a 31/12	“objetivos de desenvolvimento sustentável”	174	1
2016	01/01 a 31/12	“objetivos de desenvolvimento sustentável”	205	15
2016	01/01 a 31/12	“ods”	46	14
2017	01/01 a 31/12	“objetivos de desenvolvimento sustentável”	234	24
2017	01/01 a 31/12	“ods”	92	32
2018	01/01 a 31/12	“objetivos de desenvolvimento sustentável”	371	58
2018	01/01 a 31/12	“ods”	128	60
2019	01/01 a 31/08	“ods”	59	50
2019	01/01 a 31/08	“objetivos de desenvolvimento sustentável”	44	13
Total				273

Como critério de seleção, foram obedecidas as seguintes instruções:

- Selecionar inserções que mencionem explicitamente a Agenda 2030, através das referências “Agenda 2030”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, “Agenda para o Desenvolvimento Sustentável”, “ODS”, “Agenda pós-2015”.
- Retirar os documentos já registrados em levantamentos anteriores para evitar duplicação
- Registrar apenas um documento quando nele houver mais de uma menção/descritor.

Observações:

As palavras "objetivo" e "desenvolvimento" são comuns à linguagem administrativa; algumas vezes em que o termo "desenvolvimento sustentável" aparece ele não está ligado à Agenda 2030, pois os diferentes órgãos públicos federais têm adotado políticas de sustentabilidade para além da agenda.

Para ODS, há uma sigla do organograma militar – órgão de direção setorial e um formato de arquivo digital de texto (.ods), que se confundem com os descritores escolhidos.

Em 2019, antes da realização dos últimos dois levantamentos, o sistema de busca da Imprensa Nacional mudou, permitindo novas modalidades de consulta. A consulta utilizada anteriormente a ser a "Pesquisa na versão certificada". Realizamos alguns levantamentos de teste no novo sistema de busca a fim de manter o parâmetro utilizado antes e, portanto, mantivemos as especificações descritas acima para permitir a replicação do levantamento.

Para acesso ao levantamento, solicitar à autora.

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entrevista 01

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 27-11-2018

Introdução

- Agradecimento;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar.

Perguntas

1. Qual a sua participação na Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação?
2. Como a ANDIFES começou a fazer parte da Câmara?
3. Como é o funcionamento da CTPMI? O trabalho é dividido em grupos? Quem coordena?
4. Poderia me contar um pouco sobre as reuniões que você participou?
5. Qual o objetivo da Câmara? No tempo em que você esteve participando, houve alguma grande mudança?
6. Qual a relação da CTPMI com a Comissão Nacional ODS?
7. Quais os órgãos públicos têm dado suporte para o trabalho da CTPMI?
8. Quais são os demais integrantes da Câmara?
9. Você consegue perceber uma grande estratégia de implementação dos ODS por parte do Governo Brasileiro?

Entrevista 02

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 28-11-2018

Introdução

- Agradecimento;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar.

Perguntas

1. Hoje você é representante da sociedade civil dentro das câmaras temáticas? A qual instituição você pertence?
2. Desde quando você tem acompanhado a implementação dos ODS pelo Governo Brasileiro?
3. Como tem sido o funcionamento da Comissão Nacional ODS?
4. Quais órgãos/quais secretarias estão envolvidas no processo?
5. Qual o papel do IPEA/IBGE/EMPRAPA?
6. Em que estágio você vê o processo de implementação?
7. Você consegue perceber uma grande estratégia de implementação dos ODS por parte do Governo Brasileiro?
8. De onde partiu a iniciativa da Comissão Nacional?
9. Quem são as pessoas que têm abraçado a Agenda 2030 dentro do governo federal?
10. A adesão é maior por parte de técnicos ou há adesão política?
11. Frente à transição do governo, como você avalia a Agenda 2030?

Entrevista 03

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 14-02-2019

Introdução

- Agradecimento;
- Introduzir a pesquisa;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar;
- Explicar a dinâmica da entrevista semiestruturada.

Perguntas

1. Qual cargo atualmente ocupa e desde quando está nessa posição?
2. Qual o seu envolvimento com a implementação da agenda 2030?
3. Como tem sido o trabalho da Secretaria de Governo em relação à implementação e à Comissão Nacional para os ODS?
4. Você acompanhava a agenda antes da instalação da Comissão, durante o governo anterior/Dilma? Poderia relatar como foi o processo de instalação da CNODS? Como a agenda chegou ao governo Temer?
5. Sobre o desenho da CNODS (ser uma comissão consultiva e paritária), por quem a estrutura foi desenhada?
6. Houve alguma indicação/demandas de instituições anteriores? (Buscar por referências ao Grupo Interministerial para a Agenda 2030 – GT 016 – Resolução do GT recomendação para criar a Comissão)
7. Quanto aos integrantes e a seleção, foi optado por selecionar associações, representações de coletivos. Isso foi decidido dentro da SEGOV?
8. Você considera que houve continuidade na estratégia de implementação entre os dois governos (Dilma-Temer)?
9. Qual foi o papel do MRE nesse processo?
10. Como tem sido o trabalho da Comissão? Houve adesão dos representantes? São atuantes na agenda?
11. Existe algum tipo de protagonismo entre os comissionados?
12. Como tem sido a atuação do IBGE e do IPEA no assessoramento? E da ENAP?
13. Poderia me contar um pouco sobre a elaboração do Plano de Ação? Como foi o processo de convite da ENAP?
14. Dos eixos estabelecidos no plano, algum é considerado prioritário?
15. Como tem sido a experiência de trabalho com a Câmara Temática PMI? Os resultados têm sido os esperados?

16. Qual a previsão do trabalho para as demais Câmaras? Foram aprovadas bem no final do ano, ainda não foram instaladas...
17. O mandato, estabelecido por decreto, determina que a CNODS permaneça na composição atual até julho/2019, perpassando dois mandatos presidenciais. Essa duração foi algo pensado, estratégico, para garantir maior continuidade ao trabalho?
18. Houve/há alguma estratégia por parte dos comissionados ou da SEGOV para garantir a continuidade dos trabalhos nessa nova gestão? (Buscar referência à antecipação do relatório final)
19. Na visão da SEGOV (ou na sua), você considera a adesão à Agenda 2030 uma política de governos específicos ou uma política que se propõe de Estado?
20. Quais atores realmente assumiram a Agenda? (políticos, servidores, sociedade civil, movimentos sociais, empresas)
21. Qual tem sido o avanço das comissões estaduais e municipais?

Entrevista 04

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 19-03-2019

Introdução

- Agradecimento e introduzir a pesquisa;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar;
- Explicar a dinâmica da entrevista semiestruturada.

Perguntas

1. Gostaria de confirmar seu cargo e a sua relação com o trabalho do instituto para a Agenda 2030.
2. Desde quando você acompanha a Agenda 2030?
3. O IBGE presidiu por um tempo a comissão de estatística das Nações Unidas para a Agenda 2030. Como foi a articulação desse trabalho?
4. A candidatura a esse posto partiu do próprio órgão ou por estratégia do Governo Federal?
5. Como você avalia a contribuição do IBGE para o estabelecimento dos indicadores globais?
6. O IBGE mantém também uma plataforma virtual de acesso público com os indicadores. Poderia contar como foi o processo de criação dessa plataforma? Outros órgãos do governo estiveram envolvidos no processo?
7. O IBGE, junto com o IPEA, presta assessoramento a CNODS. Como tem sido a participação do instituto?
8. Como você avalia o trabalho da Comissão até aqui?
9. O IBGE compunha a comissão interministerial antes da adoção da Agenda 2030?
10. No processo de estabelecimento da CNODS, o IBGE esteve presente? Em articulação com a Presidência da República?
11. Você consegue perceber uma estratégia de implementação dos ODS por parte do Governo Brasileiro?
12. Quem são as pessoas que têm abraçado essa agenda dentro do governo federal? São mais técnicos ou há adesão política?
13. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma adesão à Agenda 2030 como uma política de Estado? Ou de governo?
14. Quais atores realmente assumiram a Agenda: políticos, servidores, sociedade civil, movimentos sociais, empresas? Quais setores do governo federal?

Entrevista 05

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 17-05-2019

Introdução

- Agradecimento e introduzir a pesquisa;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar;
- Explicar a dinâmica da entrevista semiestruturada.

Perguntas

1. Gostaria de confirmar seu cargo e função em relação à Agenda 2030.
2. Poderia me explicar de forma breve o papel do TCU e suas atividades, em relação ao Governo Federal?
3. O TCU audita a implementação de outras agendas/pactos/tratados internacionais, além da Agenda 2030?
4. Como (e quando) a Agenda 2030 chegou ao conhecimento do TCU?
5. Quanto se toma a decisão de auditá-la? Quem foram os responsáveis por essa auditoria? (Se possível identificar os nomes na equipe).
6. Há contato direto do TCU com as Nações Unidas e outras Entidades Fiscalizadoras Superiores que estão envolvidas com a Agenda 2030?
7. Quando se toma a decisão de auditar a Implementação da Agenda, quais órgãos do Governo Federal seriam auditados?
8. A partir de quais instrumentos foi realizada a Auditoria? Foram usadas as instruções das Nações Unidas ou algum modelo diferente? Quais os parâmetros?
9. A partir do entendimento do TCU, qual o papel do Governo Federal dentro da Agenda 2030? Como se articula com os demais atores?
10. Houve uma opção por enfocar a meta 2.4. Quais os critérios para priorizar essa meta?
11. O documento do Relatório aponta que essa foi uma auditoria piloto. Há a intenção de realizar outras? Seria também por metas?
12. Quando se identificam falhas na institucionalização da Agenda 2030, qual órgão é o responsável por essas falhas e pela ausência de planejamento nacional de longo prazo? O TCU delibera em recomendação à SEGOV/PR, à Casa Civil e ao Ministério do Planejamento, seriam eles?
13. Quanto aos resultados, há um processo de acompanhamento das medidas determinadas à SEGOV-PR e demais ministérios?
14. Há um modelo de governança ideal que poderia ser sugerido para a implementação da Agenda 2030?

15. Qual o papel da CNDOS nesse processo de implementação?
16. Como foi o processo de resposta da CNODS ao TCU?
17. Há outros órgãos federais que participam, no CNODS e fora dele, do processo de implementação da Agenda 2030 (IBGE, IPEA, EMBRAPA etc.). Esses órgãos entram na análise/auditoria do TCU?
18. Como os períodos de transição de governo são considerados dentro das análises do TCU?
19. O impeachment e a instabilidade política são apontados como fatores que justificam os resultados encontrados na auditoria?
20. A adesão à Agenda 2030 por parte do Governo Brasileiro tem sido mais técnica ou mais política? Você acha que faz sentido essa divisão?

Entrevista 06

Nome:

Cargo:

Relação CNODS:

Local:

Data: 01-10-2019

Introdução

- Agradecimento e introduzir a pesquisa;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar;
- Explicar a dinâmica da entrevista semiestruturada.

Perguntas

1. Qual a atual situação da Comissão Nacional para os ODS?
2. Como você avalia o primeiro biênio da Comissão Nacional?
3. Foi feita a transição entre os mandatos do primeiro biênio para o segundo?
4. A relutância em conformar uma estratégia de transição entre governos prejudicou a manutenção da CNODS?
5. Quanto à Agenda 2030 de maneira mais ampliada, a substituição de pessoal nos ministérios e secretarias do governo federal mudou o curso da implementação?
6. Quais Ministérios/órgãos federais ainda estão desenvolvendo trabalho alinhado aos ODS?
7. Pode-se falar em autonomia desses órgãos para seguir com os ODS a despeito da posição do Governo Federal a respeito da Agenda?
8. Com a entrada do Governo Bolsonaro, quais as principais mudanças imediatas?
9. Nas atas foram registradas a garantia de que a CNODS permaneceria na estrutura de Governo. Houve uma mudança de entendimento?
10. O Decreto 9759 de 11 de abril de 2019, que extingue os órgãos e colegiados, previa que aqueles órgãos que tivessem criação ou alteração a partir de 2019 seriam mantidos. O CNODS é incluído nas atribuições da SEGOV pelo Decreto 9669 de 2 janeiro que reestrutura a SEGOV. Em 20 de agosto, com uma nova reestruturação da SEGOV n. 9980, não aparece mais a comissão. Mas mantém a SEAS com a função de assessorar o ministro de Estado na internalização dos ODS. Você confirma esse entendimento?
11. No seu entendimento, foi desmontada apenas a estrutura de governança e participação social, e a agenda segue? Ou não há a intenção de seguir na adoção da agenda por parte do governo?
12. Alguns órgãos trabalhavam diretamente com pares internacionais, outras organizações etc. Você mencionou, anteriormente, a conexão do TCU com a INTOSAI, do Ministério da Economia com a OCDE, existem também as conexões do IBGE e IPEA... você avalia a força dessas conexões? É possível que sigam trabalhando em conjunto?

Entrevista 07

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 11-10-2019

Introdução

- Agradecimento e introduzir a pesquisa;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar;
- Explicar a dinâmica da entrevista semiestruturada.

Perguntas

1. Gostaria de confirmar o seu cargo e sua relação com o trabalho do Instituto para a Agenda 2030?
2. Desde quando iniciou seu envolvimento com a Agenda 2030?
3. Quando começou o envolvimento do IPEA com a Agenda 2030?
4. O IPEA participou de eventos internacionais nas Nações Unidas para a formulação da agenda e após a sua adoção?
5. O órgão permanece em contato com alguma organização internacional em referência à Agenda?
6. Como foi a entrada do IPEA como órgão de assessoramento na Comissão Nacional para os ODS? Foi a convite? O órgão já participava da governança nacional para desenvolvimento e/ou sustentabilidade?
7. Qual a percepção do IPEA sobre o trabalho da comissão em seu primeiro biênio?
8. Como se deu o entendimento de que o IPEA seria o responsável por coordenar a adaptação das metas globais ligadas aos ODS ao Brasil?
9. Como foi coordenado o processo de adequação das metas?
10. Quais os principais destaques?
11. Como se deu a consulta pública? Quais as principais contribuições vieram desse processo?
12. Como esse relatório deveria ser incorporado pelo centro de governo? Ele está sendo usado para o planejamento a longo prazo?
13. Com a extinção da CNODS, há alguma mudança no papel do IPEA frente à Agenda 2030?
14. Quais atores você considera importantes para a implementação da agenda?
15. Em relação à transição entre governos, houve estratégia por parte da Comissão Nacional para assegurar a implementação dos ODS?
16. Há, no Brasil hoje, uma estratégia para a implementação da Agenda 2030?

Entrevista 08

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 29-10-2019

Introdução

- Agradecimento e introduzir a pesquisa;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar;
- Explicar a dinâmica da entrevista semiestruturada.

Perguntas

1. Gostaria de saber como é o seu envolvimento com a Agenda 2030? A partir de quando ele se dá?
2. Você acompanha a Agenda a partir do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030?
3. Qual o contato do grupo com o Governo Federal nesses últimos anos? Qual a relação com a CNODS?
4. O GT se candidatou para ser representante da sociedade civil na CNODS?
5. Havia uma articulação dos membros do GT com esses representantes que lá estavam? Como era o contato?
6. Como você avalia a participação da sociedade civil nessa estrutura?
7. Como você avalia o primeiro mandato da Comissão Nacional e os resultados produzidos?
8. Considerando a trajetória do Brasil na negociação e adoção da Agenda, como se avalia a participação da Sociedade Civil Organizada? (Separar a negociação da agenda a nível internacional, sua aprovação, a negociação de uma estrutura de governança nacional, a sua implantação, o trabalho da CNODS, e o seu encerramento).
9. Como tem sido o processo de elaboração dos Relatórios Luz? E como tem sido sua repercussão a nível nacional e internacional?
10. Quais outros atores você considera importantes, a nível nacional, para a implementação da Agenda? Com quais atores públicos a sociedade civil ainda está articulada?
11. Tenho visto alguns eventos do GT em parceria (e a respeito) dos tribunais de contas subnacionais. Como isso tem sido conduzido?
12. Com a extinção da CNODS, o que muda para a implementação nacional? E para a sociedade civil?
13. Há (ou houve em algum momento) uma estratégia/planejamento para a implementação da Agenda 2030 no país?

Entrevista 09

Nome: Cargo:

Relação CNODS:

Local: Data: 23-10-2019

Introdução

- Agradecimento e introduzir a pesquisa;
- Autorização para gravar, transcrever e usar o material para a dissertação;
- Garantia de retorno do trabalho final;
- Informar: algumas perguntas são para registro e confirmação;
- Não há problema caso não saiba a resposta para alguma pergunta;
- Se puder, indicar alguém que saiba;
- Se houver alguma pergunta que não quiser responder, fique à vontade para indicar;
- Explicar a dinâmica da entrevista semiestruturada.

Perguntas

1. Gostaria de confirmar seu cargo e sua relação com o trabalho que o TCU realiza a respeito dos ODS?
2. Desde quando iniciou o seu envolvimento com a Agenda 2030?
3. Qual a importância do trabalho do TCU para a implementação dos ODS no Brasil?
4. Como tem sido a metodologia de auditoria dos ODS?
5. Quais já foram auditados até agora? Há um planejamento para auditorias futuras?
6. O IPEA publicou um documento com a adequação das metas da Agenda 2030 ao Brasil. Esse documento passa a valer como parâmetro? Como é incorporado ao trabalho do TCU?
7. O TCU participa da INTOSAI e da OLACEFS. Como tem sido esse contato?
8. Eles estabeleceram parâmetros conjuntos para auditoria da Agenda? Como acontece esse contato para estabelecer as diretrizes?
9. Quem representa o TCU do Brasil nesses órgãos?
10. No entendimento do TCU, qual é o papel do centro de governo dentro da Agenda 2030?
11. Como é a relação do TCU com o centro de governo? Houve mudanças em relação aos últimos governos?
12. Como o TCU acompanha as transições?
13. O fechamento de instâncias de participação social, como a CNODS, tem sido acompanhado?
14. Qual o impacto do fechamento da estrutura de governança para a implementação dos ODS no Brasil?

APÊNDICE C – QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DOS PRODUTOS
CNODS - PLANO DE AÇÃO 2017-2019

Quadro de acompanhamento dos produtos CNODS – Plano de Ação 2017-2019

Eixo A/B	Resultado	Produto	Descrição	Responsável	Prazo	Situação
Eixo 1 - Gestão e Governança da CNODS	E1.1 Regimento Interno da Comissão Nacional para os ODS publicado	E1.1.1	Minuta de Regimento Interno discutida e aprovada	CNODS	jul/17	Concluído
		E1.1.2	Portaria publicada	SECEX-CNDOS	out/17	Concluído
	E1.2 Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS pactuado	E1.2.1	Oficina de planejamento da CNODS realizada	GT-CNODS	set/17	Concluído
		E1.2.2	Proposta de Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS elaborado	GT-CNODS	out/17	Concluído
		E1.2.3	Plano de ação aprovado e divulgado	CNODS	nov/17	Concluído
	E1.3 Relatórios das atividades da Comissão Nacional para os ODS elaborados e divulgados	E1.3.1	Relatório 2017-2018 de atividades da Comissão Nacional para os ODS elaborado e aprovado	SECEX-CNDOS	nov/18	Concluído
		E1.3.2	Relatório 2018-2019 de atividades da Comissão Nacional para os ODS elaborado e aprovado	SECEX-CNDOS	nov/19	Não cumprido
	E1.4 Criação de Câmaras Temáticas	E1.4.1	Critérios para criação, composição e funcionamento das câmaras temáticas definidos e aprovados	GT-CNODS e CNODS	nov/17	Concluído
		E1.4.2	Primeira Câmara Temática criada	CNODS	dez/17	Concluído
		E1.4.3	Pelo menos quatro (4) Câmaras Temáticas implementadas e acompanhadas pela Comissão	CNODS	jul/19	Não cumprido
	E1.5 Composição da Comissão Nacional para os ODS estabelecida para o período 2019-2021	E1.5.1	Modelo de governança da CNODS 2017-2019 avaliado	CNODS	fev/19	Concluído
		E1.5.2	Propostas para eventuais ajustes ao modelo de governança 2019-2021 definidas	CNODS	mar/19	Concluído
		E1.5.3	Processo seletivo para a CNODS 2019-2021 finalizado	SECEX-CNDOS	jun/19	Não cumprido
		E1.5.4	Composição da nova Comissão Nacional para os ODS (2019-2021) publicada	SEGOV	jul/19	Não cumprido

Eixo	A/B	Resultado	Produto	Descrição	Responsável	Prazo	Situação
EIXO ESTRATÉGICO E2 - EIXO E2.A - COMUNICAÇÃO	E2.A.1: Estratégia de Comunicação da CNODS para a Agenda 2030 implementada	E2.A.1.1		Plano de Comunicação elaborado e aprovado.	CNODS	abr/18	Somado a outro produto
		E2.A.1.2		Plano de Comunicação executado	CNODS	jul/19	Não cumprido
	E2.B.1: Lideranças, entes nacionais e subnacionais e organizações engajadas na Agenda 2030	E2.B.1.1		Plano de Mobilização elaborado e aprovado	CNODS	abr/18	Concluído
		E2.B.1.2		Plano de Mobilização executado	CNODS	jul/19	Não cumprido
	E3.1: Adequação de metas e indicadores globais à realidade brasileira.	E3.1.1		Indicadores globais “TIER I” calculados e disponibilizados na plataforma digital dos indicadores ODS	IBGE	mar/18	Concluído
		E3.1.2		Diagnóstico (Relatório linha de base) estabelecido e divulgado.	IPEA/MP	jul/18	Concluído
		E3.1.3		Proposta de adequação das metas à realidade brasileira divulgada.	IPEA/MP	jul/18	Concluído
		E3.1.4		Formação de uma rede de conhecimento para estimativa dos indicadores globais “TIER II” e “TIER III”.	IBGE	jul/19	Concluído
		E3.1.5		Quadro de Indicadores Nacionais definidos.	IBGE	jul/19	Não cumprido
	E3.2: Matriz de alinhamento das políticas públicas federais com os ODS elaborada.	E3.2.1		Criação das Agendas ODS no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento Federal (SIOP)	MP	nov/17	Descontinuado
		E3.2.2		Mapeamento das principais políticas públicas federais para o alcance das metas e objetivos do desenvolvimento sustentável realizado	IPEA/MP	jul/18	Concluído
	E3.3: Formação e fortalecimento de parcerias	E3.3.1		Instrumentos de cooperação estabelecidos.	CNODS	jul/19	Não há informação
		E3.3.2		Iniciativas de parceria estabelecidas	CNODS	jul/19	Não há informação

Eixo	A/B	Resultado	Produto	Descrição	Responsável	Prazo	Situação
EIXO ESTRATÉGICO E4 - TERRITORIALIZAÇÃO (INTERIORIZAÇÃO)	E4.1: Estímulo à criação de Comissões Estaduais e Municipais paritárias para a implementação dos ODS.	E4.1.1		Proposta de minuta de decretos subnacionais elaborada	SECEX-CNDOS	dez/17	Concluído
		E4.1.2		Comissão subnacional piloto estruturada/apoiada.	CNODS	mar/18	Concluído
	E4.2: Metodologia para integração e articulação dos ODS com as políticas públicas e orçamentos nos níveis de governo subnacionais disseminada	E4.2.1		Guia de implementação dos ODS em estados e municípios elaborado	CNM/ABEMA	jul/19	Concluído
	E4.3: Premiação, reconhecimento e visibilidade às boas práticas que contribuem para o alcance das metas dos ODS realizada	E4.3.1		Proposta de Prêmio ODS Brasil elaborada.	SECEX-CNDOS	dez/17	Concluído
		E4.3.2		1ª Edição do Prêmio ODS Brasil realizada	CNODS	jun/19	Concluído
	E4.4: Sistematização e divulgação de boas práticas em ODS	E4.4.1		Proposta de plataforma de boas práticas apresentada	CNODS	jun/18	Concluído

Eixo A/B	Resultado	Produto	Descrição	Responsável	Prazo	Situação
EIXO ESTRATÉGICO E5 -ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA AGENDA 2030	E5.1: Sistema de produção dos dados para acompanhamento dos ODS constituído - Plataforma digital alimentada por múltiplos atores desse sistema e de fácil acesso e comunicação aplicável ao público	E5.1.1	Proposta de plataforma digital integrada apresentada	SECEX-CNODS	jul/18	Concluído
		E5.1.2	Relatório anual de monitoramento das Agendas ODS no SIOP	MP	mar/18	Concluído
	E5.2: Metas e Indicadores nacionais acompanhados	E5.2.1	Proposta conceitual de Observatório Nacional dos ODS elaborada e aprovada pela CNODS	GT-CNODS	mai/18	Não há informação
		E5.3.1	Insumos para participação brasileira no HLPF	CNODS	abr/18	Concluído
	E5.3: Contribuição à participação brasileira no HLPF	E5.3.2	Insumos para Relatório Nacional Voluntário HLPF produzido	CNODS	jan/19	Não cumprido
		E5.4.1	Subsídios técnicos para acompanhamento dos ODS	IPEA	jul/19	Concluído
	E5.4: Análise para acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	E5.4.2	Relatório bienal dos ODS elaborado	IPEA/CNODS	mar/19	Somado a outro produto

Fonte: Elaboração própria com base no Plano de Ação 2017-2019 da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e material obtido em consulta à Secretaria Especial de Articulação Social.

**APÊNDICE D – QUADRO DE PRESENÇAS DAS REUNIÕES DO CNODS –
PRIMEIRO BIÊNIO**

Quadro de presenças nas reuniões do CNODS – Primeiro biênio

Ata (número)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Reuniões		1 ^a Ord.	1 ^a Extra	2 ^o Ord.	2 ^a Extra	3 ^a Ord.	3 ^a Extra	4 ^a Extra	5 ^a Extra	4 ^a Ord.	6 ^a Extra	7 ^a Extra	8 ^a Extra
Datas		2017				2018						2019	
		7-Jul	27-Out	1-Dez	15-Dez	3-Mai	8-Jun	17-Ago	28-set	30-Nov	12-Dez	31-Jan	5-Abr
Represent.	Ent.	Governos											
Governo Federal	SEGOV
	Casa Civil
	MRE	r	r	.	.
	MPDG*	.	.	.	r	M Econ
	MDSA*	f	f	.	r
	MMA*
Gov. Estad./Dist.	ABEMA	.	r	r	.	.	.	f	.
Gov. Municipais	CNM	.	r	.	r	.	.	r	r
Represent.	Ent.	Sociedade Civil											
Sociedade Civil	ANDIFES	.	.	.	f	.	j	j
	CNI
	CNS	.	f	f	f	f	f	f
	IBPQ	IBPQ	.	j	.	.
	Fund. Abrinq
	Ethos	.	f	r	f	j	.	.
	SBPC	j	.	f	f	j
	ABC	ABC	r
	UGT	.	f	f	j	j	.	.
	Visão Mundial*	.	.	r
Assess.	IBGE	.	.	r	f	r	.
	IPEA*
Legenda													
.	Presença titular/suplente												
r	Representado por outra pessoa												
f	Falta sem justificativa												
j	Falta com justificativa												
abc	Substituição												
	Não compunha a CNODS no período												
	Ata corrompida												

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos em solicitação à Secretaria Especial de Articulação Social.

ANEXO A – ATA 01 – 1^a REUNIÃO ORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

ATA DA 1^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1 No dia 07 de JULHO de 2017, reuniram-se os representantes da Comissão Nacional
 2 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS, dos órgãos de assessoramento
 3 técnico e da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização
 4 da 1^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto
 5 Federal 8.892, de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela
 6 Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da
 7 República. Anteriormente ao inicio da Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os
 8 ODS, houve a Cerimônia de Assinatura do Memorando de Entendimento – MOU, entre
 9 as Organizações do Sistema ONU e o governo brasileiro. A cerimônia de assinatura teve
 10 inicio às 9h30, na sala 97 do Palácio do Planalto, 4º andar, em Brasília-DF, com a
 11 presença do Sr. Antonio Imbassahy, Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Governo
 12 da Presidência da República- SEGOV, do Sr. Niky Fabianic, Coordenador Residente
 13 do Sistema das Nações Unidas (ONU) no Brasil e Representante Residente do
 14 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD) e de outros
 15 representantes convidados do Sistema ONU, além dos membros da Comissão Nacional
 16 para os ODS. O Memorando de Entendimento – MOU, celebrado entre o Sistema das
 17 Organizações das Nações Unidas e o Governo da República Federativa do Brasil, por
 18 meio da Secretaria de Governo da Presidência da República, estabelece um marco geral
 19 de cooperação com vistas ao desenvolvimento, implementação e promoção de
 20 iniciativas que apoiem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todo o
 21 território nacional e visa ao fortalecimento dos governos federal, estaduais e municipais,
 22 o setor privado e a sociedade civil organizada. Segundo o Representante Residente do
 23 Sistema ONU no Brasil, Sr. Niky Fabianic, que representa 26 agências especializadas,
 24 “*O Memorando de Entendimento estabelece um diálogo fluido e permanente para a*
 25 *implementação dos ODS, e reafirma o nosso compromisso em apoiar as atividades da*
 26 *Comissão Nacional para os ODS*”. Afirmou ainda que “*trata-se de um passo*
 27 *significativo e uma tarefa conjunta e de todos os atores envolvidos para tornar o*
 28 *cumprimento das metas ODS uma tarefa possível*”. Em suas palavras o Ministro
 29 Antonio Imbassahy afirmou que “*O Brasil vem trabalhando arduamente para alcançar*
 30 *os bons resultados na implementação dos ODS em todo o território nacional e com os*
 31 *diferentes atores da sociedade civil, o Memorando de Entendimento vem contribuir*
 32 *ainda mais com as estratégias do Governo Federal ao apoiar as iniciativas e ações que*
 33 *colaboram com o alcance das metas e o alinhamento da Agenda 2030 com a realidade*
 34 *nacional.*” Após a assinatura do Memorando de Entendimento e das falas do Sr. Niky
 35 Fabianic e do Ministro Imbassahy, os convidados da ONU se retiraram e na sequência



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

36 foi dado inicio à primeira reunião ordinária da Comissão Nacional para os ODS.
 37 Permaneceram na sala os membros da Comissão Nacional para os ODS, dos órgãos de
 38 assessoramento técnico e da Secretaria Executiva da Comissão, abaixo consignados:
 39 Daniel Sigelmann, Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;
 40 William Baghdassarian, Assessor Econômico da Casa Civil da Presidência da
 41 República; Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-Geral de
 42 Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores –
 43 MRE; Reinaldo José de Almeida Salgado, Diretor do Departamento para a
 44 Sustentabilidade Ambiental da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência
 45 e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores-MRE; Rodrigo Correa Ramiro,
 46 Coordenador-Geral de Planejamento da SEPLAN, do Ministério do Planejamento,
 47 Desenvolvimento e Gestão-MP; Evandro de Barros Araújo, Chefe da Assessoria
 48 Internacional do Ministério do Desenvolvimento Social- MDS; Max Lopes Bezerra,
 49 Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente-
 50 MMA; Raquel Breda, Diretora do Departamento de Desenvolvimento, Produção e
 51 Consumo Sustentáveis - DPCS/SAIC do Ministério do Meio Ambiente- MMA;
 52 Jacqueline Vieira da Silva, Superintendente do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da
 53 Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e
 54 Assuntos Metropolitanos de Goiás - Secima, representante do nível de governo estadual
 55 pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente - ABEMA; José
 56 Coimbra Patriota Filho, membro do Conselho Político da CNM e Prefeito de Afogados
 57 da Ingazeira/PE, representante do nível de governo municipal pela Confederação
 58 Nacional de Municípios- CNM; Ângela Maria Paiva Cruz, Presidente da Associação
 59 Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, representante da
 60 sociedade civil pela Andifes; Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário-
 61 Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
 62 Superior, representante da sociedade civil pela Andifes; Shelley de Souza Carneiro,
 63 Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade, representante da sociedade
 64 civil pela Confederação Nacional da Indústria- CNI; Sérgio de Freitas Monforte,
 65 Especialista de Desenvolvimento Industrial, representante da sociedade civil pela
 66 Confederação Nacional da Indústria – CNI; Caio Luiz Carneiro Magni, Diretor-
 67 Presidente do Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, representante
 68 da sociedade civil pelo ETHOS; Joaquim Corrêa de Souza Belo, Presidente do
 69 Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, representante da sociedade
 70 civil pelo CNS; Fátima Cristina Faria Palmieri, membro do Comitê de Sustentabilidade
 71 da UGT, representante da sociedade civil pela União Geral dos Trabalhadores – UGT;
 72 Welinton Pereira da Silva, Assessor Sênior de Relações Institucionais e Advocacy,



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF**

73 representante da sociedade civil pela Visão Mundial; Heloisa Helena Silva de Oliveira,
 74 Administradora Executiva, representante da sociedade civil pela Fundação Abrinq pelos
 75 Direitos das Crianças e dos Adolescentes; Maitê Fernandez Gauto, Líder de Políticas
 76 Públicas/Assessora de Advocacy e Políticas Públicas II, representante da sociedade civil
 77 pela Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; Henrique Villa
 78 da Costa Ferreira, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo
 79 da Presidência da República e Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os
 80 ODS; Claudio Cavalcanti Ribeiro, Secretário-Adjunto de Articulação Social da
 81 Secretaria de Governo da Presidência da República e Secretário-Executivo Adjunto da
 82 Comissão Nacional para os ODS; Enid Rocha Andrade da Silva, Diretora-Adjunta de
 83 Estudos e Políticas Sociais – Disoc, representante do assessoramento técnico da
 84 Comissão Nacional para os ODS pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –
 85 IPEA; João Paulo Viana, Assessor Técnico, representante do assessoramento técnico da
 86 Comissão Nacional para os ODS pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –
 87 IPEA; Roberto Luis Olinto Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e
 88 Estatística- IBGE, representante do assessoramento técnico da Comissão Nacional para
 89 os ODS pelo IBGE; Wadih João Scandar Neto, Diretor de Geociências do Instituto
 90 Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, representante do assessoramento técnico da
 91 Comissão Nacional para os ODS pelo IBGE. Também acompanharam a reunião os
 92 seguintes servidores da equipe da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os
 93 ODS: Carmem Silvia Corrêa Bueno, Diretora do Departamento de Relações Político
 94 Sociais da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da
 95 Presidência da República; Suzana Dias Rabelo de Oliveira, Assessora Especial da
 96 Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da
 97 República; Rubia Auxiliadora Constâncio Quintão, Coordenadora-Geral de Projetos
 98 Especiais da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da
 99 Presidência da República; Miriam Salete Licnerski Barreto, Assessora de Projetos
 100 Especiais da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da
 101 Presidência da República; Kathyana Dantas Machado Buonafina, Especialista em
 102 Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria Nacional de Articulação Social
 103 da Secretaria de Governo da Presidência da República; Laurencio João Korbes,
 104 Assessor Técnico da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de
 105 Governo da Presidência da República; Jacques Salomon Crispim Soares Pinto, Assessor
 106 Especial da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da
 107 Presidência da República; Adolfo Francisco de Brito, Assessor de Comunicação da
 108 Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da
 109 República; e Marco Antonio Delgado, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

110 Social da Secretaria de Governo da Presidência da República. Daniel Sigelmann
 111 cumprimentou a todos agradecendo a presença e anunciando o primeiro ponto de pauta,
 112 a assinatura dos membros que ainda não o fizeram na Posse do dia 29/06. Foram
 113 chamados para assinar o termo de posse da Comissão Nacional para os ODS o senhor
 114 José Patriota, o senhor Gustavo Balduíno, o senhor Caio Magri, o senhor Dione
 115 Torquato (que não estava presente), o senhor Cláudio Ribeiro, o senhor Roberto Olinto
 116 e o senhor Wadih Scandar Neto. Após a assinatura dos termos de posse, Daniel
 117 Sigelmann deu sequência à reunião anunciando o próximo item da pauta (apresentação
 118 dos integrantes da Comissão Nacional para os ODS) pedindo aos titulares e suplentes da
 119 Comissão e representantes dos órgãos de assessoramento técnico e da Secretaria
 120 Executiva da Comissão para se apresentarem. José Antônio Marcondes, do Ministério
 121 das Relações Exteriores, cumprimentou os presentes, falou de sua satisfação em
 122 participar da primeira reunião da Comissão e apresentou seu suplente, Reinaldo
 123 Salgado. Caio Magri apresentou-se, acreditando que esse é um momento importante,
 124 com a perspectiva de que a sociedade civil e o governo possam juntos construir uma
 125 estratégia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil de forma efetiva
 126 e com bons resultados. Falou que sua suplente do ETHOS é Marina Ferro, e esteve na
 127 posse. Que a expectativa é de poder contribuir em parceria com todas as organizações
 128 de governo. Roberto Olinto Ramos, Presidente do IBGE apresentou o suplente, diretor
 129 de geociências do IBGE, Wadih Scandar Neto. Para o IBGE, é extremamente
 130 importante participar da comissão, principalmente, porque o IBGE vem trabalhando já
 131 há três anos, como representante do Brasil, junto ao Intersecretariado de Experts para
 132 Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, na definição dos indicadores globais,
 133 representando o Brasil, o Mercosul mais Chile, então, o envolvimento já é antigo, mas
 134 agora na Comissão aumenta a responsabilidade. Ângela Maria Paiva Cruz, reitora da
 135 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atual presidente da Associação Nacional
 136 dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior- Andifes, está com seu
 137 suplente, Secretário-Executivo, Gustavo Balduíno. Representam 63 universidades
 138 federais no Brasil. Participaram do edital como representação da sociedade civil, porque
 139 entendem que universidades federais, com seus planos de desenvolvimento
 140 institucional, tem compromisso forte com o desenvolvimento sustentável. As
 141 universidades promovem, por suas ações do ensino, pesquisa, extensão e inovação,
 142 buscam esse desenvolvimento com justiça social e com um futuro mais sustentável para
 143 o país. Suas universidades após a última expansão estão distribuídas por todo o país,
 144 tiveram a oportunidade de discutirem e serem cada vez mais parceiras para o
 145 desenvolvimento econômico, social e sustentável do nosso Brasil. Enid Rocha, do
 146 IPEA, Diretora-Adjunta da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, apresenta seu



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

147 suplente, João Viana, da Diretoria Regional e Urbana. Disse que é oportunidade ímpar
 148 participar da Comissão para os ODS. Que faz parte da atribuição institucional do IPEA
 149 fazer o assessoramento técnico permanente aos ODS. Que o Ipea esteve à frente dos
 150 relatórios ODM e fizeram contribuições ao relatório voluntário de país que será
 151 apresentado na ONU. Que tem grupos de trabalho por ODS no IPEA, portanto é um
 152 orgulho estar na condição de órgão assessor permanente a essa Comissão. Shelley
 153 Carneiro, da Confederação Nacional das Indústrias-CNI, representa 27 federações de
 154 indústria, 4000 sindicatos patronais, 40 associações de classe específicas, tendo função
 155 de poderem ser multiplicadores positivos. Grandes empresas já estão trabalhando, mas
 156 80 % das empresas são médias e pequenas e ainda não estão incorporando essa agenda.
 157 Precisam avançar na discussão com Sebrae, potencializar com os demais segmentos
 158 industriais. Cita dois desafios: primeiro, os temáticos e depois, integração dos temáticos
 159 dentro de uma visão mais integrada. CNI estará junto com seu grupo representativo
 160 empresarial, contribuindo para que possamos evoluir. Joaquim Belo, do Amapá,
 161 atualmente na Presidência do Conselho Nacional das Populações Extrativistas que, até
 162 2005, era o Conselho Nacional dos Seringueiros. Movimento criado em 1985 pelo líder
 163 Chico Mendes e outro conjunto de lideranças. E, hoje, estão com trinta e dois anos de
 164 luta na Amazônia e no Brasil. Fica feliz em estar fazendo parte dessa mesa e com
 165 expectativa extremamente positiva de contribuir, construir convergências, numa direção
 166 de tantas contradições, especialmente, na temática geral, mas também, nas temáticas
 167 regionais. A sua representação aqui faz um elo com outras grandes redes: da agricultura
 168 familiar, dos povos indígenas, dos quilombolas e que o seu compromisso na Comissão
 169 vai muito além da sua instituição. O suplente do CNS é do Amazonas, Dione, um jovem
 170 da Secretaria de Juventude, uma instituição que trabalha muito forte a questão da
 171 juventude, e a questão de gênero também. Carmem Bueno, Diretora do Departamento
 172 de Relações Político-Sociais onde está a coordenação de projetos especiais, que cuida
 173 do tema dos ODS na SNAS. Jaqueline Vieira, da ABEMA fala de sua alegria e
 174 satisfação de pertencer à comissão. Acredita, como disse Nick Fabiancic do PNUD, na
 175 possibilidade de incorporar os ODS na vida cotidiana dos brasileiros. Acha que esse é o
 176 grande desafio, e, acima de tudo, promover as pessoas desse país. Sua suplente, Bianca,
 177 é da Secretaria do Estado de São Paulo. Ela é da Secretaria de Meio Ambiente,
 178 Infraestrutura, Cidades e Região Metropolitana de Goiás, e executiva do meio ambiente
 179 de recursos hídricos. Welinton Silva, da ONG Visão Mundial, manifestou satisfação em
 180 estar na Comissão. A Visão Mundial está presente em mais de noventa países no
 181 mundo, no Brasil, há quarenta e três anos, trabalhando com a área de emergência,
 182 desenvolvimento local, e *advocacy* e compõe outras redes. Tem a Ciranda Vinte Trinta,
 183 que é uma rede das organizações com atuação na área da criança, ABRINQ, Visão



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

184 Mundial, PLAN, Aldeias Infantis SOS. Uma rede de organizações que busca priorizar
 185 aquilo que o ODS coloca da criança. Também apresenta uma aliança inter-religiosa
 186 latino-americana, que vai estar presente em Nova York, fazendo debates com a
 187 contribuição das lideranças religiosas do mundo para o tema dos ODS. E cita que,
 188 também, tem a responsabilidade de representar mais de cem organizações que indicaram
 189 a Visão Mundial para compor esse espaço. Precisam fazer esse *feedback* com as
 190 organizações locais, de maneira que os ODS tenham maior visibilidade possível, e
 191 realmente sejam implementados no nosso país. Max Lopes Bezerra, representante do
 192 Ministério do Meio Ambiente, apresenta sua suplente, Raquel Breda, também do MMA.
 193 É servidor do Ministério do Planejamento, mas está há um ano no MMA, como Diretor
 194 do Departamento de Gestão e Estratégia. Relata que o MMA já tem trabalhado em
 195 conjunto com a SEGOV, com o Planejamento, com a Casa Civil, na fase preliminar,
 196 anterior. Trabalhou ativamente no mapeamento, no cruzamento de informações entre o
 197 PPA e ODS. Heloisa Oliveira, Administradora da Fundação ABRINQ, apresenta sua
 198 suplente, Maitê Gauto. A fundação ABRINQ tem vinte e sete anos, na defesa dos
 199 direitos de crianças e adolescentes. Estão representando na Comissão cerca de cento e
 200 oitenta organizações de todo o país, organizações e redes ligadas à infância de todo o
 201 país, que os apoiam. Atuam nesse tema, desde o começo, a partir da Rio+20, e na fase
 202 de acordos. Diz que Maitê participou ativamente de algumas discussões, em Nova York,
 203 e outras discussões no período do acordo. Fez uma referência à participação do
 204 Itamaraty nesse período da Missão Brasileira na ONU, que teve um papel de destaque
 205 em todo esse período. Fala da importância da sociedade civil nessa comissão; que
 206 trabalharam muito por isso, o Itamaraty também defendeu essa participação. Cita que o
 207 papel da Abrinq é defender a pauta da infância dentro da implementação dos ODS. A
 208 Abrinq fará, como parte do seu mandato, como instituição de defesa dos direitos da
 209 criança e do adolescente, monitoramento dos indicadores que diretamente se relacionam
 210 com criança e adolescente. Rodrigo Ramiro, Secretaria de Planejamento e Assuntos
 211 Econômicos, do Ministério do Planejamento. Fala da importância institucional de ter
 212 uma agenda de Estado e que a Agenda 2030 é um importante norte para o planejamento
 213 estratégico do país. Como o Max, do Ministério do Meio Ambiente, já colocou, fizeram
 214 um esforço grande de mapeamento e alinhamento das ações do PPA, com a Agenda
 215 2030, com os ODS. Existe uma aderência muito grande às políticas públicas federais
 216 que o país toca; são muito relacionadas com os ODS. Acha que essa comissão tem um
 217 papel muito importante de esforçar-se para coordenar essas políticas públicas para o
 218 atingimento dos ODS. Fátima Cristina Palmieri é suplente, representando a União Geral
 219 dos Trabalhadores, que fica em São Paulo. O titular é o Gustavo Pádua. Ele é de
 220 Pernambuco, mas também atua muito em São Paulo, da Secretaria de Juventude. Fátima



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

221 Diz que faz parte do Comitê de Sustentabilidade da UGT. Ano passado lançaram a
 222 Jornada 2030, onde teve a oportunidade de participar com o PNUD e a OIT-
 223 Organização Internacional do Trabalho, apoiando as ações e iniciativas. Atuam desde
 224 2007 com os ODMs. Atualmente, são também uma instituição âncora do Movimento
 225 Estadual ODS Nós Podemos, e de outras iniciativas com os parceiros. Fizeram uma
 226 exposição a céu aberto sobre os ODS, com trinta e quatro painéis, na Avenida Paulista,
 227 teve muito boa repercussão. Aos domingos, estiveram com a sociedade civil e outros
 228 atores, falando o que é essa Agenda 2030. UGT teve outras iniciativas, como levar os
 229 objetivos na questão da diversidade, na Parada LGBT, também em São Paulo, na feira
 230 internacional de acessibilidade e inclusão. Porque entendem que essas questões são
 231 relacionadas com a sociedade, é cidadania. E, como a UGT tem no seu DNA, já como
 232 uma bandeira, cidadania, inovação e ética, ela leva e participa junto ao movimento
 233 sindical das Américas, no nacional, das Américas, e o internacional. Fala que estão
 234 nessa comissão com grande satisfação e esperam construir um mundo mais justo, mais
 235 igualitário, mais solidário, generoso e humano. José Coimbra Patriota Filho, prefeito do
 236 município Afogados da Ingazeira, no interior de Pernambuco, há quatrocentos
 237 quilômetros da capital. Foi reeleito três vezes Presidente da Associação dos Municípios
 238 de Pernambuco – AMUPE. A Confederação Nacional dos Municípios entendeu que ele
 239 deveria participar representando os municípios brasileiros. Entende que é muito
 240 importante esse formato de diversidade, de pluralidade, de acadêmicos, estudiosos,
 241 organismos que pensam e concebem as políticas e, também, implementam, de uma certa
 242 forma, mesmo à distância, às vezes, do povo. Relata que o ente federativo município, é
 243 por onde é o canal, é o instrumento mais próximo da população onde rebatem as
 244 políticas. *"Então, imagine como é complicado fazer, implementar e buscar atingir os*
 245 *objetivos de desenvolvimento sustentável, sem o envolvimento, sem a participação*
 246 *permanente, constante, dos municípios brasileiros. Então, vocês que pensam, que*
 247 *estudam, que pesquisam, que formulam, vão perceber que tudo, todas as políticas, para*
 248 *chegar na casa do povo, passam pelo município."* Acha que é uma grande
 249 oportunidade desse Brasil tão grande, tão distante, ficar mais perto, aqui na comissão. E
 250 vê que aqui temos um dos caminhos, que é integrar, conversar, dialogar, construir
 251 parcerias, ver cooperação, divulgar notícias boas também, de muita política exitosa, de
 252 muitas experiências e boas práticas, e tudo mais. Diz que isso é que os anima e os
 253 motivam a fazer política, e que seu suplente é do Paraná. Suzana Oliveira, Assessora
 254 Especial na Secretaria de Governo, diz que está para assessorar a Secretaria Executiva
 255 da Comissão. Claudio Ribeiro, Secretário-Adjunto de Articulação Social da SEGOV, é
 256 Secretário-Executivo Adjunto da Comissão. Henrique Vila da Costa Ferreira fala da
 257 satisfação de estar com todos, e satisfação também pela pluralidade dessa comissão, por



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

258 ter o instituto de governança da Agenda 2030 Brasil instalado. É Secretário Nacional de
 259 Articulação Social e Secretário-Executivo da Comissão. Agradeceu a sua equipe pelo
 260 trabalho desenvolvido. Fez um esclarecimento a pedido dos representantes da SBPC, da
 261 professora Helena Nader, que enviou pedido de desculpas a todos da Comissão e
 262 justificou sua ausência e do seu suplente, por terem compromissos já marcados
 263 inadiáveis e disse que a SBPC respeita, considera a oportunidade de estar nessa
 264 Comissão. Daniel Sigelmann, Secretário-Executivo da Casa Civil, apresentou seu
 265 suplente Willian Baghdassarian, externou sua satisfação em estar no trabalho com
 266 todos. Acha que terão uma jornada longa, importante, em 2030 ela se concluirá. Tem
 267 questões estratégicas, importantes para todos. É muito importante estarmos com
 268 representação do governo federal, que responde por parte das políticas públicas, com os
 269 governos estaduais e municipais, que complementam as políticas públicas, e com a
 270 sociedade civil. *“Porque, também, o governo, muitas vezes falamos – eu ouvi alguma*
 271 *fala que é o governo – mas, para chegarmos lá, do melhor jeito, precisamos da*
 272 *sociedade. Precisamos que, não só as formulações e implementações das políticas*
 273 *sejam as melhores possíveis, mas também, que a sociedade abrace como foi*
 274 *mencionada, a causa, os objetivos, e vá levando esse conjunto de questões, para que*
 275 *cheguemos a bom termo. Teremos oportunidade de caminhar juntos, de interagir*
 276 *bastante.”* Finalizadas as apresentações, passou-se ao próximo ponto da pauta, que foi a
 277 apresentação do Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os ODS Henrique
 278 Villa, com a exposição dos “Desafios e Oportunidades da Agenda 2030”. O Secretário
 279 fez um nivelamento sobre o estado da arte da Agenda no Brasil, o papel da Comissão e
 280 os próximos passos para internalização e interiorização dos ODS no país, como base
 281 para construir ideias para o plano de ação da Comissão Nacional para os ODS.
 282 Mencionou que o Brasil se destacou na agenda ODM porque a sociedade civil brasileira
 283 teve um papel preponderante no processo e impulsionou o governo a entregar os bons
 284 resultados. Que daquele ponto imaginou-se lançar uma agenda mais ampla, e surgiu a
 285 Agenda dos ODS. Falou especificamente sobre como o Governo vem tratando essa
 286 Agenda, basicamente, em três grandes etapas: a primeira de negociação, tendo sido
 287 criado um grupo técnico interministerial, muito bem coordenado pelo Ministério das
 288 Relações Exteriores, e já vencida com êxito. A segunda etapa, de internalização da
 289 agenda, onde se faz fundamental sensibilizar atores. Que esse é um processo de Estado,
 290 que vai além de governos, e precisa ser abraçado pelo conjunto da sociedade brasileira.
 291 *“Precisamos viralizar essa agenda com toda a sociedade brasileira, e imaginamos que*
 292 *cada ator dessa Comissão é agente de sensibilização”*. Falou também sobre a Comissão
 293 Nacional, criada de forma paritária, e de natureza consultiva, que foi criada para
 294 articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

295 Lembrou que, além dos dezenas membros, a Comissão tem também assessoramento
 296 permanente do IPEA e IBGE. Outro ponto são as Câmaras Temáticas, fundamentais
 297 para o processo efetivo de trabalho da Comissão. Sobre a terceira etapa, de
 298 interiorização, mencionou que a implementação da Agenda se dá no território,
 299 sobretudo nos estados e municípios. E essas são as oportunidades que temos na
 300 concretização da agenda no território: disseminação da Agenda no local e mapeamento
 301 de políticas públicas possibilitando o fomento a programas e projetos e fortalecendo
 302 parcerias e arranjos. Destacou também a capacitação de gestores públicos e o acesso a
 303 bancos de tecnologias assim como a criação de um banco de boas práticas onde todas as
 304 instituições brasileiras vão ter acesso. Passou-se ao próximo e principal ponto de pauta,
 305 a discussão sobre o Regimento Interno da Comissão Nacional para os ODS. Foi
 306 acordada a seguinte metodologia: passar item a item, questionando se existia algum
 307 destaque e abrindo a palavra para todos. Sendo o item aprovado, ele passaria a valer
 308 como artigo, parágrafo ou inciso do regimento, construindo desta forma um regimento
 309 consensual. Foi feita leitura e debate da minuta e das contribuições recebidas para a
 310 construção do Regimento Interno da Comissão Nacional para os ODS. A dinâmica de
 311 trabalho utilizada foi participativa, cada artigo do regimento foi lido e foram ouvidas
 312 todas as partes para considerações, sugestões, acréscimos e exclusões. Às 12 horas e 30
 313 minutos foi feito intervalo para o *brunch*. Às 13 horas e quarenta minutos, deu-se
 314 continuidade à dinâmica de debate da minuta do Regimento Interno da Comissão
 315 Nacional ODS, até aprovação final de todos os artigos do regimento. As alterações
 316 feitas no regimento foram consolidadas em documento comparativo do texto-base
 317 original com o texto aprovado pelo Plenário, documento este que é anexo a esta Ata.
 318 Entre os principais pontos debatidos durante a discussão do regimento e que foram
 319 inclusos no documento final, cabe registrar: a possibilidade de recondução da entidade
 320 na Comissão por mais um mandato; se a ausência do representante implicará perda de
 321 mandato e necessidade de substituição de representantes por parte da entidade que
 322 representa; a necessidade de tempo hábil para convocação das reuniões; a periodicidade
 323 das reuniões, sendo semestrais ou extraordinárias; a previsão de mecanismos para
 324 votação eletrônica, cuja resposta deverá ser encaminhada no prazo máximo de quarenta
 325 e oito horas do envio da mensagem em casos de relevância e urgência; o envio
 326 tempestivo de materiais, relatórios e subsídios aos membros da Comissão; que as atas
 327 correspondam ao teor das discussões realizadas e que uma memória (resumo) seja
 328 disponibilizada aos membros em tempo hábil. Ainda durante o debate sobre o
 329 Regimento Interno, outros pontos, que não puderam ser incorporados ao texto por não
 330 estarem em consonância com o que prevê o Decreto 8.892/2016 ou por não constituírem
 331 matéria regimental, foram levantados. Dentre eles, cabe registrar: foi discutida a



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

332 necessidade de se ter um mecanismo que trate as questões da transversalidade e
 333 intersectorialidade, que seriam as Câmaras Temáticas; foi possibilitado aos membros da
 334 Comissão Nacional para os ODS a presença de um assessoramento técnico por
 335 organização, desde que informado com antecedência; foi aventada a possibilidade da
 336 criação de um Grupo Técnico para rever os termos do Decreto 8.892/2016 em especial
 337 do art. 84, caput, inciso IV, alínea “a”, da Constituição; poderão participar da reunião
 338 titulares e suplentes, com direito a voz, mas somente um terá direito a voto; foi
 339 questionada se haveria possibilidade de apoio logístico para participação de
 340 organizações da sociedade civil, mas em virtude do art. 11 do Decreto 8892/2016, isso
 341 não é possível. Foi aventada a possibilidade de fazer as reuniões em outros lugares; foi
 342 discutida como poderia ser a forma de participação da Comissão na elaboração dos
 343 relatórios voluntários periódicos de acompanhamento; foi solicitado verificar a
 344 possibilidade de apoio do Prodoc para que representante da Comissão possa participar
 345 de eventos internacionais; foi dito que o Brasil, através do IBGE, tem a Presidência da
 346 comissão de estatística, no último um ano e meio, até março de 2018, e que conduzirão
 347 os trabalhos dos indicadores ODS em âmbito internacional. Após a discussão e
 348 aprovação do Regimento Interno, passou-se ao próximo ponto de pauta, que foram os
 349 informes. Sobre o Relatório Nacional Voluntário e *High Level Political Forum* – HLPF,
 350 o representante da Casa Civil na Comissão Nacional para os ODS, William
 351 Baghdassarian fez relato sobre os passos trilhados para a elaboração do Relatório
 352 Nacional para os ODS, as contribuições recebidas dos *multi stakeholders*, do Instituto
 353 de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, do objetivo de se apresentar o relatório e da
 354 delegação brasileira que participará do *High Level Political Forum* no dia 17/07/2017
 355 em Nova Iorque. O próximo informe foi sobre o Mapeamento das Políticas Públicas
 356 Federais versus Metas dos ODS. O representante do Ministério do Planejamento,
 357 Desenvolvimento e Gestão na Comissão Nacional para os ODS, Rodrigo Correa
 358 Ramiro, apresentou os resultados consolidados da atividade de mapeamento das
 359 políticas públicas inseridas no PPA e sua relação com as metas ODS. Pontuou que esse
 360 trabalho preliminar, envolvendo todos os órgãos setoriais, demonstrou que apenas 7%
 361 das metas ODS não estão contidas no PPA. O desafio da Comissão Nacional ODS é
 362 agora avaliar as lacunas e suficiências dessas políticas públicas e propor ações,
 363 iniciativas e Câmaras Temáticas que fomentem novas estratégias que supram eventuais
 364 deficiências e venham a contribuir com o alcance das metas da Agenda 2030. O
 365 Secretário Executivo informou que criará rotina de disponibilização de todo o material
 366 que for apresentado nas reuniões da Comissão por e-mail para todos os representantes e
 367 no site. Passado ao último ponto de pauta, o cronograma de reuniões foi apresentado e
 368 aprovado por unanimidade, conforme segue: 25/08/2017 (1ª reunião extraordinária, para



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF**

369 discussão do plano de ação da Comissão Nacional para os ODS); 24/11/2017 (2^a
 370 reunião ordinária); 27/04/2018 (3^a reunião ordinária); 23/11/2018 (4^a reunião ordinária).
 371 Outras reuniões extraordinárias poderão ser convocadas, conforme necessidade dos
 372 trabalhos. Outros encaminhamentos: a Secretaria-Executiva sugeriu a formação de um
 373 grupo de trabalho para compor rascunho de plano de trabalho da Comissão Nacional
 374 para os ODS, a ser enviado aos membros antes da 1^a reunião extraordinária; Secretaria-
 375 Executiva enviará memória resumida da reunião com as apresentações realizadas e, em
 376 até 15 dias úteis, enviará a minuta completa da ata para considerações; a minuta
 377 aprovada de regimento interno será encaminhada à Secretaria de Assuntos Jurídicos da
 378 Casa Civil da Presidência da República, para análise jurídica, considerações e posterior
 379 publicação. Às 18h00, o Ministro Imbassahy procedeu ao encerramento da reunião,
 380 satisfeito pela aprovação do regimento e calendário e falando sobre seu entusiasmo e
 381 relevância dos trabalhos da Comissão Nacional para os ODS para o país. Nada mais
 382 havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Posteriormente foi lavrada a presente ata,
 383 aprovada pelo Plenário da Comissão e assinada pelo Presidente e pelo Secretário-
 384 Executivo da Comissão Nacional para os ODS.

ANTONIO IMBASSAHY

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social
 Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
 Sustentável

ANEXO B – ATA 02 – 1^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

ATA DA 1^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, com inicio às nove
2 horas e trinta minutos, na sala noventa e sete do quarto andar do Palácio do Planalto,
3 situado em Brasília, reuniram-se os representantes da Comissão Nacional para os
4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, os órgãos de assessoramento técnico
5 e a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização da 1^a
6 Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto
7 Federal 8.892, de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela
8 Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da
9 República. Estiveram presentes na reunião: o Sr. Daniel Sigelmann e o Sr. William
10 Baghdassarian, representando a Casa Civil da Presidência da República; o Sr. Henrique
11 Villa da Costa Ferreira, Secretário-Executivo da Comissão; o Sr. José Antônio
12 Marcondes e o Sr. Reinaldo José de Almeida Salgado, representando o Ministério das
13 Relações Exteriores; o Sr. Rodrigo Correa Ramiro, representando o Ministério do
14 Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Sr. Evandro de Barros Araújo,
15 representando o Ministério do Desenvolvimento Social; o Sr. Max Lopes Bezerra e a
16 Sra. Raquel Breda, representando o Ministério do Meio Ambiente; a Sra. Ângela Maria
17 Paiva da Cruz, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições
18 Federais de Ensino Superior – Andifes; o Sr. Shelley de Souza Carneiro e o Sr. Sérgio
19 de Freitas Monforte, representando a Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra.
20 Heloísa Helena Silva de Oliveira, representando a Fundação Abrinq pelos Direitos das
21 Crianças e dos Adolescentes; o Sr. Jaime Martins Santana, representando a Sociedade
22 Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; o Sr. Welinton Pereira da Silva,
23 representando a Visão Mundial; o Sr. Roberto Luís Olinto Ramos, representando o
24 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; a Sra. Enid Rocha Andrade da
25 Silva e o Sr. André de Mello Souza, representando o Instituto de Pesquisa Econômica
26 Aplicada – IPEA; a Sra. Isabella Santos, acompanhando a reunião por indicação da
27 Confederação Nacional de Municípios – CNM; a Sra. Jussara de Lima Carvalho,
28 acompanhando a reunião por indicação da Associação Brasileira de Entidades Estaduais
29 de Meio Ambiente – ABEMA; a Sra. Priscila Pereira, acompanhando a reunião por
30 indicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. Clarice Moraes Ziller
31 Tenório, acompanhando a reunião por indicação da Visão Mundial; a Sra. Denise
32 Kronemberger, acompanhando a reunião por indicação do Instituto Brasileiro de
33 Geografia e Estatística - IBGE; o Sr. Vinicius Trindade e a Sra. Débora Pereira da Silva,
34 acompanhando a reunião por indicação do Ministério das Relações Exteriores; e a Sra.
35 Andrea Perez, a Sra Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, a Sra. Kathyana Buonafina, o



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

36 Sr. Henrique Sabino e o Sr. José Botelho, membros da equipe da Secretaria Nacional de
 37 Articulação Social da Secretaria de Governo. A reunião da Comissão Nacional para os
 38 ODS teve início às nove horas e trinta minutos com o Sr. Daniel Sigelmann proferindo
 39 palavras de boas vindas a todos e desejando um bom dia de trabalho. O Sr. William
 40 Baghdassarian passou a palavra ao Sr. Henrique Villa para fazer os informes e
 41 apresentar a pauta da reunião. O Sr. Henrique Villa destacou que o grande objetivo da
 42 reunião é a discussão e aprovação do Plano de Ação da Comissão Nacional para os
 43 ODS. A minuta que será discutida foi resultado do grupo de trabalho com doze
 44 membros da Comissão e participação da ENAP. Inicialmente, o Secretário-Executivo da
 45 Comissão questionou a todos os membros da Comissão se haviam considerações em
 46 relação à Ata da primeira reunião ordinária. Os membros da comissão aprovaram a ata
 47 sem alterações. Após, a Comissão deliberou pelos pedidos de inversão de pauta. Ficou
 48 estabelecido, após os informes, o início das discussões acerca da validação do Plano de
 49 Ação da Comissão Nacional para os ODS 2017-2019, ao invés da avaliação sobre a
 50 pauta e providências para a 2ª reunião ordinária e da deliberação sobre os convites para
 51 acompanhar as atividades da Comissão, conforme previsto inicialmente. Os informes se
 52 iniciaram com a comunicação à todos da recente publicação do Regimento Interno da
 53 Comissão Nacional, por meio da Portaria nº 81, de 18 de outubro de 2017. O Secretário
 54 Henrique Villa ressaltou a importância da publicação do Regimento. Após, foi
 55 informada a publicação da portaria nº 56, de 07 de agosto de 2017, que contempla três
 56 mudanças nos representantes da Comissão: alteração do cargo da Sra. Raquel Breda,
 57 nomeação do Sr. Roberto Olinto, como presidente do IBGE e representante na
 58 comissão, e a troca do suplente do Instituto Ethos, em que o Sr. Jorge Luiz Abrão será o
 59 novo suplente. Foi comunicada a alteração do suplente da representação do IPEA,
 60 substituição do Sr. João Paulo Viana pelo Sr. André de Mello e Souza. Foram
 61 registradas as ausências dos titulares e suplentes da UGT, Ethos, CNS, ABEMA e
 62 CNM. A ABEMA e CNM enviaram representantes para acompanhamento da reunião,
 63 porém que não são membros da Comissão. Após, breve debate entre os membros da
 64 comissão, ficou acordado que os representantes não nomeados teriam direito a voz
 65 durante as votações, porém sem direito a voto. O Sr. Henrique Villa deu as boas vindas
 66 aos indicados pela ABEMA e CNM e pediram que se apresentassem. As representantes
 67 se apresentaram, a Sra. Isabella Santos, indicada pela CNM e a Sra. Jussara de Lima
 68 Carvalho, indicada pela ABEMA. Dando continuidade aos informes, os membros da
 69 Comissão foram convidados para participar do Fórum Interconselhos 2017, evento que
 70 será realizado nos dias 8 e 9 de novembro, na Escola Nacional de Administração
 71 Pública, ENAP, em Brasília. O fórum é uma iniciativa do Ministério do Planejamento,
 72 Desenvolvimento e Gestão, MP, em parceria com a Secretaria de Governo, SEGOV, por



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

73 meio da Secretaria Nacional de Articulação Social, SNAS. O Sr. Rodrigo Correa
 74 Ramiro explicou o que é o Fórum, ressaltou a sua importância e destacou que haverá
 75 apresentação dos ODS no encontro. O Secretário Executivo da Comissão comunicou
 76 aos demais membros que o Tribunal de Contas da União manifestou-se sobre o Plano de
 77 **Ação da CNODS, por meio do Acórdão TCU nº 1968/2017, que solicita "Plano de**
 78 internalização dos ODS definindo os processos e as atividades necessárias para esse fim
 79 (inclusive aquelas relacionadas à internalização das metas, definição de indicadores
 80 nacionais, gestão de risco e controles internos), bem como os respectivos responsáveis,
 81 produtos e prazos. Em vista disso, o Secretário mencionou a necessidade de adequações
 82 no Plano de Ação, especialmente na definição de responsáveis por produto, pois não
 83 haviam sido estabelecidos anteriormente. Os membros debateram sobre a importância e
 84 a melhor forma de responder ao Tribunal, destacaram ainda a gestão de risco solicitada
 85 no Acórdão. O Sr. Henrique Villa informou que a equipe já está em contato com o TCU
 86 e que a intenção é aproximar o Tribunal da Comissão para que as ações possam
 87 convergir e não gerar dificuldades no processo. Terminados os informes, o Secretário-
 88 Executivo da Comissão passou ao ponto de pauta da análise do Plano de Ação.
 89 Inicialmente, debateu-se a manutenção da estrutura do Plano de Ação. Após, a redação
 90 de cada item da estrutura e, por fim, trabalhar o detalhamento dos eixos estratégicos,
 91 com seus resultados, produtos, responsáveis e prazos respectivos. A comissão aprovou a
 92 manutenção da estrutura do plano de ação: (I) contextualização; (II) governança; (III)
 93 estratégia da Agenda 2030 Brasil; (IV) princípios adotados para elaboração do Plano de
 94 Ação da CNODS; (V) Detalhamento das estratégias do Plano de Ação da CNODS
 95 2017-2019; e (VI) tabelas. Prossseguiu-se com a avaliação da redação do Plano de Ação.
 96 Foram feitas alterações no texto do Plano, de forma a aperfeiçoar a linguagem e o
 97 conteúdo expresso no documento. A Sra. Heloisa Helena Silva de Oliveira fez sugestões
 98 que foram trabalhadas junto aos demais membros da Comissão. Destacam-se a inversão
 99 do texto de missão e visão e a inclusão de iniciativas. Posterior a etapa de revisão do
 100 texto do Plano de Ação, a comissão iniciou debate sobre cada Eixo Estratégico do
 101 Plano, discutindo redação e conteúdo dos objetivos, dos resultados e dos produtos. O
 102 Secretário-Executivo Henrique Villa reiterou a necessidade de definição dos
 103 responsáveis por cada produto, conforme solicitação do TCU. O Secretário-Executivo
 104 comunicou que a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da
 105 República (SECOM) realizará reunião com a Secretaria-Executiva da Comissão para
 106 definições do papel da SECOM na comunicação dos ODS pelo Governo. Foram
 107 definidos prazos e responsáveis para cada produto, dentro de cada eixo estratégico.
 108 Durante a discussão dos eixos estratégicos e seus atributos, identificou-se a necessidade
 109 de instituição de três Grupos de Trabalho: GT dos critérios das câmaras Temáticas; GT



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF**

110 de comunicação e mobilização; e GT do observatório nacional e de boas práticas. Após
 111 amplo debate sobre as câmaras temáticas e seu papel, a comissão acordou que ao final
 112 da reunião fosse estabelecida a composição do GT dos critérios das câmaras temáticas.
 113 O Secretário Henrique Villa comunicou que a Secretaria de Governo tem recursos para
 114 custear três Câmaras Temáticas no ano de 2018, se não houver contingenciamentos. A
 115 comunicação dos ODS para a sociedade será trabalhada pela SECOM sempre
 116 consultada a comissão, destacou o Sr. Henrique Villa. Foi comunicado que o BNDES
 117 procurou a Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os ODS para auxiliar na
 118 divulgação da agenda. O BNDES tem recursos para as ações de divulgação. A comissão
 119 concordou que o Secretário-Executivo pode proceder com as negociações junto ao
 120 BNDES para ações de divulgação dos ODS. Ficou acordado entre os membros da
 121 comissão o estabelecimento de plano de mobilização e plano de comunicação. Foram
 122 amplamente debatidos os resultados e produtos do eixo estratégico E3, principalmente o
 123 resultado relativo à adequação de metas e indicadores globais à realidade brasileira.
 124 Destacaram-se ainda, no debate do Plano de Ação da Comissão, a interiorização dos
 125 ODS, com a criação de Comissões Estaduais e Municipais, criação de prêmio ODS,
 126 para reconhecer práticas que contribuem para o alcance das metas dos ODS, e
 127 sistematização de boas práticas. A discussão do Plano de Ação se encerrou com a
 128 definição dos relatórios e dos responsáveis em subsidiar os relatórios da comissão. O
 129 Secretário-Executivo Henrique Villa informou que a equipe da Secretaria Nacional de
 130 Articulação Social iria consolidar o documento, promover as alterações acordadas na
 131 reunião. O Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS aprovado será
 132 encaminhado aos membros da CNODS que deverão formalizar por e-mail concordância
 133 com a redação final, até o dia 06 de novembro de 2017. O Grupo de Trabalho dos
 134 Critérios das Câmaras Temáticas teve definida sua composição: Casa Civil
 135 (coordenador); Secretaria de Governo; Fundação Abinq; CNI; e ANDIFES. O prazo
 136 para conclusão das atividades é 17 de novembro de 2017. A SEGOV encaminhará
 137 subsídios aos membros do GT, em 31 de outubro de 2017. O GT enviará comentários e
 138 terá um encontro presencial, em 16 de novembro. Em 17 de novembro, o GT enviará
 139 aos demais membros da CNODS os critérios consolidados para avaliação da Comissão.
 140 Os outros dois Grupos de trabalho terão composição e cronograma de atividades
 141 definidos na 2ª reunião Ordinária. A Secretaria-Executiva da Comissão solicitará
 142 voluntários para compor os GTs. A Comissão acordou que o Plano de Ação será
 143 lançado em evento em Brasília, na data provável de 30 de novembro de 2017. A
 144 comissão avaliou que, em virtude do horário, não haveria tempo para a discussão das
 145 formas de encaminhamento da comissão e dos critérios para convite para
 146 acompanhamento dos encontros da Comissão, assuntos que ficarão para a próxima



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF**

147 reunião. Ao final, definiu-se a pauta para a 2º reunião Ordinária, prevista inicialmente
 148 para 24 de novembro e posteriormente adiada para 1º de dezembro de 2017, em virtude
 149 da quantidade de atividades preparatórias e do Lançamento do Plano de Ação. A pauta
 150 da 2ª Reunião Ordinária foi aprovada com a seguinte composição: aprovação dos
 151 critérios para criação e regulamentação das Câmaras Temáticas; aprovação do
 152 instrumento de encaminhamento das decisões da CNODS; apresentação do Ministério
 153 do Planejamento sobre o mapeamento das políticas públicas PPA X ODS; criação do
 154 Grupo de Trabalho de Comunicação/Mobilização e Grupo de Trabalho do Observatório
 155 Nacional e de Boas Práticas; definição do calendário de 2018; detalhamento e
 156 aperfeiçoamento do Plano de Ação aprovado; monitoramento das atividades. Ficou
 157 acordado que o Plano de Ação passará por processo de refinamento em 2018, momento
 158 em que a Secretaria-Executiva da CNODS deverá abrir um canal para colher
 159 contribuições aos trabalhos da Comissão Nacional para os ODS para esse fim. Às
 160 dezoito horas e trinta minutos, o Secretário Executivo da Comissão, Henrique Villa,
 161 procedeu ao encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes
 162 pela participação. Destacou, por fim, a relevância da aprovação do Plano de Ação e a
 163 importância dos trabalhos da Comissão Nacional para os ODS para o país.
 164 Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da Comissão e
 165 assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os
 166 ODS.

ANTONIO IMBASSAHY

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social

Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
 Sustentável

ANEXO C – ATA 03 – 2^a REUNIÃO ORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília - DF

Ata da 2^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

- 1 Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete, com inicio às nove horas
 2 e trinta minutos, na sala noventa e sete do quarto andar do Palácio do Planalto, situado
 3 em Brasília, reuniram-se os representantes da Comissão Nacional para os Objetivos de
 4 Desenvolvimento Sustentável - ODS, os órgãos de assessoramento técnico e a
 5 Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização da 2^a Reunião
 6 Ordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto Federal 8.892, de 27
 7 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela Portaria nº 38, de 24 de
 8 maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Estiveram
 9 presentes na reunião: o Sr. William Baghdassarian, representando a Casa Civil da
 10 Presidência da República; o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira, Secretário-Executivo
 11 da Comissão; o Sr. Claudio Cavalcanti Ribeiro, Secretário-Executivo Suplente da
 12 Comissão; o Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, representando o Ministério das
 13 Relações Exteriores; a Sra. Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla, representando o
 14 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Sr. Evandro de Barros
 15 Araújo, representando o Ministério do Desenvolvimento Social; o Sr. Max Lopes
 16 Bezerra, representando o Ministério do Meio Ambiente; a Sra. Ângela Maria Paiva da
 17 Cruz, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de
 18 Ensino Superior – Andifes; o Sr. Sérgio de Freitas Monforte, representando a
 19 Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. Heloísa Helena Silva de Oliveira e a
 20 Sra. Maitê Fernandez Gauto, representando a Fundação Abrinq pelos Direitos das
 21 Crianças e dos Adolescentes; a Sra. Enid Rocha Andrade da Silva, representando o
 22 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; o Sr. José Coimbra Patriota Filho,
 23 representando a Confederação Nacional de Municípios – CNM; a Sra. Jacqueline Vieira
 24 da Silva e a Sra. Bianca Amaral Mazzuchelli, representando a Associação Brasileira de
 25 Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; o Sr. Caio Luiz Carneiro Magri,
 26 representando o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social; a Sra.
 27 Giovana Dias Costa, acompanhando a reunião por indicação da Casa Civil da
 28 Presidência da República; a Sra. Denise Kronemberger, acompanhando a reunião por
 29 indicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; a Sra. Maria do
 30 Rosário Cardoso, acompanhando a reunião por indicação do Ministério do
 31 Planejamento, desenvolvimento e Gestão - MP; a Sra. Débora Pereira da Silva,
 32 acompanhando a reunião por indicação do Ministério das Relações Exteriores; o Sr.
 33 Marcos de Souza e Silva, acompanhando a reunião por indicação do Ministério do
 34 Desenvolvimento Social - MDS; a Sra. Tatiane de Jesus, acompanhando a reunião por
 35 indicação da Confederação Nacional de Municípios - CNM; a Sra. Clarice Tenório,



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

36 acompanhando a reunião por indicação da Visão Mundial; e a Sra. Suzana Oliveira, a
 37 Sra. Carmem Bueno, a Sra. Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, o Sr. Marco Antônio
 38 Ferreira, o Sr. Henrique Sabino e o Sr. José Botelho, membros da equipe da Secretaria
 39 Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo. A reunião da Comissão
 40 Nacional para os ODS teve inicio às nove horas e trinta minutos com o Sr. William
 41 Baghdassarian proferindo palavras de boas vindas a todos. O Sr. William Baghdassarian
 42 passou a palavra ao Sr. Henrique Villa para fazer os informes e apresentar a pauta da
 43 reunião. Inicialmente, o Secretário-Executivo da Comissão questionou a todos os
 44 membros da Comissão se haviam considerações em relação à Ata da primeira reunião
 45 extraordinária. Não foram sugeridas alterações no texto da Ata que foi aprovada pela
 46 Comissão. Os informes se iniciaram com a comunicação à todos da alteração da Portaria
 47 nº 38 de designação de membro da CNODS. Ao todo, foram cinco alterações nos
 48 representantes da Comissão dos seguintes órgãos/entidades: Ministério do
 49 Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), alteração de titularidade; Instituto de
 50 Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), alteração de suplência; Visão Mundial, alteração
 51 de suplência; Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), alteração de titularidade;
 52 Ministério do Meio Ambiente (MMA), alteração de suplência. Foi informado aos
 53 membros a solicitação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e da
 54 Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), por meio de Nota
 55 Técnica Conjunta, a solicitação à CNODS de consideração para a criação de Câmaras
 56 Temáticas dos temas: agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN),
 57 Agroecologia e Produção Orgânica, Agricultura Familiar, Povos e Comunidades
 58 Tradicionais, Indígenas e Território. Em virtude da discussão dos critérios das Câmaras
 59 Temáticas ser pauta da reunião, os membros decidiram avaliar a proposta do Consea e
 60 CNAPO posterior à definição do formato das Câmaras Temáticas. O Secretário
 61 Executivo da CNODS comunicou aos membros que os embaixadores da Argentina e do
 62 Uruguai o procuraram para a instalação de uma instância supranacional do Mercosul, a
 63 exemplo da própria comissão. O Secretário, quando procurado, orientou os
 64 embaixadores a entrarem em contato com o Ministério das Relações Exteriores, e
 65 comprometeu-se a abordar o tema em reunião da CNODS. O embaixador Sr. José
 66 Antonio Marcondes de Carvalho, membro da Comissão, relatou que até o momento
 67 nenhum contato havia sido feito pelos países ao MRE, mas que procuraria se informar
 68 dentro do órgão e que atuaria proativamente, buscando contatar os países. Dando
 69 continuidade aos informes, o Secretário Executivo da Comissão relatou que foi
 70 procurado pelo presidente de uma agência de desenvolvimento regional, em um evento
 71 em Minas Gerais, que manifestou interesse na criação de uma comissão subnacional
 72 regional piloto no estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Santa Rita do



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

73 Sapucaí, Pouso Alegre, Extrema e Itajubá. Após posicionamentos dos membros,
 74 especialmente os representantes dos Municípios e dos Estados, CNM e ABEMA,
 75 respectivamente, consensuou-se a necessidade de estruturação de orientações aos entes
 76 subnacionais. Desta forma, ficou definido que a Secretaria Executiva da Comissão
 77 juntamente com CNM e ABEMA produzirão um manual (cartilha) com orientações
 78 para a criação de comissões subnacionais. Neste documento, constarão ainda
 79 informações gerais da sobre a Agenda 2030. Adicionalmente, lembrou-se que este é um
 80 produto do Plano de Ação. O último informe versou sobre a proposta de eventos em
 81 parceria com o BNDES, a ideia inicial são cinco eventos macroregionais de divulgação
 82 do Plano de Ação da CNODS. Os eventos serão estruturados em quatro eixos:
 83 nivelamento; governança; internalização; e mecanismos de implementação da Agenda
 84 2030. Os membros da comissão debateram a necessidade de estabelecimento de
 85 critérios para a realização dos eventos. Os eventos serão definidos pelo Grupo de
 86 Trabalho de Comunicação, que ainda será formado. Foram feitas falas ainda destacando
 87 a oportunidade em procurar outras instituições financeiras para a realização de eventos.
 88 Terminados os informes, o Secretário-Executivo da Comissão passou ao ponto de pauta
 89 da análise dos Critérios para Criação das Câmaras Temáticas. Na última reunião, foi
 90 criado um Grupo de Trabalho (GT) para a definição dos critérios para a criação de
 91 Câmaras Temáticas no âmbito da CNODS. Os membros participantes do GT
 92 apresentaram minuta dos critérios aos demais membros da CNODS. Os critérios para a
 93 constituição das câmaras temáticas foram alvo de profundo debate entre os membros da
 94 Comissão Nacional. Foram discutidos os objetivos, a forma de organização, o caráter
 95 provisório ou permanente, os temas a serem tratados. Destacou-se qual seria o papel das
 96 Câmaras, não seria espaço de formulação de políticas, mas de reflexão e debate das
 97 políticas públicas e dos temas dos ODS na sociedade. Apesar de ampliar a participação
 98 de outros atores nos trabalhos da CNODS, as câmaras têm como papel centralizar as
 99 propostas e debates sobre determinado tema. Os temas devem ter caráter transversal e
 100 intersetorial, com a finalidade de evitar a fragmentação dos debates da Agenda 2030.
 101 Ficou definido que os atores de assessoramento permanente, IPEA e IBGE, participarão
 102 das câmaras temáticas, com subsídios aos trabalhos das Câmaras. Os membros da
 103 comissão estipularam o prazo de seis dias para contribuições ao texto de critérios das
 104 Câmaras Temáticas e que na próxima reunião extraordinária, na data provável de 15 de
 105 dezembro o documento com os critérios seja novamente alvo de deliberação. Em
 106 relação à definição dos instrumentos de encaminhamento da Comissão Nacional,
 107 William Baghdassarian apresentou a Giovana Dias Costa da Casa Civil, que expôs as
 108 alternativas para encaminhamentos da Comissão Nacional. Conforme levantamento
 109 realizado pela Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ/CC-PR), há três formas de saída



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

110 das decisões da CNODS: exposição de motivos; recomendação ou resolução. A
 111 principal diferença entre essas formas é o destinatário. Na primeira, o destinatário é o
 112 Presidente da República, e versa sobre recomendações ao Presidente para ações dessa
 113 autoridade. Por sua vez, a recomendação é destinada aos Ministros de Estado e
 114 autoridades máximas de autarquias e fundações. O terceiro, é a resolução que aplica-se
 115 para os assuntos administrativos e internos da CNODS. A moção poderá ser utilizada de
 116 forma subsidiária. A reunião contou ainda com duas apresentações. A primeira foi a
 117 apresentação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acerca do
 118 mapeamento das políticas públicas do PPA em relação aos ODS, feita pela Sra Priscilla
 119 Rosa Pimentel Sganzerla e pela Sra. Maria do Rosário Cardoso. Por sua vez, a Sra.
 120 Denise Kronemberger, representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-
 121 IBGE, ministrou apresentação sobre a classificação dos TIERs, cronograma das
 122 atividades para diagnóstico, e definição de indicadores dos ODS pelo IBGE. Na parte
 123 final da reunião, foram feitos informes de assuntos gerais. Ficou decidido pela
 124 Comissão que os dois assuntos, inicialmente, previstos para esta reunião: formação do
 125 GT para atuação no Eixo Estratégico 2 – Disseminação da Agenda 2030; e aprovação
 126 do critério para convites e solicitações para participação nas Reuniões da CNODS
 127 ficassem para a reunião extraordinária que será realizada ainda em dezembro de 2017. O
 128 Secretário Executivo convidou os membros da Comissão para o Seminário
 129 Internacional de Inovação Social em Políticas Públicas, que será realizado pela
 130 Secretaria de Governo da Presidência da República. A Sra. Heloisa Helena Silva de
 131 Oliveira, representante da Fundação Abrinq, informou que a instituição está lançando
 132 publicação referente aos ODS e crianças em um seminário no dia 12 de dezembro. Ao
 133 final, definiu-se a pauta para a 2ª reunião Extraordinária, prevista para 15 de dezembro.
 134 A pauta da 2ª Reunião Extraordinária foi aprovada com a seguinte composição:
 135 composição do Grupo de Trabalho de Comunicação e Mobilização; deliberação sobre
 136 os critérios para participação de convidados nas reuniões da Comissão Nacional; Plano
 137 de Ação – estratégia de implementação; Câmaras Temáticas: implantação da 1ª câmara
 138 e decisão sobre critérios de criação, composição e funcionamento. Como
 139 encaminhamentos foram definidos: lançamento do Plano de Ação da Comissão
 140 Nacional, em data a ser agendada; e encaminhamento de contribuições aos critérios das
 141 câmaras temáticas no prazo de seis dias. Às dezoito horas, o Secretário Executivo da
 142 Comissão, Henrique Villa, procedeu ao encerramento da reunião, agradecendo aos
 143 membros e demais presentes pela participação. Posteriormente foi lavrada a presente
 144 ata, aprovada pelo Plenário da Comissão e assinada pelo Presidente e pelo Secretário-
 145 Executivo da Comissão Nacional para os ODS.



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF**

ANTONIO IMBASSAHY

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social
Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

ANEXO D – ATA 04 – 2^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília - DF

Ata da 2^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1 Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, com inicio às quatorze
 2 horas e trinta minutos, na sala noventa e sete do quarto andar do Palácio do Planalto,
 3 situado em Brasília, reuniram-se os representantes da Comissão Nacional para os
 4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, os órgãos de assessoramento técnico
 5 e a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização da 2^a
 6 Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto
 7 Federal 8.892, de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela
 8 Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da
 9 República. Estiveram presentes na reunião: o Sr. William Baghdassarian, representando
 10 a Casa Civil da Presidência da República; o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira,
 11 Secretário-Executivo da Comissão; o Sr. Claudio Cavalcanti Ribeiro, Secretário-
 12 Executivo Suplente da Comissão; o Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho,
 13 representando o Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Marcos de Souza e Silva,
 14 representando o Ministério do Desenvolvimento Social; o Sr. Max Lopes Bezerra,
 15 representando o Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Shelley de Souza Carneiro e o Sr.
 16 Sérgio de Freitas Monforte, representando a Confederação Nacional da Indústria – CNI;
 17 a Sra. Heloísa Helena Silva de Oliveira, representando a Fundação Abrinq pelos
 18 Direitos das Crianças e dos Adolescentes; a Sra. Enid Rocha Andrade da Silva,
 19 representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; o Sr. Cassiano
 20 Batista da Luz, representando a Visão Mundial; a Sra. Jacqueline Vieira da Silva,
 21 representando a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente –
 22 ABEMA; o Sr. Miguel Salaberry, representando a União Geral dos Trabalhadores –
 23 UGT; a Sra. Isabella da Silva dos Santos, acompanhando a reunião por indicação da
 24 Confederação Nacional de Municípios - CNM; a Sra. Maria do Rosário Cardoso,
 25 acompanhando a reunião por indicação do Ministério do Planejamento,
 26 Desenvolvimento e Gestão - MP; a Sra. Nádia Lippi, acompanhando a reunião por
 27 indicação da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente –
 28 ABEMA; Vinicius Trindade e a Sra. Debora Silva, acompanhando a reunião por
 29 indicação do Ministério das Relações Exteriores; e a Sra. Suzana Oliveira, a Sra.
 30 Carmem Bueno, a Sra. Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, o Sr. Laurêncio João
 31 Körbes, o Sr. Henrique Sabino e o Sr. José Botelho, membros da equipe da Secretaria
 32 Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo. A Secretaria Executiva da
 33 SEGOV e suplente do Presidente da Comissão Nacional para os ODS, Ivani dos Santos,
 34 convidou a todos para participarem da posse do novo Ministro da Secretaria de Governo
 35 e novo Presidente da Comissão Nacional para os ODS, Sr. Carlos Eduardo Xavier



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF

36 Marun. Os membros acompanharam a cerimônia de posse. Após a cerimônia, a reunião
37 foi retomada. Depois de proferidas as palavras de boas vindas pelo Sr. William
38 Baghdassarian, representante da Casa Civil, o Secretário Executivo da Comissão
39 Nacional para os ODS apresentou a pauta da reunião. O primeiro assunto da reunião foi
40 o lançamento do Plano de Ação da CNODS. O Plano de Ação da Comissão Nacional,
41 aprovado na reunião de 27 de outubro de 2017, foi distribuído aos integrantes da
42 Comissão em exemplares impressos e em seguida foi discutida a estratégia de sua
43 divulgação. A estratégia de divulgação obedecerá ao seguinte cronograma: em 18 de
44 dezembro de 2017, a SEGOV irá inserir a notícia do lançamento e o Plano de Ação no
45 site ODS Brasil (planalto.gov.br/ods). No dia 19 de dezembro de 2017, irá compartilhar
46 a notícia com todos os integrantes da CNODS para que todos possam então lançar o
47 Plano em suas instituições e divulgá-lo em suas redes de comunicação. Foi definido
48 ainda que a Secretaria Executiva irá verificar junto ao novo Ministro da SEGOV e novo
49 Presidente da Comissão Nacional o agendamento de um evento na segunda quinzena de
50 janeiro para divulgar o Plano de Ação em âmbito nacional e no mesmo evento lançar
51 também o Prêmio ODS Brasil e instalar a primeira Câmara Temática da Comissão. Foi
52 acordado que, após seis meses, o Plano de Ação será revisado a partir das contribuições
53 recebidas da sociedade Civil. Acerca da formação do GT para a elaboração do Plano de
54 Disseminação dos ODS e em atendimento ao previsto no Eixo Estratégico do Plano de
55 Ação que trata da disseminação da Agenda 2030, foi definida a formação de um GT
56 para elaborar uma proposta de Plano de Comunicação e Mobilização para a
57 implementação da Agenda 2030. O GT foi composto pelos seguintes integrantes:
58 SEGOV, Casa Civil, ABEMA, ANDIFES, CNI, CNM, UGT, Visão Mundial e
59 Fundação Abrinq. Por se tratar de uma atividade que exige conhecimentos profissionais
60 no campo da comunicação, foi aprovado que cada instituição poderá envolver as áreas
61 de comunicação de suas organizações, ou indicar outros participantes, considerados
62 relevantes para o processo. Após, iniciou-se o debate sobre os critérios para a criação de
63 Câmaras Temáticas (CT). O consolidado das contribuições recebidas dos integrantes do
64 GT Câmaras Temáticas e demais membros da Comissão foi apresentado pelo Secretário
65 Executivo, considerando separadamente os critérios para Criação das CT, critérios para
66 a Composição das CT e os critérios para a Funcionamento das CT. Após o debate foram
67 aprovados os critérios. Foi aprovado também que, para definir a composição de cada
68 Câmara Temática, será criado Comitê de Instalação, a ser composto por instituições
69 indicadas pelos integrantes da Comissão Nacional, podendo cada integrante da CNODS
70 indicar um componente. O Comitê de Instalação será responsável pela definição dos
71 integrantes das Câmaras Temáticas e pela elaboração do seu Plano de Trabalho, cujo
72 prazo de conclusão não poderá estender-se além de junho de 2019. Ficou decidido ainda



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97- Brasília - DF**

73 que a CNODS estabelecerá um Termo de Referência (TR) para o funcionamento da
 74 cada uma das Câmaras Temáticas. Definiu-se ainda que, para a formação do Comitê de
 75 **Instalação da Câmara Temática “Parcerias e Meios de Implementação”**, cuja criação foi
 76 decidida na reunião de 01 de dezembro de 2017, a Secretaria Executiva encaminhará
 77 correspondência aos integrantes da CNODS, solicitando a indicação de instituições que
 78 irão compor o primeiro Comitê de Instalação. A Secretaria Executiva enviará também a
 79 minuta do Termo de Referência (TR) para colher as propostas de elaboração do TR da
 80 Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação. O último assunto da reunião foi
 81 a definição em relação aos convites a terceiros para participar de reuniões da CNODS.
 82 Com relação à manifestação do interesse de pessoas e organizações terceiras em
 83 participarem das reuniões da Comissão Nacional para os ODS, ficou decidido que não
 84 haverá convidados permanentes. Para reuniões pontuais podem ser convidadas
 85 instituições ou pessoas externas aos quadros da Comissão Nacional que tenham
 86 interesse em acompanhar assuntos específicos a serem tratados, mediante aprovação
 87 prévia da CNODS. Às dezoito horas, o Secretário Executivo da Comissão, Henrique
 88 Villa, procedeu ao encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais
 89 presentes pela participação. Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo
 90 Plenário da Comissão e assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da
 91 Comissão Nacional para os ODS.

CARLOS MARUN

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social
 Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
 Sustentável

ANEXO E – ATA 05 – 3^a REUNIÃO ORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

Ata da 3^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1 Ao terceiro dia do mês de maio de dois mil e dezoito, com inicio às nove horas e trinta
 2 minutos, na sala noventa e oito do quarto andar do Palácio do Planalto, pelo turno
 3 matutino, e na sala cento e um do anexo I do Palácio do Planalto pelo turno vespertino,
 4 situado em Brasília, reuniram-se os representantes da Comissão Nacional para os
 5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, os órgãos de assessoramento técnico
 6 e a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização da 3^a
 7 Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto Federal
 8 8.892, de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela Portaria nº 38,
 9 de 24 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da República.
 10 Estiveram presentes na reunião: o Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun, representando a
 11 Secretaria de Governo da Presidência da República, o Sr. Adriano Augusto de Souza,
 12 representando a Casa Civil da Presidência da República; o Sr. Henrique Villa da Costa
 13 Ferreira, Secretário-Executivo da Comissão; o Sr. Claudio Cavalcanti Ribeiro,
 14 Secretário-Executivo Suplente da Comissão; o Sr. José Antônio Marcondes de
 15 Carvalho, representando o Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Marcos de Souza e
 16 Silva, representando o Ministério do Desenvolvimento Social; a Sra. Rejane Pieratti e o
 17 Sr. Max Lopes Bezerra, representando o Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Rodrigo
 18 Correa Ramiro, representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e
 19 Gestão – MP; o Sr. Shelley de Souza Carneiro e o Sr. Sérgio de Freitas Monforte,
 20 representando a Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. Maitê Fernandez
 21 Gauto, representando a Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos
 22 Adolescentes; o Sr. Welinton Pereira da Silva e a Sra. Clarice Moraes Ziller Tenório,
 23 representando a Visão Mundial; a Sra. Jacqueline Vieira da Silva e a Sra. Jussara de
 24 Lima Carvalho, representando a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio
 25 Ambiente – ABEMA; o Sr. José Coimbra Patriota Filho, representando a Confederação
 26 Nacional de Municípios - CNM; o Sr. Caio Luiz Carneiro Magri, representando o
 27 Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social; a Sra. Fatima Cristina Faria
 28 Palmieri, representando a União Geral dos Trabalhadores – UGT; a Sra. Ângela Maria
 29 Paiva Cruz, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições
 30 Federais de Ensino Superior - ANDIFES; o Sr. Roberto Luís Olinto Ramos,
 31 representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE; a Sra. Enid Rocha
 32 Andrade da Silva, representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; a
 33 Sra. Isabella da Silva dos Santos, acompanhando a reunião por indicação da
 34 Confederação Nacional de Municípios - CNM; o Sr. Arnaldo Lyrio Barreto e a Sra.
 35 Diana Paula de Souza, acompanhando a reunião por indicação da Instituto Brasileiro de



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

36 Geografia e Estatística - IBGE; o Sr. Nicola Speranza e o Sr. Vinicius Trindade,
 37 acompanhando a reunião por indicação do Ministério das Relações Exteriores; a Sra.
 38 Suzana Oliveira, a Sra. Carmem Bueno, a Sra. Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, o
 39 Sr. Laurêncio João Körbes, o Sr. Marcio Pontual, o Sr. Henrique Sabino e o Sr. José
 40 Botelho, membros da equipe da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria
 41 de Governo; o Sr. Carlo Linkevicius Pereira para representar o comitê de instalação da
 42 Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação. O Ministro-Chefe da
 43 Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Carlos Marun, fez abertura da
 44 reunião da Comissão Nacional para os ODS – CNODS -, ressaltando que o governo está
 45 aberto para o diálogo, e cumprimentou a todos os presentes. Depois de proferidas as
 46 palavras de boas vindas, o Ministro passou a palavra para o Secretário Executivo da
 47 CNODS, Henrique Villa, que colocou para apreciação de todos a aprovação da ata da 2ª
 48 Reunião Extraordinária da CNODS, realizada em 15 de dezembro de 2018. A Ata foi
 49 aprovada por unanimidade. Após a aprovação da Ata, o Secretário Executivo apresentou
 50 a pauta da reunião, destacando que a pauta era extensa e que gostaria de ouvir os
 51 membros da CNODS para realizar a priorização dos itens a serem discutidos. O
 52 representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Sr. José Antonio
 53 Marcondes de Carvalho, sugeriu uma nova ordem da pauta, acatada por todos os
 54 presentes: 1 - Apresentação IBGE – Lançamento da Plataforma Digital ODS; 2 -
 55 Apreciação da minuta de Plano de Comunicação e Mobilização, elaborada pelo Grupo
 56 de Trabalho de Disseminação; 3 - Composição e Funcionamento do Grupo de Trabalho
 57 do Observatório dos ODS (Produto E5.2.1); 4 - Apreciação da minuta do Termo de
 58 Referência da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação; 5 - Definição da
 59 criação de novas Câmaras Temáticas; 6 - Estratégia CNODS relativa às Eleições 2018 e
 60 a Agenda 2030. Dando continuidade à reunião, passou-se ao ponto de pauta da
 61 apresentação da Plataforma Digital para os Indicadores ODS, desenvolvida pelo IBGE.
 62 O Sr. Arnaldo Lyrio Barreto, assessor no IBGE, realizou a apresentação da Plataforma
 63 Digital para os Indicadores ODS, destacando as ferramentas e todas as funcionalidades
 64 da Plataforma, tais como a produção de gráficos e tabelas, as possibilidades de
 65 manipulação de dados e informações metodológicas disponíveis. O presidente do IBGE,
 66 Sr. Roberto Luís Olinto Ramos, complementou a apresentação com observações sobre a
 67 importância da Plataforma digital. O Ministro, em virtude de agendas a serem
 68 cumpridas, despediu-se e agradeceu a todos pela disposição e empenho no
 69 funcionamento da CNODS. O Sr. José Antonio Marcondes sugeriu que as reuniões da
 70 CNODS devem sempre apresentar o acompanhamento do Plano de Ação da Comissão
 71 Nacional, como forma de comunicar o andamento das atividades da Comissão Nacional.
 72 Houve, então, a reflexão por alguns membros da CNODS que concordaram com a



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

73 sugestão e avaliaram que a comunicação das atividades da Comissão não estava
74 adequada. O Secretário Henrique Villa comprometeu-se a melhorar a comunicação e a
75 elaborar boletim de informações que será repassado a todos os membros. A Fundação
76 Abrinq colocou os questionamentos que vem recebendo de diferentes organizações da
77 sociedade civil sobre o processo de adequação das metas e indicadores nacionais e a
78 falta de comunicação e participação. Sugeriu que esse seja um ponto de pauta da
79 próxima reunião da CNODS, para que esta se debruce sobre a decisão de como será a
80 participação da sociedade civil nesse processo. O plano de comunicação não foi
81 apresentado e, portanto a pauta foi novamente alterada, passando-se para o próximo
82 ponto da pauta - grupo de trabalho do Observatório dos ODS. Em atendimento ao
83 previsto no Eixo Estratégico do Plano de Ação, que trata do acompanhamento e
84 monitoramento da agenda 2030, foi definida a formação de um GT para elaborar uma
85 proposta de Observatório dos ODS. O GT será composto por indicados pelos seguintes
86 membros da CNODS: Secretaria de Governo, Ministério das Relações Exteriores
87 (MRE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Planejamento,
88 Desenvolvimento e Gestão (MP), Confederação Nacional de Municípios (CNM),
89 Fundação Abrinq, Instituto ETHOS, Confederação Nacional da Indústria (CNI). Após a
90 formação do GT do Observatório, passou-se ao ponto de pauta de definição da criação
91 de novas Câmaras Temáticas, em virtude de estar agendada a chegada do responsável
92 pela apresentação do Termo de Referência da Câmara Temática Parcerias e Meios de
93 Implementação para o período vespertino da reunião. O Secretário Executivo da
94 CNODS iniciou a discussão colocando o compromisso firmado no Plano de Ação da
95 CNODS de criação de quatro câmaras temáticas, neste mandato. A primeira, Parcerias e
96 Meios de Implementação, já foi criada e será implementada a partir da apreciação pela
97 comissão do termo de referência, próximo ponto de pauta. As demais estão em aberto
98 para definição pela CNODS. O Secretário lembrou ainda que as propostas devem
99 respeitar os critérios aprovados para formação de câmaras temáticas. Iniciou-se, assim,
100 uma rodada de falas com sugestões. O Sr. José Antonio Marcondes alertou para a não
101 fragmentação dos ODS em câmaras temáticas. A representante da Fundação Abrinq,
102 Maitê Fernandez Gauto, recomendou que a CNODS ouvisse e aprendesse com a
103 experiência do Comitê de Instalação da Câmara Temática de Parcerias e Meios de
104 Implementação (próximo ponto de pauta). Foi feito um intenso debate acerca das
105 possibilidades levantadas pela CNODS. Destacam-se as sugestões: clima – mudanças
106 climáticas; energia – política energética; monitoramento e acompanhamento da Agenda
107 2030; redução de desigualdades (todas as CT devem observar); violência, segurança
108 pública e corrupção; articulação de políticas públicas; cidades e comunidades
109 sustentáveis; articulação com os atores dos conselhos nacionais de políticas públicas;



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

110 temática de juventude (participação); trabalho, crescimento (questões de violência,
 111 cidades, geracionais, trabalho decente); paz, justiça e instituições eficazes. O
 112 representante da CNI sugeriu e reforçou a implementação da Câmara Temática energia
 113 – política energética, pois a sugestão é fruto dos anseios do segmento produtivo. No
 114 final da parte da manhã, decidiu-se aguardar a apresentação do comitê de instalação da
 115 Câmara Temáticas Parcerias e Meios de Implementação para decidir a criação das
 116 demais. No entanto, ficaram previamente pactuadas as seguintes câmaras temáticas:
 117 articulação de políticas públicas, redução das desigualdades e acompanhamento da
 118 Agenda 2030. A abordagem escolhida pela CNODS foi a criação de câmaras temáticas
 119 integradoras, que versem sobre mais de um objetivo e os integrem. Já no período
 120 vespertino, a reunião foi retomada com a apreciação da minuta do Termo de Referência
 121 da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação. Foi realizada apresentação
 122 da minuta do Termo de Referência da Câmara Temática Parcerias e Meios de
 123 Implementação, elaborada pelo respectivo comitê de instalação. O responsável pela
 124 apresentação foi o Sr. Carlo Linkevieus Pereira, Secretário Executivo da Rede Brasil do
 125 Pacto Global da ONU. Foram abordados os aspectos como: competência da Câmara
 126 Temática; atividades previstas; produtos esperados; cronograma; orçamento; e
 127 representantes indicados. Debateu-se a ausência de paridade na proposta de composição
 128 da Câmara Temática. A Fundação Abrinq alertou que seria importante a paridade nas
 129 Câmaras Temáticas. Os critérios das Câmaras Temáticas garantem a paridade na
 130 coordenação dessas. Ajustou-se ao final da discussão que os membros teriam a
 131 oportunidade de contribuir com a minuta de Termo de Referência e que, após as
 132 contribuições, o documento seria reavaliado. Após o ponto de pauta do Termo de
 133 Referência das Câmaras Temáticas, passou-se a analisar quais seriam as Câmaras
 134 temáticas a serem criadas. Após o ponto de pauta do Termo de Referência das Câmaras
 135 Temáticas, passou-se a analisar quais seriam as Câmaras temáticas a serem criadas. Foi
 136 discutido sobre a criação da 3ª Câmara Temática, e após o debate realiza, definiu-se
 137 sobre a criação da CT denominada "Articulação de Políticas Públicas", devendo ser
 138 avaliado o momento adequado para a instituição do Comitê de Instalação dessa 3ª
 139 Câmara Temática. Na sequencia, foi colocada pelo Sr. Secretário Henrique a discussão
 140 sobre a criação dos dois Comitês de Instalação simultâneos – CT Acompanhamento da
 141 Agenda 2030 e da CT de Articulação de Políticas Públicas. O representante do MPDG
 142 fez contraproposta para que primeiro fosse instalado um dos comitês e depois o
 143 segundo. Assim, foi discutido o ritual de constituição do Comitê de Instalação da CT
 144 Acompanhamento da Agenda 2030, pactuado que o próximo comitê seria criado após a
 145 finalização dos trabalhos deste. Dessa forma, ficaram definidas as seguintes Câmaras
 146 Temáticas: 1ª – Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação; 2ª –



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

147 Acompanhamento da Agenda 2030 (Criação do Comitê de Instalação); 3ª – Articulação
 148 de Políticas Públicas (criação do Comitê de Instalação após a finalização dos trabalhos
 149 do Comitê da CT Acompanhamento da Agenda 2030). Em razão do horário, decidiu-se
 150 que os pontos de pauta ficariam para a próxima reunião extraordinária: 2 - Apreciação
 151 da minuta de Plano de Comunicação e Mobilização, elaborada pelo Grupo de Trabalho
 152 de Disseminação; e 6 - Estratégia CNODS relativa às Eleições 2018 e a Agenda 2030.
 153 O Prêmio ODS Brasil foi lançado no dia 1º de maio de 2018. O Secretário Executivo
 154 informou que a portaria de regulamentação do prêmio já foi assinada e na próxima
 155 semana as inscrições estarão abertas. Henrique Villa ainda apresentou a estrutura dos
 156 seminários que serão realizadas em todos os estados, serão reuniões com 2 horas de
 157 duração e terão a seguinte estrutura: mesa de abertura; apresentação do plano de ação da
 158 CNODS; apresentação do Prêmio ODS Brasil; espaço para debates; e práticas locais. Na
 159 reunião, foi apresentado o calendário de seminários e todos foram convidados para o 1º,
 160 que será realizado em Brasília-DF, no dia 04 de maio de 2018. O Secretário Executivo
 161 explanou todas características do Prêmio: período de inscrição, funcionamento da
 162 seleção, critérios de seleção, objetivos da iniciativa, entre outras. O segundo informe foi
 163 sobre o High level Political Forum (HLPF), fórum internacional que ocorre no âmbito
 164 do Sistema das Nações Unidas anualmente. Neste ano de 2018, o Brasil decidiu não
 165 apresentar relatório voluntário. Para o próximo ano, será apresentado relatório
 166 voluntário, quando a CNODS terá participação ativa. Em 2018, todos os membros estão
 167 convidados a participar da delegação brasileira no HLPF, o que pode permitir mais
 168 trânsito aos eventos. O HLPF de 2018 terá foco nos ODS 6, 7, 11, 12, 15 e 17. Os
 169 interessados em participar do HLPF 2018 e que tiverem os recursos próprios para
 170 financiarem a sua ida podem manifestar seu interesse à SECEX, que encaminhará
 171 convite para participação no evento. Por último, foram discutidas duas substituições de
 172 membros da CNODS: o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a
 173 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O primeiro por ausências
 174 reiteradas nas reuniões da CNODS. Dessa forma, sua substituição será realizada pelo
 175 próximo colocado da categoria “Organizações da sociedade civil que representem ou
 176 tenham como associadas ou filiadas entidades que desenvolvam ações e projetos sem
 177 fins lucrativos”, o Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade (IBPQ). Por sua vez, a
 178 SBPC, em 06 de fevereiro de 2018, encaminhou a correspondência SBPC-016/DIR à
 179 Secretaria-Executiva da CNODS, solicitando sua exclusão da CNODS. Ressalta-se que
 180 o Regimento Interno da CNODS, aprovado pela Portaria nº 81, de 11 de outubro de
 181 2017, é omisso com relação à substituição das instituições que compõem a Comissão.
 182 Contudo, o art. 32 prevê que os casos omissos deverão ser encaminhados à Presidência
 183 para deliberação do Plenário. Soma-se ao contexto o fato de não haver instituição



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF**

184 classificada para suceder a SBPC na área de ensino, pesquisa e extensão do processo de
 185 seleção. Após debate entre os membros da CNODS, ficou decidida a indicação da
 186 Academia Brasileira de Ciências (ABC) para ocupar a referida vaga, por unanimidade.
 187 A ABC é reconhecida por realizar estudos de temas importantes para a sociedade,
 188 visando à promoção de subsídios científicos para a formulação de políticas públicas,
 189 com foco no desenvolvimento científico do país e na interação entre os cientistas e
 190 pesquisadores. Ficou encaminhado que a Secretaria Executiva irá fazer uma consulta
 191 jurídica para verificar a viabilidade de substituição da SBPC pela ABC. Em caso
 192 positivo, a SECEX irá encaminhar convite para a ABC. Caso a ABC não aceite o
 193 convite, a CNODS recomendou convidar a Associação Brasileira dos Reitores das
 194 Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM. Às dezessete horas e quinze
 195 minutos, o Secretário Executivo da Comissão, Henrique Villa, procedeu ao
 196 encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes pela
 197 participação. Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da
 198 Comissão e assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional
 199 para os ODS.

CARLOS MARUN

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social
 Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
 Sustentável

ANEXO F – ATA 06 – 3^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

**Ata da 3^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável - ODS**

1 Ao oitavo dia do mês de junho de dois mil e dezoito, com inicio às nove horas e trinta
 2 minutos, na sala noventa e oito do quarto andar do Palácio do Planalto, situado em
 3 Brasília, reuniram-se os representantes da Comissão Nacional para os Objetivos de
 4 Desenvolvimento Sustentável - ODS, os órgãos de assessoramento técnico e a
 5 Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização da 3^a Reunião
 6 Extraordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto Federal 8.892,
 7 de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela Portaria nº 38, de 24
 8 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Estiveram
 9 presentes na reunião: a Sra. Viviane de Faria, representando a Secretaria de Governo da
 10 Presidência da República, o Sr. Adriano Augusto de Souza, representando a Casa Civil
 11 da Presidência da República; o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira, Secretário-
 12 Executivo da Comissão; o Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho e o Sr. Reinaldo
 13 José de Almeida Salgado, representando o Ministério das Relações Exteriores; o Sr.
 14 Elias Begnini, representando o Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Rodrigo Correia
 15 Ramiro, representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP;
 16 o Sr. Shelley de Souza Carneiro e o Sr. Sérgio de Freitas Monforte, representando a
 17 Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. Heloisa Helena Silva de Oliveira,
 18 representando a Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; o Sr.
 19 Welinton Pereira da Silva e a Sra. Clarice Moraes Ziller Tenório, representando a Visão
 20 Mundial; o Sr. Paulo Humberto Guimarães Araújo, representando a Associação
 21 Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; a Sra. Daniela de
 22 Cássia Santos Brito, representando a Confederação Nacional de Municípios - CNM; o
 23 Sr. Jorge Luiz Numa Abrahão, representando o Instituto ETHOS de Empresas e
 24 Responsabilidade Social; o Sr. Miguel Salaberry Filho, representando a União Geral dos
 25 Trabalhadores – UGT; o Sr. Roberto Luis Olinto Ramos, representando o Instituto
 26 Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE; a Sra. Enid Rocha Andrade da Silva,
 27 representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; a Sra. Isabella da
 28 Silva dos Santos e a Sra. Tatiane de Jesus, acompanhando a reunião por indicação da
 29 Confederação Nacional de Municípios - CNM; o Sr. Nicola Speranza, acompanhando a
 30 reunião por indicação do Ministério das Relações Exteriores; a Sra. Nádia Luppi V.A.
 31 De Almeida, acompanhando a reunião por indicação da Associação Brasileira de
 32 Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; a Sra. Marcia Maria Pachaly, pela
 33 Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da
 34 República; a Sra. Andrea Perez, a Sra. Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, o Sr.
 35 Laurêncio João Körbes, o Sr. Marcio Pontual, a Sra. Claudenice Custódio, o Sr.



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

36 Henrique Sabino, o Sr. José Botelho, o Sr. Adolfo Brito e a Sra. Eliane Margareth
 37 Bearzi, membros da equipe da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria
 38 de Governo. O Secretário Executivo da CNODS, Sr. Henrique Villa, deu inicio a
 39 a reunião apresentando a Secretaria-Executiva Adjunta da Secretaria de Governo da
 40 Presidência da República, Sra. Viviane de Faria, que neste ato representou o Secretário
 41 Executivo da SEGOV, Carlos Henrique Menezes Sobral, que se encontrava em viagem
 42 a trabalho. Informou também, que a ANDIFES justificou sua ausência nesta reunião. Ao
 43 proferir as palavras de boas vindas, a Secretaria-Executiva Adjunta ressaltou a
 44 importância das atividades desenvolvidas pela CNODS para a implementação da
 45 Agenda 2030, e cumprimentou a todos os presentes, colocando a SEGOV à disposição
 46 de todos. Depois de proferidas as palavras de boas vindas, o Sr. Henrique Villa
 47 anunciou as substituições, a pedido das entidades, dos membros da CNODS, publicadas
 48 na Portaria SEGOV nº 119: Paulo Humberto Guimarães Araújo (titular) e Jussara de
 49 Lima Carvalho (suplente), pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio
 50 Ambiente – ABEMA; Adriano Augusto de Souza (suplente), pela Casa Civil da
 51 Presidência da República; Rejane Pieratti (titular), pelo Ministério do Meio Ambiente;
 52 Carlos Henrique Menezes Sobral (suplente), pela Secretaria de Governo da Presidência
 53 da República; Clarice Moraes Ziller Tenório (suplente), pela Visão Mundial. Os Srs.
 54 Jailson Bittencourt de Andrade e Adalberto Luiz Val, pela Academia Brasileira de
 55 Ciências (ABC), a Sra. Daniela de Cássia Santos Brito, pela Confederação Nacional de
 56 Municípios – CNM, o Sr. Elias Begnini, pelo Ministério do Meio Ambiente, e o Sr.
 57 Miguel Salaberry Filho, pela União Geral dos Trabalhadores – UGT, serão nomeados
 58 em breve por meio de nova portaria. Após a apresentação dos novos membros, o
 59 Secretário Executivo da CNODS convidou os membros para a aprovação da Ata da 3º
 60 Reunião Ordinária, após a leitura foram solicitados ajustes pela Fundação ABRINQ e
 61 pela CNI os quais foram acatados pela plenária. Após a aprovação da Ata, o Secretário
 62 Executivo apresentou a pauta da reunião, destacando sua extensão e os pontos que
 63 ficaram pendentes na última reunião. Sugeriu a seguinte ordem, acatada por todos os
 64 presentes: monitoramento do Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS –
 65 SECEX/CNODS; relato da 1ª Oficina Governamental para adequação das metas ODS –
 66 IPEA; apresentação do Plano de Disseminação (Comunicação e Mobilização) –
 67 SECOM/PR; composição e funcionamento do Grupo de Trabalho do Observatório dos
 68 ODS – SECEX/CNODS; validação da minuta do Termo de Referência da CT Parcerias
 69 e Meios de Implementação - SECEX/CNODS; definição do Comitê de Instalação da
 70 Câmara Temática Acompanhamento da Agenda 2030 - SECEX/CNODS; definição para
 71 a criação da 3ª Câmara Temática – CNODS; proposta de estrutura do Relatório anual da
 72 Comissão Nacional para os ODS - Ano 2017/2018 – SECEX/CNODS; estratégia



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

73 CNODS relativa às Eleições 2018 e a Agenda 2030 – CNODS; informes; e
 74 encaminhamentos. Dando continuidade à reunião, passou-se ao Monitoramento do
 75 Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS. O Secretário Executivo da CNODS,
 76 Sr. Henrique Villa, exibiu proposta para o Monitoramento do Plano de Ação da
 77 CNODS, e durante a apresentação destacou os produtos entregues, em andamento e não
 78 iniciados. A representante da Fundação ABRINQ, Sra. Heloisa Oliveira, enfatizou a
 79 importância do monitoramento, mas alertou para a administração do tempo utilizado
 80 para não comprometer os demais assuntos que seriam tratados. Após, foi feito o relato
 81 da 1ª Oficina Governamental para adequação das metas ODS. A Sra. Enid Rocha,
 82 representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentou o relato
 83 dos trabalhos que estão sendo realizados para a adequação das metas ODS, ressaltou a
 84 realização da 1ª Oficina Governamental para adequação das metas e informou que a
 85 preocupação é buscar uma “*“Meta Brasil”*” que dialogue com a “*“Meta Global”*”. O
 86 Presidente do IBGE chamou a atenção para que seja considerada a participação da
 87 sociedade civil na construção dos indicadores e não somente o governo. Foi esclarecido
 88 que este trabalho será realizado oportunamente, assim que os grupos tiverem qualificado
 89 as metas. O 3º assunto da reunião, Plano de Disseminação (Comunicação e
 90 Mobilização), foi apresentado pela Sra. Márcia Pachaly, Assessora da Secretaria
 91 Especial de Comunicação da Presidência da República (SECOM). A proposta do Plano
 92 de Disseminação foi elaborada pelo Grupo de Trabalho composto pelas seguintes
 93 entidades: Fundação ABRINQ, ANDIFES, CNI, VISÃO MUNDIAL, SEGOV,
 94 SECOM, CASA CIVIL, ABEMA, CNM e UGT. Em sua apresentação a assessora
 95 destacou a necessidade de atingir não só a sociedade civil, como também, os órgãos de
 96 governo. Informou que estão programando reuniões com as áreas de assessoria de
 97 comunicação dos órgãos setoriais para apresentar o plano. A palavra foi aberta aos
 98 membros que apontaram a necessidade de ajustes, principalmente no texto da Narrativa.
 99 O Ministro substituto do MRE, Sr. José Antônio Marcondes, sugeriu melhorias no
 100 Plano, informando que o mesmo deveria causar maior impacto em toda a sociedade
 101 brasileira. Foi deliberado o encaminhamento do material produzido pelo GT (texto e
 102 apresentação) para que, no prazo de uma semana após o envio, os membros
 103 encaminhem suas contribuições de melhorias. A data para retorno das contribuições será
 104 15 de junho de 2018. Em continuidade da reunião, foi abordado o ponto de pauta
 105 composição e funcionamento do Grupo de Trabalho do Observatório ODS. O grupo de
 106 trabalho do Observatório, formado pelos seguintes representantes Ministério das
 107 Relações Exteriores - MRE, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério do
 108 Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, Confederação Nacional de Municípios
 109 - CNM, Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Instituto



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

110 ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social e Confederação Nacional da Indústria –
 111 CNI – e representado pela Sra. Heloisa, apresentou demandas para a proposição de um
 112 Plano Conceitual de Observatório. Dentre as recomendações do GT constam a
 113 necessidade de interlocução com outros atores especialistas tais como: IPEA, IBGE,
 114 SERPRO, IBICT e Universidades. Além disto, foram apresentados os requisitos,
 115 funcionalidades e o benchmarking. Requisitos: Necessidade de que o Observatório
 116 Nacional para os ODS seja de abrangência Nacional, Estadual e Municipal; possua
 117 Georeferenciamento; acompanhamento de políticas públicas; apresentação de metas;
 118 indicadores; monitoramento; biblioteca; padrão de comparabilidade; desagregação de
 119 dados; uso prospectivo; e extração de dados. Funcionalidades: Painel de metas e
 120 indicadores, acompanhamento de políticas públicas/orçamento, legislação relacionada,
 121 acompanhamento do legislativo, biblioteca e notícias. Benchmarking: PNE, Terra,
 122 Portal ODM, Portal ODS, Fundação ABRINQ, BB, Cidades Sustentáveis, UFPB,
 123 IBGE, Social do Brasil. Salientou-se a necessidade de profissional especializado em
 124 plataformas e observatórios na composição do GT. Após o almoço o Secretário
 125 Executivo da Comissão, pediu licença aos membros da CNODS e realizou a leitura do
 126 Acórdão 709/2018, de 04 de abril de 2018, do Tribunal de Contas da União – TCU , o
 127 qual não constava na pauta, que recomenda a CNODS os seguintes pontos: “9.1.
 128 Recomendar à Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 129 com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso III,
 130 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que no prazo de 90 dias: 9.1.1.
 131 estabeleça a quem caberá definir, em última instância, qual será o conjunto de metas e
 132 indicadores nacionais e institua mecanismos de interação entre os processos de
 133 nacionalização das metas e de definição de indicadores, a fim de promover a
 134 implementação da Agenda 2030 no Brasil; 9.1.2. formalize estratégia de longo prazo
 135 para o seu funcionamento, prevendo, até a conclusão dos trabalhos da Agenda 2030:
 136 objetivos de longo prazo, marcos intermediários e sistemática de renovação dos
 137 sucessivos planos de ação, no intuito de mitigar o risco de descontinuidade da sua
 138 atuação; 9.1.3. estabeleça mecanismos de coordenação entre as iniciativas de
 139 sensibilização à Agenda 2030 já existentes no âmbito da administração pública federal,
 140 com o propósito de evitar fragmentações, sobreposições e duplicidades entre elas; 9.1.4
 141 estabeleça processo para a elaboração dos futuros Relatórios Nacionais Voluntários do
 142 Brasil, definindo atividades, prazos, responsáveis e fluxos de informação, a fim de
 143 estimular o monitoramento sistemático e contínuo, bem como a avaliação transversal de
 144 políticas públicas, sob uma perspectiva integrada de governo. Após a leitura do Acórdão
 145 e breve discussão, passou-se ao ponto de pauta da definição da criação de novas
 146 câmaras temáticas. O Secretário Executivo da CNODS colocou em discussão o



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

147 compromisso firmado no Plano de Ação da CNODS de criação de quatro câmaras
 148 temáticas, no mandato 2017-2019, neste sentido foi lembrado o status de cada uma
 149 delas. A primeira câmara temática de "Parcerias e Meios de Implementação" teve seu
 150 Termo de Referência aprovado nesta ocasião e inicio das atividades está previsto para a
 151 segunda quinzena de julho de 2018. A segunda câmara temática de "Acompanhamento
 152 da Agenda 2030" foi aprovada na 3ª reunião ordinária da CNODS, realizada em 03 de
 153 maio de 2018, foram indicados os representantes do Comitê de Instalação no dia 14 de
 154 maio de 2018 e os nomes apresentados foram validados nesta reunião, restando aos
 155 demais indicarem seus representantes, caso desejem. A terceira câmara temática
 156 abrangerá o tema de "Articulação de Políticas Públicas", sendo que será avaliado o
 157 melhor momento para a formação do Comitê Técnico de Instalação da mesma. A quarta
 158 câmara temática será definida na 4ª Reunião Ordinária da CNODS, que ocorrerá em
 159 novembro de 2018. Em razão do tempo, não foram deliberados os temas da pauta:
 160 proposta de estrutura do relatório anual da CNODS - Ano 2017/2018; e a estratégia
 161 CNODS relativa às Eleições 2018 e a Agenda 2030 – CNODS. Em relação ao relatório
 162 anual da CNODS - Ano 2017/2018, a Secretaria Executiva se responsabilizou em enviar
 163 por e-mail para apreciação de todos os membros da CNODS, até 13 de junho de 2018, a
 164 minuta de estrutura do relatório. Por sua vez, em relação à estratégia relativa às Eleições
 165 2018, o ponto de pauta será abordado na próxima reunião da CNODS. Dessa forma,
 166 para o encerramento da reunião foram realizados os informes. Foi relatado pelo
 167 Secretário Executivo da CNODS, a aceitação do jurídico em substituir a Sociedade
 168 Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pela Academia Brasileira de Ciências
 169 (ABC), a qual aceitou o convite e já indicou seus representantes. Em segundo lugar, o
 170 representante do Ministério do Planejamento, Sr. Rodrigo Ramiro, explanou sobre a
 171 data de alteração da entrega do Relatório do PPA com a marcação dos ODS no SIOP
 172 para julho de 2018. Outro informe dado pelo Ministério do Planejamento foi a cobrança
 173 do TCU e a mobilização do Governo Federal para o desenvolvimento de um Plano
 174 Nacional de longo prazo. Na oportunidade, convidou a todos para participação do
 175 lançamento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que
 176 lançará no dia 11 de junho de 2018 a consulta pública sobre a iniciativa. Foi
 177 apresentada, ainda, a delegação brasileira que irá participar do High Level Political
 178 Fórum (HLPF), no período de 14 a 19 de julho de 2018. O último informe versou sobre
 179 a proposta de Boletim Informativo da CNODS, com periodicidade bimensal, que
 180 reunirá os assuntos relacionados com todas as instituições, sendo que as notícias
 181 deverão ser encaminhadas para o Assessor de Comunicação da SNAS, Adolfo Brito por
 182 meio do mail: adolfo.brito@presidencia.gov.br, dúvidas poderão ser sanadas pelo
 183 telefone: 61- 3411- 4204. Ao final da reunião, foram definidos oito encaminhamentos.



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

184 O primeiro, a Secretaria Executiva da CNODS atualizará o Monitoramento do Plano de
 185 Ação da CNODS. O segundo, o Plano de Disseminação (Comunicação e Mobilização)
 186 será reenviado para todos os membros fazerem as suas contribuições em especial no
 187 texto da narrativa e retornar à Secretaria Executiva, até o dia 15 de junho de 2018. Em
 188 terceiro lugar, a SECEX enviará o *Termo de Referência da CT "Parcerias e Meios de*
 189 *Implementação"* aprovado. A SECEX enviará, ainda, a todos os membros por e-mail
 190 minuta da estrutura de Relatório de Atividades da CNODS para o período de 2017-
 191 2018, no dia 13 de junho de 2018. Todos os representantes que deverão formalizar as
 192 indicações dos representantes titular e suplente para o Comitê de Instalação da CT
 193 Acompanhamento da Agenda 2030. Os representantes da CNODS enviarão
 194 oportunamente notícias/matrizes a serem publicadas no Boletim CNODS. A secretaria
 195 Executiva enviará Ofício convite ao Presidente da CNI para participação no HLPF. Por
 196 último, será agendada a 4ª Reunião Extraordinária da CNODS para o dia 17 de agosto
 197 de 2018, com a pauta que não conseguiu ser cumprida nesta reunião extraordinária. Às
 198 dezessete horas e quinze minutos, o Secretário Executivo da Comissão, Henrique Villa,
 199 procedeu ao encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes
 200 pela participação. Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da
 201 Comissão e assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional
 202 para os ODS.

CARLOS MARUN

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social
 Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
 Sustentável

ANEXO G – ATA 07 – 4^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

**Ata da 4^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável - ODS**

1 Aos dezessete do mês de agosto de dois mil e dezoito, com inicio às nove horas, na sala
 2 noventa e oito do quarto andar do Palácio do Planalto, situado em Brasília, reuniram-se
 3 os representantes da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
 4 Sustentável - ODS, os órgãos de assessoramento técnico e a Secretaria-Executiva da
 5 Comissão Nacional para os ODS, para realização da 4^a Reunião Extraordinária da
 6 Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto Federal 8.892, de 27 de outubro
 7 de 2016, cujos membros foram designados pela Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017,
 8 da Secretaria de Governo da Presidência da República. Estiveram presentes na reunião:
 9 a Sra. Viviane de Faria, representando a Secretaria de Governo da Presidência da
 10 República; o Sr. Adriano Augusto de Souza, representando a Casa Civil da Presidência
 11 da República; o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira e o Sr. Claudio Cavalcante,
 12 representando a Secretaria Executiva da CNODS; o Sr. José Antônio Marcondes de
 13 Carvalho e o Sr. Reinaldo José de Almeida Salgado, representando o Ministério das
 14 Relações Exteriores - MRE; o Sr. Elias Begnini e a Sra. Rejane Pieratti, representando o
 15 Ministério do Meio Ambiente - MMA; o Sr. Rodrigo Correa Ramiro, representando o
 16 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP; o Sr. Shelley de Souza
 17 Carneiro e o Sr. Sérgio de Freitas Monforte, representando a Confederação Nacional da
 18 Indústria – CNI; a Sra. Heloisa Helena Silva de Oliveira e a Sra. Maitê Gauto,
 19 representando a Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; a
 20 Sra. Clarice Moraes Ziller Tenório, representando a Visão Mundial; o Sr. Caio Magri,
 21 representando o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social; o Sr. Luiz
 22 Gustavo de Padua Walfrido Filho, representando a União Geral dos Trabalhadores –
 23 UGT; o Sr. Jailson Bittencourt, representando a Academia Brasileira de Ciéncia – ABC;
 24 o Sr. Roberto Luis Olinto Ramos, representando o Instituto Brasileiro de Geografia e
 25 Estatística - IBGE; a Sra. Enid Rocha Andrade da Silva, representando o Instituto de
 26 Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; a Sra. Paula Simonetti, acompanhando a reunião
 27 pela Casa Civil; a Sra. Isabella da Silva dos Santos, acompanhando a reunião por
 28 indicação da Confederação Nacional de Municípios - CNM; o Sr. Nicola Speranza,
 29 acompanhando a reunião por indicação do MRE; a Sra. Bianca Mazzuchelli,
 30 acompanhando a reunião por indicação da Associação Brasileira de Entidades Estaduais
 31 de Meio Ambiente – ABEMA; a Sra. Carmem Bueno, a Sra. Suzana Rabelo, o Sr.
 32 Eduardo Motta, a Sra. Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, o Sr. Laurêncio João
 33 Körbes, o Sr. Marcio Pontual, a Sra. Claudenice Custódio, o Sr. Henrique Sabino, o Sr.
 34 José Botelho, e a Sra. Patricia Gomes, membros da equipe da Secretaria Nacional de
 35 Articulação Social da Secretaria de Governo. Participaram da reunião como convidados



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

36 da CNI, o Sr. Nelson Filho e o Sr. Marco Antonio Ramos Caminha. Não justificaram a
 37 ausência e não se fizeram representar, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS
 38 e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS. Justificaram a ausência e
 39 ou se fizeram representar a ABEMA, a CNM, a Associação Nacional dos Dirigentes das
 40 Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. O Secretário Executivo da
 41 CNODS, Sr. Henrique Villa, deu início reunião dando boas vindas a todos e todas,
 42 relembrou que a presente reunião foi em decorrência da necessidade de se cumprir a
 43 pauta da 3^a reunião extraordinária da CNODS, ocorrida em 08/06/18, e imediatamente
 44 passou a palavra para a Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria de Governo da
 45 Presidência da República, Sra. Viviane de Faria, que neste ato representou o Secretário
 46 Executivo da SEGOV, Sr. Carlos Henrique Menezes Sobral. Ao proferir suas palavras,
 47 a Secretária-Adjunta agradeceu a presença de todos, ressaltou a relevância da pauta e
 48 bem como lembrou não haver tempo hábil para uma nova discussão sobre a abordagem
 49 aos candidatos às eleições 2018. Na sequência, o Sr. Henrique Villa apresentou o Sr.
 50 Jailson Bittencourt, que proferiu suas palavras de agradecimento e compromisso com os
 51 trabalhos a serem desenvolvidos pela CNODS, relatou algumas ações que estão sendo
 52 realizadas pela ABC no âmbito dos ODS, se desculpou pela ausência da ABC na última
 53 reunião da CNODS e colocou a instituição à disposição. Após as boas vindas ao
 54 membro da ABC, o Secretário Executivo da CNODS perguntou se algum membro teria
 55 proposições em relação à Ata da 3^a Reunião Extraordinária para que a mesma pudesse
 56 ser aprovada, a representante da Fundação ABRINQ solicitou que seja utilizado nas
 57 Atas o termo FUNDAÇÃO ABRINQ, e não somente ABRINQ, após a correção,
 58 aprovou-se a Ata da 3^a reunião extraordinária. Após a aprovação da Ata, o Secretário
 59 Executivo sugeriu a inversão de pauta, justificando a importância de se aprovar, ainda
 60 pela manhã, a estratégia de abordagem aos candidatos às eleições 2018, além de
 61 informar que, para otimização do tempo, o monitoramento do Plano de Ação não seria
 62 apresentado, pois constava no material impresso entregue a todos. Com a palavra, os
 63 membros não se opuseram à inversão de pauta, mas solicitaram que se reserve 30
 64 minutos nas demais reuniões para a apresentação do monitoramento e que o material
 65 seja enviado com antecedência para avaliação prévia. O representante da CNI, Sr.
 66 Shelley Carneiro, também solicitou um breve relato sobre o Prêmio ODS Brasil. A
 67 ordem da pauta, acatada por todos os presentes, foi a seguinte: 1 - Estratégia CNODS
 68 relativa às Eleições 2018 e a Agenda 2030 (Resultado três do Plano de Mobilização); 2 -
 69 Apresentação do Plano de Disseminação (Comunicação e Mobilização) – SECEX
 70 CNODS; 3 - Estratégia de aprovação da proposta de adequação de metas + consulta
 71 pública – CNODS e IPEA; 4 - Proposta de estrutura do Relatório anual da CNODS -
 72 Ano 2017/2018 – SECEX CNODS; 5 - Aprovação da resposta do Acórdão Tribunal de



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

73 Contas da União – SECEX CNODS, informes, e encaminhamentos. Dando
 74 continuidade à reunião, passou-se ao primeiro item da pauta: Estratégia CNODS relativa
 75 às Eleições 2018 e a Agenda 2030. O Secretário Executivo da CNODS, Sr. Henrique
 76 Villa, apresentou a proposta de abordagem contendo: abordagem aos candidatos à
 77 Presidência da República; abordagem aos candidatos aos governos estaduais;
 78 encaminhamento de documentos sobre: contextualização da Agenda 2030, Carta
 79 Compromisso, e disponibilização da CNDOS para um contato presencial com os
 80 presidenciáveis, que seria articulado e realizado apenas pelos integrantes da Sociedade
 81 Civil, considerando o impedimento legal dos integrantes do governo. Com a palavra, o
 82 representante da ETHOS, Sr. Caio Magri, manifestou dúvidas sobre o encaminhamento
 83 da documentação em relação ao impedimento do governo, destacou que na
 84 documentação a ser encaminhada deveria constar o compromisso de se manter, até o
 85 fim do primeiro ano de mandato, a atual estrutura da CNODS, sugeriu que o
 86 compromisso também se estendesse aos partidos, e finalmente sugeriu um texto mais
 87 amplo, fazendo referências aos compromissos do Brasil com a ONU e demais acordos
 88 internacionais. A representante da Fundação ABRINQ, Sra. Heloisa Oliveira,
 89 concordou com o Sr. Caio Magri sobre a questão do impedimento do governo, destacou
 90 sua preocupação quanto a complexidade da logística do processo de abordagem aos
 91 candidatos, destacou que o esforço deve ser concentrado para que a continuidade do
 92 processo esteja assegurada nas propostas de governo, sugeriu ainda que a abordagem
 93 direta seja apenas no segundo turno, e que a abordagem alcance também os
 94 congressistas. O Sr. Shelley Carneiro, representante da CNI, sugeriu um texto mais
 95 objetivo sobre o que está sendo feito e que o compromisso é de estado e não de
 96 governo. A Sra. Clarice Ziller, representante da Visão Mundial, sugeriu que o texto
 97 deve ser imperativo, sem a conotação de possibilidade de fazer algo. O representante do
 98 MP, Sr. Rodrigo Ramiro, se manifestou favorável à abordagem sobre a manutenção do
 99 modelo da CNDOS e ainda, que a abordagem seja no segundo turno. Com a palavra, o
 100 representante do MRE, Sr. José Antônio Marcondes, registrou que a comunicação seja
 101 do Plenário da Comissão, com explicações sobre o que é a Agenda 2030, sobre sua a
 102 institucionalidade, sugeriu que a abordagem fosse realizada em uma plataforma
 103 direcionada aos candidatos. O representante da ABC, Sr. Jailson, sugeriu que a CNDOS
 104 produza a documentação e que os membros da Sociedade Civil encaminhem aos
 105 candidatos. O Sr. Elias Begnini, sugeriu que o foco seja no âmbito federal e após, caso
 106 haja possibilidade, no estadual. Após longo debate, a plenária da CNODS optou pelos
 107 seguintes encaminhamentos: a SECEX irá elaborar minuta de expediente e os
 108 documentos a serem entregues aos candidatos às Eleições 2018 e enviará aos membros
 109 da CNODS para validação por e-mail até o dia vinte e quatro de agosto; após a



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

110 validação dos documentos a CNODS enviará por e-mail aos candidatos ao Governo do
 111 Estado e à Presidência para assinatura do Termo de Compromisso; a CNODS irá
 112 elaborar expediente às emissoras de televisão sugerindo a inclusão do tema da Agenda
 113 2030 nos debates televisivos. O Sr. Shelley Carneiro, quer que conste em ata que não
 114 concorda com a abordagem estadual e com a carta compromisso. Passando para o
 115 próximo item da pauta, o Secretário Executivo da CNODS apresentou a nova narrativa
 116 do Plano de Disseminação da CNODS, foi realizada a leitura da narrativa em conjunto
 117 com a plenária, a qual realizou ajustes e em seguida sua aprovação por unanimidade. O
 118 Secretário Executivo informou a necessidade de complementação da planilha contendo
 119 as atividades complementares ao Plano de Disseminação, sugerindo, para isso, a
 120 realização de uma oficina. Após, a Sra. Enid Rocha, representante do Instituto de
 121 Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entregou à CNDOS o Relatório de Adequação
 122 de Metas Globais, produto 3.1.3 do plano de ação da CNDOS, passando à sua
 123 apresentação. Ao final, informou que o relatório é uma proposta de governo e
 124 questionou se a CNODS enviará à consulta pública para contribuições da sociedade
 125 civil. A plenária parabenizou o IPEA pelo esforço coletivo com os demais órgãos
 126 setoriais pelo trabalho. O representante do MP, Sr. Rodrigo Ramiro, sugeriu o uso da
 127 mesma ferramenta que foi utilizada para realizar a consulta pública sobre a Estratégia
 128 Nacional de Desenvolvimento Econômico, alertou ainda a urgência para o envio à
 129 consulta pública. O representante da Casa Civil, Sr. Adriano de Souza, sugeriu que seja
 130 feita reunião devolutiva para à apresentação do resultado final aos órgãos setoriais. A
 131 SECEX, a pedido da plenária, ficou responsável por realizar consulta jurídica e
 132 apresentar proposta de consulta pública para a Sociedade Civil com o resultado da
 133 adequação das metas globais a realidade brasileira. Após o almoço, o Secretário
 134 Executivo, Sr. Henrique Vila, se desculpou por não ter justificado a ausência da
 135 ANDIFES logo pela manhã, em seguida foi abordado o item 4 da pauta proposta de
 136 estrutura do relatório anual da CNDOS relativo a 2017/2018. O Secretário Executivo
 137 repassou toda a estrutura do Relatório de Atividades da CNODS, colocou em discussão
 138 qual seria a metodologia de elaboração do relatório. O encaminhamento foi de que a
 139 SECEX elaborará minuta dos conteúdos necessários e enviará aos membros da
 140 CNODS, até o dia 28 de setembro, para inserções e contribuições. Os membros da
 141 CNODS deverão retornar com suas contribuições até o dia 15 de outubro para discussão
 142 e aprovação na reunião de novembro da CNDOS. O técnico da SNAS, Sr. Márcio
 143 Pontual, registrou a necessidade da participação ativa de todos os membros da CNDOS
 144 na elaboração do relatório, tendo em vista que eles são detentores do conteúdo que
 145 comporá o relatório e que o trabalho da equipe técnica será de consolidação e ajustes
 146 das informações. O Secretário Executivo solicitou aos membros que já encaminhem



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

147 suas informações sobre participação em eventos e o que mais tiverem a contribuir.
 148 Segundo para o próximo item da pauta, aprovação da resposta do Acórdão 709/2018 do
 149 Tribunal de Contas da União – TCU, o Sr. Henrique Villa contextualizou a atuação do
 150 TCU no âmbito da implementação da Agenda 2030. O Sr. Henrique Sabino, técnico da
 151 SNAS, explanou sobre o objetivo do Acórdão, e, junto com os membros da CNDOS,
 152 leu as repostas de cada um dos quatro questionamentos. Houve entre os membros uma
 153 discussão sobre a falta de entendimento do TCU sobre a atuação e a competência da
 154 CNODS em relação à implementação da Agenda 2030. A Sra. Heloisa de Oliveira
 155 sugeriu que o TCU fosse convidado a participar da próxima reunião da CNDOS. O
 156 representante do MRE não acha adequado que o TCU participe, sugeriu que os
 157 Ministros do TCU sejam orientados sobre a Agenda e sobre o papel da CNDOS. Dessa
 158 forma, para o encerramento da reunião foram realizados os informes. Foi trazido pela
 159 plenária o questionamento de como anda a negociação do Governo Brasileiro com a
 160 Missão Internacional e a ONU para apresentação do Relatório Nacional Voluntário em
 161 2019, uma vez que a ECOSOC não considerou o pedido de apresentar o relatório
 162 isolado. O Sr. José Antônio Marcondes informou que o Brasil registrou em tempo sua
 163 solicitação para a apresentação do RNV em 2019, entretanto, foi comunicado pelo
 164 ECOSOC que, pelo grande número de solicitação, seria dado preferência aos países que
 165 ainda não apresentaram seus relatórios. Informou ainda que o MRE continuará
 166 enviando esforços para incluir o Brasil na apresentação do RNV em 2019. O Sr.
 167 Reinaldo Salgado, representante do MRE, colocou para a reflexão dos membros da
 168 CNODS o desafio em se apresentar um relatório na ONU de um Governo anterior,
 169 principalmente na atual conjuntura política brasileira. Logo em seguida, o Sr. José
 170 Antônio Marcondes relatou as múltiplas atividades em que a Delegação Brasileira
 171 participou, com ênfase na reunião de avaliação do Fórum Mundial da Água, a
 172 possibilidade de conhecer as diferenças e múltiplas iniciativas que estão sendo
 173 desenvolvidas pelos Países membros que participarão do HLPF, a votação nas emendas
 174 apresentadas no Fórum, o network estabelecido entre os participantes da Delegação
 175 Brasileira e outros Países e as reuniões realizadas com os participantes da delegação
 176 brasileira na Missão em Nova York. Em segundo lugar, o representante do Ministério
 177 do Planejamento, Sr. Rodrigo Ramiro, explanou sobre a reunião da Estratégia Nacional
 178 de Desenvolvimento Econômico Social, que está em consulta pública, destacou que a
 179 principal questão levantada refere-se ao desalinhamento conceitual com a Agenda 2030.
 180 Em seguida apresentou o Relatório do PPA com a marcação dos ODS no SIOP, produto
 181 E5.1.2 do plano de ação da CNODS, explicou que o relatório tem 3 volumes, além das
 182 adequações e por motivos técnicos ainda não conseguiu disponibilizar aos membros da
 183 CNDOS. O último informe do Ministério do Planejamento foi sobre sua participação no



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF**

184 22º Concurso de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, o
 185 projeto inscrito “Mapeamento PPA x ODS” ficou entre os 10 finalistas. A Sra. Heloisa
 186 de Oliveira registrou sua preocupação sobre a desconexão da Estratégia Nacional de
 187 Desenvolvimento Econômico e Social com a Agenda 2030, informou que o acordo
 188 internacional deveria ser um orientador da Estratégia, do PPA e do Orçamento, registrou
 189 ainda o retrocesso dos indicadores sociais brasileiros e a necessidade dos instrumentos
 190 de planejamento e orçamento se conectarem a Agenda 2030. A pedido do Sr. Shelley
 191 Carneiro, o Secretário Executivo da CNDOS apresentou informações sobre o
 192 andamento do Prêmio ODS Brasil 2018. Ao final da reunião, foram definidos quatro
 193 encaminhamentos. O primeiro, a Secretaria Executiva da CNODS marcará reunião para
 194 a apresentação do Relatório de Adequação de Metas e posteriormente enviará para
 195 consulta pública. O segundo, a SECEX irá providenciar oficina, em setembro, com
 196 objetivo de qualificar o Plano de Disseminação da CNDOS. O terceiro, a SECEX irá
 197 elaborar minuta de recomendação ao Ministério do Planejamento sobre a necessidade de
 198 alinhamento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com a
 199 Agenda 2030, que deverá ser validada pelos membros da CNDOS. O quarto e último,
 200 será agendada a 5ª Reunião Extraordinária para o dia 28 de setembro, como pauta os
 201 encaminhamentos dos itens da pauta desta reunião extraordinária, o monitoramento do
 202 Plano de Ação, e o posicionamento das Câmaras Temáticas. Às dezessete horas e
 203 quinze minutos, o Secretário Executivo da Comissão, Henrique Villa, procedeu ao
 204 encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes pela
 205 participação. Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da
 206 Comissão e assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional
 207 para os ODS.

CARLOS MARUN

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília – DF**

Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

ANEXO H – ATA 08 – 5^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília – DF

**Ata da 5^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável - ODS**

1 Aos vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, com inicio às nove horas e vinte
 2 minutos, na sala noventa e oito do quarto andar do Palácio do Planalto, situado em
 3 Brasília, reuniram-se os representantes da Comissão Nacional para os Objetivos de
 4 Desenvolvimento Sustentável - ODS, os órgãos de assessoramento técnico e a
 5 Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização da 5^a Reunião
 6 Extraordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada pelo Decreto Federal 8.892,
 7 de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela Portaria nº 38, de 24
 8 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Estiveram
 9 presentes na reunião: a Sra. Viviane de Faria, representando a Secretaria de Governo da
 10 Presidência da República; o Sr. Adriano Augusto de Souza, representando a Casa Civil
 11 da Presidência da República; o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira e o Sr. Claudio
 12 Cavalcante, representando a Secretaria Executiva da CNODS; o Sr. José Antônio
 13 Marcondes de Carvalho e o Sr. Reinaldo José de Almeida Salgado, representando o
 14 Ministério das Relações Exteriores - MRE; o Sr. Elias Begnini e a Sra. Rejane Pieratti,
 15 representando o Ministério do Meio Ambiente - MMA; o Sr. Rodrigo Correa Ramiro,
 16 representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP; o Sr.
 17 Shelley de Souza Carneiro e o Sr. Sérgio de Freitas Monforte, representando a
 18 Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. Heloisa Helena Silva de Oliveira e a
 19 Sra. Maitê Gauto, representando a Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças e dos
 20 Adolescentes; a Sra. Clarice Moraes Ziller Tenório, representando a Visão Mundial; o
 21 Sr. Caio Magri, representando o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade
 22 Social; o Sr. Luiz Gustavo de Padua Walfrido Filho, representando a União Geral dos
 23 Trabalhadores – UGT; o Sr. Jailson Bittencourt, representando a Academia Brasileira de
 24 Ciência – ABC; o Sr. Roberto Luís Olinto Ramos, representando o Instituto Brasileiro
 25 de Geografia e Estatística - IBGE; a Sra. Enid Rocha Andrade da Silva, representando o
 26 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; a Sra. Paula Simonetti,
 27 acompanhando a reunião pela Casa Civil; a Sra. Isabella da Silva dos Santos,
 28 acompanhando a reunião por indicação da Confederação Nacional de Municípios -
 29 CNM; o Sr. Nicola Speranza, acompanhando a reunião por indicação do MRE; a Sra.
 30 Bianca Mazzuchelli, acompanhando a reunião por indicação da Associação Brasileira
 31 de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; a Sra. Carmem Bueno, a Sra.
 32 Suzana Rabelo, o Sr. Eduardo Motta, a Sra. Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, o Sr.
 33 Laurêncio João Körbes, o Sr. Marcio Pontual, a Sra. Claudenice Custódio, o Sr.
 34 Henrique Sabino, o Sr. José Botelho, e a Sra. Patricia Gomes, membros da equipe da
 35 Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo. Participaram da



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

36 reunião como convidados da CNI, o Sr. Nelson Filho e o Sr. Marco Antonio Ramos
 37 Caminha. Não justificaram a ausência e não se fizeram representar, o Ministério do
 38 Desenvolvimento Social – MDS e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas –
 39 CNS. Justificaram a ausência e ou se fizeram representar a ABEMA, a CNM, a
 40 Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –
 41 ANDIFES. O Secretário Executivo da CNODS, Sr. Henrique Villa, deu início reunião
 42 dando boas vindas a todos e todas, relembrou que a presente reunião foi em decorrência
 43 da necessidade de se cumprir a pauta da 3ª reunião extraordinária da CNDOS, ocorrida
 44 em 08/06/18, e imediatamente passou a palavra para a Secretária-Executiva Adjunta da
 45 Secretaria de Governo da Presidência da República, Sra. Viviane de Faria, que neste ato
 46 representou o Secretário Executivo da SEGOV, Sr. Carlos Henrique Menezes Sobral.
 47 Ao proferir suas palavras, a Secretária-Adjunta agradeceu a presença de todos, ressaltou
 48 a relevância da pauta e bem como lembrou não haver tempo hábil para uma nova
 49 discussão sobre a abordagem aos candidatos às eleições 2018. Na sequência, o Sr.
 50 Henrique Villa apresentou o Sr. Jailson Bittencourt, que proferiu suas palavras de
 51 agradecimento e compromisso com os trabalhos a serem desenvolvidos pela CNODS,
 52 relatou algumas ações que estão sendo realizadas pela ABC no âmbito dos ODS, se
 53 desculpou pela ausência da ABC na última reunião da CNODS e colocou a instituição à
 54 disposição. Após as boas vindas ao membro da ABC, o Secretário Executivo da
 55 CNODS perguntou se algum membro teria proposições em relação à Ata da 3ª Reunião
 56 Extraordinária para que a mesma pudesse ser aprovada, a representante da Fundação
 57 ABRINQ solicitou que seja utilizado nas Atas o termo FUNDAÇÃO ABRINQ, e não
 58 somente ABRINQ, após a correção, aprovou-se a Ata da 3ª reunião extraordinária. Após
 59 a aprovação da Ata, o Secretário Executivo sugeriu a inversão de pauta, justificando a
 60 importância de se aprovar, ainda pela manhã, a estratégia de abordagem aos candidatos
 61 às eleições 2018, além de informar que, para otimização do tempo, o monitoramento do
 62 Plano de Ação não seria apresentado, pois constava no material impresso entregue a
 63 todos. Com a palavra, os membros não se opuseram à inversão de pauta, mas
 64 solicitaram que se reserve 30 minutos nas demais reuniões para a apresentação do
 65 monitoramento e que o material seja enviado com antecedência para avaliação prévia. O
 66 representante da CNI, Sr. Shelley Cameiro, também solicitou um breve relato sobre o
 67 Prêmio ODS Brasil. A ordem da pauta, acatada por todos os presentes, foi a seguinte: 1
 68 - Estratégia CNODS relativa às Eleições 2018 e a Agenda 2030 (Resultado três do
 69 Plano de Mobilização); 2 - Apresentação do Plano de Disseminação (Comunicação e
 70 Mobilização) – SECEX CNODS; 3 - Estratégia de aprovação da proposta de adequação
 71 de metas + consulta pública – CNODS e IPEA; 4 - Proposta de estrutura do Relatório
 72 anual da CNODS - Ano 2017/2018 – SECEX CNODS; 5 - Aprovação da resposta do



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

78 Acórdão Tribunal de Contas da União – SECEX CNODS, informes, e
 74 encaminhamentos. Dando continuidade à reunião, passou-se ao primeiro item da pauta:
 75 Estratégia CNODS relativa às Eleições 2018 e a Agenda 2030. O Secretário Executivo
 76 da CNODS, Sr. Henrique Villa, apresentou a proposta de abordagem contendo:
 77 abordagem aos candidatos à Presidência da República; abordagem aos candidatos aos
 78 governos estaduais; encaminhamento de documentos sobre: contextualização da Agenda
 79 2030, Carta Compromisso, e disponibilização da CNDOS para um contato presencial
 80 com os presidenciáveis, que seria articulado e realizado apenas pelos integrantes da
 81 Sociedade Civil, considerando o impedimento legal dos integrantes do governo. Com a
 82 palavra, o representante da ETHOS, Sr. Caio Magri, manifestou dúvidas sobre o
 83 encaminhamento da documentação em relação ao impedimento do governo, destacou
 84 que na documentação a ser encaminhada deveria constar o compromisso de se manter,
 85 até o fim do primeiro ano de mandato, a atual estrutura da CNODS, sugeriu que o
 86 compromisso também se estendesse aos partidos, e finalmente sugeriu um texto mais
 87 amplo, fazendo referências aos compromissos do Brasil com a ONU e demais acordos
 88 internacionais. A representante da Fundação ABRINQ, Sra. Heloisa Oliveira,
 89 concordou com o Sr. Caio Magri sobre a questão do impedimento do governo, destacou
 90 sua preocupação quanto a complexidade da logística do processo de abordagem aos
 91 candidatos, destacou que o esforço deve ser concentrado para que a continuidade do
 92 processo esteja assegurada nas propostas de governo, sugeriu ainda que a abordagem
 93 direta seja apenas no segundo turno, e que a abordagem alcance também os
 94 congressistas. O Sr. Shelley Carneiro, representante da CNI, sugeriu um texto mais
 95 objetivo sobre o que está sendo feito e que o compromisso é de estado e não de
 96 governo. A Sra. Clarice Ziller, representante da Visão Mundial, sugeriu que o texto
 97 deve ser imperativo, sem a conotação de possibilidade de fazer algo. O representante do
 98 MP, Sr. Rodrigo Ramiro, se manifestou favorável à abordagem sobre a manutenção do
 99 modelo da CNDOS e ainda, que a abordagem seja no segundo turno. Com a palavra, o
 100 representante do MRE, Sr. José Antônio Marcondes, registrou que a comunicação seja
 101 do Plenário da Comissão, com explicações sobre o que é a Agenda 2030, sobre sua a
 102 institucionalidade, sugeriu que a abordagem fosse realizada em uma plataforma
 103 direcionada aos candidatos. O representante da ABC, Sr. Jailson, sugeriu que a CNDOS
 104 produza a documentação e que os membros da Sociedade Civil encaminhem aos
 105 candidatos. O Sr. Elias Begnini, sugeriu que o foco seja no âmbito federal e após, caso
 106 haja possibilidade, no estadual. Após longo debate, a plenária da CNODS optou pelos
 107 seguintes encaminhamentos: a SECEX irá elaborar minuta de expediente e os
 108 documentos a serem entregues aos candidatos às Eleições 2018 e enviará aos membros
 109 da CNODS para validação por e-mail até o dia vinte e quatro de agosto; após a



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

110 validação dos documentos a CNODS enviará por e-mail aos candidatos ao Governo do
 111 Estado e à Presidência para assinatura do Termo de Compromisso; a CNODS irá
 112 elaborar expediente às emissoras de televisão sugerindo a inclusão do tema da Agenda
 113 2030 nos debates televisivos. O Sr. Shelley Cameiro, quer que conste em ata que não
 114 concorda com a abordagem estadual e com a carta compromisso. Passando para o
 115 próximo item da pauta, o Secretário Executivo da CNODS apresentou a nova narrativa
 116 do Plano de Disseminação da CNODS, foi realizada a leitura da narrativa em conjunto
 117 com a plenária, a qual realizou ajustes e em seguida sua aprovação por unanimidade. O
 118 Secretário Executivo informou a necessidade de complementação da planilha contendo
 119 as atividades complementares ao Plano de Disseminação, sugerindo, para isso, a
 120 realização de uma oficina. Após, a Sra. Enid Rocha, representante do Instituto de
 121 Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entregou à CNDOS o Relatório de Adequação
 122 de Metas Globais, produto 3.1.3 do plano de ação da CNDOS, passando à sua
 123 apresentação. Ao final, informou que o relatório é uma proposta de governo e
 124 questionou se a CNODS enviará à consulta pública para contribuições da sociedade
 125 civil. A plenária parabenizou o IPEA pelo esforço coletivo com os demais órgãos
 126 setoriais pelo trabalho. O representante do MP, Sr. Rodrigo Ramiro, sugeriu o uso da
 127 mesma ferramenta que foi utilizada para realizar a consulta pública sobre a Estratégia
 128 Nacional de Desenvolvimento Econômico, alertou ainda a urgência para o envio à
 129 consulta pública. O representante da Casa Civil, Sr. Adriano de Souza, sugeriu que seja
 130 feita reunião devolutiva para à apresentação do resultado final aos órgãos setoriais. A
 131 SECEX, a pedido da plenária, ficou responsável por realizar consulta jurídica e
 132 apresentar proposta de consulta pública para a Sociedade Civil com o resultado da
 133 adequação das metas globais a realidade brasileira. Após o almoço, o Secretário
 134 Executivo, Sr. Henrique Vila, se desculpou por não ter justificado a ausência da
 135 ANDIFES logo pela manhã, em seguida foi abordado o item 4 da pauta proposta de
 136 estrutura do relatório anual da CNDOS relativo a 2017/2018. O Secretário Executivo
 137 repassou toda a estrutura do Relatório de Atividades da CNODS, colocou em discussão
 138 qual seria a metodologia de elaboração do relatório. O encaminhamento foi de que a
 139 SECEX elaborará minuta dos conteúdos necessários e enviará aos membros da
 140 CNODS, até o dia 28 de setembro, para inserções e contribuições. Os membros da
 141 CNODS deverão retornar com suas contribuições até o dia 15 de outubro para discussão
 142 e aprovação na reunião de novembro da CNDOS. O técnico da SNAS, Sr. Márcio
 143 Pontual, registrou a necessidade da participação ativa de todos os membros da CNDOS
 144 na elaboração do relatório, tendo em vista que eles são detentores do conteúdo que
 145 comporá o relatório e que o trabalho da equipe técnica será de consolidação e ajustes
 146 das informações. O Secretário Executivo solicitou aos membros que já encaminhem



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

147 suas informações sobre participação em eventos e o que mais tiverem a contribuir.
148 Seguindo para o próximo item da pauta, aprovação da resposta do Acórdão 709/2018 do
149 Tribunal de Contas da União – TCU, o Sr. Henrique Villa contextualizou a atuação do
150 TCU no âmbito da implementação da Agenda 2030. O Sr. Henrique Sabino, técnico da
151 SNAS, explanou sobre o objetivo do Acórdão, e, junto com os membros da CNDOS,
152 leu as repostas de cada um dos quatro questionamentos. Houve entre os membros uma
153 discussão sobre a falta de entendimento do TCU sobre a atuação e a competência da
154 CNODS em relação à implementação da Agenda 2030. A Sra. Heloisa de Oliveira
155 sugeriu que o TCU fosse convidado a participar da próxima reunião da CNDOS. O
156 representante do MRE não acha adequado que o TCU participe, sugeriu que os
157 Ministros do TCU sejam orientados sobre a Agenda e sobre o papel da CNDOS. Dessa
158 forma, para o encerramento da reunião foram realizados os informes. Foi trazido pela
159 plenária o questionamento de como anda a negociação do Governo Brasileiro com a
160 Missão Internacional e a ONU para apresentação do Relatório Nacional Voluntário em
161 2019, uma vez que a ECOSOC não considerou o pedido de apresentar o relatório
162 isolado. O Sr. José Antônio Marcondes informou que o Brasil registrou em tempo sua
163 solicitação para a apresentação do RNV em 2019, entretanto, foi comunicado pelo
164 ECOSOC que, pelo grande número de solicitação, seria dado preferência aos países que
165 ainda não apresentaram seus relatórios. Informou ainda que o MRE continuará
166 envolvendo esforços para incluir o Brasil na apresentação do RNV em 2019. O Sr.
167 Reinaldo Salgado, representante do MRE, colocou para a reflexão dos membros da
168 CNODS o desafio em se apresentar um relatório na ONU de um Governo anterior,
169 principalmente na atual conjuntura política brasileira. Logo em seguida, o Sr. José
170 Antônio Marcondes relatou as múltiplas atividades em que a Delegação Brasileira
171 participou, com ênfase na reunião de avaliação do Fórum Mundial da Água, a
172 possibilidade de conhecer as diferenças e múltiplas iniciativas que estão sendo
173 desenvolvidas pelos países membros que participarão do HLPF, a votação nas emendas
174 apresentadas no Fórum, o network estabelecido entre os participantes da Delegação
175 Brasileira e outros países e as reuniões realizadas com os participantes da delegação
176 brasileira na Missão em Nova York. Em segundo lugar, o representante do Ministério
177 do Planejamento, Sr. Rodrigo Ramiro, explanou sobre a reunião da Estratégia Nacional
178 de Desenvolvimento Econômico Social, que está em consulta pública, destacou que a
179 principal questão levantada refere-se ao desalinhamento conceitual com a Agenda 2030.
180 Em seguida apresentou o Relatório do PPA com a marcação dos ODS no SIOP, produto
181 E5.1.2 do plano de ação da CNODS, explicou que o relatório tem 3 volumes, além das
182 adequações e por motivos técnicos ainda não conseguiu disponibilizar aos membros da
183 CNDOS. O último informe do Ministério do Planejamento foi sobre sua participação no



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF**

184 22º Concurso de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, o
 185 projeto inscrito “Mapeamento PPA x ODS” ficou entre os 10 finalistas. A Sra. Heloisa
 186 de Oliveira registrou sua preocupação sobre a desconexão da Estratégia Nacional de
 187 Desenvolvimento Econômico e Social com a Agenda 2030, informou que o acordo
 188 internacional deveria ser um orientador da Estratégia, do PPA e do Orçamento, registrou
 189 ainda o retrocesso dos indicadores sociais brasileiros e a necessidade dos instrumentos
 190 de planejamento e orçamento se conectarem a Agenda 2030. A pedido do Sr. Shelley
 191 Carneiro, o Secretário Executivo da CNDOS apresentou informações sobre o
 192 andamento do Prêmio ODS Brasil 2018. Ao final da reunião, foram definidos quatro
 193 encaminhamentos. O primeiro, a Secretaria Executiva da CNODS marcará reunião para
 194 a apresentação do Relatório de Adequação de Metas e posteriormente enviará para
 195 consulta pública. O segundo, a SECEX irá providenciar oficina, em setembro, com
 196 objetivo de qualificar o Plano de Disseminação da CNDOS. O terceiro, a SECEX irá
 197 elaborar minuta de recomendação ao Ministério do Planejamento sobre a necessidade de
 198 alinhamento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com a
 199 Agenda 2030, que deverá ser validada pelos membros da CNDOS. O quarto e último,
 200 será agendada a 5ª Reunião Extraordinária para o dia 28 de setembro, como pauta os
 201 encaminhamentos dos itens da pauta desta reunião extraordinária, o monitoramento do
 202 Plano de Ação, e o posicionamento das Câmaras Temáticas. Às dezessete horas e
 203 quinze minutos, o Secretário Executivo da Comissão, Henrique Villa, procedeu ao
 204 encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes pela
 205 participação. Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da
 206 Comissão e assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional
 207 para os ODS.

CARLOS MARUN

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social
 Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
 Sustentável

ANEXO I – ATA 09 – 4^a REUNIÃO ORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98 – Brasília – DF

Ata da 4^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1 Aos trinta de novembro de dois mil e dezoito, com início às nove horas e trinta minutos, na sala
 2 noventa e oito do quarto andar do Palácio do Planalto, situado em Brasília, reuniram-se os
 3 representantes da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -
 4 ODS, os órgãos de assessoramento técnico e a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para
 5 os ODS, para realização da 4^a Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os ODS, criada
 6 pelo Decreto Federal 8.892, de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados pela
 7 Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da República.
 8 Estiveram presentes na reunião: o Sr. Carlos Henrique Menezes Sobral, representando a
 9 Secretaria de Governo da Presidência da República; o Sr. Adriano Augusto de Souza,
 10 representando a Casa Civil da Presidência da República; o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira,
 11 representando a Secretaria Executiva da CNODS; o Sr. Elias Begnini, representando o
 12 Ministério do Meio Ambiente - MMA; o Sr. Rodrigo Correa Ramiro, representando o
 13 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP; o Sr. Sérgio de Freitas Monforte,
 14 representando a Confederação Nacional da Indústria - CNI; a Sra. Maitê Gauto, representando a
 15 Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; a Sra. Clarice Moraes
 16 Ziller Tenório, representando a Visão Mundial; o Sr. Jorge Luiz Numa Abrahão, representando
 17 o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social; o Sr. Adalberto Luis Val,
 18 representando a Academia Brasileira de Ciência - ABC; o Sr. Gustavo Henrique de Souza
 19 Balduíno, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de
 20 Ensino Superior - Andifes; a Sra. Mayane Burti, representando o Instituto Brasileiro de
 21 Qualidade e Produtividade; o Sr. Paulo Humberto Guimarães, representando Associação
 22 Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente - ABEMA; a o Sr. Roberto Luis Olinto
 23 Ramos, representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; a Sra. Enid
 24 Rocha Andrade da Silva e o Sr. José Eduardo Brandão, representando o Instituto de Pesquisa
 25 Econômica Aplicada - IPEA; a Sra. Débora Silva e o Sr. Vinicius Trindade, acompanhando a
 26 reunião pelo Ministério das Relações Exteriores - MRE; o Sr. Eduardo César Gomes,
 27 acompanhando a reunião por indicação do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; a Sra.
 28 Rosangela Ribeiro, acompanhando a reunião por indicação da Confederação Nacional de
 29 Municípios - CNM; a Sra. Nadia Lippi, acompanhando a reunião por indicação da Associação
 30 Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA; a Sra. Patrícia Menezes,
 31 acompanhando a reunião pela Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação - CTPMI;
 32 os Srs. Marcelo Mosaner e Cristiano Moura, representando a Câmara Temática
 33 Acompanhamento da Agenda 2030; a Sra. Maniza Lima e o Sr. Eduardo Ambrósio, alunos do
 34 Curso de Especialização Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 35 da ENAP; a Sra. Andrea Perez, a Sra. Rúbia Quintão, a Sra. Miriam Salete, o Sr. Laurêncio
 36 João Körbes, o Sr. Marcio Pontual, a Sra. Claudenice Custódio, o Sr. José Botelho, e a Sra.
 37 Eliane Bearzi, o Sr. Adolfo Brito, o Sr. Matheus Luiz, membros da equipe da Secretaria
 38 Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo. Justificaram a ausência e/ou se



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

39 fizeram representar a União Geral dos Trabalhadores – UGT, a CNM e o MRE. O Secretário
 40 Executivo da CNODS, Sr. Henrique Villa, deu início reunião dando boas vindas a todos, saudou
 41 o novo representante da CNODS, o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBPQ,
 42 representado pela Sra. Mayane Burti, Suplente do IBPQ, que substituiu o Conselho Nacional
 43 das Populações Extrativistas – CNS. Imediatamente passou a palavra para o Secretário-
 44 Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Carlos Henrique Menezes
 45 Sobral, que neste ato representou o Presidente da CNODS, o Sr. Carlos Marun, ao proferir suas
 46 palavras, o Secretário-Executivo saudou a todos informando sua impossibilidade de participação
 47 nas outras reuniões, registrou também a sua satisfação em poder participar da reunião e destacou
 48 o protagonismo da CNODS, frente à implementação da Agenda 2030 no último ano,
 49 cumprimentou os presentes, colocando a SEGOV à disposição de todos. Na sequência o
 50 Secretário-Executivo da CNODS repassou a pauta do dia aos membros, considerando a
 51 extensão da pauta, foi destacada a necessidade de uma reunião extraordinária no dia 12 de
 52 dezembro de 2018, informou ainda a mudança de endereço da SNAS para o Ed. Sede II do
 53 Banco do Brasil, no Setor Bancário Sul. Foi sugerido pelo representante da Andifes, Sr.
 54 Gustavo Balduíno, antecipar o assunto do novo mandato da Comissão, surgiu um grande debate
 55 sobre a Transição Governamental com vários posicionamentos sobre a importância dos
 56 membros da CNODS terem uma reunião com o Grupo de Transição do Governo. O
 57 representante da Abema, Sr. Paulo Humberto, informou que o item sobre o Guia de
 58 Implementação será apresentado na próxima reunião. O Sr. Ramiro Correa, representante do
 59 MP, solicitou a definição da data para a próxima reunião extraordinária, pois sobre alguns itens
 60 da pauta como a Nova Governança, a Transição e o Calendário 2019, ainda não se têm
 61 informações suficientes para discussão nesta reunião. O representante da CNI, Sr. Sergio
 62 Monforte, ressaltou a importância de se manter na pauta do dia o item sobre a apresentação da
 63 metodologia da Consulta Pública da Adequação de Metas ODS. O Sr. Carlos Henrique, foi
 64 convocado para uma reunião com a equipe de transição e precisou se ausentar da reunião,
 65 sugeriu aos membros da CNODS que façam uma espécie de moção para que seja entregue à
 66 equipe de transição e ao futuro Ministro com o intuito de apresentar a CNODS e divulgar as
 67 iniciativas que estão sendo desenvolvidas, bem como reforçar a importância dos ODS para o
 68 crescimento sustentável do País. A representante da Fundação Abrinq, Sra. Maitê Gauto,
 69 registrou sua preocupação com a percepção equivocada sobre desenvolvimento social estar
 70 relacionada a questão ambiental, bem como a desqualificação das organizações da sociedade
 71 civil pelo futuro governo, impactando na importância da participação delas na CNODS. O
 72 Secretário-Executivo da CNODS, Sr. Henrique Villa, deixou registrado em ata que a saída da
 73 SNAS, fisicamente, da Presidência da República foi determinação do atual governo, e que isso
 74 não demonstra a descontinuidade do diálogo com os movimentos sociais pelo próximo governo.
 75 Registraram também a criação, pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Comitê
 76 Interinstitucional destinado a realizar estudos e apresentar propostas de integração das metas do
 77 Poder Judiciário com as metas e indicadores dos ODS, designando como membro o Secretário-
 78 Executivo da CNODS – Portaria CNJ nº 133, de 28 de setembro de 2018. Após deliberação dos
 79 membros, foram retirados da pauta do dia e transferidos para a reunião extraordinária do dia



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF

80 12/12/2018 os seguintes itens: Monitoramento do Plano de Ação CNODS; Definição da
 81 temática da quarta e última Câmara Temática da CNODS; Apresentação do Guia de
 82 implementação dos ODS em estados e Municípios. Na sequência, foi apresentado pela
 83 representante da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação, Sra. Patricia Menezes,
 84 o Plano de Ação e os grupos de trabalhos formados no âmbito da referida Câmara temática. Na
 85 oportunidade a representante da CTPMI registrou a dificuldade na efetiva participação e
 86 contribuição dos integrantes nas atividades da câmara, sugerindo o registro no Regimento
 87 Interno das Câmaras Temáticas as atribuições das Coordenações das Câmaras distinguindo das
 88 atribuições na CNODS. O Secretário-Executivo da Comissão solicitou que os membros que
 89 fizessem as devidas contribuições na Minuta do Regimento Interno das Câmaras Temáticas
 90 enviada anteriormente. Em seguida o Sr. Marcelo, da Fundação Avina, a pedido da Fundação
 91 Abrinq, apresentou a proposta do Termo de Referência da Câmara Temática Acompanhamento
 92 da Agenda 2030, sendo o mesmo validado pelos membros com a observação do representante
 93 do IBGE, Sr. Roberto Olinto, para que seja considerado o trabalho que já vem sendo realizado
 94 por outros atores para o monitoramento dos ODS. Após o almoço, o Secretário Executivo, Sr.
 95 Henrique Villa, passou as indicações apresentadas para o Comitê de Instalação da Câmara
 96 Temática Integração de Políticas Públicas: CNM – Luciene; Abema – Jussara e Suzete;
 97 Fundação Abrinq – Maitê; MDS – Cleber Santos do MAPA; Visão Mundial – ACT e Rena;
 98 MMA – Gustavo Oliveira; SEGOV – Marlon Cambrai – Secretário de Desenvolvimento
 99 Regional; Casa Civil – Leonardo e José Adão; MRE – Débora e Vinicius; CNI – Sheley e
 100 Sérgio; Na sequência foi apresentado pela Sra. Rubia Quintão os resultados da Oficina do Plano
 101 de Disseminação da CNODS, informando a necessidade de definição das ideias forças do plano
 102 de disseminação da CNODS, os membros enviarão por e-mail, até dia 05 de dezembro 2018,
 103 cinco ideias força que irão orientar a preparação do material de divulgação da CNODS. Após,
 104 o Sr. Ramiro, representante do MP, apresentou a estratégia de elaboração do PPA 2020-2023 e o
 105 mapeamento de políticas públicas, informando que a nova proposta de estrutura do PPA está
 106 sendo discutida com a equipe de transição do novo governo. Os membros parabenizaram a
 107 apresentação e os importantes passos para o monitoramento e avaliação de políticas públicas
 108 alinhadas aos ODS. Na sequência, a representante do IPEA, Sra. Enid, apresentou a
 109 metodologia de consulta pública sobre a Adequação das Metas, informando que a consulta
 110 ficará disponível por 30 dias e, assim que encerrada, os técnicos do IPEA coordenadores de
 111 cada um dos objetivos consolidarão as contribuições, gerando outro relatório que deverá ser
 112 submetido novamente à CNODS para o devido encaminhamento. Informou também os
 113 resultados da consulta, onde foram registrados 56 comentários e 37 propostas, sendo: 16 de
 114 inclusão, 19 de modificação e 02 de exclusão. Informou que o ODS que mais recebeu propostas
 115 foi o ODS 4, seguido do ODS 15 e ODS 11. Após deliberação ficou acordado que os itens 10 e
 116 11 da pauta, sobre a metodologia da nova governança da CNODS, a transição e o calendário
 117 2019, seriam discutidos na reunião do dia 12 de dezembro de 2019 com a equipe de transição.
 118 Para o encerramento da reunião foram dados os seguintes informes: resultados da reunião do
 119 Juri; publicação da Revista do Prêmio ODS Brasil; lançamento do banco de práticas pela
 120 ENAP; informações sobre a cerimônia do Prêmio. Os membros da CNODS solicitaram



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 98- Brasília - DF**

121 encaminhamento de convites para a Cerimônia do Prêmio aos futuros ministros, e às instituições
 122 propensas a integraram a CNODS convites para participarem da próxima reunião. O Sr.
 123 Adalberto, representante da ABC, sugeriu a integração do banco de práticas da SDSN
 124 Amazônia ao banco que a SNAS está criando em parceria com a ENAP. Logo em seguida, a
 125 Sra. Miriam Licnerski apresentou a Minuta do Relatório de Atividades da CNODS 2017-2018 e
 126 o cronograma proposto para sua entrega na Cerimônia do Prêmio, sendo aprovado por todos. O
 127 Sr. Márcio Pontual registrou a importância das contribuições e o atendimento do prazo, visto o
 128 pouco tempo hábil para a conclusão do relatório. Após deliberação, ficou acordado que a
 129 *redefinição do produto E3.1.2 “Diagnóstico (Relatório linha de base) do Plano de Ação*
 130 *CNODS” será realizada em 2019 após a finalização da consulta pública de adequação das metas*
 131 *ODS e o cálculo dos respectivos indicadores feitos pelo IBGE. Foram definidos os seguintes*
 132 *encaminhamentos: Agendada a 6ª Reunião Extraordinária para o dia 12 de dezembro de 2018;*
 133 *Envio de informações sobre a Agenda 2030 à equipe de transição e solicitação de agendamento*
 134 *de reunião com a CNODS; e Envio da versão final do Relatório de Atividades da CNODS*
 135 *2017-2018 até o dia 11 de dezembro para validação da CNODS na reunião do dia 12 de*
 136 *dezembro. Às dezenove horas, o Secretário-Executivo da Comissão, Sr. Henrique Villa,*
 137 *procedeu ao encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes pela*
 138 *participação. Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da Comissão e*
 139 *assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os ODS.*

CARLOS MARUN

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
 Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social
 Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ANEXO J – ATA 10 – 6^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 96 - Brasília – DF

Ata da 6^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

- 1 Aos doze de dezembro de dois mil e dezoito, com início às nove horas e vinte minutos, na sala
 2 noventa e seis do quarto andar do Palácio do Planalto, situado em Brasília, reuniram-se os
 3 representantes da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -
 4 ODS, os órgãos de assessoramento técnico e a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para
 5 os ODS, para realização da 6^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os ODS,
 6 criada pelo Decreto Federal 8.892, de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram designados
 7 pela Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da
 8 República. Estiveram presentes na reunião: o Sr. Carlos Marun, Presidente da CNODS e
 9 Ministro da Secretaria de Governo; o Sr. Adriano Augusto de Souza, representando a Casa Civil
 10 da Presidência da República; o Sr. Marcos de Souza, representando o Ministério do
 11 Desenvolvimento Social; o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira, representando a Secretaria
 12 Executiva da CNODS; a Sra. Rejane Pieratti, representando o Ministério do Meio Ambiente -
 13 MMA; o Sr. Rodrigo Correa Ramiro, representando o Ministério do Planejamento,
 14 Desenvolvimento e Gestão - MP; os Srs. Shelley de Souza Carneiro e Sérgio de Freitas
 15 Monforte, representando a Confederação Nacional da Indústria - CNI; as Sras. Heloisa Helena
 16 S. de Oliveira e Maitê Gauto, representando a Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças e
 17 dos Adolescentes; as Sras. Raissa Rossiter e Clarice Moraes Ziller Tenório e o Sr. Welinton
 18 Pereira da Silva, representando a Visão Mundial; o Sr. Adalberto Luis Val, representando a
 19 Academia Brasileira de Ciência – ABC; a Sra. Ângela Maria Paiva Cruz, representando a
 20 Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; a
 21 Sra. Daniela de Cássia, representando a CNM; o Sr. Paulo Humberto Guimarães, representando
 22 Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente – ABEMA; o Sr. Roberto Luís
 23 Olinto Ramos, representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; o Sr.
 24 Nicola Speranza, acompanhando a reunião pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE; o
 25 Sr. José Valente, acompanhando a reunião por indicação do Instituto de Pesquisa Econômica
 26 Aplicada – IPEA; a Sra. Rosangela Ribeiro, acompanhando a reunião por indicação da
 27 Confederação Nacional de Municípios - CNM; a Sra. Nadia Lippi, acompanhando a reunião por
 28 indicação da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; o Sr.
 29 Marco Antônio Ramos Caminha e o Sr. Fernando Zancan, convidados da CNI; a Sra. Rúbia
 30 Quintão, o Sr. Laurêncio João Körbes, o Sr. Marcio Pontual, a Sra. Claudenice Custódio, a Sra.
 31 Carmem Bueno; a Sra. Suzana Rabelo, a Sra. Eliane Bearzi, o Sr. Adolfo Brito, o Sr. Matheus
 32 Luiz, membros da equipe da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de
 33 Governo. Justificaram a ausência e/ou se fizeram representar a União Geral dos Trabalhadores –
 34 UGT, o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBPQ; o Instituto ETHOS e o MRE.
 35 O Secretário-Executivo da CNODS, Sr. Henrique Villa, deu inicio a reunião dando boas vindas
 36 a todos, ressaltou que o objetivo da reunião era esgotar todos os itens pendentes de 2018.
 37 Registrhou a impossibilidade de apresentação para aprovação da ata da 4^a Reunião Ordinária,
 38 ocorrida no dia 30 de novembro de 2018, tendo em vista o pouco tempo hábil para sua



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 96 - Brasília – DF

39 elaboração, informou que na primeira reunião de 2019 as duas últimas pautas seriam
 40 apresentadas para aprovação. Convidou todos os membros, no intervalo do almoço, no Espaço
 41 do Servidor da Presidência da República, para o lançamento do **livro ODS e as Igrejas “Porque**
 42 Deus Amou o Mundo Igreja e ODS, pela **Vida Mundial**. Comunicou ter participado de
 43 reunião com o novo Ministro da SEGOV, General Santos Cruz, e que ainda não está definida a
 44 manutenção da Agenda na estrutura da SEGOV. Em seguida passou à apresentação da pauta do
 45 dia. O Sr. Adriano Augusto, representante da Casa Civil, solicitou a retirada do item sobre o
 46 Monitoramento do Plano de Ação da CNODS. A Sra. Daniela de Cássia, representante da
 47 CNM, solicitou que o item do Guia de Implementação fosse apresentado logo pela manhã em
 48 virtude de outros compromissos assumidos no CNM no período da tarde. O representante do
 49 MP, Sr. Rodrigo Ramiro, solicitou que, considerando a necessidade da reunião terminar mais
 50 cedo, a definição da temática da 4ª Câmara Temática fosse realizada pela manhã. O Sr. José
 51 Valente, representando o IPEA, informou a necessidade de retirada da pauta dos itens sobre a
 52 Definição da Estratégia para a elaboração do Relatório Nacional Voluntário e do
 53 encaminhamento da consulta pública da adequação de metas ODS, tendo em vista que o
 54 primeiro já fora explanado na última reunião e o segundo ainda não foi finalizado. Após
 55 deliberação sobre os pedidos de alteração a pauta ficou assim definida: Aprovação do Relatório
 56 de Atividades da CNODS 2017-2018; Apresentação do Guia de Implementação dos ODS em
 57 estados e municípios; Definição da Temática da 4ª Câmara Temática da CNODS; Transição e
 58 Calendário 2019; Discussão sobre a metodologia Governança / Mandato CNODS 2019-2021; e
 59 Informes. Na sequência, o Secretário-Executivo da CNODS, Sr. Henrique Villa, solicitou aos
 60 membros a definição sobre entrega do Relatório de Atividades da CNODS na Cerimônia do
 61 Prêmio. A Sra. Ângela Cruz, registrou a importância de que estejam contempladas no Relatório
 62 de Atividades todas as ações sobre a Agenda 2030 tendo em vista a indefinição sobre os
 63 trabalhos da Agenda 2030 pelo governo. Ficou definido pelos membros da CNODS que seria
 64 entregue uma versão preliminar na Cerimônia do Prêmio gravada em *pen-card*, e os
 65 representantes enviarão as demais contribuições até o dia 21 de dezembro para lançamento da
 66 versão final na Plataforma ODS no mesmo dia. Na sequência a Sra. Daniela de Cássia,
 67 representante da CNM, e o Sr. Paulo Humberto, representante da Abema, passaram à
 68 apresentação da proposta do Guia de implementação dos ODS dos estados e municípios. A Sra.
 69 Heloisa Helena, representante da Fundação Abrinq, elogiou a proposta parabenizou as duas
 70 instituições responsáveis por sua construção e compartilhou com os demais membros que a
 71 Fundação Abrinq se habilitou para um edital da União Europeia que propunha financiamento à
 72 projetos de fortalecimento de redes ligadas à implementação dos ODS no Brasil, sendo
 73 aprovada juntamente com a CNM, a Frente Nacional de Prefeitos e a Agenda Pública. O Sr.
 74 Adalberto Val, representante da ABC, sugeriu que, no que se refere à cooperação, o Guia
 75 deveria contemplar não só a estratégia interna, mas, também, o que os outros países vizinhos já
 76 vêm realizando a interação proposta no Guia, por exemplo, o SDSN Amazônia. Sugeriu,
 77 também, que as instituições de extensão e pesquisa sejam incluídas. A Sra. Ângela Cruz,
 78 representante da Andifes, sugeriu incluir no segmento de cooperação as instituições de educação
 79 básica. O Sr. Rodrigo Ramiro, registrou a necessidade de implementar logo o Guia, ou ao



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 96 - Brasília – DF

80 menos um piloto, tendo em vista o início de elaboração do PPA nos estados. Os demais
 81 membros elogiaram a iniciativa, contribuindo com sugestões e observações para o
 82 aperfeiçoamento do Guia, que deverá ser concluído até julho de 2019. A Sra. Daniela de Cássia
 83 agradeceu a contribuição de todos e levantou o questionamento sobre o responsável pelo
 84 financiamento do Guia, o Secretário-Executivo da CNODS informou que seria a própria
 85 CNODS. Logo em seguida, o Secretário-Executivo da CNODS passou para o item de pauta
 86 sobre a definição da temática da 4ª Câmara Temática, sugerindo o tema “**Desenvolvimento**
 87 **Regional Territorial**”, argumentou que esse tema é de extrema importância para a CNODS, uma
 88 vez que o país com dimensões continentais não pode deixar de lado a devida prioridade para o
 89 aperfeiçoamento das chamadas políticas regionais/territoriais explícitas. Acentuou ainda que
 90 não se trata apenas de olhar para a dívida histórica que o País tem para porções significativas do
 91 seu território, mas o resgate de cidadãos e de espaços geográficos que estão à margem da
 92 dinâmica nacional do desenvolvimento. Em seguida colocou o assunto em discussão. O Sr.
 93 Sergio Monforte, representante da CNI, sugeriu uma revisão no escopo das outras Câmaras
 94 Temáticas no intuito de verificar sobreposições de atribuições. Após um amplo debate, a
 95 temática foi aprovada pelos membros, com solicitação de elaboração e divulgação entre os
 96 membros da CNODS sobre a ementa contendo os objetivos da referida Câmara Temática. Neste
 97 momento, o Presidente da CNODS, Sr. Carlos Marun, foi recebido na reunião e com a palavra
 98 saudou a todos e agradece o trabalho desenvolvido pela Comissão. Informou que participou de
 99 reunião com o futuro ministro da SEGOV onde foram repassadas as informações sobre a
 100 Agenda 2030 e que o expediente elaborado pela Comissão será encaminhado à equipe de
 101 transição. Justificou sua ausência na Cerimônia do Prêmio tendo em vista sua viagem ao
 102 exterior. Após o intervalo do almoço o Secretário-Executivo da Comissão prosseguiu a reunião
 103 com o item de pauta Transição e Calendário 2019, sendo aprovado pelos membros o seguinte
 104 cronograma: 7ª Reunião Extraordinária – 31 de janeiro de 2019; 8ª Reunião Extraordinária – 15
 105 de março de 2019; 5ª Reunião Ordinária – 30 de abril de 2019; Posse da Nova Comissão – 25 de
 106 julho de 2019; 9ª Reunião Extraordinária – 26 de julho de 2019; e 6ª Reunião Ordinária – 22 de
 107 novembro de 2019. Em seguida, o Secretário-Executivo da CNODS compartilhou as
 108 informações sobre a transição repassadas na reunião com o novo ministro da SEGOV, informou
 109 que a nova equipe tem conhecimento da Agenda 2030 e da Comissão Nacional para os ODS,
 110 mas que ainda não há definições concretas sobre o assunto. Os membros registraram a
 111 preocupação sobre a manutenção da Comissão e da Agenda pelo próximo governo. Passando
 112 para o quinto item, Nova Governança e Mandato a CNODS, o Secretário-Executivo da CNODS
 113 informou que a nova equipe fará a proposta do novo modelo, sugeriu que o tema seja retomado
 114 na próxima reunião e colocou o assunto em discussão. A Sra. Maitê Gauto, sugeriu que a
 115 CNODS deveria concentrar na estratégia de defender os preceitos que a Comissão deve ter e se
 116 munir de informações para serem apresentadas quando solicitado. A Sra. Ângela Cruz,
 117 representante da Andifes, sugeriu que os membros pensem sobre a necessidade de recomposição
 118 de representantes do Governo na Comissão, observando e defendendo o princípio da paridade.
 119 Seguindo para o encerrando da reunião foram repassadas orientações sobre a Cerimônia do
 120 Prêmio; a divulgação da Revista do Prêmio; e o lançamento do Banco de Práticas na Cerimônia.



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 96 - Brasília – DF**

121 O Secretário-Executivo registrou que, dos assuntos levantados em 2018, restaram apenas para
122 serem discutidos em 2019 a estratégia de elaboração do Relatório Nacional Voluntário e o
123 encaminhamento dos resultados da Consulta Pública de Adequação de Metas ODS. Às
124 dezesseis horas, o Secretário-Executivo da Comissão, Henrique Villa, procedeu ao
125 encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes pela participação.
126 Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da Comissão e assinada pelo
127 Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os ODS.

CARLOS MARUN

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA

Secretário Nacional de Articulação Social

Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ANEXO K – ATA 11 – 7^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

Ata da 7^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1 Aos 31 de janeiro de dois mil e dezenove, com inicio às nove horas e dez minutos, na sala
 2 noventa e sete do quarto andar do Palácio do Planalto, situado em Brasília, reuniram-se os
 3 representantes da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -
 4 CNODS, os órgãos de assessoramento técnico e a Secretaria-Executiva da Comissão
 5 Nacional para os ODS, para realização da 7^a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional
 6 para os ODS, criada pelo Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, cujos membros foram
 7 designados pela Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017, da Secretaria de Governo da
 8 Presidência da República. Estiveram presentes na reunião: o Sr. Carlos Alberto dos Santos
 9 Cruz, Presidente da CNODS e Ministro da Secretaria de Governo; o Sr. Mauro Biancamano
 10 Guimarães, Secretário-Executivo da SEGOV; o Sr. Adriano Augusto de Souza,
 11 representando a Casa Civil da Presidência da República; O Sr. Elias Begnini, representando
 12 o Ministério do Meio Ambiente - MMA; o Sr. Rodrigo Correa Ramiro, representando o
 13 Ministério da Economia; o Srs. Nicola Speranza e Daniel Leite, representando o Ministério
 14 das Relações Exteriores – MRE; o Sr. Roberto Olinto, representando o Instituto Brasileiro
 15 de Geografia e Estatística – IBGE; as Sras. Enid Rocha e Valéria Rezende, representando o
 16 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; o Sr. Júry Revoredo e a Sra. Giovana
 17 Costa, representando a Secretaria-Executiva da CNODS; o Sr. José Patriota e a Sra. Daniela
 18 de Cássia Brito, representando a Confederação Nacional dos Municípios – CNM; o Sr.
 19 Sérgio de Freitas Monforte, representando a Confederação Nacional da Indústria – CNI; a
 20 Sra. Maitê Gauto e o Sr. Renato Alves dos Santos, representando a Fundação ABRINQ
 21 pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; as Sras. Raissa Rossiter e Thais Imbuzeiro
 22 Dantas, representando a Visão Mundial; o Sr. Marcos Cortesão Barnsley Scheuenstuhl,
 23 representando a Academia Brasileira de Ciência – ABC; a Sra. Ângela Maria Paiva Cruz,
 24 representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
 25 Superior – Andifes; o Sr. Jorge Luiz Abrahão, representando o Instituto Ethos; a Sra.
 26 Mayane Burti, representando o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Qualidade – IBPQ; o Sr.
 27 Miguel Salaberry Filho, representando a União Geral dos Trabalhadores – UGT; o Sr.
 28 Rafael Monteiro, acompanhando a reunião por indicação do Ministério da Cidadania; a Sra.
 29 Lúcia de Fátima Leite e o Sr. João Kaempf, convidados da CNM; as Sras. Patrícia Menezes
 30 e Giane Rodrigues, representando a Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação
 31 – CTPMI; a Sra. Claudenice Custódio, a Sra. Carmem Bueno; a Sra. Eliane Bearzi, o Sr.
 32 Matheus Luiz, a Sra. Andrea Perez, a Sra. Miriam Licenski, e o Sr. Antonio Cruvinel,
 33 membros da equipe da Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo.
 34 A Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema não justificou
 35 a ausência. O Presidente da CNODS e Ministro da SEGOV, Sr. Carlos Alberto dos Santos
 36 Cruz, deu início a reunião cumprimentando a todos e apresentando a nova equipe da
 37 Secretaria de Governo. Salientou a necessidade de o Brasil avançar e aprimorar a gestão de
 38 políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento nacional e proporcione
 39 oportunidades e melhores condições de vida para todos os brasileiros, acrescentou ainda que
 40 a articulação política é consequência de um trabalho técnico bem executado. Deu ênfase as
 41 desigualdades existentes e destacou a importância da realização de um trabalho técnico sem



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

42 viés ideológico, proporcionando oportunidades iguais para todos. Passou a palavra aos
 43 presentes para que os mesmos se apresentassem. Fez um breve relato sobre suas
 44 experiências, no Brasil e pelo mundo. Encerrou sua participação comentando que, na
 45 CNOVS as estrelas não são seus representantes, mas sim a população que necessita de
 46 estratégias assertivas que saiam do papel e tornem-se realidade. Com a palavra o Sr. Mauro
 47 Biancamano, Secretário-Executivo da SEGOV, saudou a todos e registrou que as palavras
 48 do Ministro ratificaram a continuação da Agenda 2030 pelo novo governo. Lembrando que
 49 a proposta é dar a efetividade à Agenda, utilizando toda a estrutura de governo para sua
 50 implementação, sempre pautados na inovação, produção e transparéncia. Afirmou a
 51 necessidade de efetividade da Agenda e comentou que a nova estrutura da SEGOV irá
 52 colaborar com os trabalhos da CNOVS, salientando o trabalho da Secretaria Especial de
 53 Assuntos Federativos – SAF como apoio para a localização da Agenda 2030 e o
 54 fortalecimento do Pacto Federativo. Na mesma oportunidade ressaltou a importância da
 55 comunicação e o papel da Secretaria de Comunicação – SECOM que agora integra a
 56 estrutura da SEGOV, dentro da Secretaria de Governo. Em seguida passou a leitura da pauta
 57 do dia, composta pelos seguintes itens: 1- Monitoramento do Plano de Ação da Comissão
 58 Nacional para os ODS; 2 - Transição CNOVS; 3 - Apresentação da proposta do novo
 59 modelo de Governança 2019-2021; 4 - Apresentação do Relatório da 1ª Câmara Temática
 60 Parcerias e Meios de Implementação; 5 - Definição dos encaminhamentos da Consulta
 61 Pública de Adequação de Metas; 6 - Apresentação do PPA 2020-2023 associado as metas
 62 ODS; e Informes. O Secretário-Executivo da CNOVS registrou que a reunião estava sendo
 63 gravada e solicitou que as manifestações fossem feitas ao microfone com a devida
 64 identificação, em seguida abriu a palavra para os pedidos de aditamento, inversão e
 65 alteração da pauta. O Sr. Rodrigo Ramiro, representante do Ministério da Economia,
 66 solicitou a retira do item 6 da pauta, justificou que a apresentação já havia sido realizada à
 67 CNOVS e a proposta metodológica ainda está sendo discutida no âmbito do Ministério da
 68 Economia. A Sra. Enid Rocha, representante do IPEA, solicitou a antecipação do item 5
 69 para a parte da manhã. As solicitações foram acatadas pela plenária e a pauta foi aprovada
 70 com o seguinte formato e sequência: 1 – Monitoramento do Plano de Ação da Comissão
 71 Nacional para os ODS; 2 – Transição CNOVS; 3 – Apresentação da proposta do novo
 72 modelo de Governança 2019-2021; 4 – Definição dos encaminhamentos da Consulta
 73 Pública de Adequação de Metas; 5 – Apresentação do Relatório da 1ª Câmara Temática
 74 Parcerias e Meios de Implementação; e Informes. Na sequência as atas da 4ª Reunião
 75 Ordinária e da 6ª Reunião Extraordinária foram submetidas à aprovação e validadas.
 76 Passando para o primeiro item de pauta, o Secretário-Executivo da SEGOV registrou a
 77 importância da apresentação do Monitoramento do Plano de Ação como uma forma de
 78 transparéncia e prestação de contas. O Sr. Iury Revoredo, Secretário Executivo da CNOVS,
 79 questionou se haveria a necessidade de apresentação do Monitoramento do Plano de Ação,
 80 tendo em vista o recebimento prévio das informações pelos membros e que desde a última
 81 reunião os três produtos entregues são do conhecimento de todos, quais sejam: Cerimônia
 82 do Prêmio, ocorrida em 13 de dezembro de 2018; o Banco de Práticas, apresentado na
 83 cerimônia do prêmio; e o Relatório de Atividades da CNOVS 2017-2018. Os membros não
 84 se opuseram ao proposto pelo Secretário-Executivo da CNOVS, prosseguindo para o
 85 próximo item da pauta. Sobre o item Transição CNOVS, o Secretário-Executivo da SEGOV



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

86 informou que já na abertura da reunião o Ministro da SEGOV deixou claro a permanência
 87 da CNODS na estrutura da SEGOV, mencionou, também, o estabelecido no Decreto nº
 88 9.669, de 02 de janeiro de 2019, art. 2º, inciso III e arts. 12 e 14. Sem questionamentos
 89 sobre o item 2, passou-se para o item 3 da pauta. O Secretário-Executivo da SEGOV, após
 90 analisar a proposta do novo modelo de governança da CNODS, pontuou a falta do
 91 Ministério do Desenvolvimento Regional, registrou também a necessidade de revisão do
 92 Decreto de criação da CNODS – nº 8.892/2016, a importância de agregar novos membros,
 93 tanto do governo quanto na sociedade civil, mantendo sua característica paritária. No que
 94 tange o processo de composição dos integrantes da sociedade civil, o Secretário-Executivo,
 95 Sr. Mauro Biancamano, registrou que o mesmo modelo adotado anteriormente – seleção
 96 pública – deverá ser mantido, prezando pela transparência e objetividade. O Sr. Jorge
 97 Abrahão, representante do Instituto Ethos, registrou a importância da participação do
 98 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC como membro da
 99 CNODS. O Sr. Iury Revoredo, Secretário-Executivo da CNODS, apresentou como sugestão
 100 de encaminhamento ao tema, a criação de dois grupos de trabalho, um para a revisão do
 101 modelo de governança, que deverá analisar a incorporação de representações do legislativo
 102 e do judiciário; a inclusão da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, como
 103 órgão de assessoramento técnico permanente; a participação de outros órgãos de governo; e
 104 a alteração da forma de participação entre os atores. O outro grupo de trabalho teria como
 105 função a revisão do Decreto nº 8.892/2016. A Sra. Maité Gauto, registrou que a proposta do
 106 Sr. Iury é convergente com o que os membros já vinham discutindo sobre o novo modelo de
 107 governança, salientou que o processo de seleção para a participação de representantes da
 108 sociedade civil não pode ser demasiadamente restritivo, quanto ao processo anterior, a
 109 ponto de inviabilizar sua participação. O Sr. Rodrigo Ramiro, representante do Ministério
 110 da Economia, alertou sobre o curto espaço de tempo para a conclusão dos trabalhos de
 111 revisão e definição do modelo de governos, e sugeriu a participação, como ouvinte e/ou
 112 convidado na próxima reunião da CNODS, dos órgãos citados como possíveis novos
 113 integrantes da CNODS. Registrô ainda, corroborando com a fala da Sra. Maité Gauto, que
 114 o Ministério da Economia é cobrado sobre a ampliação da representatividade da sociedade
 115 civil no próximo mandato da CNODS. O Sr. Nicola Speranza, representante do MRE,
 116 registrou sua experiência no trabalho sobre o processo de seleção dos representantes da
 117 sociedade civil da atual CNODS, e que, para alcançar resultados concretos e viáveis, deve-
 118 se ter em mente a necessidade de uma estrutura enxuta. A Sra. Raissa Rossiter,
 119 representante da Visão Mundial, corroborou com as preocupações do Sr. Nicola,
 120 acrescentou que o grupo de trabalho que revisará o novo modelo de governança deverá
 121 agregar formas criativas de interação da participação na Comissão, ampliando o alcance de
 122 representatividade da sociedade. O Secretário Mauro, concordou com a Sra. Raissa,
 123 lembrando que o Presidente Bolsonaro, praticamente, se elegeu usando uma base inovadora,
 124 registrou que a SEGOV tem a SECOM como ator fundamental para auxiliar na
 125 construção/sugestão de ferramentas para uma interatividade maior com outros agentes.
 126 Questionado pelo MRE sobre a composição do grupo técnico, o Secretário-Executivo da
 127 CNODS sugeriu que o grupo fosse formado pela SEGOV, MRE, Ministério da Economia,
 128 Fundação Abrinq, Andifes e CNI. Registrô também, que a Fundação Abrinq consolidaria
 129 as propostas e sugestões dos demais representantes da sociedade civil. Para encerrar esse



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

130 item da pauta, o Sr. Sérgio Monforte, alertou sobre o cuidado com o tamanho na nova
 131 Comissão, bem como a necessidade de rever as atribuições das Câmaras Temáticas. Na
 132 sequência, a Sra. Enid Rocha, apresentou o Relatório de consolidação da consulta pública.
 133 Para o alinhamento de informações, resumiu como se deu o processo de elaboração da
 134 adequação de metas e o processo de consulta pública e questionou como se dará o
 135 encaminhamento do Relatório. O Sr. Rodrigo Ramiro alertou sobre a necessidade de
 136 definição sobre o encaminhamento do Relatório, uma vez que a metodologia de elaboração
 137 do Plano Plurianual - PPA pressupõe a utilização das metas adequadas à realidade nacional
 138 e o cronograma de elaboração do PPA irá de abril a agosto. O Sr. Sérgio Monforte elogiou o
 139 trabalho realizado pelo IPEA no processo de adequação de metas e solicitou maior prazo da
 140 consulta para a participação do setor produtivo. Considerando o encerramento do período
 141 para a consulta pública, a utilização do Relatório de Adequação de Metas para a elaboração
 142 de outras peças de planejamento, bem como a necessidade de encaminhamento do Relatório
 143 de Adequação de Metas para a devida aprovação, os membros da Comissão aprovaram o
 144 relatório e decidiram pelo encaminhamento da recomendação, a ser elaborada pela
 145 Secretaria-Executiva da CNODS, ao Presidente da República. O Secretário Iury Revoredo
 146 informou que a representante da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação,
 147 que apresentará o próximo item da pauta, atrasaria alguns minutos, por ser o último item da
 148 pauta, decidiu por antecipar os informes, passando a palavra para a Diretora do
 149 Departamento de Relações com Organismos Internacionais da Secretaria Especial de
 150 Articulação – SEAS/SEGOV, Sra. Giovana Dias Costa. Com a palavra a Sra. Giovana
 151 Costa se apresentou e saudou a todos. Informou que, apesar do adiantamento da pauta para
 152 apenas meio período, o almoço estava mantido e será servido no espaço do servidor, anexo
 153 do Palácio. Informou, também, sobre a 3ª Reunião do Fórum de Países da América Latina e
 154 Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá de 22 a 26 de abril, em
 155 Santiago/Chile, os interessados em compor a delegação brasileira devem enviar solicitação.
 156 Communicou sobre o **evento "Investimento privado na implementação dos Objetivos de**
 157 **Desenvolvimento Sustentável (ODS)", que ocorrerá em São Paulo, nos dias 30 e 31 março,**
 158 **realizado pelo Pacto Global.** Atendo ao pedido do Sr. Jorge Abrahão, a Sra. Giovana
 159 comunicou que a SEGOV participará do workshop, que será realizado em Bonn/Alemanha,
 160 nos dias 19 e 20 de fevereiro, essa participação possibilitará uma melhor avaliação sobre a
 161 estratégia para apresentação do Relatório Nacional Voluntário ou sua postergação para o
 162 ano de 2020. Na sequência, a representante da Câmara Temática Parcerias e Meios de
 163 Implementação, Patrícia Menezes, passou à apresentação do Relatório da CTPMI, último
 164 item da pauta. A Sra. Patrícia explanou rapidamente as características da CTPMI e passou a
 165 informar o status dos produtos realizados pela Câmara. Segundo para o encerramento da
 166 reunião, foram definidos cinco encaminhamentos. O primeiro, a Secretaria-Executiva da
 167 CNODS convidará para participar da próxima reunião, como ouvintes e a depender da
 168 pauta, os seguintes atores definidos pelo pleno: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação
 169 e Comunicações – MCTIC; Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR; Ministério
 170 da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH; Conselho Nacional de Justiça -
 171 CNJ e a Comissão Mista de Orçamento – CMO. O segundo, a Secretaria-Executiva da
 172 CNODS enviará e-mail aos membros da CNODS solicitando contribuições, até 08 de
 173 fevereiro de 2019, para o novo modelo de governança. O terceiro encaminhamento foi a



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL

**SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília - DF

174 criação de um Grupo de Trabalho para a proposição do novo modelo de governança
175 formado por: Fundação Abrinq – que consolidará as contribuições dos demais membros,
176 Andifes, CNI, MRE, Ministério da Economia e SEGOV. O quarto encaminhamento foi a
177 elaboração, pela Secretaria-Executiva da CNODS, de minuta de recomendação sobre o
178 Relatório de Adequação de Metas ODS a ser submetida ao Presidente da República, para
179 validação dos membros na próxima reunião. O quinto e último, a Secretaria-Executiva
180 enviará e-mail aos membros da CNODS solicitando manifestação de interesse em participar
181 dos eventos da CEPAL, em Santiago/Chile e do Pacto Global, em São Paulo. Ao meio dia e
182 quatro minutos, o Secretário-Executivo da CNODS, Sr. Iury Revoredo, procedeu ao
183 encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes pela participação.
184 Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da Comissão e assinada
185 pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os ODS.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ

Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República

Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

IURY REVOREDO RIBEIRO

Secretário Especial de Articulação Social

Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ANEXO L – ATA 12 – 8^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

Ata da 8^a Reunião Extraordinária da Comitê Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1 Ao quinto dia do mês de abril de dois mil e dezenove, com início às nove horas e vinte
 2 minutos, na sala noventa e sete do quarto andar do Palácio do Planalto, situado em
 3 Brasília, reuniram-se os representantes da Comitê Nacional para os Objetivos de
 4 Desenvolvimento Sustentável - CNODS, os órgãos de assessoramento técnico e a
 5 Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS, para realização da 8^a Reunião
 6 Extraordinária da Comitê Nacional para os ODS, criada pelo Decreto nº 8.892, de 27 de
 7 outubro de 2016, cujos membros foram designados pela Portaria nº 38, de 24 de maio de
 8 2017, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Estiveram presentes na
 9 reunião: o Sr. Mauro Brancamano Guimarães, Secretário-Executivo da SEGOV e na ocasião
 10 Ministro Interino da Secretaria de Governo; o Sr. Rodrigo Duarte Dourado, representando
 11 a Casa Civil da Presidência da República; O Sr. Elias Bagnini, representando o Ministério do
 12 Meio Ambiente - MMA; o Sr. Ângelo Vinícius Alves do Nascimento Azvedo Roda,
 13 representando o Ministério da Economia; o Sra. Nicola Speranza, representando o
 14 Ministério das Relações Exteriores - MRE; a Sra. Carla Berroso Carneiro, representando o
 15 Ministério da Cidadania e os Srs. Marcelo Gonçalves, Vinícius Botelho, e a Sra. Raquel
 16 Freitas, como seus acompanhantes; a Sra. Enid Rocha e o Sr. José Eduardo Malta da Sil
 17 Brandão, representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; a Sra. Denise
 18 Kronemberger, acompanhando a reunião por indicação do Instituto Brasileiro de Geografia
 19 e Estatística - IBGE; o Sr. Iury Revoredo e a Sra. Giovana Costa, representando a
 20 Secretaria-Executiva da CNODS; os Srs. Davi Bomtempo e Sérgio de Freitas Monforte,
 21 representando a Confederação Nacional da Indústria - CNI; as Sras. Heloiza Helena Silva da
 22 Oliveira e Maité Gauto, representando a Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças e
 23 dos Adolescentes; o Sr. Wellington Pereira da Silva, representando a Vídeo Mundial,
 24 acompanhado da Sra. Thais Imbuzeiro Dantas; o Sr. Jaison da Andrade Bitencourt,
 25 representando a Academia Brasileira de Ciência - ABC; a Sra. Ângela Maria Paiva Cruz,
 26 representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
 27 Superior - Andifes; as Sras. Jussara da Lima Carvalho e Maria Dias, representando a Maria
 28 Dias; o Sr. Miguel Salaberry Filho, representando a União Geral dos Trabalhadores - UGT.
 29 Como convidados da CNODS também compareceram: os Srs. Elley Miranda e Sérgio Luiz
 30 Carrazza, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; a Sra. Paula F.C.
 31 Souza e os Srs. Fábio de Souza Oliveira e Leonardo Peter, Conselho Nacional de Justiça; o
 32 Sr. Sávio Raeder e a Sra. Glane Rodrigues, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações
 33 e Comunicações - MCTIC; o Sr. Silvano Silvério, do Ministério do Desenvolvimento
 34 Regional - MD.R. Também acompanharam a reunião, o Sr. Marco A. R. Caminha, da
 35 Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a convite da CNI, e a Sra. Denise
 36 Verdade, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a convite da Fundação
 37 ABRINQ, e a Sra. Barbara Dunin, do Pacto Global, a convite do Instituto ETHOS; a Sra.
 38 Claudenice Custodio, o Sr. Matheus Lutz, a Sra. Andrea Perez, a Sra. Miriam Lüdersd, a Sra.



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

39 Sheila Seto, a Sra. Suzana Dias Rabelo, o Sr. Antônio Criviné, a Sra. Ieda Maria Silveira, e
 40 Sra. Ana Paula Garutti, e o Sr. Guilherme Lucas, membros da equipe da Secretaria
 41 Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo. A Confederação Nacional dos
 42 Municípios não justificou a ausência. O Sr. Mauro Biancamano, Secretário Executivo da
 43 SEGOV e, no momento, Ministro-Chefe Interino, abriu a reunião ressaltando a importância
 44 do ambiente para tirar do papel as intenções e torná-las realidade. Solicitou que todos os
 45 membros se apresentassem considerando as alterações ocorridas entre as instituições. Na
 46 sequência o Secretário-Executivo deu boas-vindas aos convidados e participaram, como
 47 ouvintes da 8ª reunião extraordinária da CNODS. Após as boas-vindas o Secretário-
 48 Executivo relembrou os encaminhamentos da 7ª reunião extraordinária da CNODS,
 49 ocorrida no dia 31 de Janeiro de 2019. Informou, também, a nova proposta do calendário
 50 de reuniões da CNODS para 2019, sendo: a 5ª reunião ordinária, dia 05 de julho; a posse
 51 dos novos membros, dia 05 de agosto; e a 6ª reunião ordinária, dia 20 de setembro. O Sr.
 52 Iury Revoredo, Secretário-Executivo da CNODS e Secretário Especial de Articulação Social,
 53 esclareceu que a mudança ocorreu tendo em vista os trabalhos para a elaboração do edital
 54 de composição da nova comissão e a reduzida equipe para executar os trabalhos em
 55 paralelo à CNODS. Dando prosseguimento, o Sr. Mauro Biancamano passou à leitura da
 56 pauta de dia, contendo os seguintes itens: 1 - Monitoramento do Plano de Ação da
 57 Comissão Nacional para os ODS - SECEX CNODS; 2 - Apresentação da proposta do GT para
 58 a revisão do Decreto nº 8892/2016; 3 - Apresentação da proposta do GT para
 59 apresentação de um novo modelo de Governança; 4 - Aprovação de minuta de
 60 recomendação sobre o Relatório de Adequação de Metas ODS - SECEX CNODS; 5 -
 61 Participação do Brasil no HLPF; 6 - Apresentação dos resultados do projeto Internacional
 62 sobre políticas de família e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela Associação de
 63 desenvolvimento da Família - ADEF; 7 - Apresentação do trabalho de Disseminação dos
 64 ODS por meio de Jogos Didáticos - Luciano Piquet; e Informes. Houve apenas pedidos de
 65 Inversão de Itens, ficando o item 6 como o primeiro Item da pauta o 5 o último. e o Os
 66 membros solicitaram **Após as deliberações sobre** os pedidos de aditamento, inversão e
 67 alteração da pauta. O Sr. Rodrigo Ramiro, representante do Ministério da Economia,
 68 solicitou a retira do item 6 da pauta, justificou que a apresentação já havia sido realizada à
 69 CNODS e a proposta metodológica ainda está sendo discutida no âmbito do Ministério da
 70 Economia. A Sra. Enid Rocha, representante do IPEA, solicitou a antecipação do item 5
 71 para a parte da manhã. As solicitações foram acatadas pela plenária e a pauta foi aprovada
 72 com o seguinte formato e sequência: 1 – Monitoramento do Plano de Ação da Comissão
 73 Nacional para os ODS; 2 – Transição CNODS; 3 – Apresentação da proposta do novo
 74 modelo de Governança 2019-2021; 4 – Definição dos encaminhamentos da Consulta
 75 Pública de Adequação de Metas; 5 – Apresentação do Relatório da 1ª Câmara Temática
 76 Parcerias e Meios de Implementação; e Informes. Na sequência as atas da 4ª Reunião
 77 Ordinária e da 6ª Reunião Extraordinária foram submetidas à aprovação e validadas.
 78 Passando para o primeiro item de pauta, o Secretário-Executivo da SEGOV registrou a
 79 importância da apresentação do Monitoramento do Plano de Ação como uma forma de
 80 transparência e prestação de contas. O Sr. Iury Revoredo, Secretário Executivo da CNODS,



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

81 questionou se haveria a necessidade de apresentação do Monitoramento do Plano de Ação,
 82 tendo em vista o recebimento prévio das informações pelos membros e que desde a última
 83 reunião os três produtos entregues são do conhecimento de todos, quais sejam: Cerimônia
 84 do Prêmio, ocorrida em 13 de dezembro de 2018; o Banco de Práticas, apresentado na
 85 cerimônia do prêmio; e o Relatório de Atividades da CNODS 2017-2018. Os membros não
 86 se opuseram ao proposto pelo Secretário-Executivo da CNODS, prosseguindo para o
 87 próximo item da pauta. Sobre o item Transição CNODS, o Secretário-Executivo da SEGOV
 88 informou que já na abertura da reunião o Ministro da SEGOV deixou claro a permanência
 89 da CNODS na estrutura da SEGOV, mencionou, também, o estabelecido no Decreto nº
 90 9.669, de 02 de janeiro de 2019, art. 2º, inciso III e arts. 12 e 14. Sem questionamentos
 91 sobre o item 2, passou-se para o item 3 da pauta. O Secretário-Executivo da SEGOV, após
 92 analisar a proposta do novo modelo de governança da CNODS, pontuou a falta do
 93 Ministério do Desenvolvimento Regional, registrou também a necessidade de revisão do
 94 Decreto de criação da CNODS – nº 8.892/2016, a importância de agregar novos membros,
 95 tanto do governo quanto na sociedade civil, mantendo sua característica paritária. No que
 96 tange o processo de composição dos integrantes da sociedade civil, o Secretário-Executivo,
 97 Sr. Mauro Biancamano, registrou que o mesmo modelo adotado anteriormente – seleção
 98 pública – deverá ser mantido, prezando pela transparência e objetividade. O Sr. Jorge
 99 Abrahão, representante do Instituto Ethos, registrou a importância da participação do
 100 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC como membro da
 101 CNODS. O Sr. Iury Revoredo, Secretário-Executivo da CNODS, apresentou como sugestão
 102 de encaminhamento ao tema, a criação de dois grupos de trabalho, um para a revisão do
 103 modelo de governança, que deverá analisar a incorporação de representações do legislativo
 104 e do judiciário; a inclusão da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, como
 105 órgão de assessoramento técnico permanente; a participação de outros órgãos de governo; e
 106 a alteração da forma de participação entre os atores. O outro grupo de trabalho teria como
 107 função a revisão do Decreto nº 8.892/2016. A Sra. Maitê Gauto, registrou que a proposta do
 108 Sr. Iury é convergente com o que os membros já vinham discutindo sobre o novo modelo de
 109 governança, salientou que o processo de seleção para a participação de representantes da
 110 sociedade civil não pode ser demasiadamente restritivo, quanto ao processo anterior, a
 111 ponto de inviabilizar sua participação. O Sr. Rodrigo Ramiro, representante do Ministério
 112 da Economia, alertou sobre o curto espaço de tempo para a conclusão dos trabalhos de
 113 revisão e definição do modelo de governos, e sugeriu a participação, como ouvinte e/ou
 114 convidado na próxima reunião da CNODS, dos órgãos citados como possíveis novos
 115 integrantes da CNODS. Registrhou ainda, corroborando com a fala da Sra. Maitê Gauto, que
 116 o Ministério da Economia é cobrado sobre a ampliação da representatividade da sociedade
 117 civil no próximo mandato da CNODS. O Sr. Nicola Speranza, representante do MRE,
 118 registrou sua experiência no trabalho sobre o processo de seleção dos representantes da
 119 sociedade civil da atual CNODS, e que, para alcançar resultados concretos e viáveis, deve-
 120 se ter em mente a necessidade de uma estrutura enxuta. A Sra. Raissa Rossiter,
 121 representante da Visão Mundial, corroborou com as preocupações do Sr. Nicola,
 122 acrescentou que o grupo de trabalho que revisará o novo modelo de governança deverá
 123 agregar formas criativas de interação da participação na Comissão, ampliando o alcance de
 124 representatividade da sociedade. O Secretário Mauro, concordou com a Sra. Raissa,



SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

lembrando que o Presidente Bolsonaro, praticamente, se elegeu usando uma base inovadora, registrou que a SEGOV tem a SECOM como ator fundamental para auxiliar na construção/sugestão de ferramentas para uma interatividade maior com outros agentes. Questionado pelo MRE sobre a composição do grupo técnico, o Secretário-Executivo da CNODS sugeriu que o grupo fosse formado pela SEGOV, MRE, Ministério da Economia, Fundação Abrinq, Andifes e CNI. Registraram também, que a Fundação Abrinq consolidaria as propostas e sugestões dos demais representantes da sociedade civil. Para encerrar esse item da pauta, o Sr. Sérgio Monforte, alertou sobre o cuidado com o tamanho na nova Comissão, bem como a necessidade de rever as atribuições das Câmaras Temáticas. Na sequência, a Sra. Enid Rocha, apresentou o Relatório de consolidação da consulta pública. Para o alinhamento de informações, resumiu como se deu o processo de elaboração da adequação de metas e o processo de consulta pública e questionou como se dará o encaminhamento do Relatório. O Sr. Rodrigo Ramiro alertou sobre a necessidade de definição sobre o encaminhamento do Relatório, uma vez que a metodologia de elaboração do Plano Plurianual - PPA pressupõe a utilização das metas adequadas à realidade nacional e o cronograma de elaboração do PPA irá de abril a agosto. O Sr. Sérgio Monforte elogiou o trabalho realizado pelo IPEA no processo de adequação de metas e solicitou maior prazo da consulta para a participação do setor produtivo. Considerando o encerramento do período para a consulta pública, a utilização do Relatório de Adequação de Metas para a elaboração de outras peças de planejamento, bem como a necessidade de encaminhamento do Relatório de Adequação de Metas para a devida aprovação, os membros da Comissão aprovaram o relatório e decidiram pelo encaminhamento da recomendação, a ser elaborada pela Secretaria-Executiva da CNODS, ao Presidente da República. O Secretário Iury Revoredo informou que a representante da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação, que apresentará o próximo item da pauta, atrasaria alguns minutos, por ser o último item da pauta, decidiu por antecipar os informes, passando a palavra para a Diretora do Departamento de Relações com Organismos Internacionais da Secretaria Especial de Articulação – SEAS/SEGOV, Sra. Giovana Dias Costa. Com a palavra a Sra. Giovana Costa se apresentou e saudou a todos. Informou que, apesar do adiantamento da pauta para apenas meio período, o almoço estava mantido e será servido no espaço do servidor, anexo do Palácio. Informou, também, sobre a 3ª Reunião do Fórum de Países da América Latina e Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá de 22 a 26 de abril, em Santiago/Chile, os interessados em compor a delegação brasileira devem enviar solicitação. Communicou sobre o evento "Investimento privado na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)", que ocorrerá em São Paulo, nos dias 30 a 31 março, realizado pelo Pacto Global. Atendo ao pedido do Sr. Jorge Abrahão, a Sra. Giovana comunicou que a SEGOV participará do workshop, que será realizado em Bonn/Alemanha, nos dias 19 e 20 de fevereiro, essa participação possibilitará uma melhor avaliação sobre a estratégia para apresentação do Relatório Nacional Voluntário ou sua postergação para o ano de 2020. Na sequência, a representante da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação, Patrícia Menezes, passou à apresentação do Relatório da CTPMI, último item da pauta. A Sra. Patrícia explanou rapidamente as características da CTPMI e passou a informar o status dos produtos realizados pela Câmara. Segundo para o encerramento da reunião, foram definidos cinco encaminhamentos. O primeiro, a Secretaria-Executiva da



**SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – 4º andar – Sala 97 - Brasília – DF

169 CNODS convidará para participar da próxima reunião, como ouvintes e a depender da
 170 pauta, os seguintes atores definidos pelo pleno: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação
 171 e Comunicações – MCTIC; Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR; Ministério
 172 da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH; Conselho Nacional de Justiça -
 173 CNJ e a Comissão Mista de Orçamento – CMO. O segundo, a Secretaria-Executiva da
 174 CNODS enviará e-mail aos membros da CNODS solicitando contribuições, até 08 de
 175 fevereiro de 2019, para o novo modelo de governança. O terceiro encaminhamento foi a
 176 criação de um Grupo de Trabalho para a proposição do novo modelo de governança
 177 formado por: Fundação Abrinq – que consolidará as contribuições dos demais membros,
 178 Andifes, CNI, MRE, Ministério da Economia e SEGOV. O quarto encaminhamento foi a
 179 elaboração, pela Secretaria-Executiva da CNODS, de minuta de recomendação sobre o
 180 Relatório de Adequação de Metas ODS a ser submetida ao Presidente da República, para
 181 validação dos membros na próxima reunião. O quinto e último, a Secretaria-Executiva
 182 enviará e-mail aos membros da CNODS solicitando manifestação de interesse em participar
 183 dos eventos da CEPAL, em Santiago/Chile e do Pacto Global, em São Paulo. Ao meio dia e
 184 quatro minutos, o Secretário-Executivo da CNODS, Sr. Iury Revoredo, procedeu ao
 185 encerramento da reunião, agradecendo aos membros e demais presentes pela participação.
 186 Posteriormente foi lavrada a presente ata, aprovada pelo Plenário da Comissão e assinada
 187 pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os ODS.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ

**Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
Presidente da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

IURY REVOREDO RIBEIRO

Secretário Especial de Articulação Social

Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável